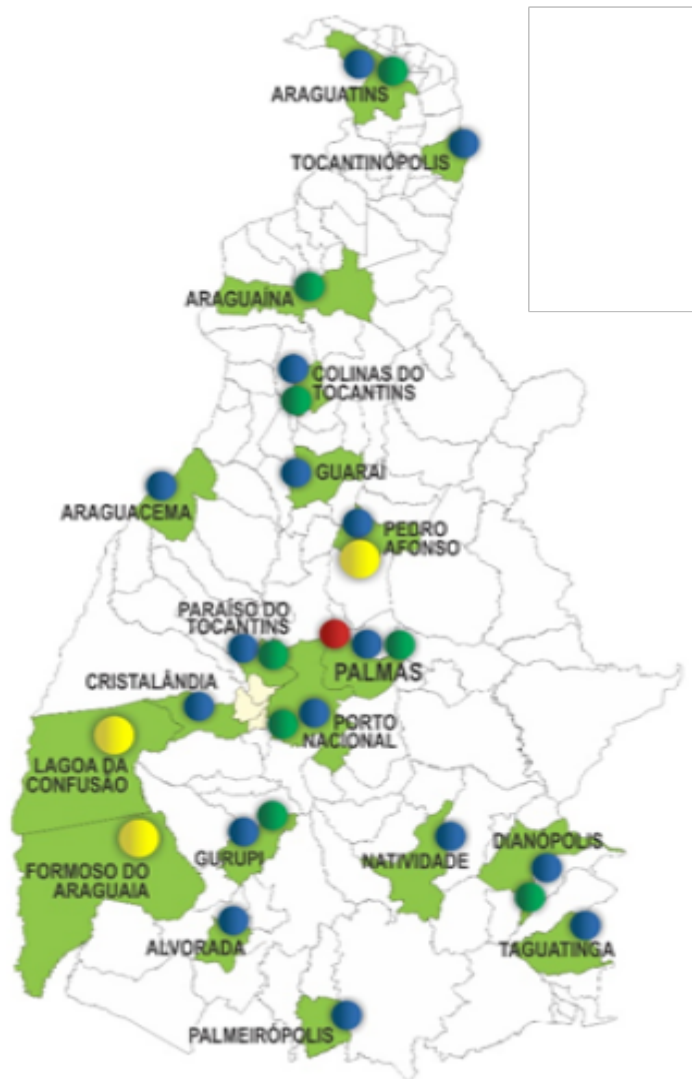


EXERCÍCIO 2016

RELATÓRIO DE GESTÃO



LEGENDA:

- Reitoria
- Campi em pleno funcionamento
- Campus em fase de implantação
- Campus avançado em fase de implantação
- Polos de Educação a Distância

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2016

O presente Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Decisão Normativa TCU 154 e 156/2016, Portaria TCU 59/2017.

Unidades consolidadas abrangidas neste Relatório de Gestão:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/Reitoria

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Palmas

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Araguatins

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Paraíso do Tocantins

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Araguaína

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Gurupi

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Porto Nacional

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Dianópolis

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Colinas do Tocantins

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Avançado Formoso do Araguaia

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Avançado Pedro Afonso

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus* Avançado Lagoa da Confusão

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/Reitoria.

PALMAS-TO, MARÇO DE 2017.

EXPEDIENTE FUNCIONAL

Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

Ministro da Educação
José Mendonça Bezerra Filho

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica
Eline Neves Braga Nascimento

Reitor
Francisco Nairton do Nascimento

Chefe de Gabinete do Reitor
Quenízia Vieira Lopes

Pró-reitor de Ensino
Ovídio Ricardo Dantas Júnior

Pró-reitor de Extensão
Paula Karini Dias Ferreira Amorim

Pró-reitor de Pesquisa e Inovação
Augusto Cesar dos Santos

Pró-reitor de Administração
Rodrigo Soares Lelis Gori

Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional
Danilo Gomes Martins

Diretora de Gestão de Pessoas
Maria Edileuza Ferreira de França

Diretor-geral do *Campus* Araguaína
Cristiano Fernandes Mateus

Diretor-geral do *Campus* Araguatins
Décio Dias dos Reis

Diretor do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia
Demis Carlos Ribeiro Menezes

Diretor do *Campus* Avançado Lagoa da Confusão
Valquires Martins de Santana

Diretor do *Campus* Avançado Pedro Afonso
Juliana Ferreira de Queiroz

Diretor-geral *pro tempore* do *Campus* Colinas do Tocantins
Paulo Hernandes Gonçalves da Silva

Diretor-geral pro tempore do Campus Dianópolis

Jonas Reginaldo de Britto

Diretor-geral do Campus Gurupi

Marcelo Alves Terra

Diretor-geral do Campus Palmas

Octaviano Sidnei Furtado

Diretor-geral do Campus Paraíso do Tocantins

Antônio da Luz Junior

Diretor-geral do Campus Porto Nacional

Lilissanne Marcelly de Sousa

LISTA DE SIGLAS

AUDIN- Unidade de Auditoria Interna
CAP- Coordenação de Arquivo e Protocolo
CALP- Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio
CCE- Coordenação de Comunicação e Eventos
CGAB- Chefia de Gabinete do Reitor
CTM- Coordenação de Transporte e Manutenção
CSC-Coordenação de Supervisão de Projetos
DAP- Diretoria de Administração e Planejamento
DES- Diretoria de Ensino Superior
DEAD- Diretoria de Ensino à Distância
DGP- Diretoria de Gestão de Pessoa
DPG- Diretoria de Pós-Graduação
DREI- Diretoria de Relações Institucionais
DPI- Diretoria de Políticas e Projetos Institucionais
DTI- Diretoria de Tecnologia da Informação
GEO- Gerência de Execução Orçamentária
NIT- Núcleo de Inovação Tecnológica
PROAD- Pró- Reitoria de Administração
PROEN- Pró- Reitoria de Ensino
PROEX- Pró- Reitoria de Extensão
PROPI- Pró- Reitoria de Pesquisa e Inovação
PRONATEC- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRODI- Pró- Reitoria de Desenvolvimento Institucional
SGAB- Secretaria de Gabinete do Reitor
SIAF- ***Sistema Integrado de Administração Financeira***
SIASG-Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIMEC- Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
TCU- Tribunal de Contas da União
CGU- Controladoria Geral da União

Sumário

APRESENTAÇÃO	10
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	12
1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DO IFTO.....	12
1.2. NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE.....	17
1.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO	17
1.3.1. Inserção do IFTO no Cenário Socioeconômico do Tocantins.....	18
1.3.2. Caracterização do Mercado de Educação Superior no Brasil.....	20
1.3.3. Caracterização do Mercado de Educação Básica no Brasil.....	22
1.3.4. Empresas que Atuam Ofertando Serviços Similares ao IFTO na sua Região de Atuação	23
1.3.5. Participação do IFTO na Oferta de Educação no Estado do Tocantins, em 2016	27
1.3.6. Análise do Ambiente de Negócio e Principais Riscos do Mercado (Ameaças e Oportunidades) Educacional na Região de Atuação do IFTO.....	31
1.3.7. Principais Mudanças Ocorridas nos Últimos Exercícios no IFTO e no seu Cenário de Atuação.	43
1.4. ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	43
1.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	46
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	57
2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	57
2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício	55
2.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico do IFTO	55
2.1.3. Vinculação dos Plano da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos.....	55
2.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS.....	55
2.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO.....	56
2.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados.....	56
2.3.2. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade.....	56
2.3.3. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	60
2.3.4. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	60
2.3.5. Restos a pagar de exercícios anteriores	60
2.3.6. Execução descentralizada com transferência de recursos	61
2.3.7. Informações sobre a realização das receitas	61
2.3.8. Informações sobre a execução das despesas	63
2.3.9. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal.....	66
2.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	74
2.4.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	78

2.5. INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	93
3. GOVERNANÇA	94
3.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	94
3.2. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE INTERNA	95
3.2.1 Sobreposição de carga horária – Pronatec	95
3.3. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	95
3.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	96
4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	98
6.1. GESTÃO DE PESSOAS	98
6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade	98
6.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal	104
6.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal	105
6.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	107
6.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	109
6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	109
6.2.1. Gestão da frota de veículos	109
6.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	113
6.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União	113
6.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	116
6.2.5. Informações sobre imóveis locados de terceiros	120
6.2.6. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim	120
6.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	121
6.3.1. Principais sistemas de informações	121
6.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	123
6.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	126
5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	128
4.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	128
4.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	128
4.3. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	129
4.4. MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	129
4.5. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	129
6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	130
5.1. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO	130

5.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	130
5.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE	131
5.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	132
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	144
7.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	144
7.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	144
7.3. MÉDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO	145
7.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COMO DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993	145
7.5. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	145
7.6. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	145
7.7. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005	146
8. ANEXOS E APÊNDICES	148
8.1 APÊNDICE – OUTRAS INFORMAÇÕES DA UNIDADE	148
8.1.1 Declarações de integridade do IFTO	148
8.1.2 Fundação de Apoio	155
8.1.3. Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação	156
8.1.4. Pró-Reitoria de Extensão	168
8.2. ANEXOS	179
8.2.1. Portaria designação da Comissão Central responsável pela prestação de contas IFTO	179

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2015	20
Quadro 2 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância em Instituições Públicas e Privadas por Região e Modalidade de Oferta	20
Quadro 3 - Cursos de nível Graduação Presencial por região e tipo de Instituição.....	21
Quadro 4 - Número de Matrículas na Educação Básica - Ensino Regular, Especial e/ou EJA.....	22
Quadro 5 - Relação dos cursos presenciais ofertados pelo IFTO em 2016.	27
Quadro 6 - Relação dos cursos EaD ofertados pelo IFTO em 2016.....	30
Quadro 7 - Relação dos cursos FIC ofertados pelo IFTO em 2016.....	30
Quadro 8 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Administração	31
Quadro 9 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	32
Quadro 10 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Ensino.....	33
Quadro 11 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Extensão.....	34
Quadro 12 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.	35
Quadro 13 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Araguaína.	36
Quadro 14 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Araguatins.	36
Quadro 15 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Dianópolis.	38
Quadro 16 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Gurupi.....	38
Quadro 17 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Palmas.	40
Quadro 18 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Paraíso do Tocantins.	40
Quadro 19 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Porto Nacional.....	42
Quadro 20 - Informações sobre Áreas ou subunidades estratégicas.....	45
Quadro 21 - Macroprocessos Finalístico Ensino	46
Quadro 22 - Macroprocessos Finalístico Pesquisa e Inovação.....	49
Quadro 23 - Macroprocessos Finalístico Extensão.....	50
Quadro 24 - Macroprocessos Finalístico Administração.....	52
Quadro 25 - Macroprocessos Finalístico Desenvolvimento Institucional.....	54
Quadro 26 - Macroprocessos Finalístico Gestão de Pessoas.....	55
Quadro 27 - Objetivos, indicadores e metas IFTO.	55
Quadro 28 – Ação 20RG.....	56
Quadro 29 – Ação 20RL.....	57
Quadro 30 - Ação 2994.....	58
Quadro 31 - Ação 20RJ.....	59
Quadro 32 - Ação 2992.....	59
Quadro 33 - Ação 6301.....	60
Quadro 34 - Execução das despesas por modalidade de contratação	63
Quadro 35 - Execução de Despesas por grupo e elemento de despesa.....	64
Quadro 36 - Concessão de suprimento de fundos - CPGF	66
Quadro 37 - Utilização de suprimento de fundos - CPGF	66
Quadro 38 - Reitoria e Campi Avançados	67
Quadro 39 - Campus Palmas.....	68
Quadro 40 - Campus Araguatins.....	69
Quadro 41 - Paraíso do Tocantins.....	70
Quadro 42 - Campus Araguaína	70
Quadro 43 - Campus Gurupi.....	71
Quadro 44 - Campus Porto Nacional	72
Quadro 45 - Campus Dianópolis.....	72
Quadro 46 - Colinas do Tocantins	73
Quadro 47 - Indicadores do PDI.....	74

Quadro 48 - Resultados dos Indicadores – ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005.	78
Quadro 49 - Relação candidato/vaga por campus nos dois últimos anos	81
Quadro 50 - Relação ingressos/aluno por campus nos dois últimos anos	84
Quadro 51 - Gráfico da relação concluintes/aluno por campus no ano de 2016.	86
Quadro 52 - Tabela da relação concluintes/aluno por campus nos dois últimos anos	86
Quadro 53 - Índice de eficiência acadêmica por campus nos dois últimos anos	89
Quadro 54 - Índice de retenção do fluxo escolar por campus nos dois últimos anos	91
Quadro 55 - Relação alunos/docentes por tempo integral por <i>campus</i> nos dois últimos	93
Quadro 56 - Força de Trabalho da UPC.	98
Quadro 57 - Distribuição da Lotação Efetiva.	99
Quadro 58 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC.	99
Quadro 59- Despesas com pessoal.....	104
Quadro 60 - Riscos relacionados à gestão de pessoas.	106
Quadro 61 - Composição do Quadro de Estagiários.....	107
Quadro 62 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.	108
Quadro 63 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.	113
Quadro 64 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.	114
Quadro 65 – Legendas quanto ao Regime	114
Quadro 66 - Legendas quanto ao Estado de Conservação.	115
Quadro 67 – Restaurante/Lanchonete – Campus Palmas.	116
Quadro 68 – Reprografia – Campus Palmas.....	116
Quadro 69 – Cantina e Lanchonete – Campus Araguaína.....	117
Quadro 70 – Restaurantes e Similares – Campus Paraíso do Tocantins.....	117
Quadro 71 – Cantina e Lanchonete – Campus Porto Nacional	118
Quadro 72 – Cantina e Lanchonete – Campus Dianópolis.....	119
Quadro 73 – Lanchonete – Campus Araguatins	119
Quadro 74 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.	120
Quadro 75 - Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.	120
Quadro 76 - Balanço Financeiro	132
Quadro 78 - Balanço Orçamentário	133
Quadro 79 - Balanço Patrimonial	136
Quadro 80 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	139
Quadro 81 - Demonstrações das variações patrimoniais	141
Quadro 82 - Despesa com publicidade durante o exercício de 2016	146
Quadro 83 - Lista de cursos de graduação que ofertam a disciplina de Libras como matéria obrigatória	146

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Organograma Funcional IFTO.....	44
Figura 2 - MAPA ESTRATÉGICO DO IFTO PARA O PERÍODO 2015-2019.....	58
Figura 3 - Gráfico da relação candidato/vaga no IFTO por ano.....	80
Figura 4 - Gráfico da relação candidato/vaga por campus no ano de 2016.....	80
Figura 5 - Gráfico comparativo de vagas x inscrições no IFTO por ano.....	81
Figura 6 - Gráfico comparativo sobre ingressos x aluno no IFTO por ano.....	82
Figura 7 - Gráfico da relação ingressos/aluno no IFTO por ano.....	83
Figura 8 - Gráfico da relação ingressos/aluno por campus no ano de 2016.....	83
Figura 9 - Gráfico comparativo sobre concluintes x aluno no IFTO por ano.....	85
Figura 10 - Gráfico da relação ingressos/aluno no IFTO por ano.....	85
Figura 11 - Gráfico comparativo sobre concluintes e matrículas finalizadas no IFTO por ano.....	87
Figura 12 - Gráfico do índice de eficiência acadêmica do IFTO por ano.....	88
Figura 13 - Gráfico do índice de eficiência acadêmica por campus no ano de 2016.....	88
Figura 14 - Gráfico comparativo sobre retidos e matriculados no IFTO por ano.....	89
Figura 15 - Gráfico do índice de retenção do fluxo escolar do IFTO por ano.....	90
Figura 16 - Gráfico do índice de retenção do fluxo escolar por campus em 2016.....	90
Figura 17 - Gráfico da relação alunos/docentes por tempo integral do IFTO por ano.....	92
Figura 18 - Gráfico da relação alunos/docentes por tempo integral por campus em 2016.....	92
Figura 19- Campus de lotação de servidores efetivos.....	103

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Decisão Normativa TCU 154 e 156/2016, Portaria TCU 59/2017.

É composto pela apresentação da Visão Geral do IFTO com finalidades, competências institucionais, macro processos finalísticos e de apoio; Planejamento Organizacional, Estrutura de Governança; Relacionamento da Instituição com a Sociedade, Desempenho Financeiro e Informações Contábeis, Áreas Especiais de Gestão: Gestão de Pessoas e Patrimônio, Tecnologia da Informação e Ambiental; Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle, além de informações complementares referentes ao exercício de 2016.

Um dos desafios do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) em 2016 foi a unificação do processo seletivo para ingresso nas 11 unidades de ensino. Nesta primeira edição do seletivo unificado, quase 10 mil candidatos se inscreveram para as mais de 2 mil vagas.

Nos últimos anos, o IFTO teve que se adequar às políticas de contingenciamento, aplicadas pelo Governo Federal, porém, mesmo como esse panorama de reajustes, foi dada continuidade ao plano de expansão dos *campi* Colinas do Tocantins e Dianópolis e dos *campi* avançados Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia. Assim como à manutenção das atividades das demais unidades, Araguaína, Araguatins, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Reitoria.

Em 2016, foi realizado concurso público para provimento de 34 vagas, entre cargos para técnicos administrativos e professores.

No que diz respeito ao planejamento estratégico, o Plano Anual de Atividades Institucionais, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e o Programa de Gestão de Riscos foram consolidados, com o intuito de agregar novos elementos de Gestão Pública para o Instituto Federal.

As ações de Pesquisa e Extensão foram fortalecidas, com a realização da Jornada de Iniciação Científica e Extensão (JICE) no *Campus* Araguatins, na qual 650 pessoas participaram e foram apresentados 200 trabalhos.

Para 2017, promover educação gratuita e de qualidade continua sendo a grande missão do IFTO, com o objetivo de fortalecer os Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado do Tocantins e região.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DO IFTO.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO foi criado através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicado no D.O.U. de 30/12/2008, Seção I, tem sua estrutura administrativa definida no Art. 7º do seu Estatuto. Este, por sua vez, foi aprovado pela portaria 195 de 19 de agosto de 2009, e publicado no D.O.U. de 20 de agosto de 2009, Seção I.

O IFTO é uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular, multi campi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos na sua prática pedagógica.

O IFTO tem por responsabilidade institucional a fundamentação em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político institucional, sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

De acordo com a Lei 11.892/2008, no seu art. 6º, são finalidade e características dos institutos federais:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O Instituto Federal do Tocantins é vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação, e integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Consciente de sua responsabilidade na execução das políticas públicas, o IFTO executou suas atividades dentro dos programas de governo do seu orçamento, sempre balizado nas suas definições de Visão, Missão e princípios norteadores, assim instituídos:

Visão: Ser referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável.

Missão: Proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional.

Princípios norteadores: O Instituto Federal do Tocantins, em seu Estatuto, publicado em 19 de agosto de 2009, em seu artigo terceiro, declara como princípios norteadores da instituição:

I – Compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência e gestão democrática;

II – Verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III – Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV - Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e deficiências específicas; e

V - Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União.

As ofertas educacionais do IFTO estão organizadas através da educação profissional técnica de nível médio, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos, da formação inicial e continuada de trabalhadores, em todos os níveis de escolaridade e da educação superior de graduação, através de cursos superiores de tecnologia, de cursos de licenciatura e bacharelado, e de cursos de pós-graduação *latu sensu*.

Em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seu Art. 5º determina “Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”: XXXVIII – Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

O IFTO foi concebido para atuar em todo o Estado, e já é sinônimo de excelência no ensino em todo o Tocantins, pois oferece educação pública de qualidade do ensino básico ao superior.

A Reitoria amparada pelo seu estatuto é um órgão executivo com finalidade de administrar, coordenar e supervisionar todas as atividades do IFTO, sendo composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores.

Administrar, supervisionar, representar e defender os interesses do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia são a missão da Reitoria como dos demais campi que a compõe. A Reitoria, com sede na cidade de Palmas, é composta pelos seguintes Campi: Araguatins, Araguaína, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, e Porto Nacional, sendo estes, por sua vez, independentes e autônomos com personalidade jurídica própria.

A portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, estabeleceu diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e definiu parâmetros e normas para a sua expansão. Os campi avançados de Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso são vinculados administrativamente, em caráter excepcional, à Reitoria, e destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada.

O Campus Araguaína foi criado em agosto de 2008, por meio de um Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins e a antiga Escola Técnica Federal de Palmas, herdou o curso Técnico em Enfermagem da então Escola Estadual Técnica de Enfermagem de Araguaína. Seu funcionamento foi autorizado pela portaria nº 862 de 10 de setembro de 2009, emitida pelo Ministério da Educação, o que ocorreu em 11 de setembro de 2009.

Tem papel importante na região, ofertando cursos de qualidade para atender à crescente demanda de profissionais. Com ênfase na oferta de cursos na área da saúde e tecnologia da informação, o campus conta com estrutura de laboratórios de análises clínicas, anatomia e informática, além de outros espaços que contribuem para o aprimoramento do conhecimento teórico aliado à prática. Os cursos voltados para a área de informática atende atualmente a uma das principais demandas do mercado de trabalho. Além da recente ampliação nos ambientes administrativos e educacionais, foi inaugurado em 2013 o bloco de 12

salas de aula, ambiente estudantil de vivência, sala de vídeo e ambiente de atendimento individual, dentre outros espaços importantes para a unidade.

O Campus Araguaatins, oriundo da memorável Escola Agrotécnica Federal de Araguaatins, criada pelo Decreto nº. 91.673 em 20 de setembro de 1985 foi designada a funcionar com o 1º e 2º graus profissionalizantes com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica, tendo sido inaugurada em 23 de março de 1988.

Em 16 de novembro de 1993 (Lei nº 8.731) a Escola foi convertida em Autarquia Federal, oferecendo os cursos de Ensino Médio e cursos de Técnico Agrícola nas Habilitações de Agricultura, Agroindústria e Zootecnia.

O Campus é uma verdadeira escola fazenda composta por diversos setores para a prática nas áreas de Agropecuária, merecendo destaque a apicultura, avicultura, suinocultura, ovinocultura, bovinocultura, equinocultura, piscicultura, agroindústria, fruticultura, culturas anuais (mandioca, milho, feijão, arroz, soja e cana-de-açúcar), mecanização agrícola, topografia, irrigação e drenagem, olericultura, jardinagem, cooperativismo, extensão rural, produção de mudas e agrossilvicultura.

Além disso, possui laboratórios de análises de solo, biologia, bromatologia, física, hardware, informática, microbiologia, microscopia, química e sistemas.

O Campus dispõe de uma infraestrutura adequada ao seu funcionamento, sendo que, entre eles podemos destacar um ginásio poliesportivo, uma piscina semiolímpica, um bloco com 24 (vinte e quatro) salas de aula, centro de cultura e centro de capacitação.

O Campus Avançado Formoso do Araguaia iniciou suas atividades em 2014/01. Em 07 de Abril de 2014 foi feita a nomeação do Diretor através da portaria nº 178/Reitoria/IFTO, publicada no diário oficial nº 67 de 08/04/2014, sendo que este se instalou provisoriamente em uma sala na Secretaria Municipal de Educação, situada na Av. JK, Quadra 21, Centro, onde dividiu espaço com o setor de transporte escolar do município. A autorização ministerial quanto ao funcionamento se deu através da portaria nº. 27 de dia 21 de janeiro de 2015, publicada no D.O.U. seção 1, do dia 22 de janeiro de 2015.

Inicialmente foram ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, através do Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico em Emprego – PRONATEC, sendo oferecidos 4 cursos, os quais foram ministrados na Escola Municipal Dalci Barros Milhomen situada a Avenida Jorge Montel, s/n, no Jardim Planalto, nos períodos matutino e noturno.

A prefeitura Municipal de Formoso do Araguaia se comprometeu em ceder uma escola para implantação da Unidade Avançada e uma área de 32 ha, sendo que os trâmites processuais de doação ocorreram no durante o ano de 2014.

Em 30 de Julho de 2014, iniciou-se as atividades do Campus Avançado Lagoa da Confusão. Em 09 de Maio de 2014 foi feita a nomeação do Diretor através da portaria nº 242/2014/Reitoria/IFTO, publicada no diário oficial nº 88 de 12/05/2014.

O Campus Avançado Lagoa da Confusão encontra-se funcionando em prédio cedido pela Prefeitura Municipal de Lagoa da Confusão, conforme Of. SEMEC nº 137/2013, de 10 de novembro de 2013. A sede definitiva será construída em área a ser federalizada, conforme doação realizada por meio da Lei Municipal nº 651/2014 de 11 de agosto de 2014.

Inicialmente foram ofertados cursos de Formação Inicial e Continuada – FIC, através do Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico em Emprego – PRONATEC, sendo oferecidos 2 cursos.

O Campus Avançado de Pedro Afonso foi criado a partir da federalização do Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto, que, instituído pelas Leis Estaduais nº 8.022/75 e nº 9.504/84, funciona como Unidade Escolar desde 1973. Por meio da resolução nº 342, de 19/9/1985, do Conselho Estadual de Goiás, teve aprovada a Grade Curricular em que se habilitava a formar técnicos em Agropecuária.

Em 2012 implantaram-se dois novos cursos: Técnico em Logística e Técnico em Açúcar e Alcool, de acordo com a Resolução CCE-TO nº 108 de 22 de junho de 2012. Ao longo de sua trajetória, o Colégio Estadual Agrícola teve 20 Diretores em 18 Gestões.

Em junho de 2014, o Governo do Estado do Tocantins cedeu a área e as instalações do Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto ao Instituto Federal do Tocantins, através do Decreto nº 5.037 de 9 de maio de 2014, passando a se chamar Campus Avançado Pedro Afonso.

Com o intuito de estabelecer ações conjuntas durante o período de transição, a Secretária de Educação do Estado e o IFTO firmaram Termo de convênio para programar ações, somar e convergir esforços, destinar recursos e outras providências. Além disso, foi instituída uma Comissão, por meio da Portaria n.º 264/2014/REITORIA/IFTO, responsável pela convalidação dos atos pedagógico-administrativos e outras providências, inclusive a regularização de matrícula dos alunos que se encontravam em curso no Colégio Agrícola.

O Campus Avançado Pedro Afonso, situado na Av. das Mongubeiras, nº 410 – Setor Aeroporto, possui uma área total de 2.952.400m², sendo 7.800m² de área construída.

O Campus Colinas do Tocantins foi instituído na conjuntura da terceira fase de expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, regulamentada em agosto/2011. Em 10 de junho de 2014 o IFTO-Colinas do Tocantins teve sua autorização de funcionamento em razão da portaria 505 expedida pelo MEC. Assim, o primeiro ano de vida do Campus começa a dar seus primeiros passos em um prédio alugado pela Reitoria, onde funcionava a FUNDAMAN (Fundação Maçônica de Assistência ao Menor), situado à Avenida Tiradentes, nº 399, setor Campinas. O prédio que irá receber o Campus definitivamente encontra-se em fase de construção, na Avenida Bernardo Sayão, s/n setor Santa Maria, com previsão de entrega para 2016.

No dia 6 de junho de 2014, em ação da Reitoria Itinerante, o município é privilegiado com a aula inaugural do Instituto Federal do Tocantins, Campus Colinas do Tocantins. Compareceram ao momento histórico o Diretor pró-tempore, Paulo Hernandes Gonçalves da Silva, o então Prefeito de Colinas do Tocantins José Santana Neto, membros da comunidade local e alunos oriundos do primeiro processo seletivo que preencheu 70 vagas para o Curso de Técnico em Informática na modalidade subsequente.

O curso acima citado teve seu Projeto Pedagógico (PPC) apresentado pelo diretor do Campus no dia 17 de junho de 2014 e iniciou suas aulas no dia 04 de agosto de 2014 recebendo neste dia as primeiras turmas de alunos do IFTO-Colinas do Tocantins

O Campus Dianópolis encontra-se sediado no município de Dianópolis, cidade polo da mesorregião Sudeste do estado do Tocantins, que é composta por vinte municípios. Em 2008 a região Sudeste do Tocantins foi reconhecida como Território da Cidadania e vem desenvolvendo alguns projetos e ações em busca do desenvolvimento regional sustentável. O Campus apresenta uma vocação naturalmente agrícola, pois surgiu a partir da doação, por parte do Estado do Tocantins, de uma área rural de aproximadamente 593 ha, onde funcionou, por muitos anos, a Fundação Agroindustrial São José, mais conhecido como Instituto de Menores de Dianópolis. Além da vocação agrícola, o campus também desenvolve o potencial na área de informática.

Tendo em vista o compromisso em assumir seu papel institucional, o Campus Dianópolis vem concretizando ações voltadas para a sua infraestrutura, iniciou-se nos anos de 2012 e 2013 a construção de 2(dois) blocos de salas de aula, em 2013 foi iniciada a construção de 1(um) auditório como também a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento de Link de Internet, buscando assim proporcionar meios capazes de atingir os objetivos de cunho pedagógico e social proposto pela organização.

O funcionamento do Campus Dianópolis foi autorizado pela Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013 do Ministério da Educação, tendo suas aulas iniciado dia 13 de maio de 2013 com um total de 150 vagas ofertadas nos Cursos: Técnico em Informática e em Agropecuária Subsequentes ao Ensino Médio, distribuídas nos três turnos. No segundo semestre de 2013 foram ofertadas mais 150 vagas nos mesmos cursos, além de cursos de curta duração pelo Pronatec. No primeiro semestre de 2014 foram selecionados 60 estudantes para cursar: Técnico em Informática e em Agropecuária Integrados ao Ensino Médio. A projeção para 2014 é de ofertar mais 90 vagas para os Cursos: Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio e 30 vagas para o curso superior de Engenharia Agrônômica.

O Campus Gurupi, instalado no edifício da antiga unidade do Centro Universitário da UNIRG, foi doado pela Prefeitura Municipal de Gurupi e ocupa uma área de 20.000m². O campus foi inaugurado oficialmente em 1º de fevereiro de 2010, mas suas atividades foram iniciadas no segundo semestre do mesmo ano. O campus Gurupi é considerado referência no ensino técnico na região sul do Estado. Atualmente oferece o curso superior licenciatura em artes cênicas, os cursos técnicos subsequentes em agronegócios, edificações e arte dramática, curso proeja em operações comerciais e ensino médio integrado em agronegócio.

O Campus Palmas, instituído pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 de criação do Institutos Federais, iniciou sua história em 1991, quando o Governo do Estado do Tocantins disponibilizou a área para construção de sua estrutura.

A chamada Escola Técnica Federal de Palmas foi criada com a publicação da Lei nº 8.670, de 30.06.1993, e, após longo período de procedimentos para a sua construção, veio a funcionar a partir do dia 10.03.2003, com três cursos técnicos: Edificações, Eletrotécnica e Informática.

Até então, o Estado do Tocantins dispunha de três unidades da Rede Federal de Educação Profissional: a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA); a Escola Técnica Federal de Palmas (ETF-Palmas); e a Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) de Paraíso do Tocantins.

Atualmente o Campus Palmas oferece os cursos técnicos subsequentes em Agrimensura, Edificações, Eletrotécnica, Mecatrônica, Controle Ambiental, Informática, Segurança do Trabalho, Secretariado; os cursos técnicos integrados ao ensino médio em Agrimensura, Agronegócio, Eletrotécnica, Mecatrônica, Informática, Administração e Eventos; os Cursos Superiores de Tecnologia em Agronegócio, Sistemas Elétricos, Sistemas para Internet, Gestão e Turismo e Gestão Pública; os cursos superiores de Licenciatura em Física e Licenciatura em Matemática e bacharelado em Engenharia Civil; os cursos médios na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Atendimento e Manutenção e Operação de Microcomputadores; e o curso de Pós-graduação *latu sensu* em Telemática.

O Campus Palmas oferece ainda cursos técnicos subsequentes na Modalidade de ensino à Distância, em quinze cidades do Estado do Tocantins, Polos do EaD: Agroecologia; Administração; Secretariado; Informática para internet; Manutenção e Suporte em informática; Marketing; Controle Ambiental; Segurança do Trabalho.

O campus conta com 80 salas de aula (entrega planejada até o fim de 2019), uma biblioteca de mais de 25.000 volumes alojados em mais de 1.700 metros quadrados, além de 36 laboratórios, nas áreas de segurança do trabalho, gestão rural, informática, geoprocessamento, biologia, construção civil, hidráulica, física, hospedagem, robótica, mecatrônica, industrialização e topografia.

O Campus Paraíso do Tocantins, antiga Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Palmas, originou-se da federalização do Centro de Educação Profissional de Paraíso - CEP e fez parte do Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Implantado em 2007, o campus Paraíso do Tocantins teve suas aulas iniciadas no dia 5 de novembro do mesmo ano, e sua inauguração oficial ocorreu em 8 de novembro.

Este Campus dispõe de uma área de 19,73 hectares. Sua estrutura conta com 15 salas de aula (768 m²), biblioteca com mais de 8.300 volumes numa área construída disponível de 168,65 m², Ginásio de Esportes (1.128,60 m²) com banheiros, vestiários e salas administrativas, Auditório com dois camarins e dois banheiros (200,36 m²), laboratórios de abate suíno, informática, hortigranjeiro, saneamento e alimentos, além de ambientes administrativos.

O Campus Porto Nacional, foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, consolidando um dos frutos do Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo suas aulas iniciadas em 02 de agosto do mesmo ano. Atualmente, é ofertado os cursos superiores em licenciatura em computação e tecnologia em logística, os técnicos subsequentes em informática e logística e o ensino médio integrado em meio ambiente e a administração, além do curso Proeja.

Este Campus dispõe de uma área construída de 5.720,19 m². Sua estrutura conta com 28 salas de aula (957,60 m²), biblioteca com mais de 3.200 volumes numa área construída disponível de 247,17 m²,

Ginásio de Esportes (1.694 m²), laboratórios de química, biologia, física, informática, além de ambientes administrativos.

1.2. NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

1.2.1 Normas de criação e alteração

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, criou em todo país 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, formados a partir da união entre os Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas vinculadas a Universidades. No Tocantins, com a integração da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA) e a Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) foi criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFTO, formado atualmente por 8 (oito) campi: Araguatins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Araguaína, Gurupi, Porto Nacional, Dianópolis e Colinas do Tocantins e 3 (três) Campus Avançados: Pedro Afonso, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia, conforme inciso XXXVIII da Portaria Ministerial nº 06 de janeiro de 2009, publicada na Seção 1 do DOU.

1.2.1 Normas de funcionamento

As normas que regem o funcionamento do IFTO são: A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Regimento Geral e Estatuto do IFTO, disponíveis no site oficial da Instituição http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/doc_institucional.php.

1.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O ensino no Brasil passa por grandes mudanças desde 1990. As principais mudanças nesse período foram:

- grande aumento do número de alunos matriculados no ensino superior, principalmente na rede privada;
- surgimento de novas Instituições de Ensino Superior (IES);
- aprimoramento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES); e
- profissionalização dos participantes do mercado, alguns até mesmo abrindo capital na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e realizando aquisições e novos investimentos por todo o País.
- Grande avanço do ensino à distância

Todas essas e outras mudanças afetam o ambiente de atuação do IFTO, que, para se posicionar estrategicamente frente a esses desafios, tem despendido alguns esforços.

Para conseguir atender ao aumento da demanda por vagas no ensino superior, investiu em infraestrutura e na capacitação dos seus servidores, permitindo a oferta de mais e variados tipos de cursos. Tem investido também para este fim em cursos EaD, que são capazes de proporcionar redução de custos e aumento de capilaridade para as IES, por permitir atingir um número maior de estudantes por docente via utilização de recursos tecnológicos, e diminui também a necessidade de ocupação de salas de aula, chega a estudantes que estão em regiões em que não há campus do Instituto. Estas e outras iniciativas se fazem necessárias porque mesmo o IFTO sendo um Instituição pública gratuita, está sujeito à concorrência no mercado de formação profissional, tanto por parte de outras instituições públicas, como por parte de instituições privadas. E uma vez que essa concorrência tem aumentado e se especializado, o IFTO, por exemplo, precisa cada vez mais decifrar seu ambiente. Por esse motivo o IFTO tem realizado, por exemplo, um trabalho de levantamento sistemático dos motivos que tem levado seus alunos ao abandono de cursos, afim de melhorar progressivamente a qualidade do seu ensino.

1.3.1. Inserção do IFTO no Cenário Socioeconômico do Tocantins

Localizado no centro geodésico do Brasil, o Estado do Tocantins situa-se entre os paralelos 5° e 13° de latitude sul e entre os meridianos 45° e 50° de longitude oeste. Com uma população estimada em 1.515.126 habitantes (IBGE, 2015), 78,8% desse total equivale à população urbana, enquanto 21,2% desses habitantes vivem no campo. Constituído por 139 municípios, o Estado possui uma área de 277.720,569 Km² (IBGE, 2015). Essa extensão territorial corresponde a 3,3% do território nacional e a 7,2% da região Norte. Os Estados limítrofes são: Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Piauí. É o 6° estado com menor densidade demográfica, 4,98 hab./km, e rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente de R\$818,00 (IBGE, 2015).

Por se localizar em uma área de transição, o Tocantins apresenta características climáticas e físicas tanto da Amazônia Legal quanto da Zona Central do Brasil: a vegetação exibe desde o cerrado, campos limpos ou rupestres, à floresta equatorial de transição, encontrável sob a forma de mata de galeria. O cerrado ocupa uma área superior a 60% da superfície total do Estado. O clima é tropical, com temperatura máxima anual variando entre 30°C e 32,5°C (INPE, 2015). Opulento em recursos hídricos, as principais bacias que cortam o Estado são as do Tocantins, do Araguaia, do Sono, das Balsas, do Paraná e de Manuel Alves. O relevo é formado, predominantemente, por depressões, por planaltos a Sul e Nordeste, e planícies na região central. O ponto mais elevado é a Serra Traíras ou também conhecida como Serra das Palmas, com 1.340 metros, localizada na divisa com Goiás. Exuberante em belezas naturais, o Tocantins foi agraciado por paragens como: a Ilha do Bananal, a maior ilha fluvial do mundo, localizada na região Sudoeste do Estado, onde também estão o Parque Nacional do Araguaia e o Parque Nacional Indígena; o Parque Estadual do Jalapão, a Lagoa da Confusão, além de outras riquezas naturais localizadas nos cursos dos rios Tocantins e Araguaia.

Do ponto de vista econômico, mesmo sendo o Estado mais jovem do país, o Tocantins teve um bom desempenho de 2010 a 2013, visto ter apresentado um crescimento real de 16,9% do PIB, com isso ocupa a 24ª posição no ranking brasileiro, contribuindo com 0,4% ao PIB nacional (SEPLAN/TO, 2016). Em 2010 o Estado apresentou crescimento superior a todas as Unidades da Federação, ao crescimento da região Norte (9,9%) e do Brasil (7,5%). Segundo dados da SEPLAN/TO (2013), o setor econômico que se destaca no PIB do Tocantins é o de prestação de serviços, que participa com 56,5% do total, seguido pela indústria, que contribui com 25,4%, e atividades agropecuárias, 18,1%, e, entre as 12 atividades que compõem o Valor Adicionado (VA) do Tocantins, as 4 atividades de maior peso foram: Administração, Saúde e Educação Pública; Agropecuária; Construção Civil e Comércio.

No setor agropecuário, fundamental para a economia tocantinense, as principais atividades são a produção de grãos, a pecuária bovina de corte e a fruticultura, sendo esta última atividade responsável pela geração de grande número de empregos diretos e indiretos. Na pauta das exportações, a soja é o carro-chefe, seguida pela exportação de carnes e derivados e, por último, pelo abacaxi. Outra atividade que se desponta no Estado é a produção de biocombustíveis, principalmente a partir da extração dos potenciais energéticos de culturas como a do babaçu, a soja e a do pinhão-mansão.

A agroindústria demonstra, igualmente, grande potencial econômico no Estado. Foram implantados cinco distritos agroindustriais nos municípios de Palmas, Porto Nacional, Gurupi, Araguaína e Paraíso do Tocantins, que contribuem não só com a geração de divisas para o Estado como também com renda para as populações locais.

Além disso, o Estado possui excelentes condições materiais para a implantação de projetos de produção de peixes, porque tem uma qualidade de água excepcional, com temperatura estável, o que favorece o desenvolvimento de atividades econômicas na área da aquicultura. Outras atividades que poderão viabilizar investimentos para a geração de emprego e renda, bem como para o desenvolvimento econômico do Estado estão relacionadas ao turismo - destaque para o ecoturismo, o turismo balneário e o turismo cultural. Com cinco áreas de proteção ambiental, contando com riquezas hídricas e praias e com duas cidades com centros históricos tombados como patrimônio histórico (Natividade e Porto Nacional), o

Estado do Tocantins apresenta agudas potencialidades de desenvolvimento econômico a partir dessas modalidades turísticas.

No que tange à infraestrutura, duas obras são de fundamental importância para a economia do estado: a rodovia BR-153 e a Ferrovia Norte-Sul. A primeira, já consolidada, é de inestimável valor para as atividades comerciais, pois é a principal via de escoamento de produção no Estado. Grandes municípios tocantinenses, como Gurupi, Araguaína, Paraíso do Tocantins, Colinas do Tocantins, Guaraí, além de outros, floresceram às margens dessa rodovia, demonstrando a vitalidade dessa estrada tanto para a economia quanto para a história tocantinense. Já a Ferrovia Norte-Sul, ainda em fase de construção, tem seu maior trecho previsto (mais de 500 km) para o Estado do Tocantins. Com a construção dessa ferrovia, a expectativa é de aumentar a capacidade de transporte de baixo custo. Quando estiver em plena operação, a ferrovia será capaz de transportar cerca de 12,4 milhões de toneladas/ano, possibilitando o escoamento da produção e reduzindo significativamente o custo do frete para longas distâncias. Além disso, a obra viabilizará a implantação de novos negócios, além da geração de vários empregos, diretos e indiretos.

Nesse contexto socioeconômico que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins foi criado em dezembro de 2008, por meio da Lei Federal nº 11.892, contando hoje com uma Reitoria, 16 polos de Educação a Distância – EaD –, 8 campi em pleno funcionamento e 3 campi avançados em fase de implantação, todos localizados em regiões economicamente estratégicas do Estado.

O Instituto Federal edifica-se no seio dos municípios mais populosos do Tocantins; seus campi estão localizados em Palmas (257.904 hab.), Araguaína (164.093 hab.), Gurupi (81.792 hab.), Porto Nacional (51.501 hab.), Paraíso do Tocantins (47.724 hab.), Araguatins (33.524 hab.), Colinas do Tocantins (33.078 hab.) e Dianópolis (20.566 hab.), e os campi avançados estão localizados em Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso; já os polos de EaD estão em Alvorada, Araguatins, Araguacema, Colinas do Tocantins, Cristalândia, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Natividade, Palmas, Palmeirópolis, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Porto Nacional, Taguatinga e Tocantinópolis.

Ao agregar e expandir instituições de educação profissionais já sedimentadas como a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, hoje Campus Araguatins, e a Escola Técnica Federal de Palmas, hoje Campus Palmas, e com a implantação de outros seis campi em pleno funcionamento, e ainda com seus três campi avançados em fase de implantação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins busca formar não só profissionais qualificados para o mundo do trabalho, como também cidadãos preparados para a vida social e política, além, é claro, de contribuir para o desenvolvimento dos diferentes setores produtivos do Tocantins, resguardando as singularidades econômicas, sociais e culturais dos distintos municípios e regiões do Estado.

1.3.2. Caracterização do Mercado de Educação Superior no Brasil

Quadro 1 - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2015

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Instituições														
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	2.364	846	1.518	195	86	109	149	60	89	1.980	670	1.310	40	30	10
Pública	295	98	197	107	48	59	9	2	7	139	18	121	40	30	10
Federal	107	64	43	63	31	32	.	.	.	4	3	1	40	30	10
Estadual	120	33	87	38	17	21	1	1	.	81	15	66	.	.	.
Municipal	68	1	67	6	.	6	8	1	7	54	.	54	.	.	.
Privada	2.069	748	1.321	88	38	50	140	58	82	1.841	652	1.189	.	.	.
Norte	150	95	55	17	15	2	9	6	3	117	67	50	7	7	.
Pública	24	20	4	15	13	2	1	.	1	1	.	1	7	7	.
Federal	17	15	2	10	8	2	.	.	.	.	.	.	7	7	.
Estadual	5	5	.	5	5	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Municipal	2	.	2	.	.	.	1	.	1	1	.	1	.	.	.
Privada	126	75	51	2	2	.	8	6	2	116	67	49	.	.	.
Tocantins	25	10	15	2	2	.	2	1	1	20	6	14	1	1	.
Pública	5	3	2	2	2	.	1	.	1	1	.	1	1	1	.
Federal	2	2	.	1	1	.	.	.	.	.	.	.	1	1	.
Estadual	1	1	.	1	1	.	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Municipal	2	.	2	.	.	.	1	.	1	1	.	1	.	.	.
Privada	20	7	13	.	.	.	1	1	.	19	6	13	.	.	.

Fonte: Sinopse Estatísticas da Educação Superior, 2015, INEP

Quadro 2 - Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais e a Distância em Instituições Públicas e Privadas por Região e Modalidade de Oferta

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Total Geral					IF e CEFET				
	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável	Total	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Não Aplicável
Brasil	8.027.297	5.516.151	1.471.930	1.010.142	29.074	144.876	49.347	45.140	50.151	238
Pública	1.952.145	1.195.020	578.997	149.209	28.919	144.876	49.347	45.140	50.151	238

	Federal	1.214.635	800.417	323.295	68.862	22.061	144.876	49.347	45.140	50.151	238
	Estadual	618.633	301.873	233.222	76.699	6.839	.	.	.	.	.
	Municipal	118.877	92.730	22.480	3.648	19	.	.	.	.	.
Privada		6.075.152	4.321.131	892.933	860.933	155	.	.	.	.	.
Norte		647.609	391.230	183.869	71.528	982	13.093	2.024	6.311	4.758	.
	Pública	198.091	95.990	91.762	9.357	982	13.093	2.024	6.311	4.758	.
	Federal	145.742	72.451	66.555	5.754	982	13.093	2.024	6.311	4.758	.
	Estadual	46.746	18.235	24.942	3.569	.	.	.	.	.	.
	Municipal	5.603	5.304	265	34	.	.	.	.	.	.
Privada		449.518	295.240	92.107	62.171	.	.	.	.	.	.
Tocantins		75.056	51.150	16.526	7.146	234	2.811	707	1.118	986	.
	Pública	34.654	21.218	11.504	1.698	234	2.811	707	1.118	986	.
	Federal	20.719	10.251	8.588	1.646	234	2.811	707	1.118	986	.
	Estadual	8.332	5.663	2.651	18	.	.	.	.	.	.
	Municipal	5.603	5.304	265	34	.	.	.	.	.	.
Privada		40.402	29.932	5.022	5.448	.	.	.	.	.	.

Fonte: Sinopse Estatísticas da Educação Superior, 2015, INEP

Quadro 3 - Cursos de nível Graduação Presencial por região e tipo de Instituição.

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Número de Cursos de Graduação Presenciais														
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	32.028	12.017	20.011	15.018	5.638	9.380	4.189	2.045	2.144	11.593	4.030	7.563	1.228	304	924
Pública	10.347	3.041	7.306	8.370	2.661	5.709	127	11	116	622	65	557	1.228	304	924
Federal	6.018	2.386	3.632	4.772	2.070	2.702	.	.	.	18	12	6	1.228	304	924
Estadual	3.612	654	2.958	3.319	591	2.728	10	10	.	283	53	230	.	.	.
Municipal	717	1	716	279	.	279	117	1	116	321	.	321	.	.	.
Privada	21.681	8.976	12.705	6.648	2.977	3.671	4.062	2.034	2.028	10.971	3.965	7.006	.	.	.
Norte	2.418	1.316	1.102	1.270	569	701	184	139	45	827	544	283	137	64	73
Pública	1.310	519	791	1.150	455	695	17	.	17	6	.	6	137	64	73
Federal	786	394	392	649	330	319	.	.	.	.	.	.	137	64	73
Estadual	501	125	376	501	125	376	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Municipal	23	.	23	.	.	.	17	.	17	6	.	6	.	.	.
Privada	1.108	797	311	120	114	6	167	139	28	821	544	277	.	.	.

Tocantins	246	99	147	77	23	54	42	25	17	100	39	61	27	12	15
Pública	127	35	92	77	23	54	17	.	17	6	.	6	27	12	15
Federal	91	31	60	64	19	45	.	.	.	.	.	.	27	12	15
Estadual	13	4	9	13	4	9	.	.	.	.	.	.	.	.	.
Municipal	23	.	23	.	.	.	17	.	17	6	.	6	.	.	.
Privada	119	64	55	.	.	.	25	25	.	94	39	55	.	.	.

Fonte: Sinopse Estatísticas da Educação Superior, 2015, INEP

1.3.3. Caracterização do Mercado de Educação Básica no Brasil

Quadro 4 - Número de Matrículas na Educação Básica - Ensino Regular, Especial e/ou EJA

Unidade da Federação	Total ¹⁻⁴	Etapa de Ensino					
		Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	Educação Especial
		Total	Total	Total	Total	Total	Total
Brasil	48.796.512	7.972.230	27.931.210	8.076.150	1.917.192	3.491.869	930.683
Região Norte	5.071.784	620.990	3.121.214	789.324	125.559	455.132	79.529
Tocantins	409.394	60.675	252.125	68.654	13.432	20.923	11.491

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica, 2015, INEP

1.3.4. Empresas que Atuam Ofertando Serviços Similares ao IFTO na sua Região de Atuação

O IFTO, conforme a artigo 7º da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (Lei de criação dos institutos federais) e o decreto 5.840, de 13 de julho de 2006, pode oferta as seguintes modalidades de ensino:

- Ensino profissional integrado ao ensino médio
- Ensino profissional subsequente ao ensino médio
- Ensino profissional concomitante ao ensino médio
- Cursos de formação inicial e continuada;
- Educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos - PROEJA
- Licenciatura
- Programas de formação pedagógica com vistas na formação de professores para a educação básica
- Cursos superiores de tecnologia
- Bacharelados
- Cursos de pós-graduação *latu sensu*
- Cursos de pós-graduação *strictu sensu*

No estado do Tocantins, região de atuação do IFTO, existem, como ele, mais três entidades públicas que ofertam educação de nível superior, sendo elas:

- Universidade Federal do Tocantins - UFT, que, em 2012, já registrava 7 *campi* ofertando 46 cursos (24 bacharelados, 19 licenciaturas e 3 Tecnólogos).
- Fundação Universidade do Tocantins - UNITINS, universidade estadual que conta com 4 *campi* ofertando 14 cursos.
- Centro Universitário de Gurupi – UnirG, universidade municipal da cidade de Gurupi, ofertando 15 cursos de nível superior.

Em consulta ao sistema e-Mec, disponível no site do Ministério da Educação e da Cultura, no endereço <http://emec.mec.gov.br/>, existe registrada a oferta de 168 cursos de nível superior, distribuídos em 25 municípios, localizados em 79 *campi* (ou polos), conforme distribuição abaixo:

1. Alvorada

1. Centro Universitário Internacional – Uninter
2. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
3. Universidade do Tocantins – UNITINS

2. Ananás

1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
2. Universidade do Tocantins – UNITINS

3. Araguacema

1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
2. Universidade do Tocantins – UNITINS

4. Araguaína

1. Faculdade Católica Dom Orione – FACDO
2. Faculdade de Administração – ITPAC
3. Faculdade de Ciências Contábeis de Araguaína - ITPAC
4. Faculdade de Ciências do Tocantins – FACIT
5. Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde de Araguaína – FAHESA/ITPAC
6. Faculdade de Direito de Araguaína – ITPAC

7. Faculdade de Educação Física de Araguaína – ITPAC
 8. Faculdade de Enfermagem – ITPAC
 9. Faculdade de Farmácia e Bioquímica – ITPAC
 10. Faculdade de Medicina – ITPAC
 11. Faculdade de Odontologia – ITPAC
 12. Faculdade de Pedagogia e Formação de Normalistas de Araguaína – ITPAC
 13. Faculdade de Sistema de Informação – ITPAC
 14. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
 15. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
 16. Centro Universitário Internacional - Uninter
5. Araguatins
 1. Faculdade Integrada de Araguatins – FAIARA
 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
 3. Universidade do Tocantins – UNITINS
 4. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
 5. Universidade Paulista - UNIP
 6. Arraias
 1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
 7. Augustinópolis
 1. Faculdade do Bico do Papagaio – FABIC
 2. Universidade do Tocantins – UNITINS
 8. Colinas do Tocantins
 1. Faculdade Integrada de Ensino Superior de Colinas – FIESC
 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
 9. Cristalândia
 1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
 2. Universidade do Tocantins – UNITINS
 10. Dianópolis
 1. Faculdade para o Desenvolvimento do Sudeste Tocantinense – FADES
 2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
 3. Universidade do Tocantins – UNITINS
 11. Formoso do Araguaia
 1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
 12. Guaraí
 1. Faculdade Guaraí – FAG
 13. Gurupi
 1. Centro Universitário UNIRG – UNIRG
 2. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
 3. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
 14. Lagoa da Confusão

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
2. Universidade Anhanguera - UNIDERP

15. Mateiros

1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
2. Universidade do Tocantins – UNITINS

16. Miracema do Tocantins

1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
2. Universidade Paulista - UNIP

17. Nova Olinda

1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
2. Universidade do Tocantins – UNITINS

18. Palmas

1. Centro Universitário Luterano de Palmas – CEULP
2. Faculdade Católica do Tocantins – FACTO
3. Faculdade de Ciências Humanas, Econômicas e da Saúde – FAHESA/ITPAC PALMAS
4. Faculdade de Palmas – FAPAL
5. Faculdade de Tecnologia de Palmas – FTP
6. Faculdade ITOP – ITOP
7. Faculdade Serra do Carmo – FASEC
8. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
9. Instituto de Ensino e Pesquisa Objetivo – IEPO
10. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO
11. Universidade do Tocantins – UNITINS

19. Paraíso do Tocantins

1. Faculdade de Administração de Empresas de Paraíso do Tocantins – FAP
2. Faculdade de Ciências Jurídicas de Paraíso do Tocantins – FCJP
3. Faculdade de Educação Ciências e Letras de Paraíso – FECIPAR
4. Faculdade de Sistemas de Informação de Paraíso do Tocantins – FSIP
5. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO

20. Pedro Afonso

1. Faculdade Rio Sono – RISO
2. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO

21. Pium

1. Faculdade Antônio Propício Aguiar Franco – FAPAF

22. Porto Nacional

1. Faculdade Presidente Antônio Carlos – FAPAC
2. Faculdade São Marcos – FASAMAR
3. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO

23. Sampaio

1. Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto – Estácio Ribeirão Preto

24. Taguatinga

1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT
2. Universidade do Tocantins – UNITINS

25. Tocantinópolis

1. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT

1.3.5. Participação do IFTO na Oferta de Educação no Estado do Tocantins, em 2016

Quadro 5 - Relação dos cursos presenciais ofertados pelo IFTO em 2016.

RELAÇÃO DE VAGAS OFERTADAS EM 2016/1 E PREVISÃO DE OFERTA DE VAGAS PARA 2016/2							
	Campus	CURSO	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	2016/1	2016/2	regime de oferta
	Araguaína	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Tecnologia	Presencial	40	0	anual
	Araguaína	ANÁLISES CLÍNICAS	Subsequente	Presencial	40	40	semestral
	Araguaína	ENFERMAGEM	Subsequente	Presencial	40	40	semestral
	Araguaína	BIOTECNOLOGIA	Médio Integrado	Presencial	40	0	anual
	Araguaína	OPERADOR DE COMPUTADOR	Proeja - FIC	Presencial	40	0	anual
	Araguaína	INFORMÁTICA	Médio Integrado	Presencial	80	0	anual
	Araguatins	AGRONOMIA	Bacharelado	Presencial	40	0	anual
	Araguatins	AGROPECUÁRIA	Médio Integrado	Presencial	200	0	anual
	Araguatins	AGROPECUÁRIA	Subsequente	Presencial	40	0	anual
	Araguatins	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	Presencial	40	0	anual
	Araguatins	COMPUTAÇÃO	Licenciatura	Presencial	40	0	anual
	Araguatins	REDES DE COMPUTADORES	Médio Integrado	Presencial	35	0	anual
	Colinas do Tocantins	AGROPECUÁRIA	Subsequente	Presencial	40	40	semestral
	Colinas do Tocantins	AGROPECUÁRIA	Médio Integrado	Presencial	40		anual
	Colinas do Tocantins	INFORMÁTICA	Médio Integrado	Presencial	70	0	anual
	Colinas do Tocantins	COMPUTAÇÃO	Licenciatura	Presencial	45	45	semestral
	Colinas do Tocantins	INFORMÁTICA	Subsequente	Presencial	35	35	semestral
	Dianópolis	AGROPECUÁRIA	Médio Integrado	Presencial	30	0	anual
	Dianópolis	COMPUTAÇÃO	Licenciatura	Presencial	40	40	semestral
	Dianópolis	ENGENHARIA AGRÔNOMICA	Bacharelado	Presencial	30	30	semestral
	Dianópolis	INFORMÁTICA	Médio Integrado	Presencial	60	0	anual
	Formoso do Araguaia	AGRICULTURA	Subsequente	Presencial	30	30	semestral
	Formoso do Araguaia	INFORMÁTICA	Subsequente	Presencial	30	30	semestral
	Gurupi	AGRONEGÓCIO	Médio Integrado	Presencial	35	0	anual
	Gurupi	AGRONEGÓCIO	Subsequente	Presencial	35	35	semestral
	Gurupi	ARTES CÊNICAS	Licenciatura	Presencial	40	0	anual

Gurupi	OPERADOR DE COMPUTADOR	Proeja - Técnico	Presencial	35		
Gurupi	EDIFICAÇÕES	Subsequente	Presencial	35	35	semestral
Gurupi	EDIFICAÇÕES	Médio Integrado	Presencial	35	0	anual
Gurupi	ADMINISTRAÇÃO	Médio Integrado	Presencial	35	0	anual
Lagoa da Confusão	AGRICULTURA	Subsequente	Presencial	15	10	semestral
Lagoa da Confusão	INFORMÁTICA	Subsequente	Presencial	15	10	semestral
Lagoa da Confusão	INFORMÁTICA	Concomitante	Presencial	20	25	semestral
Lagoa da Confusão	AGRICULTURA	Concomitante	Presencial	20	25	semestral
Palmas	ADMINISTRAÇÃO	Médio Integrado	Presencial	40	0	anual
Palmas	AGRIMENSURA	Médio Integrado	Presencial	40	0	anual
Palmas	AGRIMENSURA	Subsequente	Presencial	30	30	semestral
Palmas	AGRONEGÓCIO	Médio Integrado	Presencial	40	0	anual
Palmas	AGRONEGÓCIO	Tecnologia	Presencial	40	40	anual
Palmas	ATENDIMENTO	Proeja - FIC	Presencial	40	40	semestral
Palmas	CONTROLE AMBIENTAL	Subsequente	Presencial	40	40	semestral
Palmas	EDIFICAÇÕES	Subsequente	Presencial	30	30	semestral
Palmas	EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura	Presencial	40	0	anual
Palmas	EDUCAÇÃO FÍSICA - PARFOR	Licenciatura	Presencial	40	0	
Palmas	ELETROTÉCNICA	Médio Integrado	Presencial	30	0	anual
Palmas	ELETROTÉCNICA	Subsequente	Presencial	30	30	semestral
Palmas	ENGENHARIA CIVIL	Bacharelado	Presencial	40	40	semestral
Palmas	ENGENHARIA ELÉTRICA	Bacharelado	Presencial	30	30	semestral
Palmas	EVENTOS	Médio Integrado	Presencial	40	0	anual
Palmas	FÍSICA	Licenciatura	Presencial	40	0	anual
Palmas	GESTÃO DE TURISMO	Tecnologia	Presencial	40	0	anual
Palmas	GESTÃO PÚBLICA	Tecnologia	Presencial	40	40	semestral
Palmas	INFORMÁTICA	Subsequente	Presencial	30	30	semestral
Palmas	INFORMÁTICA PARA INTERNET	Médio Integrado	Presencial	40	0	anual
Palmas	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA	Licenciatura	Presencial	40	0	anual
Palmas	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE MICROCOMPUTADORES	Proeja - FIC	Presencial	40	40	semestral

	Palmas	MATEMÁTICA	Licenciatura	Presencial	40	0	anual
	Palmas	MECATRÔNICA	Médio Integrado	Presencial	30	0	anual
	Palmas	MECATRÔNICA	Subsequente	Presencial	30	40	semestral
	Palmas	SECRETARIADO	Subsequente	Presencial	40	40	semestral
	Palmas	SEGURANÇA DO TRABALHO	Subsequente	Presencial	40	40	semestral
	Palmas	SISTEMAS PARA INTERNET	Tecnologia	Presencial	30	30	semestral
	Palmas	TELEMÁTICA	Especialização	Presencial	30	0	anual
	Paraíso do Tocantins	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	Presencial	40	0	anual
	Paraíso do Tocantins	AGROINDÚSTRIA	Médio Integrado	Presencial	40	0	anual
	Paraíso do Tocantins	ALIMENTOS	Tecnologia	Presencial	40	0	anual
	Paraíso do Tocantins	QUÍMICA	Licenciatura	Presencial	40	0	anual
	Paraíso do Tocantins	INFORMÁTICA	Médio Integrado	Presencial	30	0	anual
	Paraíso do Tocantins	MATEMÁTICA	Licenciatura	Presencial	40	0	anual
	Paraíso do Tocantins	MEIO AMBIENTE	Médio Integrado	Presencial	60	0	anual
	Paraíso do Tocantins	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Bacharelado	Presencial	30	0	anual
	Pedro Afonso	AGROPECUÁRIA	Subsequente	Presencial	35	35	semestral
	Pedro Afonso	AGROPECUÁRIA	Concomitante	Presencial	40	40	semestral
	Pedro Afonso	INFORMÁTICA	Subsequente	Presencial	35	35	semestral
	Porto Nacional	ADMINISTRAÇÃO	Médio Integrado	Presencial	40	0	anual
	Porto Nacional	COMPUTAÇÃO	Licenciatura	Presencial	40	40	semestral
	Porto Nacional	INFORMÁTICA PARA INTERNET	Médio Integrado	Presencial	40	0	anual
	Porto Nacional	INFORMÁTICA	Subsequente	Presencial	40	0	semestral
	Porto Nacional	LOGÍSTICA	Tecnologia	Presencial	40	40	semestral
	Porto Nacional	MEIO AMBIENTE	Médio Integrado	Presencial	40	0	anual
	Porto Nacional	VENDAS	Subsequente	Presencial	40	0	anual
TOTAL DE VAGAS POR SEMESTRE					3215	1200	
					4415		

Quadro 6 - Relação dos cursos EaD ofertados pelo IFTO em 2016.

	CÂMPUS	CURSO	TIPO DE CURSO	MODALIDADE	2016/1
1	Araguaína	Gerência em Saúde	Subsequente	EAD	200
2	Colinas do Tocantins	MANUTENÇÃO E SUPORTE EM INFORMÁTICA	Subsequente	EAD	200
3	Palmas	ADMINISTRAÇÃO	Subsequente	EAD	200
4	Palmas	AGROECOLOGIA	Subsequente	EAD	180
5	Palmas	CONTROLE AMBIENTAL	Subsequente	EAD	180
6	Palmas	SECRETARIADO	Subsequente	EAD	150
7	Palmas	SEGURANÇA DO TRABALHO	Subsequente	EAD	200
8	Paraíso do Tocantins	MEIO AMBIENTE	Subsequente	EAD	150
9	Paraíso do Tocantins	SERÇOS PÚBLICOS	Subsequente	EAD	200
10	Porto Nacional	LOGÍSTICA	Subsequente	EAD	200
TOTAL					1.860

Quadro 7 - Relação dos cursos FIC ofertados pelo IFTO em 2016.

	Campus	CURSO	TIPO DE CURSO	2016/1
	Araguaína	Auxiliar Administrativo	FIC	35
	Araguaína	Gestão Pública	FIC	40
	Araguatins	Agricultura Familiar	FIC	40
	Colinas do Tocantins	Auxiliar em Zootecnia	FIC	45
	Colinas do Tocantins	Agente de Combate às Endemias	FIC	50
	Colinas do Tocantins	Leitura e Interpretação de Textos	FIC	50
	Colinas do Tocantins	PREPARATÓRIO PARA O ENEM	FIC	50
	Colinas do Tocantins	AUXILIAR EM ZOOTECHNIA	FIC	45
	Colinas do Tocantins	PISCICULTURA EM TANQUES ESCAVADOS	FIC	40
	Formoso do Araguaia	Auxiliar de Biblioteca	FIC	20
	Formoso do Araguaia	Agente de Inclusão Digital	FIC	20
	Formoso do Araguaia	Matemática Aplicada às Ciências Agrárias	FIC	20
	Formoso do Araguaia	Espanhol Básico	FIC	20
	Formoso do Araguaia	Operador de Computador	FIC	30
	Formoso do Araguaia	Auxiliar em Orientação Educacional	FIC	40
	Formoso do Araguaia	Agente Cultural	FIC	20
	Formoso do Araguaia	Inglês Básico	FIC	20
	Formoso do Araguaia	Conceitos de Legislação Educacional	FIC	20
	Formoso do Araguaia	Português Instrumental e Redação Técnica	FIC	20
	Formoso do Araguaia	Normatização de Trabalho Técnico-Científico	FIC	20
	Formoso do Araguaia	Redes de Computadores	FIC	15
	Formoso do Araguaia	Introdução à Informática	FIC	20
	Formoso do Araguaia	Desenvolvimento de Sistemas WEB	FIC	25
	Formoso do Araguaia	Introdução ao Estudo de Agricultura	FIC	20
	Formoso do Araguaia	Biologia e Manejo de Plantas Daninhas em Áreas Agrícolas	FIC	20
	Formoso do Araguaia	FORMAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E FERTILIDADE DO SOLO	FIC	20
	Formoso do Araguaia	PRINCÍPIOS E APLICAÇÕES DA AGROECOLOGIA	FIC	20
	Pedro Afonso	GRAMÁTICA, PRODUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DO DE TEXTOS	FIC	15
	Pedro Afonso	PREPARATÓRIO PARA O ENEM E EXAMES VESTIBULARES	FIC	40

	Pedro Afonso	INCLUSÃO DIGITAL PARA A MELHOR IDADE	FIC	30
	Pedro Afonso	ALMOXARIFE	FIC	45
	Pedro Afonso	AUXILIAR DE TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO	FIC	40
	Pedro Afonso	OPERADOR DE COMPUTADOR	FIC	35
	Pedro Afonso	Auxiliar de Produção Animal	FIC	40
TOTAL				1.030

1.3.6. Análise do Ambiente de Negócio e Principais Riscos do Mercado (Ameaças e Oportunidades) Educacional na Região de Atuação do IFTO.

Durante os trabalhos do PDI IFTO 2015-2019, houve a aplicação de formulários a todas as unidades estratégicas do instituto a fim de medir e analisar como cada *campus* e pró-reitorias visualizavam o seu ambiente de negócio, além de apontar quais os principais riscos a realização de suas atividades.

Os quadros abaixo representam uma análise preliminar do ambiente de negócios e dos principais riscos do mercado de atuação do IFTO. Além disso já se encontra consolidado o Plano de Gestão de Risco do IFTO, que descreve um panorama muito mais completo sobre o ambiente interno da Instituição.

Quadro 8 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Administração

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acessibilidade aos gestores para discussão de problemas e soluções aos desafios.	Alto	Adequação do quadro de pessoal as futuras demandas da pró-reitoria.	Alto
Capacitação e comunicação periódica com as equipes responsáveis pela fiscalização.	Alto	Alta rotatividade dos servidores na pró-reitoria.	Alto
Condições de trabalho e ambiente interno da equipe.	Alto	Ausência de sistemas administrativos e de controle.	Alto
Frota de veículos atualizada.	Médio	Deficiência na atuação do controle interno durante o acompanhamento dos processos.	Alto
Gestão dos processos internos da pró-reitoria.	Médio	Deficiência no processo de repasse de informações entre as pró-reitorias e/ou departamentos.	Alto
Pontualidade na execução das atividades, dentro dos cronogramas institucionais e governamentais.	Alto	Dificuldades no processo de fiscalização de contratos.	Alto

Utilização de dispositivos legais para redução dos não cumprimentos contratuais.	Alto	Falta de planejamento na utilização do transporte.	Baixo
		Falta de um sistema informatizado de gerenciamento de almoxarifado e patrimônio do IFTO.	Alto
		Gestão da Tecnologia da Informação deficiente e/ou inadequada.	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Ampliação dos programas de capacitação dos servidores do IFTO.	Alto	Burocratização na concessão de benefícios para capacitação.	Médio
		Dificuldade de acesso as informações fiscais e tributárias junto aos órgãos governamentais.	Alto
		Falta de padronização nas informações fornecidas pelos órgãos de controle (internos e externos).	Alto

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 9 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acesso facilitado a todos os pró-reitores.	Alto	Concentração de poder decisório em determinadas órgãos da instituição.	Médio
Capacidade técnica da equipe e sua integração.	Alto	Dificuldade na aquisição de obras para o acervo bibliográfico interno, e de ferramentas para a realização dos trabalhos.	Médio
Criação de uma estrutura dedicada para as atividades de planejamento institucional.	Alto	Falta de capacitação específica para a demanda técnica da pró-reitoria, ofertada pelo Instituto Federal do Tocantins.	Médio
Qualidade do ambiente de trabalho.	Alto	Falta de comunicação, a nível institucional, entre as pró-reitorias.	Médio
Rede de apoio na gestão de tecnologia da informação junto aos <i>campi</i> .	Médio	Falta de equipe para a situação futura de consolidação da infraestrutura do Instituto Federal do Tocantins (Manutenção).	Alto
		Falta de estrutura de cargos para o suporte das atividades da pró-reitoria	Alto

		(não cumprimento do organograma originalmente proposta em sua criação).	
		Falta de estrutura de telecomunicações moderna conectando os <i>campi</i> do Instituto Federal do Tocantins.	Alto
		Falta de gestão unificada da tecnologia da informação, fazendo com que as decisões sobre o assunto não levem em consideração as opiniões técnicas.	Alto
		Falta de um sistema de gerenciamento das informações sobre segurança, meio ambiente e qualidade.	Médio
		Falta de uma previsão e/ou planejamento das demandas enviadas para solução nesta pró-reitoria.	Alto
		Falta e /ou falha da estruturação do departamento de tecnologia da informação.	Alto
		Trabalho de planejamento a nível institucional ainda em fase de implantação.	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Aumento constante no repasse de recursos de investimento do Governo Federal.	Alto	Exigências demasiadamente rígidas do Governo Federal na aplicação dos recursos de infraestrutura.	Alto
Possibilidade de acesso a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão do Instituto Federal do Tocantins.	Alto	Legislação proibitiva na contratação de serviços de apoio.	Alto
		Não reconhecimento das particularidades do funcionamento dos institutos federais, bem como do público atendido pelo mesmo.	Alto
		Programas de capacitação ofertados, que em sua maioria, não podem contar com a participação dos servidores, devido a morosidade da legislação vigente.	Médio

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 10 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Ensino.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Alto nível de compreensão, por parte de todos os membros da equipe, de suas atividades e tarefas.	Alto	Características da descentralização das decisões dos <i>campi</i> .	Alto
Compromisso da equipe com a solução de demandas.	Médio	Compromisso da equipe interna com suas atribuições regimentares.	Médio

Divisão participativa de tarefas dentro da pró-reitoria.	Alto	Falta de pessoal para a área operacional da pró-reitoria.	Médio
Poder decisório da pró-reitoria distribuído na equipe.	Médio	Falta de uma identidade institucional do IFTO, que ainda se encontra em um processo de amadurecimento.	Alto
Qualidade do ambiente de trabalho.	Alto		
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
		Desencontro e choque de legislações dos órgãos governamentais.	Alto
		Falta de estrutura e/ou apoio por parte do Ministério da Educação e do INEP.	Alto
		Forma de funcionamento das comissões do IFTO.	Alto
		Não cumprimento da legislação de acessibilidade pelos campi do Instituto Federal do Tocantins.	Alto
		Não cumprimento das legislações internas e externas, por departamentos do Instituto Federal do Tocantins.	Alto

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 11 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Extensão.

Quadro 11 Análise do ambiente de negócios e principais riscos do mercado - PR Reitoria de Extensão

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Comprometimento da equipe com os resultados.	Alto	Boa parte dos regulamentos das atividades de extensão ainda em construção.	Médio
Descentralização e autonomia na aplicação dos recursos para as atividades de extensão.	Médio	Equipe de trabalho reduzida.	Médio
Qualidade do ambiente de trabalho.	Médio	Falta de estrutura administrativa mínima para atividades de extensão nos <i>campi</i> .	Médio
		Falta de sistemas informatizados para o suporte de informações.	Alto
		Perca da visão sistêmica do funcionamento da pró-reitoria devido à falta de pessoal operacional.	Médio
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Alta oferta de fomento externo para os cursos de extensão (FIC).	Médio	Baixa atratividade dos programas e projetos de extensão do Instituto Federal do Tocantins	Médio

Aumento da procura de alunos pelos cursos regulares oriundos dos programas governamentais.	Médio	Desmotivação pela extensão voluntária.	Alto
		Falta de sensibilização das empresas quanto aos programas de estágio do Instituto Federal do Tocantins.	Médio
		Oferta de recursos de extensão na forma de programas de governo, e não como políticas públicas.	Alto

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 12 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Cotas de bolsas institucionais de pesquisa.	Alto	Atividades do NIT (Núcleo de inovação tecnológica) ainda em estado inicial.	Médio
Credibilidade do trabalho desenvolvido pela pró-reitoria junto aos <i>campi</i> do instituto.	Alto	Baixa aderência a atividades de pesquisa pelos doutores do Instituto Federal do Tocantins.	Alto
Facilidade de acesso aos outros órgãos, pró-reitorias e <i>campi</i> da instituição.	Médio	Falta de entendimento dos pesquisadores sobre o processo burocrático das atividades de pesquisa.	Médio
Instalações físicas (Infraestrutura e equipamentos).	Médio	Falta de sistemas informatizados para a coleta de dados e apoio a decisão.	Alto
O bom ambiente de trabalho e a grande união da equipe.	Alto	Falta de uma base de dados unificada e consolidada dos servidores do Instituto Federal do Tocantins.	Médio
Vocação institucional para a produção tecnológica.	Alto	Falta de uma cultura institucional voltada também para a pesquisa, inovação e empreendedorismo.	Médio
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Boa oferta de editais externos para desenvolvimento de pesquisa.	Médio	A falta de uma identidade institucional consolidada do Instituto Federal do Tocantins.	Alto
Celebração de termos de cooperação técnica e/ou parcerias com outras instituições de ensino superior, órgãos públicos e empresas do setor privado.	Alto	Baixa receptividade do Instituto Federal do Tocantins aos seus novos servidores.	Baixo
Políticas governamentais de fomento, específicas para instituições de ensino superior situadas na região norte	Médio	Falta de estrutura de telecomunicações	Alto
Quadro docente de alto nível acadêmico para o desenvolvimento de produção científica.	Médio	Falta de um ambiente industrial desenvolvido para a expansão da pesquisa aplicada.	Médio
		Legislação sobre a atividade com caráter impositivo.	Alto

	Necessidade de uma atuação eclética do professor em relação as modalidades de ensino ofertadas pelos institutos federais.	Médio
	Prazos restritivos quando nas solicitações de dados pelos órgãos externos de controle.	Baixo
	Uma política de gestão de pessoas, por parte do Instituto Federal do Tocantins, desatualizada.	Médio

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 13 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Araguaína.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Equipe de servidores multidisciplinar	Médio	Clima Organizacional Desfavorável, disputas internas	Médio
Gestão articulada com Reitoria e órgãos públicos	Alto	Infraestrutura deficiente (atividades meio e fim)	Alto
Gestão Democrática	Alto	Quantidade de servidores insuficiente	Alto
Localização geográfica do <i>campus</i>	Médio	Tamanho da área	Alto
Qualificação dos Servidores	Alto	Turn-over de Servidores	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Baixo nível de qualificação profissional da região	Alto	Área insuficiente, impossibilitando expansão do <i>campus</i>	Alto
Localizada no polo de desenvolvimento regional	Alto	Ausência de infraestrutura e serviços públicos, como pavimentação asfáltica, iluminação e segurança nas adjacências do <i>campus</i>	Alto
Parcerias com Setor Público e a Iniciativa Privada	Alto	Orçamento Limitado	Alto
Políticas de Expansão da Rede Federal	Médio	Proliferação de instituições Privadas que ofertam Educação Profissional e Tecnológica Presenciais e a Distância.	Médio
Principal instituição pública na oferta de educação profissional técnica da região	Médio	Redução das demandas pelos cursos ofertados e elevada evasão escolar	Médio

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 14 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Araguatins.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acervo Bibliográfico.	Alto	Análise do desempenho interno dos educandos.	Alto
Alojamento.	Alto	Atuação profissional: baixa proatividade.	Alto

Assistência estudantil à permanência dos alunos.	Alto	Comunicação e integração entre os setores da comunidade interna.	Alto
Autonomia administrativa e financeira.	Médio	Controle patrimonial.	Alto
Equipamentos / mobiliário.	Alto	Disciplina (Observação a regras, etiqueta).	Alto
Identificação do estudante com o <i>campus</i> .	Alto	Divulgação das ações institucionais.	Alto
Infraestrutura física.	Alto	Indicadores de desempenho dos servidores.	Alto
Projetos de pesquisa e extensão.	Alto	Integração entre os discentes e servidores dos diversos cursos.	Alto
Qualidade do ensino técnico.	Alto	Integração escola e comunidade.	Alto
Recursos humanos especializados.	Alto	Planejamento das ações administrativas e pedagógicas.	Alto
Refeitório.	Alto	Plano de capacitação de servidores.	Alto
		Relações interpessoais.	Alto
		Responsabilidade social.	Alto
		Segurança interna.	Alto
		Transparência das ações administrativas e pedagógicas.	Alto
		Tratamento de resíduos e efluentes.	Médio
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Existência da rede federal de ensino tecnológico para trocas de tecnologias e métodos.	Médio	A política governamental (momento econômico). Instabilidade das políticas públicas educacionais.	Alto
Grande demanda de estudantes para continuidade da formação profissional (níveis médio, superior e pós-graduação).	Alto	Baixo nível do ensino fundamental da região (alunos despreparados)	Alto
Intercâmbio (Ciência sem fronteiras).	Alto	Distância de alguns fornecedores; dificuldade de aquisição de bens e serviços	Médio
Localização geográfica e estratégica do <i>campus</i> Araguatins: favorecimento da logística, bacia hidrográfica Araguaia-Tocantins, transição de bioma.	Alto	Drogas ilícitas	Alto
Necessidade de novos cursos.	Alto	Interesses de alguns alunos apenas pelas disciplinas do currículo básico, deixando como laterais as disciplinas técnicas.	Médio
O fortalecimento do agronegócio brasileiro aumenta a demanda por mão-de-obra especializada.	Alto	Investimento em infraestrutura no município (equipamento urbano). Estrada para o <i>campus</i>	Alto
O IFTO está inserido numa região de forte presença da economia agropecuária.	Alto	Regulamentação da linha de ônibus pelo poder municipal	Alto
Região com a maior quantidade de projetos de assentamentos federais (INCRA) rurais do Estado do Tocantins.	Alto	Rotatividade de pessoal	Alto
		Sombreamento de cursos (concorrência direta/substituto perfeito)	Alto

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 15 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Dianópolis.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acessibilidade aos gestores para discussão e soluções de problemas e sugestões	Médio	Acompanhamento de egressos	Médio
Ações da Assistência Estudantil	Alto	Infraestrutura	Alto
Comprometimento da equipe com as atividades institucionais	Alto	Quadro de servidores	Alto
Interação entre os departamentos para diferentes situações	Alto	Rotatividade de servidores	Alto
Qualificação dos Docentes e Técnicos Administrativos em Educação	Alto		
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Imagem da instituição frente a sociedade local	Alto	Comunicação e Marketing	Alto
Localização geográfica do <i>campus</i> na região	Alto	Oferta do transporte escolar	Alto
Política de expansão e/ou ampliação da instituição na região	Alto	Oportunidade de estágio na região	Alto
Procura por cursos técnicos e FIC	Alto	Qualidade do transporte escolar	Alto
Única instituição pública de ensino técnico e tecnológico gratuita	Alto		

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 16 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Gurupi.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acervo bibliográfico atende ao curso de Artes Cênicas.	Alto	Ausência de Cantina.	Médio
Acesso à formação e aperfeiçoamento continuado.	Médio	Ausência de copiadora.	Alto
Alta disponibilidade da direção e equipe em receber a atender a comunidade.	Alto	Ausência de eventos científicos.	Médio
Ambientes climatizados.	Alto	Ausência de sistema de gestão de processos e protocolo.	Alto
Concessão de fomento, servidores e discentes.	Alto	Ausência de um sistema que possibilite a matrícula e renovação de matrícula on-line.	Alto
Elevado nível de qualificação dos servidores.	Alto	Baixa participação em reuniões.	Médio
Empenho e dedicação da equipe na execução das tarefas rotineiras.	Alto	Baixo índice de participação dos servidores na tomada de decisões.	Alto

Equipamentos de informática atualizados.	Alto	Deficiência no controle de acesso de público as dependências do <i>campus</i> .	Alto
Frota moderna e que atende as demandas.	Alto	Dificuldade de comunicação interna para auxiliar no processo de tomada de decisão.	Médio
Incentivo socioeconômico.	Médio	Espaço físico inadequado para a gerência de administração.	Alto
Instrumento para concessão de diárias e passagens para capacitação e manutenção das atividades.	Alto	Espaço físico insuficiente para expansão do <i>campus</i> .	Alto
Orientação e acompanhamento de projetos por estruturas técnicas e de controle.	Alto	Estacionamento inadequado.	Alto
Participação em programas institucionais.	Alto	Estrutura física precária no prédio.	Alto
Produção em pesquisa e extensão.	Alto	Falta de acessibilidade no <i>campus</i> .	Alto
Professores capacitados.	Alto	Falta de clareza no repasse de informações por parte da pró-reitoria de administração, quanto aos repasses financeiros.	Alto
Professores com DE (Dedicação exclusiva).	Alto	Falta de pessoal para grande demanda de atividades do <i>campus</i> .	Alto
Visitas técnicas	Alto	Falta de sistema integrado para gestão de pessoas, patrimônio, almoxarifado, protocolo, biblioteca e frota.	Alto
		Falta de um setor responsável pela organização de eventos da instituição.	Alto
		Falta de uma equipe de licitação própria no <i>campus</i> .	Alto
		Falta de uma impressora exclusiva para a coordenação de gestão de pessoas.	Médio
		Imagem do IFTO junto à comunidade (vídeo institucional).	Alto
		Implementação do SIGA-EDU.	Médio
		Inexistência de estrutura de rede lógica adequada (serviços de internet).	Alto
		Inexistência de garagem para veículos oficiais.	Alto
		Infraestrutura deficitária.	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Ampliação do sistema viário.	Alto	Acomodação diante das estruturas e recursos disponíveis	Alto
Aumento de parcerias com setores públicos e privados.	Alto	Concorrência com outras instituições (SESI, SENAI, UNIRG, UFT)	Alto
Contribuir com a qualificação profissional da região.	Alto	Demora na entrega de produtos adquiridos em licitações	Alto
Crescimento do agronegócio no município e sul do estado.	Alto	Desvio de foco na interação entre ações em desenvolvimento	Alto
Facilidade de construir parcerias para viabilização de estágios e convênios.	Alto	Falta de pessoal para a grande demanda de atividades	Alto
Fortalecimento da cultura.	Alto	Falta de regularidade no repasse de recursos por parte da união	Alto

Intercâmbio.	Alto	Não liberação de mais vagas por parte do governo para contratação de servidores para ampliação das atividades do <i>Campus</i>	Alto
Localização do município favorável para logística viária.	Médio	Não obtenção de área externa para crescimento do <i>campus</i> .	Alto
Parceria com empresas (jovem aprendiz).	Alto	Transferência de servidores	Alto
Políticas públicas de fomento à educação e cultura.	Alto	Transporte público deficitário	Alto
Promoção de suporte técnico às atividades econômicas locais.	Médio		

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 17 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Palmas.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Democracia institucional	Alto	Avaliação de desempenho	Alto
Gestão descentralizada	Alto	Carga horária docente	Alto
Localização Geográfica	Alto	Compromisso dos servidores	Alto
Qualificação docente	Alto	Comunicação com a sociedade	Alto
Regime de trabalho	Alto	Comunicação interna	Alto
		Identidade institucional	Alto
		Infraestrutura defasada	Alto
		Modelo gerencial burocrático	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Apoio do governo federal	Alto	Concorrência	Alto
Atuação do Estado do Tocantins	Alto	Confiança da sociedade	Alto
Imagem perante a sociedade	Alto	Inexistência do plano de desenvolvimento regional do governo do estado	Alto
Parcerias com IES públicas e privadas	Alto		
Parcerias com organismos da sociedade civil	Alto		

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 18 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Paraíso do Tocantins.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Acesso à internet com alta velocidade (100 Mbps)	Alto	Acompanhamento de egressos insuficiente	Alto

Alto grau de qualificação dos servidores	Alto	Baixa efetividade no planejamento de ações administrativas e pedagógicas	Alto
Apoio ao estabelecimento e participação de representatividade classistas (alunos e servidores)	Alto	Controle patrimonial inadequado	Alto
Autonomia administrativa e pedagógica	Alto	Desenvolvimento de ações com vistas à responsabilidade social	Alto
Busca pela excelência na prestação de serviços	Alto	Desenvolvimento de ações pouco integradas entre os setores	Alto
Busca pela execução da gestão democrática	Alto	Diagnóstico de desempenho de alunos e evasão	Alto
Busca pela modernização da infraestrutura em ambientes administrativos e pedagógicos	Alto	Dificuldade na comunicação interna e divulgação de ações administrativas e pedagógicas	Alto
Dedicação de servidores na execução das atividades	Alto	Estrutura de rede lógica <i>wireless</i> interna	Médio
Disponibilidade de acervo bibliográfico	Alto	Excessiva burocracia em regulamentos internos	Médio
Disponibilidade de veículos institucionais para suporte nas atividades	Alto	Falta de sistema de monitoramento interno por vídeo	Alto
Fomento a execução de projetos de Pesquisa e Extensão	Alto	Garagem e almoxarifado com espaço inadequado	Médio
Fomento a visitas técnicas e participação em eventos (alunos e servidores)	Alto	Identidade institucional pouco assimilada pela comunidade interna e externa	Alto
Fomento financeiro para a permanência dos alunos nos cursos (auxílio transporte e alimentação)	Alto	Inexistência de plano de capacitação de servidores	Alto
Identificação dos estudantes com o <i>Campus</i>	Alto	Infraestrutura (carência de laboratórios específicos)	Alto
Regime de trabalho que busca considerar as necessidades individuais dos servidores	Alto	Participação pouco efetiva de comunidade na tomada de decisões	Alto
		Pouca integração com a comunidade externa	Alto
		Problemas em relações interpessoais servidor-servidor e servidor-aluno	Alto
		Quadro de servidores insuficiente para atender toda a demanda com qualidade	Alto
		Rotatividade de servidores	Médio
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO

Aumento do desenvolvimento da região, impulsionado pelo agronegócio, setor de serviços, proximidade da capital e ferrovia	Alto	Baixa qualidade do ensino ofertado na região	Alto
Carência regional por educação pública de qualidade	Alto	Comunidade externa não percebe o <i>Campus</i> como presente no seu dia-a-dia	Alto
Investimento do Governo Federal na Educação	Alto	Credibilidade prejudicada por eminência de greves	Alto
Localização Geográfica em relação ao Estado do Tocantins, Região Norte e Centro-oeste (potencial logístico)	Alto	Dificuldade de acesso ao <i>Campus</i> (falta de pavimentação e transporte coletivo inadequado)	Alto
Programa Ciências Sem Fronteiras	Médio	Instabilidade política (momento econômico, eleições, manifestações sociais)	Alto
		Localização geográfica em relação ao município (distante 12 km do centro da cidade)	Alto
		Poucas oportunidades de estágio remunerado	Alto
		Baixa qualidade do ensino ofertado na região	Alto

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

Quadro 19 - Análise do ambiente de negócio e principais riscos do mercado – campus Porto Nacional.

Variáveis estruturais (internas)			
Forças		Fraquezas	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Autonomia Administrativa e financeira	Alto	Alguns laboratórios ainda estão em fase de implantação	Médio
Bolsas de incentivo de qualificação para servidores	Alto	Alto índice de evasão escolar	Alto
Equipe em constante capacitação	Alto	Banco equivalente dos docentes não supre a demanda desejada	Alto
Estrutura física (equipamentos, mobiliários e laboratórios) adequada à demanda do <i>Campus</i>	Alto	Comunicação entre os setores e a comunidade	Médio
Gestão autônoma articulado com a Reitoria e Políticas Públicas	Alto	Divulgação das ações institucionais	Médio
Gestão democrática	Alto	Poucos Projetos de Pesquisa e Extensão	Alto
Identificação do estudante com o <i>Campus</i>	Médio	Programa de desenvolvimento pessoal	Médio
Oferta de bolsas para alunos	Alto	Quantidade de servidores insuficiente	Alto
Programa de Assistência estudantil implantado (psicólogo, auxiliar de	Bom	Rotatividade de servidores	Alto

enfermagem, assistente social, pedagogos, etc.)			
Quadro docente multidisciplinar	Médio	Softwares para serviços administrativos	Alto
Variáveis ambientais (externas)			
Oportunidades		Ameaças	
Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO	Descrição	Impacto nos Objetivos do IFTO
Ampliação da rede Federal de ensino tecnológico	Alto	Concorrência com outras instituições de ensino público e privado	Médio
Centro tecnológico instalado na Região, demandando grande procura por profissionais qualificados;	Alto	Formação básica deficiente dos alunos ingressos	Alto
Estágio supervisionado	Alto	Inserção dos profissionais formados no <i>campus</i> no mercado de trabalho	Alto
Localização geográfica estratégica para o desenvolvimento da região	Alto	Instabilidade das políticas públicas devido ao momento econômico	Médio
Parcerias com o setor público e privado	Alto	Políticas públicas não interligadas entre as três esferas de governo.	Médio
Possibilidade de ofertar novos cursos	Alto	Quantidade de Cursos Ofertados insuficientes para atender a demanda do Mercado	Médio

Fonte: Diagnóstico Estratégico – CPE/PRODI 2015

1.3.7. Principais Mudanças Ocorridas nos Últimos Exercícios no IFTO e no seu Cenário de Atuação.

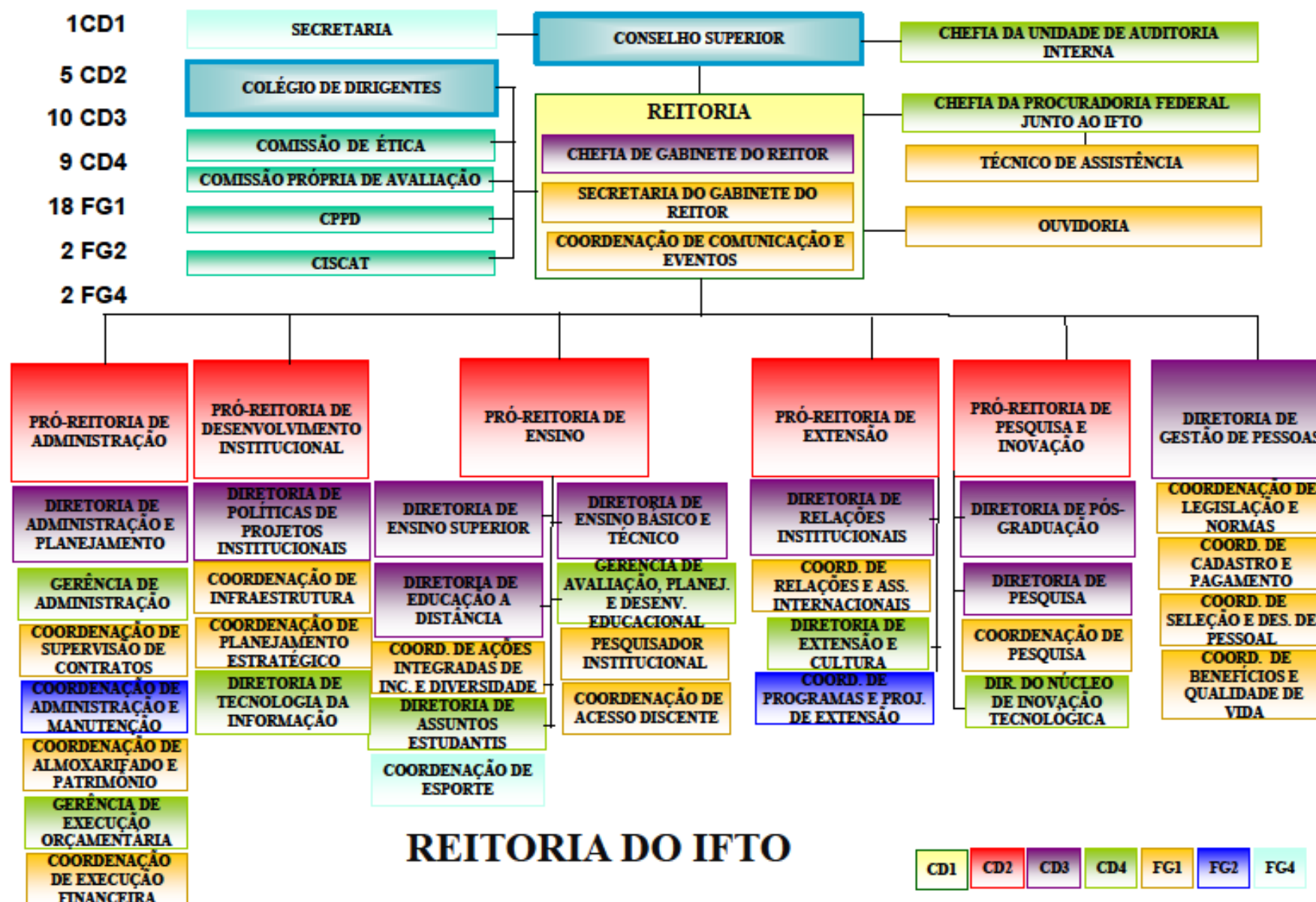
O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins foi criado pela Lei 11.892, sancionada em 29 de dezembro de 2008, sendo esta a data de sua criação. Na sua origem o IFTO era composto pelas unidades de Araguatins e Palmas, naquela época Escola Agrotécnica Federal de Araguatins e Escola Técnica Federal de Palmas, hoje, após seis anos de sua criação, contamos com, além das unidades originais, os *campi* de Araguaína, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional e ainda, os *campi* avançados de Formoso do Araguaia, de Lagoa da Confusão e de Pedro Afonso.

Em oito anos presenciamos um crescimento vigoroso de nossa instituição, com a construção de novos *campi*, o aumento da oferta de vagas e de modalidades de ensino, a ampliação de nossas políticas de atendimento aos discentes, a estruturação do nosso quadro de docentes e técnicos administrativos.

Nossas metas para os próximos exercícios estão registradas em nossos objetivos estratégicos, visando a continuidade do nosso crescimento com a oferta de um serviço educacional de ótima qualidade, apoiando o desenvolvimento da sociedade.

1.4. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura 1 - Organograma Funcional IFTO



Quadro 20 - Informações sobre Áreas ou subunidades estratégicas.

Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Reitoria	A Reitoria é o órgão executivo do IFTO, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia	Francisco Nairton do Nascimento	Reitor	Integral
Pró-reitoria de Ensino	À Pró-Reitoria de Ensino compete planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão em todos os Campi	Ovídio Ricardo Dantas Júnior	Pró-reitor de ensino	Integral
Pró-reitoria de Administração	À Pró-Reitoria de Administração compete viabilizar as ações que envolvam os setores orçamentários e financeiros do IFTO, cuidar de todos os destaques orçamentários destinados ao IFTO, conforme descentralizações realizadas pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), trabalhar de forma conjunta com todas as outras Pró-Reitorias, Diretorias Gerais dos Campi e Gabinete;	Rodrigo Soares Lelis Gori	Pró-reitor de administração	Integral
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	À Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional compete fortalecer a identidade institucional, propor alternativas organizacionais que visam o constante aperfeiçoamento da gestão, expandir, ampliar, construir e/ou reformar e contribuir para a descentralização e melhoria da gestão do IFTO.	Danilo Gomes Martins	Pró-reitor de desenvolvimento institucional	Integral
Pró-reitoria de Extensão	À Pró-Reitoria de Extensão compete articular e coordenar as atividades de extensão de diversos setores do IFTO através de programas, projetos, prestação de serviços, atividades culturais, cursos e eventos em todas as suas áreas de atuação;	Paula Karini Dias Ferreira Amorim	Pró-reitor de extensão	Integral
Pró-reitoria de pesquisa e inovação	À Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades de pós-graduação e dar incentivo e apoio à pesquisa; ampliar os cursos de Pós-Graduação <i>Strictu Sensu</i> , mestrados e doutorados, financiados pela Capes/SETEC; implantar e consolidar as práticas de pesquisa, visando o fortalecimento das mesmas no IFTO;	Augusto Cesar dos Santos	Pró-reitor de pesquisa e inovação	Integral

1.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Os macroprocessos podem ser entendidos como agrupamentos de processos necessários para a produção de uma ação ou desempenho de uma atribuição da organização ou ainda como grandes conjuntos de atividades pelos quais a organização cumpre sua missão, gerando valor para o cliente / cidadão.

Ainda segundo a portaria, neste contexto, os macroprocessos finalísticos referem-se à essência da organização, caracterizam a atuação da organização e estão diretamente relacionados aos seus objetivos estratégicos e à geração de produtos/serviços para o cliente interno ou externo.

Os macroprocessos do IFTO estão registrados em seu Estatuto e Regimento Geral; estes constituem os elementos que permitem uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno da instituição, sendo estabelecidos em bases legais e regimentais, bem como nos resultados esperados segundo as necessidades do Estado e da sociedade.

Elementos fundamentais na estrutura do Planejamento organizacional, os macroprocessos do IFTO especificam como o instituto atua para cumprir com sua missão de proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional, a partir da caracterização das demandas e das necessidades dos clientes, descrevendo os produtos e os serviços a serem entregues, bem como os processos que os produzem.

Esse enfoque favorece o estabelecimento de indicadores de capacidade e a adoção de melhorias em metodologias de trabalho e instrumentos de controle, de forma a atender às necessidades dos clientes e maximizar o desempenho institucional. Os macroprocessos finalísticos do IFTO podem ser classificados em: Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão. Por sua vez, os macroprocessos de apoio compreendem: Administração, Desenvolvimento Institucional e Gestão de Pessoas.

A seguir, são apresentados os macroprocessos definidos para o Instituto, com os respectivos processos, produtos, clientes e necessidades. Destaca-se que esse modelo lógico de visão sistêmica do IFTO está em constante construção. De tal modo, as definições dos macroprocessos e de seus respectivos processos poderão evoluir, por meio de ampliações, eliminações e redefinições de seus escopos.

Quadro 21 - Macroprocessos Finalístico Ensino

MACROPROCESSO FINALÍSTICO ENSINO		
DESCRIÇÃO		
Tem por objetivo planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão em todos os <i>campi</i> .		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Ensino Superior: Emite pareceres sobre assuntos relativos ao ensino superior; Assessora os demais órgãos do IFTO em matéria de sua competência; Articula e supervisiona com as coordenações de cursos, os processos de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos superiores de graduação; Presta apoio técnico aos nos processos de criação, reestruturação, extinção e reconhecimento de cursos; Promove a avaliação da oferta de vagas do ensino superior;	<i>Campi</i> , Governo e Sociedade	Diretoria de Ensino Superior
Ensino Básico e Técnico: Supervisiona e auxilia no planejamento, execução e avaliação das ações implementadas pelas várias instâncias do IFTO;	<i>Campi</i> , Governo e	Diretoria de Ensino Básico e Técnico

Auxilia no planejamento e no acompanhamento da capacitação dos docentes e técnico-administrativos; Colabora com o Ministério Público Federal no acompanhamento e aplicação de leis ordinárias, pareceres e resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE); Assessora na definição dos critérios dos processos seletivos para admissão aos cursos do IFTO, no âmbito do ensino básico e técnico; Supervisiona a oferta e a adequação dos cursos no âmbito de sua atuação ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI); Desenvolve programas de incentivo à formação dos estudantes ou de iniciativas extracurriculares; Promove, auxilia e desenvolve projetos de incentivo à implantação de novas práticas educacionais e de modernização dos ambientes didáticos; Colabora com a coleta e disseminação de dados e informações relativos aos cursos oferecidos no IFTO, bem como os dados dos quadros de pessoal docente e técnico administrativo para os sistemas de informações, no âmbito do ensino básico e técnico; Auxilia na elaboração de projetos de criação, implantação, reformulação e/ou extinção e avaliação de cursos; Mantém atualizadas as informações referentes aos cursos, no âmbito de sua competência, bem como divulgar em articulação com o setor responsável pela Tecnologia da Informação, na página oficial do IFTO, as informações relativas aos mesmos; Desenvolve e executa programas de certificação Colabora com pesquisas, levantamento de dados e de Arranjos Produtivos Locais que justifiquem a oferta de Cursos de Especialização Técnica de Nível Médio; Auxilia na articulação junto aos do IFTO para elaboração de projetos de curso, editais, chamadas públicas; Faz relatórios anuais de atividades;	Sociedade	
Ensino à Distância: Desenvolve uma cultura institucional favorável à incorporação das tecnologias digitais ao ensino-aprendizagem nas diferentes modalidades e níveis de ensino; Apoia, acompanha e controla o uso das tecnologias digitais no ensino presencial dos cursos regulares do IFTO; Promove o acesso ao ensino técnico e superior a jovens e adultos, mediante programas de Educação a Distância; Fomenta a interação e articulação interinstitucionais para a execução de projetos de Educação a Distância; Assessora a Reitoria e as Pró-reitorias em assuntos relacionados à educação à distância e tecnologias digitais aplicadas à educação, em todos os níveis e modalidades; Promove e aprimora, continuamente, a produção e integração de mídias, metodologias e tecnologias para educação à distância e apoio ao ensino presencial; Promove a capacitação e o aperfeiçoamento contínuo de servidores para o uso de tecnologias digitais no ensino a distância; Busca a cooperação de instituições locais e estrangeiras, com o objetivo de desenvolver a educação à distância em parceria; Organiza e acompanha a aplicação das tecnologias digitais nos programas de formação desenvolvidos pelo IFTO e pelos seus parceiros;	<i>Campi,</i> Governo e Sociedade	Diretoria de Ensino à Distância
Avaliação, Planejamento e Desenvolvimento Educacional: Participa do processo de avaliação e planejamento institucional; Auxilia no desenvolvimento e operação dos sistemas de informação do IFTO;	<i>Campi,</i> Governo e	Gerência de Avaliação, Planejamento e Desenvolvimento Educacional

Participa do planejamento, implantação e avaliação das ações e políticas de ensino, nos do IFTO, em consonância com as diretrizes emanadas da SETEC/M e com as diretorias de ensino superior, básico e técnico; Incentiva e promove ações que venham a contribuir para o crescimento, o fortalecimento e desenvolvimento acadêmico de todos os níveis de ensino; Acompanha, supervisiona e avalia os processos, planos e projetos de natureza acadêmica, objetivando viabilizar a sua execução financeira e administrativa no âmbito do IFTO; Promove reuniões com os diretores e/ou gerentes de ensino dos <i>campi</i>, buscando a qualidade e a eficiência das atividades pedagógicas e/ou administrativas; Acompanha e supervisiona as atividades desenvolvidas nas Coordenações de Registros Escolares dos <i>campi</i>; Apoia e acompanha as Comissões dos Processos Seletivos; Promove o diagnóstico sistemático e permanente, visando à avaliação quantitativa e qualitativa do ensino no âmbito do IFTO; Auxilia na elaboração do planejamento e das metas do IFTO; Participa das análises dos cursos de formação inicial e continuada, técnico de nível médio, superior de graduação e pós-graduação; Assessora na celebração de convênios com vias a implementação de cursos;	Sociedade	
Pesquisador Institucional: Acompanha a atualização dos dados do IFTO junto aos sistemas de controle do MEC; Acompanha, articula e supervisiona junto aos Auxiliares Institucionais as informações dos <i>campi</i>, em relação aos censos de educação; Acompanha os processos de reconhecimento, renovação de reconhecimento e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos nos sistemas do MEC/e-MEC; Orienta e apoia os Coordenadores de Cursos quanto à aplicação das avaliações do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; Coleta, tabula e disponibiliza dados obtidos dos censos da educação para elaboração dos Relatórios de Gestão; Orienta e apoia os <i>campi</i> no preenchimento dos dados nos sistemas de controle do MEC, por meio do Auxiliar Institucional; Analisa todos os dados educacionais obtidos, visando à melhoria da qualidade do ensino no IFTO; Subsidia o IFTO com informações que possam justificar toda e qualquer atividade que necessite de confirmação estatística; Promove capacitações aos auxiliares institucionais;	<i>Campi,</i> Governo e Sociedade	Pesquisador Institucional
Ações Integradas de Inclusão e Diversidade: Coordena as ações Integradas de Inclusão e Diversidade; Desenvolve ações articuladas entre as Pró-reitorias do IFTO nas diferentes áreas da Educação, atendendo as demandas de pessoas com necessidades específicas, da população LGBT, da Igualdade Racial e demais segmentos da sociedade;	<i>Campi,</i> <i>governo e</i> Sociedade	Coordenação de Ações Integradas de Inclusão e Diversidade

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

Quadro 22 - Macroprocessos Finalístico Pesquisa e Inovação.

PESQUISA E INOVAÇÃO		
Descrição		
Tem por objetivo planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação, integrada ao ensino e à extensão, bem como promove ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica.		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Pós-Graduação: Assessora a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação na elaboração, aplicação e atualização das políticas institucionais referentes às atividades de pós-graduação; Auxilia na elaboração da proposta orçamentária relacionada às atividades de Pós-Graduação; Atua na articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão; Convoca e preside reuniões relativas à Pós-Graduação; Emite pareceres sobre assuntos relativos à Pós-Graduação; Zela pelo cumprimento dos objetivos, programas e regulamentos institucionais relativos à Pós-Graduação; Propõe parcerias com instituições que atuem na Pesquisa e Pós-Graduação e estabelece relacionamentos com órgãos de fomento à Pós-Graduação; Promove e auxilia a promoção de eventos e editais acadêmico-científicos relacionados à Pós-Graduação; Assessora a elaboração de projetos de cursos de Pós-Graduação visando sua autorização e recomendação junto aos órgãos competentes; Coordena os programas de bolsas institucionais direcionadas a estudantes de Pós-Graduação e a servidores afastados para Pós-Graduação; Efetua a coleta sistemática de dados visando avaliação quantitativa e qualitativa das atividades de Pós-Graduação do IFTO; Apresenta à Pró-reitoria o relatório das atividades desenvolvidas na Pós-graduação;	Campi, Governo e Sociedade	Diretoria de Pós-Graduação
Pesquisa: Assessora a Pró-reitoria na elaboração, aplicação e atualização das políticas institucionais referentes às atividades de pesquisa; Auxiliar na elaboração da proposta orçamentária relacionada às atividades de pesquisa; Atua na articulação entre a pesquisa, o ensino e a extensão; Convoca e preside reuniões relativas à Pesquisa; Emite pareceres sobre assuntos relativos à pesquisa; Zela pelo cumprimento dos objetivos, programas e regulamentos institucionais relativos à pesquisa; Propõe parcerias e promove intercâmbios com instituições que atuem na pesquisa, estabelece relacionamentos com órgãos de fomento à pesquisa; Possibilita meio para captação de recursos externos para a pesquisa junto a órgãos fomentadores; Promove eventos acadêmico-científicos para divulgação das pesquisas realizadas no IFTO; Divulga eventos e editais relativos à pesquisa; Estimula e orienta a criação de grupos de pesquisa no IFTO; Gerencia o Diretório de Grupos de Pesquisa do IFTO no CNPq; Efetua a coleta sistemática de dados visando avaliação quantitativa e qualitativa das atividades de pesquisa do IFTO;	Campi, Agências de Fomento Governo e Sociedade	Diretoria de Pesquisa e Coordenação de Pesquisa

Apresenta à Pró-reitoria o relatório das atividades desenvolvidas na pesquisa; Coordena e acompanha o desenvolvimento dos programas de pesquisa; Apoia e orienta a execução dos regulamentos e editais no âmbito dos programas de iniciação científica; Organiza a comissão de avaliadores para seleção e análise dos projetos de pesquisa no âmbito institucional e acadêmico; Divulga os resultados dos processos seletivos dos programas de iniciação científica vinculados ao IFTO; Divulga os resultados dos programas de pesquisas;		
Inovação Tecnológica: Convoca e preside as reuniões do Núcleo de Inovação Tecnológica; Assegura o cumprimento do Regulamento Interno do NIT; Regulamenta e zela pela execução das demandas do NIT; Mantem as articulações e inter-relações do NIT com as demais instâncias do IFTO, bem como em relação ao setor público e privado; Responsável pela preservação do patrimônio do NIT e gerir a captação de recursos financeiros, de acordo com o regulamento do NIT; Assessora nos em assuntos relativos à Inovação Tecnológica; Assessora a Pró-reitoria de pesquisa e inovação na elaboração das políticas referentes às atividades de Inovação Tecnológica; Realização de eventos relativos à inovação; Zela pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia; Emite pareceres, sobre matérias de sua competência;	Campi, Governo e Sociedade	Direção do Núcleo de Inovação Tecnológico

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

Quadro 23 - Macroprocessos Finalístico Extensão.

EXTENSÃO		
Descrição		
Tem por objetivo planejar, superintender, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Relações Institucionais: Promove relações de intercâmbio e acordos de cooperação com instituições regionais nacionais e internacionais; Desenvolve ações de integração, nas áreas de acompanha o de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas; Define diretrizes para implementação, nos <i>campi</i>, das políticas de cooperações nacional e internacional em conjunto com a Coordenação de Relações e Assuntos Internacionais do IFTO; Articula a construção contínua e zela pela política de Relações Empresariais e Comunitárias do IFTO; Viabiliza as iniciativas empreendedoras no IFTO; Promove e fortalece a interação entre a Instituição, empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de extensão; Fomenta o fortalecimento da integração entre os e as regiões em que estão inseridos de modo a transformar o conhecimento adquirido em soluções de mercado e na viabilização de recursos para a busca de novas tecnologias sustentáveis;	Campi, Alunos, Empresas, Governo e Sociedade	Diretoria de Relações Institucionais

Orienta a elaboração e formalização de convênios, termos de acordo, cooperação técnica e contratos, resultantes de parcerias externas.		
Relações e Assuntos internacionais: Promove o intercâmbio do IFTO com as instituições e agências de cooperação técnica e científica do Exterior; Divulga as atividades do IFTO, em outros países, no interesse do ensino, da pesquisa e da extensão; Identifica as demandas existentes, nacional e internacionalmente em ensino, pesquisa e extensão; Promove intercâmbio de correspondência com professores visitantes e articular-se com as unidades acadêmicas e coordenações do IFTO para análise de seus currículos; Elabora e supervisiona a execução de programas internacionais entre o IFTO e outras entidades; Realiza contatos com Embaixadas e Consulados, com o Corpo diplomático acreditado no Brasil; Divulga as informações internacionais que chegam à Assessoria para os <i>campi</i>, estudantes e servidores do IFTO; Fornece informações sobre o IFTO para a comunidade acadêmica internacional; Atende à correspondência internacional; Apoia a recepção de missões, delegações e visitas internacionais ao IFTO; Apoia a organização de missões do IFTO no/ao exterior; Intermedia acordos e convênios institucionais; Instrui os processos de afastamento do País de servidores para missões, participação em congressos e similares ou para cursos de pós-graduação; Identifica novas oportunidades de parcerias internacionais de potencial interesse para o desenvolvimento da IFTO; Apoia e orienta os estudantes e professores estrangeiros participantes de programas de intercâmbios internacionais na regularização de sua situação no Brasil (vistos, acomodação, atividades, entre outros); Representa o IFTO em oportunidades quando se reúnem instituições correlatas.	<i>Campi,</i> Instituições Internacionais, Alunos, Governo e Sociedade	Coordenação de Relações e Assuntos Internacionais
Programas e projetos de extensão: Assessora a Pró-reitoria de Extensão nas atividades pertinentes; Registra, controla e acompanha os Programas e Projetos de Extensão executados no IFTO; Elabora relatório, com auxílio dos <i>campi</i>, referentes às atividades de Extensão realizadas no IFTO; Mantém atualizados os dados sobre projetos e programas de Extensão do IFTO; Mantém sistema de informação sobre as políticas de extensão regional e nacional; Divulga as atividades de extensão desenvolvidas; Mantém cadastro atualizado de docentes, discentes e técnico-administrativos vinculados à execução de projetos e programas de extensão; Apoia as ações de extensão dos <i>campi</i>; Atua no planejamento estratégico e operacional do IFTO, com vistas à definição das prioridades de extensão dos <i>campi</i>; Busca garantir o desenvolvimento da extensão como espaço privilegiado para a democratização do conhecimento científico e tecnológico; Garante uma política de equidade entre os <i>campi</i>, quanto à avaliação e ao desenvolvimento dos projetos e programas de extensão; Promove e supervisiona a divulgação junto às comunidades interna e externa dos resultados obtidos através dos projetos e serviços de extensão; Promove políticas de aproximação dos servidores e discentes da realidade do mundo do trabalho e dos arranjos e necessidades produtivas, sociais e culturais da comunidade regional; Promove editais para seleção de bolsistas e projetos a serem a pelas políticas institucionais de incentivo ao desenvolvimento de extensão; Viabiliza mecanismos de acesso da sociedade às atividades desenvolvidas pelo IFTO;	<i>Campi,</i> Alunos, Governo e Sociedade	Coordenação de programas e projetos de extensão

Zela pela integração das ações de extensão às necessidades acadêmicas.		
Assuntos Estudantis: Elabora, juntamente com representações dos <i>campi</i>, a Política de Assistência ao Educando (PAE) do IFTO; Propõe e acompanha a implantação do PAE nos do IFTO; Incentiva ações que busquem minimizar os obstáculos que inviabilizem o bom desempenho dos estudantes e sua permanência no IFTO; Elabora, em conjunto com os profissionais da área, projetos que proporcionem a integração do educando dos <i>campi</i>; Promove a prática esportiva, em todas as modalidades, incentivando a competitividade entre os do IFTO, bem como com os outros Institutos Federais; Possibilita a participação dos estudantes em eventos técnico-científicos e os programados por entidades de representação estudantil; Favorece eventos de intercâmbio nacional e internacional que contribuam para a formação do educando; Apoia os Grêmios Estudantis, Centros Acadêmicos (CA) e Diretório Central dos Estudantes (DCE) na realização de suas atividades e na produção de eventos acadêmicos, políticos, culturais e esportivos, bem como atende e encaminha a solicitação de qualquer membro discente ou de suas representações, fortalecendo, assim, o diálogo entre os estudantes e a gestão do IFTO.	<i>Campi,</i> Alunos, Governo e Sociedade	Diretoria de Assuntos Estudantis
Cursos de FIC: Busca parcerias com as empresas de modo a estreitar as relações institucionais; Executa e apoia atividade de extensão com a comunidade; Viabiliza o acesso dos estudantes ao mercado de trabalho; Organiza, acompanha e incentiva o Estágio; Apoia estudantes e egressos, oferecendo divulgação de empresas, agentes de integração e consultoria de pessoal, de vagas para estágio, emprego, e agenciamento de oportunidades como banco de currículos, observatório de oportunidades, entre outras.	<i>Campi,</i> Alunos, Empresas, Governo e Sociedade	Coordenação de cursos de FIC

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

Quadro 24 - Macroprocessos Finalístico Administração.

ADMINISTRAÇÃO		
Descrição		
Tem por objetivo planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de administração, planejamento, gestão orçamentária, financeira e patrimonial do IFTO.		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Administração e Planejamento: Supervisão, execução e avaliação da política de administração do IFTO; Planeja, supervisiona, normatiza e executa as atividades relacionadas à aquisição de materiais, bens e serviços; Orienta e acompanha os contratos no âmbito da Reitoria; Registra e atualiza, de forma permanente, o controle dos bens móveis e imóveis da Reitoria; Concilia, em conjunto com os setores pertinentes, os registros dos lançamentos e saldos patrimoniais e físicos; Solicita e subsidia o processo de avaliação de bens; Acompanha os processos de prestação de contas das descentralizações e dos convênios de responsabilidade do IFTO;	IFTO e Fornecedores	Diretoria de Administração e Planejamento e Gerência de Administração

Orientar o cumprimento do objeto proposto e a aplicação de recursos dos convênios e contratos de responsabilidade do IFTO; Realiza as licitações necessárias à aquisição de materiais e contratação de serviços e obras, na forma da legislação vigente; Avalia os pedidos de solicitação de compras de materiais e contratação de serviços e obras; Encaminha o resultado do processo licitatório à autoridade superior para homologação do procedimento; Orienta os setores solicitantes de materiais e equipamentos sobre a importância da padronização, das especificações e nomenclaturas;		
Supervisão de Contratos: Assessora na elaboração de planos de trabalho, convênios e contratos; Controla, registra, publica e arquiva os convênios contratos assinados pelo IFTO; Elabora e registra os contratos no âmbito da Reitoria;	Concedente, IFTO e Fornecedores	Coordenação de Supervisão de Contratos
Administração e Manutenção: Acompanha, orienta e coordena as atividades relacionadas com os setores de manutenção, vigilância, limpeza, transporte, jardinagem e comunicação na Reitoria do IFTO; Mantem em boas condições de uso e funcionamento os equipamentos, as instalações e os veículos da Reitoria do IFTO; Controla a movimentação de veículos da Unidade, bem como a sua conservação e uso em estrita observância da legislação vigente; Executa outras funções que lhe tenham sido atribuídas.	IFTO	Coordenação de Administração e Manutenção
Almoxarifado e Patrimônio: Realiza o inventário e tomada de contas anual dos almoxarifados do IFTO; Normatizar os procedimentos relativos ao almoxarifado e patrimônio do IFTO; Zela pela correta utilização e controle de material de consumo e permanente da sua Unidade.	IFTO	Coordenação de Almoxarifado e Patrimônio
Execução Financeira e Orçamentária: Orienta, supervisiona e normatiza os trabalhos e funções da administração orçamentária, financeira e de contabilidade do IFTO; Fiscaliza o registro contábil, segundo o plano estabelecido pela administração superior; Executa a programação orçamentária e financeira do IFTO, conforme os compromissos e recursos disponibilizados pelos órgãos de fomentos; Executa os pagamentos das folhas mensais dos servidores do IFTO; Analisa e consolida as demonstrações contábeis; Subsidia a elaboração da prestação de contas do IFTO, zelando pela regularidade das contas do IFTO; Mantem atualizada a documentação para comprovação da regularidade fiscal do IFTO; Executa o registro de empenhos e pagamentos e concilia a programação financeira do IFTO; Acompanha a execução do plano de contas e a contabilização da receita e despesa; Descentraliza e acompanha a execução do orçamento na Reitoria, Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e dos <i>campi</i>; registrando a conformidade contábil do IFTO.	IFTO	Gerência de Execução Orçamentária e Coordenação de Execução Financeira

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

Quadro 25 - Macroprocessos Finalístico Desenvolvimento Institucional.

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL		
Descrição		
Tem por objetivo planeja, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento, de tecnologias da informação, de infraestrutura, planejamento estratégico e a articulação entre as Pró-reitorias e os <i>campi</i> .		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Tecnologia da Informação: Planeja, avalia e executa as políticas de tecnologia da informação, em articulação com as Pró-reitorias e as Direções-gerais dos <i>campi</i>; Gerencia o desenvolvimento e a operação dos sistemas de informação; Incentiva e apoia iniciativas no desenvolvimento e utilização de ferramentas de informática, priorizando a modernização administrativa e pedagógica; Supervisiona a aquisição, o desenvolvimento e a implantação de software em articulação com as Pró-reitorias e as Direções-gerais dos <i>campi</i>; Supervisiona a aquisição e a implantação de hardware, em articulação com as Pró-reitorias e as Diretorias-gerais dos <i>campi</i>; Manter em funcionamento e garantir a integração da rede local, disponibilizando e otimizando os recursos computacionais para seus usuários; Faz levantamentos e estudos de viabilidade para desenvolver e implantar projetos de sistemas de informação para o IFTO; Apoia os núcleos de TI dos <i>campi</i> com treinamento e suporte, sempre que necessário; Propõem diretrizes, normas e padrões para a utilização dos recursos de TI do IFTO.	IFTO	Diretoria de Tecnologia da Informação
Políticas e Projetos Institucionais: Supervisiona o desenvolvimento do planejamento estratégico do IFTO e acompanhar a implantação dos seus Projetos Institucionais, Programas e Planos de Ação; Supervisiona as gerências de Infraestrutura, Higiene e Segurança do Trabalho, Planejamento Estratégico e Gerência Técnica e direcionar suas atuações; Diagnostica problemas existentes e sugere medidas de visando à melhoria continua das atividades vinculadas a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional; Supervisiona e analisa os processos de avaliação da instituição, através de indicadores de desempenho e de qualidade; Supervisiona a Coordenação de Planejamento Estratégico na elaboração, atualização e implementação do Acordo de Metas e Compromissos, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Programa do Plano Plurianual (PPA) e elaborar os diversos planos de ação e projetos estratégicos do IFTO; Supervisiona a implantação de projetos de melhoria na de engenharia, infraestrutura e segurança do trabalho do IFTO; Planejar, juntamente com os outros setores, a elaboração das propostas de utilização do espaço físico dos e da Reitoria.	IFTO	Diretoria de Políticas de Projetos Institucionais
Infraestrutura: Coordena a equipe técnica de infraestrutura, quanto aos serviços de: levantamentos técnicos, vistoria, fiscalização de serviços, obras e manutenções referentes à Reitoria e aos <i>campi</i> do IFTO; Acompanhamento de estudos preliminares e projetos técnicos de construções e reformas de edificações e de equipamentos do IFTO; Fiscaliza a aprovação dos projetos desenvolvidos, junto aos órgãos competentes e realiza avaliação de estruturas e equipamentos existentes e emitir parecer; Coordena a atualização dos registros dos projetos de construções e instalações do IFTO; Avalia as construções existentes e desenvolve planos para manutenção ou recuperação das mesmas;	IFTO	Coordenação de Infraestrutura

Realiza visitas técnicas solicitadas.		
Planejamento Estratégico: Subsidia a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional a partir de levantamento criterioso das potencialidades e fortalezas, desafios e fraquezas dos e da Reitoria; Assessora a Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional e Diretoria de Políticas de Projetos Institucionais no levantamento, disponibilização e disseminação das informações gerenciais correlatas; Gerencia e orienta as atividades de planejamento e modernização institucional; Coleta e disponibiliza informações estatísticas do IFTO, para que sejam identificados os pontos estratégicos; Elabora, atualiza e implementa o Acordo de Metas e Compromissos, PDI e o PPA; Executa o planejamento estratégico do IFTO e acompanha a implantação dos seus Projetos Institucionais, Programas e Planos de Ação; Implementa e analisa os processos de avaliação da instituição, através de indicadores de desempenho e de qualidade.	IFTO	Coordenação de Planejamento Estratégico

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

Quadro 26 - Macroprocessos Finalístico Gestão de Pessoas.

GESTÃO DE PESSOAS		
Descrição		
Tem por objetivo planejar, coordenar, executar e avaliar a política de desenvolvimento de gestão de pessoas do IFTO, supervisionar, controlar e acompanhar as atividades na área de administração de pessoal e capacitação de recursos humanos, além de o Reitor e Diretores-gerais dos <i>campi</i> .		
Produto ou Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Legislação e Normas: Coordena e executa instrução de processos administrativos e judiciais; Acompanha a tramitação de processos de gestão de pessoas no âmbito do IFTO e da Justiça Federal; Mantêm, atualiza e divulga arquivos de acordo com legislação e jurisprudência relativas à área de pessoal; Analisa e informa processos, emitindo pareceres sobre direitos, vantagens, deveres e obrigações dos servidores objetivando submetê-los à apreciação da autoridade competente, consultando a Procuradoria Federal quando necessário; Propõe e acompanha o cumprimento de atos normativos e procedimentos relativos à aplicação da legislação vigente.	Servidores IFTO e Governo	Coordenação de Legislação e Normas
Cadastro e Pagamento: Planeja, gerencia, orienta e avalia todas as atividades relacionadas ao pagamento do quadro de pessoal do IFTO, bem como, interpretar e aplicar as normas e legislação vigentes; Mantêm atualizados a situação funcional, os benefícios em folha de pagamento e os dados cadastrais dos servidores; Controla os procedimentos de férias; Controla os procedimentos de cadastro e pagamento de estagiários; Acompanhar mensalmente a frequência de pessoal interno e cedido; Implanta progressões funcionais no sistema; Elabora e homologa a folha de pagamento; Distribui comprovantes de pagamento e rendimentos; Providencia a redistribuição de servidores no sistema; Providencia exonerações e rescisões de contratos; Coordena o cronograma de pagamento; Expede declarações de rendimento auferidas para efeito de Imposto de Renda;	Servidores IFTO, TCU e Governo	Coordenação de Cadastro e Pagamento

Cadastra processos judiciais e seus beneficiários no Sistema de Cadastro de Ações Judiciais (SICAJ)/Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE); Fornece informações dos atos de admissão e desligamento de servidores ao Sistema de Controle do Tribunal de Contas da União (SISAC); Cadastra e atualiza as informações junto ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (PASEP); Mantém atualizadas as informações referentes à aposentadoria e pensões no SIAPE e SISAC.		
Seleção e Desenvolvimento de Pessoal: Propõe políticas, aplica métodos e instrumentos de gestão para a avaliação de desempenho, acompanhamento funcional, estágio probatório e desenvolvimento de carreira; Planeja, coordena e avalia ações que promovam o desenvolvimento e o aprimoramento do servidor; Elabora o plano anual de capacitação do IFTO; Elabora, em parceria com a Coordenação de Benefícios e Qualidade de Vida, programas de orientação e acompanhamento do servidor; Propõe políticas que assegurem a melhoria do desempenho gerencial, funcional e institucional; Executa os procedimentos funcionais e administrativos relativos aos servidores e estagiários; Seleciona os atos administrativos produzidos no IFTO para publicação do Boletim de Serviço; Planeja e implementa ações de registro, controle e movimentação de pessoas.	Servidores IFTO	Coordenação de Seleção e Desenvolvimento Pessoal
Benefícios e Qualidade de Vida: Propõe, executa e avalia políticas que assegurem a melhoria da qualidade de vida e saúde do servidor ativo, aposentados e familiares; Propõe programas de atendimento, orientação e acompanhamento biopsicossocial do servidor; Realiza intercâmbios com outras instituições para estudos e encaminhamentos, em caso de tratamentos específicos; Planeja e executa atividades educacionais e programas de prevenção das doenças ocupacionais; Programa e mantém atualizado banco de dados relativo à saúde do servidor; Realiza ações junto aos servidores que apresentem problemas de desempenho no trabalho, bem como análise de suas causas; Planeja, executa e avalia as ações de saúde e no trabalho; Desenvolve programas de orientação, acompanhamento e preparação para a aposentadoria dos servidores; Mantém atualização cadastral dos benefícios concedidos pela IFTO aos servidores. Promove à inclusão e mantém atualizados os procedimentos relativos à concessão de licença para: tratamento de saúde, acompanhamento de pessoa da família, a gestante, ao adotante, paternidade, por acidente de serviço, licença sem vencimentos e licença para capacitação.	Servidores IFTO	Coordenação de Benefícios e Qualidade de Vida

Fonte: Regimento Geral e Estatuto do IFTO

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Instituto Federal do Tocantins tem como razão de existir (sua missão) PROPORCIONAR DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NO ESTADO DO TOCANTINS POR MEIO DA FORMAÇÃO PESSOAL E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL. E deseja no futuro (visão) se tornar REFERÊNCIA NO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, COM ÊNFASE NA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE PRODUTOS E SERVIÇOS, PROPORCIONANDO O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL.

Tomando por base essa identidade e desejo, e observando também todas as normas que disciplinam o seu funcionamento, o Instituto elaborou o seu planejamento estratégico a partir de um levantamento de fatores internos e externos, definindo 20 objetivos estratégicos para o período de 2015-2019, descritos no seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI e resumidos no quadro 24. Os indicadores e metas físicas para esses objetivos foram estabelecidas no ano de 2016. Para se estabelecer as metas físicas, primeiro o Instituto teve que medir a situação atual dos índices para que pudesse realizar projeções para os próximos anos, até 2019. Para maior confiabilidade dos dados o Instituto tem trabalhado para integrar seu sistema de gestão, com vistas a obter dados mais verdadeiros (ver objetivo 12). Ainda existe uma dificuldade em relação à complexidade de mensuração de alguns indicadores, como o índice de acessibilidade, por exemplo.

Os objetivos estratégicos de longo prazo, são anualmente desdobrados em ações operacionais, através do Plano Anual de Atividades Institucionais - PAAI. Os dois Planos de Atividades Institucionais elaborados até o momento (2015 e 2016), foram construídos apenas com a participação das Diretorias e Gerências. Isso, porque o IFTO não tinha uma ferramenta que pudesse compilar as informações oriundas de todos os seus servidores, o que tornaria o processo muito extenso. A elaboração do PAAI 2017 está sendo realizada com o auxílio de um sistema (<http://sysifto.ifto.edu.br/login/?next=/>) o que viabiliza a participação de todos os servidores. O sistema além de permitir a participação dos servidores, disponibilizará em tempo real tanto o plano quanto suas avaliações.

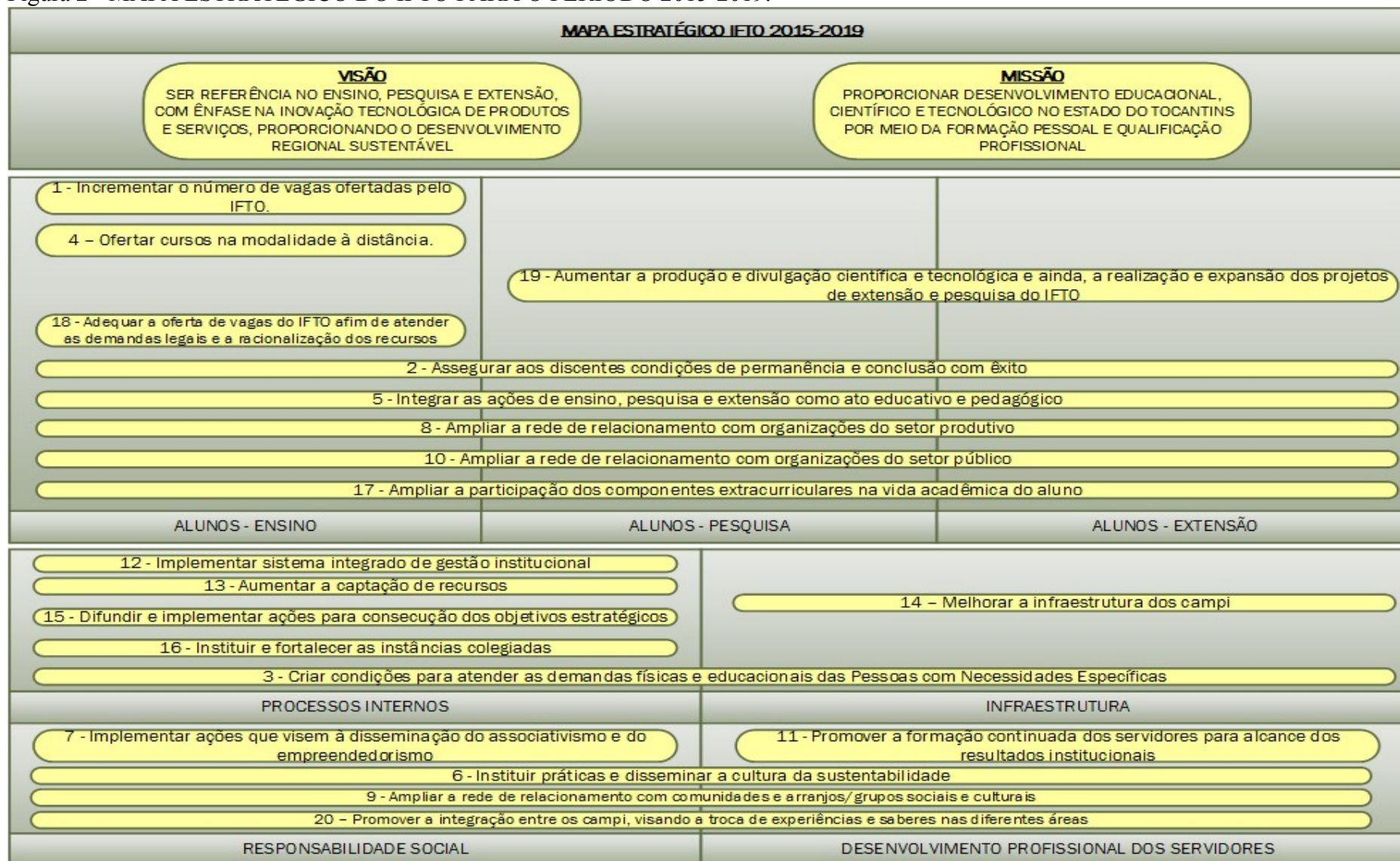
Além desses documentos, iniciou-se em 2015, a elaboração de um Plano de Gestão de Riscos, que visa o levantamento e tratamento dos riscos que possam afetar o plano estratégico do IFTO. Esse plano já está disponível no site oficial da Instituição, junto aos demais documentos institucionais supracitados, no link: <http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/doc_institucional.php>. O plano está sendo monitorado constantemente pelos setores responsáveis em cada unidade, para verificar se há mudança nos status de riscos.

Mapa Estratégico

O mapa estratégico da instituição reúne suas perspectivas estratégicas, direcionadores que fornecem aos servidores uma linguagem comum para a discussão da trajetória e das prioridades do instituto; reúne ainda os indicadores estratégicos, que, além de serem uma medida de desempenho das atividades dos macroprocessos realizadas, são também uma representação da relação de causa e efeito entre as atividades realizadas pelas unidades com o resultado final entregue a sociedade.

O mapa estratégico do IFTO apresenta os 20 objetivos do instituto a serem atingidos até 2019, direcionando os esforços de todos os colaboradores na obtenção da melhoria contínua na execução das nossas atividades e o atingimento das finalidades institucionais.

Figura 2 - MAPA ESTRATÉGICO DO IFTO PARA O PERÍODO 2015-2019.



2.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

Os vinte e um objetivos estratégicos do IFTO foram divididos em sete perspectivas estratégicas, que representam as finalidades da organização e os processos de apoio que permitem a obtenção dos resultados, são elas: 1) Perspectiva Alunos (Ensino); 2) Perspectiva Alunos (Pesquisa); 3) Perspectiva Alunos (Extensão); 4) Perspectiva Processos Internos; 5) Perspectiva Infraestrutura; 6) Perspectiva Responsabilidade Social e 7) Perspectiva Desenvolvimento Profissional dos Servidores.

Cada objetivo estratégico teve sua área principal de impacto, seu fator crítico de sucesso e seus direcionadores estratégicos definidos, representando, em conjunto, quais as áreas que possuem mais influência, quando da realização de suas atividades, nos resultados dos respectivos objetivos, quais as principais dificuldades e barreiras a serem vencidas e superadas e quais os direcionadores institucionais que justificam a criação de cada objetivo.

Os indicadores de cada objetivo foram formulados para o cálculo e a análise do desempenho da instituição, permitindo o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento da instituição pelos servidores, alunos e todo membro da sociedade.

É importante destacar que este trabalho foi fruto de um esforço coletivo, que envolveu todas as unidades do IFTO durante toda a elaboração do PDI 2015-2019, contando com a participação dos servidores, dos alunos, das comunidades locais, dos representantes sociais, do poder público, dentro de um processo de construção comunitária, sempre respaldados pela visão e missão deste instituto.

A seguir são descritos os 21 objetivos estratégicos do IFTO para o período de 2015-2019, com seus respectivos indicadores, formulas de cálculo e metas.

Quadro 27 - Objetivos, indicadores e metas IFTO.

Nº	Objetivo	Indicador	Fórmula de Cálculo	Atual	Metas				
					2015	2016	2017	2018	2019
1	Incrementar o número de vagas ofertadas pelo IFTO	Matrículas atendidas – ano	$(matriculaatendida(anterior) + ingressantes) - (matriculasfinalizadas + integralizados)$	-	13.155	13.152	14.309	15.479	16.760
		Quantidade de vagas ofertadas	Número de vagas ofertadas pelo IFTO no ano	-	4.895	4.880	4.365	4.515	4.715
		Relação ingresso/aluno	$\text{Índice} = \frac{\text{ingressos}}{\text{alunomatriculadado}} * 100$	-	33,62%	35,96%	33,76%	32,17%	30,91%
		Relação candidato/vaga	$\text{Índice} = \frac{\text{inscrições}}{\text{vagasofertadas}}$	-	4,33	4,99	6,42	7,14	7,86
2	Assegurar aos alunos condições de permanência e conclusão com êxito	Taxa de Evasão no Período	$\frac{\text{Mat. finalizadas sem êxito}}{\text{Total de mat. ativas}} * 100$	-	18,18%	16,14%	14,10%	12,06%	10%
		Percentual de estudantes que recebem benefícios de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão (fomento próprio)	$\frac{\text{Total de alunos beneficiados}}{\text{Total de alunos}} * 100$	-	-	0,7%	0,7%	0,7%	0,7%
		Percentual de estudantes que recebem benefícios de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão (fomento externo)	$\frac{\text{Total de alunos beneficiados}}{\text{Total de alunos}} * 100$	-	-	-	-	0,1%	0,1%
		Percentual de estudantes que participam de programas e projetos de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão de forma voluntária	$\frac{\text{Total de alunos voluntários}}{\text{Total de alunos}} * 100$	-	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%
		Relação Concluintes/aluno	$\text{Índice} = \frac{\text{concluente}}{\text{alunomatriculadado}} * 100$		7,94%	9,50%	9,92%	10,66%	11,34%
		Índice de retenção do fluxo escolar	$\text{Índice} = \frac{\text{reprovação} + \text{trancamento}}{\text{alunosmatriculados}} * 100$		39,49%	38,72%	34,17%	30,32%	26,88%

		Índice de eficiência acadêmica	$\text{Índice} = \frac{n^{\circ} \text{de concluintes por modalidade}}{n^{\circ} \text{de ingressos por modalidade}} * 100$		35,82%	35,85%	40,02%	44,72%	50,22%
		Gastos correntes por aluno	Total de Gastos / Alunos Matriculados		R\$12.955,83	R\$13.796,16	R\$12.246,35	R\$11.886,73	R\$11.527,11
3	Criar condições para atender às demandas físicas e educacionais da comunidade interna com deficiência (PcD)	Relação do número Núcleos de Atendimento às Pessoas com necessidades Específicas/Campus	Nº de Napnes Implantados / Nº de Campi	0,1	0,19	0,54	0,72	1,0	1,0
		Índice de acessibilidade arquitetônica do IFTO	-	-	-	-	0,3	0,4	0,5
4	Ofertar cursos na modalidade a distância	Quantidade de vagas ofertadas em EaD	Número de vagas ofertadas	1950	2150	2010	2010	2010	2010
5	Integrar as ações de ensino, pesquisa e extensão como ato educativo e pedagógico	Quantidade de discentes envolvidos em atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica	Número de discentes envolvidos	-	150	620	650	670	730
		Quantidade de servidores envolvidos em atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica	Número de servidores envolvidos	-	400	590	640	690	740
		Quantidade de atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica mantidos pelo IFTO.	Número de atividades	-	15	17	19	20	22
6	Instituir práticas e disseminar a cultura da sustentabilidade	Número de ações para disseminação de práticas socioambientais responsáveis adotadas	Número de ações	-	1	2	3	3	3

7	Implementar ações que visem à disseminação do associativismo e do empreendedorismo	Número de empreendimentos incubados e empresas juniores em funcionamento	Número de empreendimentos	-	-	-	1	3	5
		Número de ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo desenvolvidas	Número de ações	-	-	-	3	4	6
8	Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor produtivo	Número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações do IFTO	Soma do número de processos e produtos gerados	-	-	-	1	3	5
		Número de convênios, cooperações técnicas e programas de estágio firmados	Soma do número de convênios. Cooperações técnicas	-	50	50	50	50	50
9	Ampliar a rede de relacionamento com a comunidade e arranjos/grupos sociais e culturais	Número de pessoas beneficiadas – comunidade externa - pelas ações (eventos e projetos) do IFTO	Número de beneficiados	-	200	712	1000	1000	1000
10	Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor público	Número de parcerias firmadas	Número de parcerias	-	380	400	400	400	400
		Número de pessoas beneficiadas – comunidade externa - pelas ações da rede	Número de beneficiados	-	-	-	500	1.000	1.200
11	Promover a formação continuada e o desenvolvimento dos servidores e colaboradores para o alcance dos resultados institucionais	Índice de titulação do Corpo Docente (IQCD)	$IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + 1G}{D + M + E + G}$	2,92	2,64	2,75	2,92	3,07	3,22
		Índice de titulação do Corpo Técnico-Administrativo (IQCTA)	$IQCTA = \frac{5D + 3M + 2E + 1G + 0,75EM + 0,5EF}{D + M + E + G + EM + EF}$	1,67	1,54	1,58	1,67	1,75	1,84
		Número de eventos de formação continuada promovidos	Número de Eventos	26	61	64	67	70	73
		Percentual de gastos com pessoal	Total de Gastos com Pessoal / Gastos TOTAIS x 100	-	53%	68%	74%	76%	78%
12	Implementar sistema integrado de gestão institucional	Número de sistemas implantados	Número de sistemas	1	2	2	3	3	3

		Percentual de sistemas integrados	Número de sistemas integrados / número de sistemas totais * 100	0%	0%	5%	20%	30%	40%
13	Aumentar a captação de recursos	Volume de recursos captados de fontes externas	Volume captado	-	-	-	1.000,00	1.000,00	1.000,00
		Taxa de crescimento da captação de recursos externos	$\left(\left(\frac{\text{Captação atual}}{\text{Captação ano base}} \right) - 1 \right) * 100$	-	-	-	0%	0%	0%
		Quantidade de fontes formalizadas de recursos próprios	Número de fontes formalizadas	0	0	0	1	1	1
14	Manutenção e Melhoria da infraestrutura dos <i>campi</i>	Índice de satisfação dos usuários do IFTO com a infraestrutura disponível	Pesquisa de satisfação	-	-	-	-	70%	80%
		Percentual de gastos com outros custeios	Total de Gastos com Outros Custeios / Gastos Totais * 100	-	25%	26%	23%	23%	23%
		Percentual de gastos com investimentos	Total de Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras / Gastos Totais * 100	-	20%	7%	3%	4%	4%
15	Difundir e implementar ações para consecução dos objetivos estratégicos	Proporção de metas do PDI alcançadas	$\left(\frac{\text{Metas alcançados}}{\text{Total de metas}} \right) * 100$	45%	50%	60%	70%	75%	80%
		Quantidade ações para difusão do plano estratégico	Número de ações	1	1	2	2	2	2
16	Instituir e fortalecer as instâncias colegiadas	Quantidade de instâncias colegiadas em funcionamento	Número de instâncias colegiadas em funcionamento	-	2	2	2	2	2
17	Ampliar a participação dos componentes extracurriculares/eventos na vida acadêmica dos alunos	Quantidade de ações extracurriculares empreendidas pelo IFTO	Número de ações	-	12	12	12	12	12
18	Adequar a oferta de vagas do IFTO a fim de atender às demandas legais e à racionalização dos recursos	Relação de alunos/Docente de tempo integral	$\text{Índice} = \frac{\text{alunosmatriculados}}{\text{docentesemtempointegral}}$	-	23,16	20,88	22,32	23,38	24,94
		Percentual de vagas ofertadas para cursos de licenciatura e formação pedagógica	$\left(\frac{\text{Vagas p/ licenciatura}}{\text{Total de vagas}} \right) * 100$	-	13 a 14%	14 a 15%	15 a 16%	16 a 17%	17 a 20%

		Percentual de vagas ofertadas para educação profissional técnica de nível médio	$\left(\frac{Vagas\ p/tec.\ m\acute{e}dio}{Total\ de\ vagas}\right) * 100$	-	50 a 70%	50 a 68%	50 a 66%	50 a 64%	50 a 60%
19	Fomentar a produção e divulgação científica, tecnológica e de extensão do IFTO	Número de Publicações do IFTO (pesquisa e extensão)	Número de publicações	-	-	30	50	50	50
		Número de propriedade intelectual gerada	Número de propriedades geradas	-	0	3	5	7	10
		Quantidade de projetos de pesquisa e extensão institucionalizados	Número de projetos institucionalizados	-	218	290	319	348	377
20	Promover a integração entre os <i>campi</i> , visando à troca de experiências e saberes nas diferentes áreas	Quantidade de eventos realizados com a participação de mais de uma unidade	Número de eventos	-	4	4	4	4	4
21	Promover ações para disseminar os direitos dos seres humanos	Quantidade de eventos realizados com a temática dos direitos humanos	Número de eventos	-	-	-	1	1	1

FONTE: CPE/IFTO - 2016

2.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico do IFTO

O IFTO possui 21 objetivos estratégicos de longo prazo descritos no PDI 2015-2019. Para cada objetivo foi definido 1 ou mais indicadores. Esses indicadores possuem metas definidas para o período de vigência do PDI. Essas metas são desdobradas em ações e atividades operacionais, através do Plano Anual de Atividades Institucionais – PAAI. A intenção é fazer com que cada unidade do Instituto contribua para o alcance da sua estratégia.

O Plano anual sofreu algumas alterações metodológicas buscando sua melhor eficácia. Os dois Planos de Atividades Institucionais elaborados até o momento (2015 e 2016), foram construídos apenas com a participação das Diretorias e Gerências. Isso, porque não tínhamos uma ferramenta que pudesse compilar as informações oriundas de todos os servidores do IFTO, o que tornaria o processo muito extenso. O PAAI 2017 está sendo realizada com o auxílio de um sistema (<http://sysifto.ifto.edu.br/login/?next=/>) o que viabilizou a participação de todos os servidores no processo de identificação de problemas e priorização de ações, passo inicial do ciclo do PDCA. Antes (2015 e 2016) eram feitas apenas duas avaliações semestrais do plano, agora, devido ao sistema, essa avaliação pode ser feita constantemente. Os pontos positivos na metodologia de cada ano foram sendo amadurecidos o que convergiu no atual modelo.

Além desses documentos, em 2016 finalizou-se a elaboração de um Plano de Gestão de Riscos, que visa o levantamento e tratamento dos riscos que possam afetar o plano estratégico do IFTO. Esse plano já está consolidado, e em breve já estará disponível também a sua primeira revisão, no site oficial da Instituição, junto aos demais documentos institucionais supracitados, no link: <http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/doc_institucional.php>.

2.1.3. Vinculação dos Plano da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

Cada objetivo estratégico planejado para o IFTO foi desenvolvido levando em conta sua estrita vinculação com as competências constitucionais dos institutos federais, sendo assim, cada um dos nossos 21 (vinte e um) objetivos estratégico possui seus direcionadores estratégicos, que dão base e fundamento a cada um destes e que se apoiam na visão e missão do IFTO, nos princípios norteadores desta organização, registrados em seu Estatuto, publicado em 19 de agosto de 2009, nos princípios e fins da educação nacional, definidos pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e nas Finalidades e Características dos Institutos Federais, registrados na Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

O alcance dos objetivos estratégicos do IFTO é medido através de seus indicadores, para os quais são estabelecidas metas. Dentre esses indicadores estão indicadores do TCU, indicadores do Termo de Acordo de Metas com o MEC, dentre outros estabelecidos em Lei. De forma que, ao atingir seus indicadores, o IFTO está cumprindo com as diretrizes legais impostas.

2.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

É realizado semestralmente o acompanhamento e monitoramento dos objetivos traçados no plano estratégico, tático e operacional e no PPA. As informações geradas são utilizadas para tomada de decisão tanto pelos gestores das unidades como pelos responsáveis pelo gerenciamento do plano. Nos últimos relatórios de monitoramento, por exemplo, muitas unidades haviam relatado que metas e atividades não teriam sido realizadas por falta de financeiro. A decisão dos gestores inicial foi estabelecer menos metas, porém a coordenação de planejamento estratégico entendeu que deveria ser feita uma discussão orçamentária precedendo a elaboração do planejamento, de forma que os projetos fossem priorizados e não se gastasse tempo planejando aquilo que não teria chance de ser executado. Atualmente os planos estratégicos são acompanhados através de um sistema, o que facilita o seu acompanhamento constante por parte dos gestores e equipe de planejamento. Essa e várias outras ações são resultado do constante monitoramento do planejamento da Instituição.

2.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

A proposta orçamentária é realizada em nível do Instituto Federal do Tocantins, entretanto as origens de crédito orçamentário Outras Despesas Correntes e Despesas de Capital são tratadas individualmente com cada uma das Unidades que compõem o IFTO, assim como a Reitoria, de forma a respeitar sua autonomia, no qual a posterior, consolida-se em uma única programação de créditos orçamentários.

A dotação proposta pelo IFTO em 2016 teve compatibilidade com a proposta de Lei Orçamentária Anual - LOA. O Congresso Nacional ratificou a proposta orçamentária para esta UJ, assim, houve compatibilidade com os limites orçamentários estabelecidos pelo IFTO para composição da LOA.

Porém, durante o exercício de 2016, devido ao ajuste fiscal promovido pelo Governo Federal, ocorreu corte considerável no orçamento de Despesas de Capital do Instituto Federal do Tocantins, sendo esse corte de 40%. Devido a esta alteração no orçamento a Instituição foi obrigada a realizar um replanejamento de suas ações relativo a despesas de Capital, onde foi necessário priorizar o reforço dos empenhos de obras que já estavam em andamento e priorizar algumas obras estruturantes para a Instituição. Ressaltamos que este replanejamento das ações contou com a participação de todos os gestores das Unidades da Instituição, onde foi apresentada proposta para destinação do orçamento liberado e a referida proposta teve aprovação de todos os gestores.

Referente à execução do orçamento manifestamos que esta Instituição executou praticamente 100% do orçamento liberado pelo Ministério da Educação, considerando os cortes referenciados acima.

Para as despesas com pessoal e encargos sociais estes são sempre programadas pela Unidade

Reitoria do IFTO, no qual é responsável pela gestão de pessoal conforme estabelece sua lei de criação, no qual segue as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

Em relação ao exercício de 2016 as despesas com pessoal e encargos sociais tiveram um acréscimo em 18,4% em relação a 2015. Isto, devido ao ingresso de novos servidores aprovados e convocados por meio de concurso público, realizado e homologado pela Instituição em outubro de 2015. Além das novas contratações, houve progressões por capacitações, titulações, tempo de serviço público e reajustes salariais para docentes e técnico administrativo em janeiro e agosto de 2016, sempre respeitado os planos de carreiras das categorias funcionais.

Portanto, apesar dos cortes ocorridos no orçamento o IFTO buscou em conjunto com toda a sua equipe diretiva contornar a situação realizando uma revisão em suas demandas e nas suas prioridades, tornando assim possível a execução na totalidade de forma eficiente do orçamento.

2.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Não se aplica.

2.3.2. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Ações relacionadas a PROGRAMA TEMÁTICO do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Quadro 28 – Ação 20RG

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (X) Parcial
Código	20RG Tipo: Atividade
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1009
Programa	Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras

Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.658.537,00	3.658.537,00	1.721.672,37	590.700,00	590.700,00	0,00	1.130.972,37
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto viabilizado			unidade	4	4	3
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
10.407.928,65	3.177.606,79	201.094,71	Projeto viabilizado		unidade	3

Fonte: Tesouro Gerencial / SIMEC/ SIOP

Análise Crítica:

Ação 20RG – Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Em 2014, houve uma alteração no indicador desta ação, que passou de “vaga disponibilizada” para “projeto viabilizado”, e isso simplificou a medição dos resultados, que neste caso foi de 75% da meta.

Nenhum fator contribuiu para o melhor cumprimento da meta. No entanto vários dificultaram:

- A ocorrência de corte de recurso orçamentário desta ação, ocasionado pelo ajuste econômico provocado pelo Governo Federal;
- A liberação dos recursos financeiros desta ação, não ocorreu de forma ideal, por vezes foram parcelados o pagamento de etapas já realizadas;
- Empresas licitadas que não cumpriram em partes com a execução do contrato, é o caso da pavimentação do campus Colinas, que teve problemas de execução referente a empresa contratada e também de obras abandonadas no campus Araguatins.

O valor registrado em restos a pagar não processados se deve ao fato de que algumas despesas com investimentos realizadas nesta ação por se tratar de obras e instalações são em sua maioria licitada no segundo semestre, especificamente no final do ano, ou devido a atraso na execução das obras por parte das empresas, gerando assim um montante considerável registrado nesta conta, se comparado com o que foi executado. Porém a execução desse montante não afetou o cumprimento da meta, pois já havia uma reserva planejada para este fim.

Quadro 29 – Ação 20RL

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (X) Parcial				
Código		20RL Tipo: Atividade				
Título		Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1009				
Programa		Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária		26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Ação Prioritária		()Sim ()Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
46.462.548,00	45.883.055,00	44.454.029,44	28.370.479,09	27.866.585,88	503.893,21	16.083.550,35

		(Extração) 45.883.055,00 (Apurado pela UPC)				
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Estudante matriculado			Unidade	16.000	16.000	11.867
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
26.542.958,45	18.417.683,94	3.300.663,12	Estudante matriculado		Unidade	11.867

Fonte: Tesouro Gerencial / SIMEC / SIOP

Análise Crítica:

Com o atendimento de 11.867 estudantes, a meta prevista de 16.000 não foi atingida, principalmente pelo fato da não possibilidade de oferta de edital para os cursos técnicos à distância, somada ao fenômeno da Evasão, quantificada em aproximadamente 13% do total de estudantes matriculados no período.

Sobre a execução, apesar da diferença de valores entre o valor extraído do SIAFI Gerencial e o valor apurado pela UPC, esta instituição executou 100% do limite disponibilizado para empenho desta ação. Já sobre a execução dos Restos a Pagar, foi liquidado o correspondente a 69,38% do montante inscrito, sendo cancelado o valor de R\$ 3.300.663,12, o que corresponde a 12,43% do valor em 01/01/2017.

Quadro 30 - Ação 2994

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (X) Parcial				
Código		2994 Tipo: Atividade				
Título		Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica				
Objetivo		Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1009				
Programa		Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: Finalístico				
Unidade Orçamentária		26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Ação Prioritária		()Sim ()Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.445.005,00	7.445.005,00	7.113.775,55	6.135.085,03	5.978.285,09	156.799,94	978.690,52
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Bolsa concedida			Unidade	60.000	60.000	83.557
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.733.063,71	1.374.319,19	310.419,07	Benefício concedido		Unidade	-

Fonte: Tesouro Gerencial / SIMEC / SIOP

Análise Crítica:

A meta estabelecida em 60 mil benefícios foi superada. Em 2016, O IFTO concedeu, 83.557 benefícios de Assistência Estudantil, incluindo os seguintes auxílios e bolsas: Auxílio-transporte, Auxílio-alimentação, Auxílio-moradia, Auxílio-material didático, Auxílio-uniforme, Auxílio-emergencial, Auxílio aos pais estudantes, Auxílio-viagem, Bolsa-formação profissional e Bolsa-atleta. Também foram concedidos benefícios em ações ligadas a programas do Eixo Universal da Política de Assistência Estudantil do IFTO, além de ações coletivas como o Kit do Estudante e o Seguro de Acidentes Pessoais. Os benefícios alcançaram diversos estudantes de 11 unidades espalhadas por todas as regiões do Estado do Tocantins, sendo elas: Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e os campi avançados Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso. Na concessão, foi dada prioridade aos estudantes em situação de vulnerabilidade social mensurada por meio de análise socioeconômica. Os benefícios contribuíram para a permanência e êxito escolar dos estudantes, para o combate à evasão e retenção e para minimizar os efeitos das desigualdades sociais.

A instituição alcançou quantidade recorde de benefícios concedidos graças ao orçamento de Assistência Estudantil para o ano de 2016; à dedicação das equipes de Assistência Estudantil dos campi no processo de execução; à flexibilização das formas de uso do recurso; à melhoria dos mecanismos de controle da Assistência Estudantil.

Houve um montante inscrito em Restos a Pagar em casos de contratos de Seguro de Acidentes Pessoais, itens para Kit do Estudante, camisetas de uniforme e aquisição de gêneros alimentícios para restaurante escolar devido à execução do serviço ou entrega dos produtos ocorrerem no ano seguinte.

Ações não previstas LOA do exercício - Restos a Pagar – OFSS

Quadro 31 - Ação 20RJ

Quadro 51 - Ação 2030

Identificação da Ação					
Código		20RJ Tipo: Atividade			
Título		Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.			
Objetivo		Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho. Código:			
Programa		Educação Básica Código: 2030 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária		26424 – Instituto Federal do Tocantins			
Ação Prioritária		() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
603.48	524.29	79.19	Pessoa Beneficiada	Unidade	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 32 - Ação 2992

Identificação da Ação					
Código	2992 Tipo: Atividade				
Título	Funcionamento da Educação Profissional				
Objetivo	Código:				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica Código: 1062 Tipo: Finalistico				
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria ()Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
43.242,42	294,97	32.768,93	Aluno matriculado	Unidade	-

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 33 - Ação 6301

Quadro 55 - Ação 6301

Identificação da Ação					
Código	6301 Tipo: Atividade				
Título	Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional				
Objetivo	Código:				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica Código: 1062 Tipo: Finalístico				
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
37.191,25	-	37.186,88	Volume disponibilizado	Unidade	-

Fonte: Tesouro Gerencial

2.3.3. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

As informações sobre este tópico estão disponíveis no capítulo 5 deste volume, que dispõe sobre o desempenho financeiro da Instituição no exercício.

2.3.4. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve ocorrência.

2.3.5. Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 34 - Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados

Anexo 34 - Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 (d) = (a-b-c)	
2015	6.784.456,92	6.778.793,76	2.098,11	3.565,05	
2014	1.797.986,41	1.738.465,48	1.948,20	57.572,73	
2013	84.403,42	74.830,84	404,80	9.167,78	
2012	42.627,33	42.408,45	0,00	218,88	
2011	3.677,91	133,65	101,33	3.442,93	
2010	22.794,52	616,25	482,71	21.695,56	
2008	17.565,22	0,00	0,00	17.565,22	
2006	2.280,11	0,00	0,00	2.280,11	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro do ano 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2016 (i) = (e-g-h)
2015	26.864.239,10	20.833.667,41	20.553.158,51	1.284.995,70	5.026.084,89
2014	5.853.799,02	2.348.582,68	2.348.582,68	2.152.482,48	1.352.733,86
2013	898.960,51	352.874,03	351.971,14	362.225,95	184.763,42
2012	6.058.742,87	24.166,41	21.867,63	114.848,68	5.922.026,56
2011	68.585,88	0,00	0,00	62.455,21	6.130,67
2010	11.847,79	294,97	294,97	7.500,60	4.052,22

Fonte: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

A execução de restos a pagar segue a Lei 4.320/64, onde estabelece o prazo de 01 ano para execução findo o ano anterior. Os valores excessivos inscritos refletem uma política do Poder Executivo Federal no sentido de contingenciamento de limite para empenho, no qual boa parte é liberada próximo ao

encerramento do exercício. Pode-se frisar também o aumento no número de contratos continuados para o funcionamento dos novos campi. As execuções dos Rap's seguem ordem de prioridade dentro do IFTO, para posteriormente partir para execução dos orçamentos vigentes. A instituição vem adotando medidas de controle de Restos a Pagar não processados. No final do exercício de 2016 a Pró-reitoria de Administração emitiu um Memorando Circular solicitando a todas as Unidades do IFTO a verificação dos empenhos emitidos em 2016 e análise quanto à possibilidade de inscrição em restos a pagar conforme orientações da Macrofunção SIAFI 020317 – Restos a Pagar, principalmente quanto aos não processados, no qual devem estar distintos entre os Em Liquidação e A Liquidar. Ainda no mesmo Memorando foi alertado quanto à vedação de inscrição dos empenhos de diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos, conforme rege a legislação. Também foi encaminhado o Memorando Circular nº03/2016-IFTO/REITORIA/PROAD a todas as unidades do IFTO que tratava do calendário de encerramento de exercício e reforçando a vedação de inscrições de restos a pagar em nome do Órgão.

2.3.6. Execução descentralizada com transferência de recursos

Não houve ocorrência.

2.3.6.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Não houve ocorrência.

2.3.7. Informações sobre a realização das receitas

Quadro 35 - Informações sobre realização das receitas

Natureza da Receita		Receita Orçamentária		
		Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas
13100111	Aluguéis e arrendamentos-principal	24.398,00	24.398,00	13.584,68
13210011	Remuneração de depósitos bancários-princ.	115.054,00	115.054,00	194.597,40
14000011	Receita agropecuária-principal	169.014,00	169.014,00	98.289,42
15000011	Receita industrial-principal	27.096,00	27.096,00	32.718,67
16100111	Serv. administrativos e comerc. gerais-princ.	319.592,00	319.592,00	110.144,01
16100211	Inscr. em concursos e proc. seletivos-princ.	1.040.708,00	1.040.708,00	981.698,00
16100212	Inscr. em concursos e proc. seletivos-multas			90,02
16100411	Serviços de informação e tecnologia-princ.			4.650,00
19100111	Multas previstas em legisl. específica-princ.			100,45
19220611	Restit. despesas de exerc. anteriores-princ.			89.511,07
19229911	Outras restituições-principal			47.642,29
19239911	Outros ressarcimentos-principal			254,40
TOTAL		1.695.862,00	1.695.862,00	1.573.280,41

Fonte: Tesouro Gerencial

A arrecadação própria do IFTO prevista para o exercício de 2016 era de R\$ 1.695.862,00 (um milhão, seiscentos e noventa e cinco mil e oitocentos e sessenta e dois reais), conforme a LOA. Foi arrecadado o montante de R\$ 1.573.280,41 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil e duzentos e oitenta reais e quarenta e um centavos), resultando em um deficit de arrecadação própria no corrente exercício de R\$ 122.581,59 (cento e vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta e nove centavos), ou seja, uma arrecadação de mais de 92% do previsto. Esse percentual expressivo foi oriundo, em grande parte,

de taxas cobradas para a realização de concursos públicos para servidores docentes e administrativos e taxas cobradas para inscrição no processo seletivo do IFTO.

2.3.8. Informações sobre a execução das despesas

Quadro 36 - Execução das despesas por modalidade de contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	23.316.017,35	12,58	22.892.264,77	14,26	22.739.407,68	12,34	17.315.822,00	11,26
a) Convite	0,00		0,00		0,00		0,00	
b) Tomada de Preços	0,00		33.404,79	0,02	0,00		33.404,79	0,02
c) Concorrência	2.356.325,06	1,27	3.206.903,91	2,00	2.006.499,35	1,09	1.113.986,97	0,72
d) Pregão	20.959.692,29	11,31	19.651.956,07	12,24	20.732.908,33	11,25	16.168.430,24	10,51
e) Concurso	0,00		0,00		0,00		0,00	
f) Consulta	0,00		0,00		0,00		0,00	
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0,00		0,00		0,00		0,00	
2. Contratações Diretas (h+i)	3.075.726,75	1,66	3.552.087,45	2,21	2.895.445,06	1,57	3.259.363,56	2,12
h) Dispensa	2.347.542,19	1,27	2.986.613,84	1,86	2.175.791,22	1,18	2.839.811,41	1,85
i) Inexigibilidade	728.184,56	0,39	565.473,61	0,35	719.653,84	0,39	419.552,15	0,27
3. Regime de Execução Especial	133.390,31	0,07	114.838,97	0,07	133.390,31	0,07	114.838,97	0,07
j) Suprimento de Fundos	133.390,31	0,07	114.838,97	0,07	133.390,31		114.838,97	0,07
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	158.815.674,51	85,69	134.007.313,04	83,46	158.563.742,06	86,02	133.092.022,78	86,55
k) Pagamento em Folha	157.636.680,49	85,05	133.058.881,59	82,87	157.387.650,00	85,38	132.165.695,14	85,94
l) Diárias	1.178.994,02	0,64	948.431,45	0,59	1.176.092,06	0,64	926.327,64	0,60
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	185.340.808,92	100	160.566.504,23	100	184.331.985,11	100	153.782.047,31	100
6. Total das Despesas da UPC	185.340.808,92	100	160.566.504,23	100	184.331.985,11	100	153.782.047,31	100

FONTE: Tesouro Gerencial

ANÁLISE CRÍTICA

Em relação às Despesas por Modalidade de Contratação, esta unidade sempre buscou de forma sistemática optar pela modalidade de licitação Pregão na forma eletrônica. Desde 2009 o IFTO prioriza as compras coletivas por meio do Sistema de Registro de Preços. No qual proporciona maior economia de escala, registra preços e quantidades para um período de 12 meses. Com isto, evita-se o fracionamento de despesas e diminui a contratação direta por dispensa de licitação, indo de encontro às recomendações dos órgãos de controle. Esta importante ferramenta beneficia todo o IFTO, pela economia processual e de esforço de recursos humanos, por fim, pela celeridade em atender demandas de aquisições já registras pelo SRP vigente. Destaca-se que a unidade diminuiu entre 2015 e 2016 em 21,4% a contratação Direta por Dispensa de Licitação das despesas liquidadas. Houve evolução positiva na modalidade Pregão em 6,65% em 2016 em relação a 2015 (por exemplo, contratação por meio de pregão referente aquisição de implementos agrícolas; aparelhos de ar condicionado; material de expediente; material agropecuário; aquisição de projetores multimídia; implementação, operação e manutenção de circuito de acesso a internet, entre outras contratações). Destacamos mais uma vez que esta modalidade está entre as mais recomendadas pelos órgãos de controle, para adoção e procedimentos licitatórios. Deve-se destacar também o decréscimo de mais de 26% na modalidade Concorrência,

esse decréscimo pode ser explicado pelo contingenciamento por parte do Governo Federal de recursos de capital. Também de acordo o Quadro destaca-se o acréscimo em 16,15% da utilização do suprimento de fundos concedida por meio de Cartão Corporativo do Governo Federal e 28,7% de acréscimo nas contratações via inexigibilidade. Este acréscimo justifica-se pela consolidação das novas unidades do IFTO, ou seja, os *campi* avançados, onde durante o exercício de 2016 foi celebrado contrato de fornecimento de energia elétrica nestas unidades e disponibilizado um cartão corporativo para cada campus avançado para atender demandas de acordo com a legislação vigente. Além do acréscimo de mais de 18% nos gastos com pessoal e 24,3% nas despesas com diárias, justifica-se devido ao aumento do quantitativo de servidores referente ao concurso público realizado pelo IFTO no ano de 2015 com 53 vagas, cuja homologação ocorreu em outubro do mesmo ano, e reajuste salarial dos servidores públicos do executivo federal em janeiro e agosto de 2016.

Quadro 37 - Execução de Despesas por grupo e elemento de despesa

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
1. Despesas de Pessoal	137.653.251,33	117.046.641,76	137.653.251,33	117.046.641,76	0,00	0,00	137.653.251,33	117.046.641,76
11-Vencimentos e vantagens fixas – Pes. Civil	108.038.439,72	93.310.699,37	108.038.439,72	93.310.699,37	0,00	0,00	108.038.439,72	93.310.699,37
13-Obrigações patronais	21.973.723,01	18.895.057,55	21.973.723,01	18.895.057,55	0,00	0,00	21.973.723,01	18.895.057,55
04-Contratação por tempo determinado – P.C.	3.078.581,16	3.146.784,75	3.078.581,16	3.146.784,75	0,00	0,00	3.078.581,16	3.146.784,75
Demais elementos do grupo	4.562.507,44	1.694.100,09	4.562.507,44	1.694.100,09	0,00	0,00	4.562.507,44	1.694.100,09
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes	56.303.803,26	50.332.196,64	42.962.417,11	38.819.266,20	13.341.386,15	11.512.930,44	42.361.443,74	34.583.655,42
37-Locação de mão-de-obra	20.031.297,63	14.878.683,24	13.147.667,55	10.732.527,37	6.883.630,08	4.146.165,87	13.119.862,90	9.274.417,15
39-Outros serviços de terceiros - PJ	10.037.277,54	12.374.895,21	5.754.302,39	7.980.072,97	4.282.975,15	4.394.822,24	5.519.163,30	7.048.644,34
18-Auxílio financeiro a estudantes	7.112.035,14	6.486.948,42	6.638.576,90	5.865.664,46	473.458,24	621.283,96	6.624.416,56	5.130.049,42
Demais elementos do grupo	19.123.192,95	16.591.569,77	17.421.870,27	14.241.001,40	1.701.322,68	2.350.658,37	17.098.000,98	13.160.544,51
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
Exercícios	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
4. Investimentos	18.115.902,84	20.051.904,93	4.725.140,48	4.700.596,27	13.390.762,36	15.351.308,66	4.317.290,04	2.151.750,13
51-Obras e instalações	12.659.285,07	13.594.367,21	2.008.436,44	2.715.353,21	10.650.848,63	10.879.024,00	1.695.914,00	1.002.527,32
52-Equipamentos e material permanente	5.246.051,24	6.385.312,22	2.549.237,51	1.945.523,85	2.696.813,73	4.439.788,37	2.453.909,51	1.109.493,60
20-Aux. Fin. a pesq. / 92-Desp. Exerc. Anterior	167.466,53	39.729,21	167.466,53	39.729,21	0,00	32.496,29	167.466,53	39.729,21
Demais elementos do grupo	43.100,00	32.496,29	0,00	0,00	43.100,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

FONTE: Tesouro Gerencial

Análise Crítica

Para o exercício de 2016 o IFTO realizou em Outras Despesas Correntes um valor de R\$ 56.303.803,26 (cinquenta e seis milhões, trezentos e três mil, oitocentos e três reais e vinte e seis centavos), nota-se um aumento de 11,86% em relação ao ano de 2015, sendo que com os gastos com contratação de mão-de-obra esse aumento foi de 34,6% o que pode ser explicado, principalmente, por novos contratos de limpeza e conservação, apoio administrativo e vigilância das unidades do IFTO. Já para despesas com investimentos, o IFTO realizou um total de R\$ 18.115.902,84 (dezoito milhões, cento e quinze mil e novecentos e dois reais e oitenta e quatro centavos), cerca de 9% a menos em relação ao ano de 2015. Essa queda nas despesas com recursos de capital pode ser explicada pelo contingenciamento de gastos por parte do Governo Federal, na qual o governo priorizou cortes em investimentos com capital. Frisa-se também o aumento de restos a pagar não processados de despesas correntes, tal fato pode ser explicado para atender as despesas com contratos continuados no ano seguinte dado que não havia uma previsão para recebimento de orçamento no primeiro trimestre do exercício de 2016. Dessa forma, os recursos recebidos pelo IFTO têm contribuído na consecução dos seus objetivos, na ampliação da oferta de cursos, na modernização da estrutura; além da execução de despesas com os novos campi avançados de Pedro Afonso, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia. Estes recursos impactaram de maneira positiva o IFTO durante o exercício de 2016, principalmente os créditos destinados a 3 - outras despesas correntes.

2.3.9. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Quadro 38 - Concessão de suprimento de fundos - CPGF

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2016	158131	IFTO- Reitoria			13	70.500,00	7.000,00
	158336	IFTO – Campus Palmas			3	24.000,00	8.000,00
	158337	IFTO – Campus Araguatins			4	32.000,00	8.000,00
	158489	IFTO – Campus Paraíso			3	18.000,00	6.000,00
	158511	IFTO – Campus Araguaína			5	40.000,00	8.000,00
	158556	IFTO – Campus Gurupi			2	16.000,00	8.000,00
	158557	IFTO – Campus Porto Nacional			3	24.000,00	8.000,00
	158628	IFTO – Campus Dianópolis			3	18.500,00	8.000,00
	158633	IFTO – Campus Colinas			1	30.000,00	6.000,00
2015	158131	IFTO - Reitoria			12	57.000,00	6.000,00
	158336	IFTO – Campus Palmas			3	24.000,00	8.000,00
	158337	IFTO – Campus Araguatins			4	29.000,00	8.000,00
	158489	IFTO – Campus Paraíso			2	11.000,00	5.500,00
	158511	IFTO – Campus Araguaína			4	32.000,00	8.000,00
	158556	IFTO – Campus Gurupi			2	16.000,00	8.000,00
	158557	IFTO – Campus Porto Nacional			3	18.000,00	8.000,00
	158628	IFTO – Campus Dianópolis			3	22.000,00	8.000,00
	158633	IFTO – Campus Colinas			0	0,00	0,00
Fonte: SIAFI Web							

Quadro 39 - Utilização de suprimento de fundos - CPGF

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	Total (a+b)
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2016	158131	IFTO-Reitoria			0	0,00	43.473,75	43.473,75
	158336	IFTO – Campus Palmas			0	0,00	16.272,74	*16.272,74
	158337	IFTO – Campus Araguatins			0	0,00	19.036,59	19.036,59
	158489	IFTO – Campus Paraíso			0	0,00	13.820,67	13.820,67

	158511	IFTO – Campus Araguaína			0	0,00	10.295,03	10.295,03
	158556	IFTO – Campus Gurupi			0	0,00	8.127,54	8.127,54
	158557	IFTO – Campus Porto Nacional			0	0,00	7.736,53	7.736,53
	158628	IFTO – Campus Dianópolis			0	0,00	10.848,13	10.848,13
	158633	IFTO – Campus Colinas			0	0,00	4.007,93	4.007,93
2015	158131	IFTO-Reitoria			01	500,00	33.222,45	33.722,45
	158336	IFTO – Campus Palmas			0	0,00	13.084,80	13.084,80
	158337	IFTO – Campus Araguatins			0	0,00	13.128,98	13.128,98
	158489	IFTO – Campus Paraíso			0	0,00	10.382,75	10.382,75
	158511	IFTO – Campus Araguaína			0	0,00	7.242,88	7.242,88
	158556	IFTO – Campus Gurupi			0	0,00	13.515,19	13.515,19
	158557	IFTO – Campus Porto Nacional			0	0,00	7.267,61	7.267,61
	158628	IFTO – Campus Dianópolis			0	0,00	15.660,77	15.660,77
	158366	IFTO – Campus Colinas			0	0,00	0,00	0,00
Fonte: SIAFI Web								

Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Quadro 40 - Reitoria e Campi Avançados

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158131	IFTO - Reitoria	339030 – Material de Consumo	01 – Combustíveis e lubrificantes automotivos	350,76
			04 – Gás e outros materiais engarrafados	191,00
			07 – Gêneros de alimentação	250,23
			09 – Material Farmacológico	94,00
			11 – Material químico	672,87
			12 – Material de coudelaria ou de uso zootecnico	764,00
			13 – Material de caça e pesca	429,9
			14 – Material educativo e esportivo	150,70
			15 – Material para festividades e homenagens	327,00
			16 – Material de expediente	1.784,98
			17 – Material de processamento de dados	3.175,96
			18 – Materiais e medicamentos para uso veterinário	327,00
			19 – Material de acondicionamento e embalagem	229,15
			21 – Material de copa e cozinha	286,81
			22 – Material de limpeza e produto de higienização	366,79

			23 – Uniformes, tecidos e aviamentos	177,82
			24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações	11.100,01
			25 – Material para manutenção de bens móveis	1.502,40
			26 – Material elétrico e eletrônico	8.866,40
			28 - Material de proteção e segurança	854,08
			29 – Material para áudio, vídeo e foto	116,00
			31 – Sementes, mudas de plantas e insumos	3.163,58
			36 – Material hospitalar	708,00
			37 - Sobressalentes de armamento	67,99
			39 – Material para manutenção de veículos	137,52
			42 – Ferramentas	978,66
			44 – Material para sinalização visual e outros	45,00
			58 – Sobress. Para Maq. E equip. para produz. industrial	62,40
			TOTAL	37.181,01
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	16 – Manutenção e conservação de bens imóveis	1.304,00
			17 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	2.483,65
			19 – Manutenção e conservação de veículos	1.200,00
			20 – Manutenção e conservação de bens móveis de outras naturezas	70,00
			47 – Serviços de comunicação em geral	214,54
			63 – Serviços gráficos e editoriais	640,00
			79 – Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional	225,00
			TOTAL	6.137,19
			TOTAL GERAL	43.318,20

Quadro 41 - Campus Palmas

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158336	IFTO – Campus Palmas	339030 – Material de Consumo	03 – Combustíveis e lubrificantes para outras finalidades	24,57
			07 – Gêneros de alimentação	166,17
			09 – Material Farmacológico	679,50
			10 – Material odontológico	819,56
			11 – Material químico	17,00
			13 – Material de caça e pesca	7,50
			16 – Material de expediente	981,09
			17 – Material de processamento de dados	492,00
			19 – Material de acondicionamento e embalagem	414,87
			21 – Material de copa e cozinha	39,80
			22 – Material de limpeza e produto de higienização	737,08

			24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações	5.536,40
			25 – Material para manutenção de bens móveis	285,00
			26 – Material elétrico e eletrônico	2.365,05
			28 - Material de proteção e segurança	583,30
			31 – Sementes, mudas de plantas e insumos	190,00
			35 – Material laboratorial	169,35
			36 – Material hospitalar	374,50
			44 – Material para sinalização visual e outros	371,00
			Total	14.253,74
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	16 – Manutenção e conservação de bens imóveis	1.874,00
			17 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	145,00
			TOTAL	2.019,00
			TOTAL GERAL	16.272,74

Quadro 42 - Campus Araguatins

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158337	IFTO – Campus Araguatins	339030 – Material de Consumo	07 – Gêneros de alimentação	49,34
			09 – Material Farmacológico	34,00
			11 – Material químico	833,70
			12 – Material de coudelaria ou de uso zootécnico	28,00
			15 – Material para festividades e homenagens	619,80
			16 – Material de expediente	115,00
			17 – Material de processamento de dados	747,80
			18 – Materiais e medicamentos para uso veterinário	50,16
			19 – Material de acondicionamento e embalagem	240,00
			21 – Material de copa e cozinha	68,00
			22 – Material de limpeza e produto de higienização	250,00
			23 – Uniformes, tecidos e aviamentos	560,00
			24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações	4.527,94
			25 – Material para manutenção de bens móveis	1.353,61
			26 – Material elétrico e eletrônico	4.242,42
			27 – Material de manobra e patrulhamento	130,00
			28 - Material de proteção e segurança	485,00
			30 – Material para comunicações	49,90
			31 – Sementes, mudas de plantas e insumos	44,00
			35 – Material laboratorial	100,00
			36 – Material hospitalar	26,00
			44 – Material de sinalização visual e outros	360,00

			Total	14.914,67
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	17 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	3.581,37
			25 – Taxa de administração	525,00
			35 – Multas dedutíveis	15,55
			TOTAL	4.121,92
			TOTAL GERAL	19.036,59

Quadro 43 - Paraíso do Tocantins

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158489	IFTO – Campus Paraíso	339030 – Material de Consumo	03 – Combustíveis e lubrificantes para outras finalidades	69,90
			07 – Gêneros de alimentação	1.138,15
			09 – Material Farmacológico	1.456,69
			14 – Material educativo e esportivo	60,00
			15 – Material para festividades e homenagens	34,00
			16 – Material de expediente	236,37
			19 – Material de acondicionamento e embalagem	527,64
			21 – Material de copa e cozinha	431,58
			24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações	2.197,79
			25 – Material para manutenção de bens móveis	74,77
			26 – Material elétrico e eletrônico	1.798,60
			28 - Material de proteção e segurança	117,00
			31 – Sementes, mudas de plantas e insumos	522,00
			36 – Material hospitalar	15,74
			42 – Ferramentas	319,44
			TOTAL	8.999,67
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	12 – Locação de máquinas e equipamentos	416,00
			16 – Manutenção e conservação de bens imóveis	755,00
			17 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos	1.095,00
			27 – Suporte de infraestrutura de T.I.	550,00
			58 – Serviços de telecomunicações	600,00
			63 – Serviços gráficos e editoriais	955,00
			79 – Serviço de apoio administrativo, técnico e operacional	450,00
			TOTAL	4.821,00
		TOTAL GERAL		13.820,67

Quadro 44 - Campus Araguaína

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total

158511	IFTO – Campus Araguaína	339030 – Material de Consumo	09 – Material Farmacológico	107,00
			11 – Material químico	48,95
			16 – Material de expediente	190,00
			17 – Material de processamento de dados	985,00
			19 – Material de acondicionamento e embalagem	70,00
			21 – Material de copa e cozinha	444,95
			22 – Material de limpeza e produto de higienização	41,30
			23 – Uniformes, tecidos e aviamentos	58,95
			24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações	1.189,37
			25 – Material para manutenção de bens móveis	235,50
			26 – Material elétrico e eletrônico	176,77
			28 - Material de proteção e segurança	935,07
			29 – Material para áudio, vídeo e foto	390,00
			35 – Material laboratorial	609,75
			36 – Material hospitalar	692,90
			42 - Ferramentas	30,00
			Total	6.205,51
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	16 – Manutenção e conservação de bens imóveis	130,00
			63 – Serviços gráficos e editoriais	3.779,52
			70 – Confecção de uniformes, bandeiras e flamulas	180,00
			TOTAL	4.089,52
			TOTAL GERAL	10.295,03

Quadro 45 - Campus Gurupi

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158556	IFTO – Campus Gurupi	339030 – Material de Consumo	16 – Material de expediente	700,00
			17 – Material de processamento de dados	469,00
			21 – Material de copa e cozinha	650,00
			24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações	961,00
			26 – Material elétrico e eletrônico	827,54
			28 – Material de proteção e segurança	230,00
			29 – Material para áudio, vídeo e foto	610,00
			31- Sementes, mudas de plantas e insumos	720,00
			42 - Ferramentas	850,00
			TOTAL	6.017,54
			12 - Locação de máquinas e equipamentos	700,00
			16 – Manutenção e conservação de bens imóveis	170,00
			63 – Serviços gráficos e editoriais	1.240,00

		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	TOTAL	2.110,00
			TOTAL GERAL	8.127,54

Quadro 46 - Campus Porto Nacional

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158557	IFTO – Campus Porto Nacional	339030 – Material de Consumo	07 – Gêneros de alimentação	689,98
			09 – Material Farmacológico	81,56
			11 – Material químico	12,50
			15 – Material para festividades e homenagens	24,00
			16 – Material de expediente	357,72
			17 – Material de processamento de dados	176,70
			21 – Material de copa e cozinha	103,77
			22 – Material de limpeza e produtos de higienização	13,38
			24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações	1.595,40
			25 – Material para manutenção de bens móveis	800,00
			26 – Material elétrico e eletrônico	1.253,52
			29 – Material para áudio, vídeo e foto.	196,00
			TOTAL	5.304,53
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	16 – Manutenção e conservação de bens imóveis	240,00
			71 – Confecção de material de acondicionamento e embalagem	240,00
			75 – Serviço de incineração, destruição e demolição	1.952,00
			TOTAL	2.432,00
			TOTAL GERAL	7.736,53

Quadro 47 - Campus Dianópolis

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158628	IFTO – Campus Dianópolis	339030 – Material de Consumo	01 – Combustíveis e lubrificantes automotivos	15,55
			04 – Gás e outros materiais engarrafados	861,00
			06 – Alimentos para animais	784,80
			07 – Gêneros de alimentação	343,13
			09 – Material Farmacológico	132,39
			11 – Material químico	12,00
			14 – Material educativo e esportivo	369,00
			16 – Material de expediente	60,30
			17 – Material de processamento de dados	1.092,35
			18 – Materiais e medicamentos para uso veterinário	482,25
			19 – Material de acondicionamento e embalagem	25,67

			20 – Material de cama, mesa e banho	168,75
			21 – Material de copa e cozinha	635,68
			22 – Material de limpeza e produto de higienização	320,76
			23 – Uniformes, tecidos e aviamentos	54,49
			24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações	1.854,58
			25 – Material para manutenção de bens móveis	265,10
			26 – Material elétrico e eletrônico	1.218,73
			28 - Material de proteção e segurança	188,50
			35 – Material laboratorial	871,00
			36 – Material hospitalar	31,60
			39 – Material para manutenção de veículos	20,00
			42 – Ferramentas	5,50
			TOTAL	9.813,13
		339039 - Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	63 – Serviços gráficos e editoriais	1.035,00
			TOTAL	1.035,00
			TOTAL GERAL	10.848,13

Quadro 48 - Colinas do Tocantins

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158633	IFTO – Campus Colinas do Tocantins	339030 – Material de Consumo	11 – Material químico	245,00
			14 – Material educativo e esportivo	112,50
			16 – Material de expediente	324,71
			19 – Material de acondicionamento e embalagem	341,29
			24 – Material para manutenção de bens imóveis/instalações	1.574,19
			26 – Material elétrico e eletrônico	792,82
			42 - Ferramentas	54,42
			TOTAL	3.444,93
		339039 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	63 – Serviços gráficos e editoriais	560,00
			TOTAL	560,00
			TOTAL GERAL	4.004,93

Fonte: SIAFI / SIAFI Web

Análise Crítica

O Instituto Federal do Tocantins - IFTO, desde a implantação do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF não utiliza mais a modalidade de Suprimento de Fundos via conta tipo B. Essa modalidade utilizada através do CPGF facilita o dia a dia da administração pública e de seus servidores para pagamento de bens, serviços e despesas autorizadas, pois permite total acompanhamento das despesas realizadas, além de facilitar a prestação de contas dos recursos concedidos. O IFTO ao longo de 2016 fez concessão de 37 (trinta e sete) Suprimento de Fundos nas suas 9 (nove) Unidades Gestoras e mais 3 (três) Campus Avançados, totalizando 12 (doze) Unidades. Fazendo uma comparação com o ano de 2015, já podemos

constatar um aumento, pois foi contabilizado um total de 33 (trinta e três) concessões. Com relação aos valores financeiros gastos com o CPGF em 2016, também houve um aumento significativo em relação ao ano de 2015, passando de R\$ 209.000,00 para R\$ 273.000,00 (30%). Em relação à utilização de suprimento de fundos, somente a unidade Reitoria devolveu um valor de R\$155,55 da fatura do CPGF. Os limites autorizados para os suprimentos não ultrapassaram os constantes no Decreto nº 5.355, de 25/01/05 e suas alterações. Os prazos concedidos para utilização dos valores liberados foram de até 90 dias, e os prazos para prestação de contas foram fixados conformes legislação de até 30 dias após o término de cada período de aplicação. Todas as despesas realizadas foram devidamente comprovadas e atestadas e todas as prestações de contas foram devidamente aprovadas.

2.4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Quadro 49 - Indicadores do PDI.

Descrição Indicador	Índice de Referência (2015)	Índice Previsto (Meta 2016)	Índice Observado (2016)	Fórmula de Cálculo
Matrículas atendidas – ano	13.155	13.152	-	$\frac{(matriculaatendida(anterior) + ingressantes) - (matriculasfinalizadas + integralizados)}{}$
Quantidade de vagas ofertadas	4.895	4.880	-	Número de vagas ofertadas pelo IFTO no ano
Relação ingresso/aluno	33,62%	35,96%	32,27%	$\text{Índice} = \frac{\text{ingressos}}{\text{alunomatriculadado}} * 100$
Relação candidato/vaga	4,33	4,99	3,75	$\text{Índice} = \frac{\text{inscrições}}{\text{vagasofertadas}}$
Taxa de Evasão no Período	18,18%	16,14%	-	$\frac{\text{Mat. finalizadas sem êxito}}{\text{Total de mat. ativas}} * 100$
Percentual de estudantes que recebem benefícios de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão (fomento próprio)	-	0,7%	-	$\frac{\text{Total de alunos beneficiados}}{\text{Total de alunos}} * 100$
Percentual de estudantes que recebem benefícios de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão (fomento externo)	-	-	-	$\frac{\text{Total de alunos beneficiados}}{\text{Total de alunos}} * 100$
Percentual de estudantes que participam de programas e projetos de assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão de forma voluntária	0,3%	0,3%	-	$\frac{\text{Total de alunos voluntários}}{\text{Total de alunos}} * 100$
Relação Concluintes/aluno	7,94%	9,50%	14,27%	$\text{Índice} = \frac{\text{concluente}}{\text{alunomatriculadado}} * 100$

Índice de retenção do fluxo escolar	39,49%	38,72%	43,95%	$\text{Índice} = \frac{\text{reprovação} + \text{trancamento}}{\text{alunosmatriculados}} * 100$
Índice de eficiência acadêmica	35,82%	35,85%	46,57%	$\text{Índice} = \frac{n^{\circ}\text{deconcluintespor modalidade}}{n^{\circ}\text{de ingressos por modalidade}} * 100$
Gastos correntes por aluno	R\$12.955,83	R\$13.796,16	12.494,19	Total de Gastos / Alunos Matriculados
Relação do número Núcleos de Atendimento às Pessoas com necessidades Específicas/Campus	0,19	0,54	-	Nº de Napnes Implantados / Nº de Campi
Índice de acessibilidade arquitetônica do IFTO	-	-	-	-
Quantidade de vagas ofertadas em EaD	2150	2010	-	Número de vagas ofertadas
Quantidade de discentes envolvidos em atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica	150	620	-	Número de discentes envolvidos
Quantidade de servidores envolvidos em atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica	400	590	-	Número de servidores envolvidos
Quantidade de atividades (programas, projetos, cursos e eventos) de pesquisa, extensão e programas de melhoria da qualidade da educação básica mantidos pelo IFTO.	15	17	-	Número de atividades
Número de ações para disseminação de práticas socioambientais responsáveis adotadas	1	2	-	Número de ações
Número de empreendimentos incubados e empresas juniores em funcionamento	-	-	-	Número de empreendimentos
Número de ações nas áreas de associativismo e empreendedorismo desenvolvidas	-	-	-	Número de ações

Número de processos, produtos ou serviços gerados pelas ações do IFTO	-	-	-	Soma do número de processos e produtos gerados
Número de convênios, cooperações técnicas e programas de estágio firmados	50	50	-	Soma do número de convênios. Cooperações técnicas
Número de pessoas beneficiadas – comunidade externa - pelas ações (eventos e projetos) do IFTO	200	712	-	Número de beneficiados
Número de parcerias firmadas	380	400	-	Número de parcerias
Número de pessoas beneficiadas – comunidade externa - pelas ações da rede	-	-	-	Número de beneficiados
Índice de titulação do Corpo Docente (IQCD)	2,64	2,75	3,74	$IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + 1G}{D + M + E + G}$
Índice de titulação do Corpo Técnico-Administrativo (IQCTA)	1,54	1,58	-	$IQCTA = \frac{5D + 3M + 2E + 1G + 0,75EM + 0,5EF}{D + M + E + G + EM + EF}$
Número de eventos de formação continuada promovidos	61	64	-	Número de Eventos
Percentual de gastos com pessoal	53%	68%	63,73	Total de Gastos com Pessoal / Gastos TOTAIS x 100
Número de sistemas implantados	2	2	-	Número de sistemas
Percentual de sistemas integrados	0%	5%	-	Número de sistemas integrados / número de sistemas totais * 100
Volume de recursos captados de fontes externas	-	-	-	Volume captado
Taxa de crescimento da captação de recursos externos	-	-	-	$\left(\left(\frac{\text{Captação atual}}{\text{Captação ano base}} \right) - 1 \right) * 100$
Quantidade de fontes formalizadas de recursos próprios	0	0	-	Número de fontes formalizadas
Índice de satisfação dos usuários do IFTO com a infraestrutura disponível	-	-	-	Pesquisa de satisfação
Percentual de gastos com outros custeios	25%	26%	21,07	Total de Gastos com Outros Custeios / Gastos Totais * 100
Percentual de gastos com investimentos	20%	7%	10,08	Total de Gastos com Investimentos e Inversões Financeiras / Gastos Totais * 100
Proporção de metas do PDI alcançadas	50%	60%	-	$\left(\frac{\text{Metas alcançados}}{\text{Total de metas}} \right) * 100$

Quantidade ações para difusão do plano estratégico	1	2	-	Número de ações
Quantidade de instâncias colegiadas em funcionamento	2	2	-	Número de instâncias colegiadas em funcionamento
Quantidade de ações extracurriculares empreendidas pelo IFTO	12	12	-	Número de ações
Relação de alunos/Docente de tempo integral	23,16	20,88	26,62	$\text{Índice} = \frac{\text{alunosmatriculados}}{\text{docentesemtempointegral}}$
Percentual de vagas ofertadas para cursos de licenciatura e formação pedagógica	13 a 14%	14 a 15%	-	$\left(\frac{\text{Vagas p/ licenciatura}}{\text{Total de vagas}} \right) * 100$
Percentual de vagas ofertadas para educação profissional técnica de nível médio	50 a 70%	50 a 68%	-	$\left(\frac{\text{Vagas p/tec.médio}}{\text{Total de vagas}} \right) * 100$
Número de Publicações do IFTO (pesquisa e extensão)	-	30	-	Número de publicações
Número de propriedade intelectual gerada	0	3	-	Número de propriedades geradas
Quantidade de projetos de pesquisa e extensão institucionalizados	218	290	-	Número de projetos institucionalizados
Quantidade de eventos realizados com a participação de mais de uma unidade	4	4	-	Número de eventos
Quantidade de eventos realizados com a temática dos direitos humanos	-	-	-	Número de eventos

Obs. Os indicadores do TCU estão agora incluídos nos indicadores de desempenho, possuindo inclusive metas associadas.
 FONTE: CPE/IFTO - 2016

2.4.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Quadro 50 - Resultados dos Indicadores – ACÓRDÃO TCU N.º 2.267/2005.

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2016	2015	2014	2013	2012
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Número de Candidatos / Número de Vagas	3,75	4,33	3,88	5,88	6,14
	Relação Ingressos/Aluno	Número de Ingressantes / Número Total Matriculados	32,27%	33,61%	28,36%	23,97%	30,2%
	Relação Concluintes/Aluno	Número de Concluídos / Número Total Matriculados	14,27%	7,94%	11,38%	8,95%	8,4%
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Número de Concluídos / Número de Matriculados Finalizados	46,57%	35,85%	38,59%	41,97%	37,6%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Número Total de Retidos / Número Total Matriculados	43,95%	39,52%	39,55%	47,00%	44,9%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Número Total Matriculados / Número Total de Docentes (quantidade total de docentes de 20h, multiplica-se por 0,5 e quantidade total de docentes de 40h e DE multiplica-se por 1).	26,62	23,17	23,51	26,17	22,60
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Total de Gastos/ Alunos Matriculados	12.494,19	12.309,71	10.837,67	15.804,5 2	6.490,10
	Percentual de Gastos com Pessoal	Total de Gastos com Pessoal / Gastos TOTAIS x 100	63,73	63,91	59,23	57,29	48,18
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Total de Gastos com Outros Custeios / Gastos Totais x 100	21,07	21,92	20,79	22,03	22,86
	Percentual de Gastos com Investimentos	Total de gastos com despesas de Investimentos e Inversões Financeiras / Gastos Totais	10,08	10,97	15,62	23,42	25,81
Socioeconômicos	Número de Alunos Matriculados por Renda Familiar Per Capita (RFPC)	0 < RFPC ≤ 0,5 SM	20	1.700	1.050	1.504	2.620
		0,5 < RFPC ≤ 1 SM	278	1.473	914		
		1 < RFPC ≤ 1,5 SM	300	1.088		669	1.159
		1,5 < RFPC ≤ 2 SM	156	388	469		
		2 < RFPC ≤ 2,5 SM	368	190	609		
		2,5 < RFPC ≤ 3 SM	86	121			
		3 SM ≤ RFPC	912	308	1.181	923	333
		Não declararam /Não informaram	13.281	3.631	7.143	5.743	109
		Total	15401	8899	11366	8839	4221
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	Índice = $\frac{G*1+A*2+E*3+M*4+D*5}{G+A+E+M+D}$	3,74	3,30	3,210	3,092	2,094
OBS: Seção “Indicadores Socioeconômicos”: A partir de 2014, as faixas de renda foram padronizadas pela Diretoria de Assuntos Estudantis, facilitando o monitoramento de dados socioeconômicos.							

OBS: Seção “Indicadores Socioeconômicos”: A partir de 2014, as faixas de renda foram padronizadas pela Diretoria de Assuntos Estudantis, facilitando o monitoramento de dados socioeconômicos.

FONTE: PROAD/PROEN /DAE/DGP

ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

INDICADORES ACADÊMICOS:

O **Quadro – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005** foi dividido em indicadores: acadêmicos, administrativos, socioeconômicos e gestão de pessoas.

Para calcular os indicadores acadêmicos foram extraídas as informações do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), sendo que cada um dos componentes abaixo foi calculado separadamente:

✓	Vagas
■	Inscritos
■	Ingressantes
■	Matrículas Atendidas
■	Concluídos
■	Integralizados Fase Escolar
■	Evadidos
■	Desligados
■	Transferidos externos
■	Reprovados
■	Retidos

Os cálculos realizados nesse relatório foram obtidos pela planilha enviada pela SETEC no dia 7 de fevereiro pelo Ofício-circular nº 16/2016/CGPG/DDR/SETEC/SETEC-MEC, de 26 de dezembro, não sendo considerados os estudantes da Rede e-Tec Brasil, pois pertencem a uma ação específica do Pronatec com financiamento próprio.

Conforme a Portaria SETEC nº 25, de 13 de agosto de 2015, que define conceitos e estabelece fatores para fins de cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica:

Aluno Ingressante em um dado período: aluno que realiza matrícula inicial no período e tem seu registro associado a um ciclo de matrícula de curso no Sistec.

✓ *Aluno Matriculado em um dado período:* aluno com a situação “Em curso” no Sistec em pelo menos um dia no período considerado e que não esteja retido por tempo maior do que a duração do seu ciclo.

Ciclo de Matrícula: envolve a oferta de um curso com uma carga horária definida, com a mesma data de início e de previsão de término, visando englobar um conjunto de matrículas de alunos no Sistec, para a obtenção de uma mesma certificação ou diploma.

Aluno Retido: aluno que permanece matriculado por período superior ao tempo previsto para integralização do curso.

O método para o cálculo dos indicadores foi utilizado da Gestão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), determinado no Acórdão 2.267/2005-TCU, conforme destaca abaixo:

Análise dos Indicadores Acadêmicos

Relação Candidato / Vaga

OBJETIVO: Identificar a relação candidato/vaga.

DEFINIÇÕES: Inscrições = número de inscrições para vestibular e processos seletivos; Vagas Ofertadas = número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

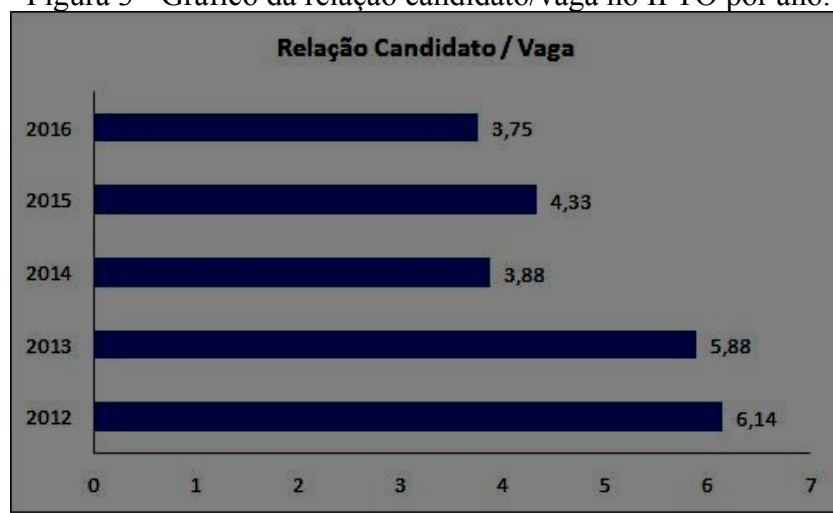
MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Relação Candidato / Vaga} = \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}}$$

O indicador relação candidato/vaga é calculado a partir de dois componentes: inscrições e vagas. As inscrições são as realizadas em vestibulares e processos seletivos oferecidos pelo IFTO. E as vagas são todas ofertadas em editais por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

Na Figura 1 se destaca a relação candidato/vaga no IFTO por ano.

Figura 3 - Gráfico da relação candidato/vaga no IFTO por ano.

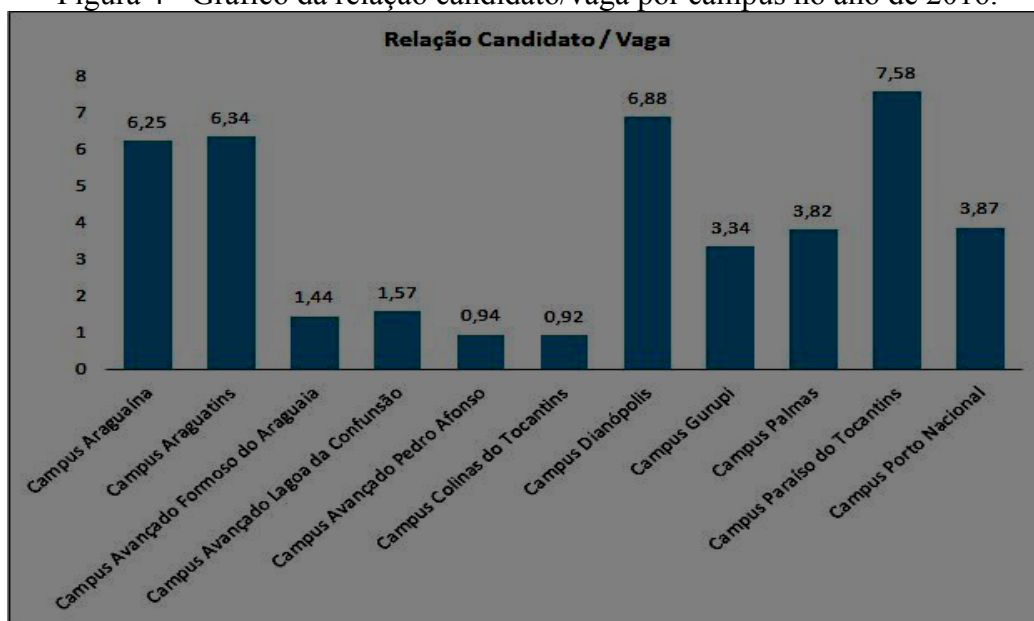


FONTE: SISTEC/SETEC/2012 a 2017

Na análise da figura anterior, observa-se que o indicador relação candidato/vaga foi menor se comparado ao ano anterior. Essa diferença deve-se ao fato de que no ano de 2016, a procura por cursos no IFTO foi inferior do que em 2015, apesar do aumento no quantitativo de vagas.

Ao observar o indicador por *campus*, segundo a Figura a seguir, tem-se a seguinte situação:

Figura 4 - Gráfico da relação candidato/vaga por campus no ano de 2016.



FONTE: SISTEC/SETEC/2017

Na crítica realizada pela Figura acima, o indicador por *campus* superou o indicador do IFTO no ano de 2016. A concorrência foi maior nos *campi* Paraíso do Tocantins e Dianópolis, que obtiveram, respectivamente, 7,58 e 6,88.

No *campus* Paraíso do Tocantins não teve aumento de vagas, somente no número de inscritos que se comparado ano anterior. O destaque foi nos cursos de graduação que obtiveram 676 inscritos a mais que em 2015.

Já no *campus* Dianópolis teve 30 vagas a menos que no ano de 2015. A redução deve-se a suspensão da oferta de 30 vagas, do curso técnico em Informática, subsequente ao Ensino Médio em 2016. O quantitativo de inscritos teve aumento, com destaque os cursos de graduação com 219 inscrições a mais que no ano anterior.

No Quadro a seguir apresenta discriminado por *campus* a relação de candidatos por vaga nos dois últimos anos.

Quadro 51 - Relação candidato/vaga por campus nos dois últimos anos

Campus do IFTO	Vagas		Inscrições		Relação Candidato por Vaga	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
CAMPUS ARAGUAÍNA	310	435	1.227	2.719	3,96	6,25
CAMPUS ARAGUATINS	395	435	2.559	2.758	6,48	6,34
CAMPUS AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA	120	510	247	734	2,06	1,44
CAMPUS AVANÇADO LAGOA DA CONFUSÃO	290	140	290	220	1,00	1,57
CAMPUS AVANÇADO PEDRO AFONSO	375	430	340	404	0,91	0,94
CAMPUS COLINAS DO TOCANTINS	580	595	547	547	0,94	0,92
CAMPUS DIANÓPOLIS	310	280	1.787	1.927	5,76	6,88
CAMPUS GURUPI	235	285	521	951	2,22	3,34
CAMPUS PALMAS	1.520	1.600	8.836	6.118	5,81	3,82
CAMPUS PARAÍSO DO TOCANTINS	320	320	1.726	2.426	5,39	7,58
CAMPUS PORTO NACIONAL	440	360	3.108	1.394	7,06	3,87

FONTE: SISTEC/SETEC/2016 e 2017

Na análise do Quadro acima, confirma os índices de crescimento dos *campi* Paraíso do Tocantins e Dianópolis, na relação de candidatos por vaga em 2016.

A Figura a seguir retrata a evolução da oferta de vagas realizadas pelo IFTO, comparadas ao quantitativo de inscrições por ano.

Figura 5 - Gráfico comparativo de vagas x inscrições no IFTO por ano



FONTE: SISTEC/SETEC/2012 a 2017

Na análise da figura anterior, enfatiza-se que no ano de 2016, o IFTO superou o número de vagas ofertadas, mas teve um decréscimo no quantitativo de inscrições se comparado ao ano anterior.

Relação Ingressos / Aluno

OBJETIVO: Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos.

DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas). Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

MÉTODO DE CÁLCULO:

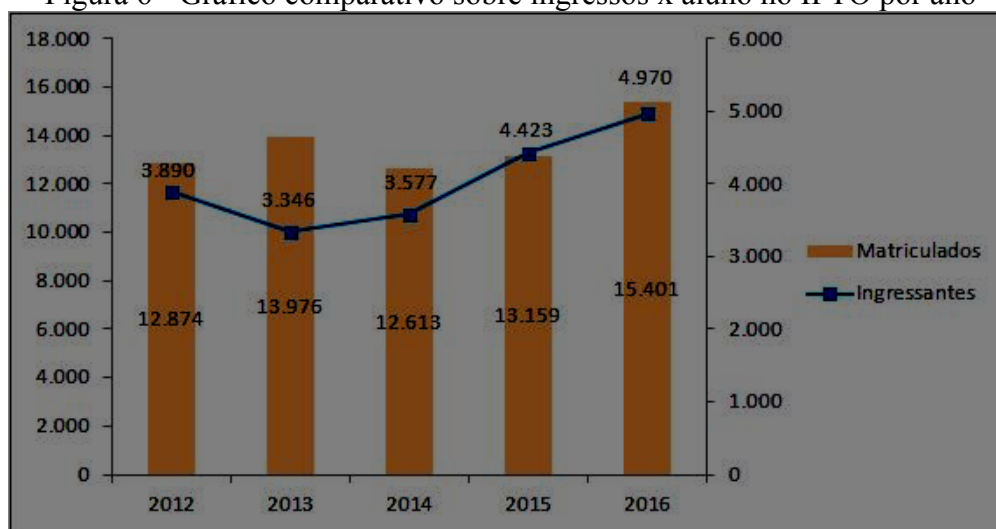
$$\text{Relação Ingressos / Alunos} = \frac{\text{Número de Ingressos}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$$

O indicador relação ingressos/aluno quantifica a taxa de ingressos em relação ao total de estudantes matriculados por ano na Instituição. Assim, o número de estudantes em cada ano corresponderá ao total de matrículas no mesmo ano. Ele também analisa a capacidade da oferta de vagas da Instituição.

Sobre as matrículas, pode-se dizer que foram consideradas aqueles referentes ao período anterior, os ingressos do ano e as reativadas. O quantitativo de ingressos no cálculo considerou o número de ingressantes por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

Na Figura a seguir é apresentada uma análise comparativa sobre o quantitativo de ingressos e matriculados por ano.

Figura 6 - Gráfico comparativo sobre ingressos x aluno no IFTO por ano

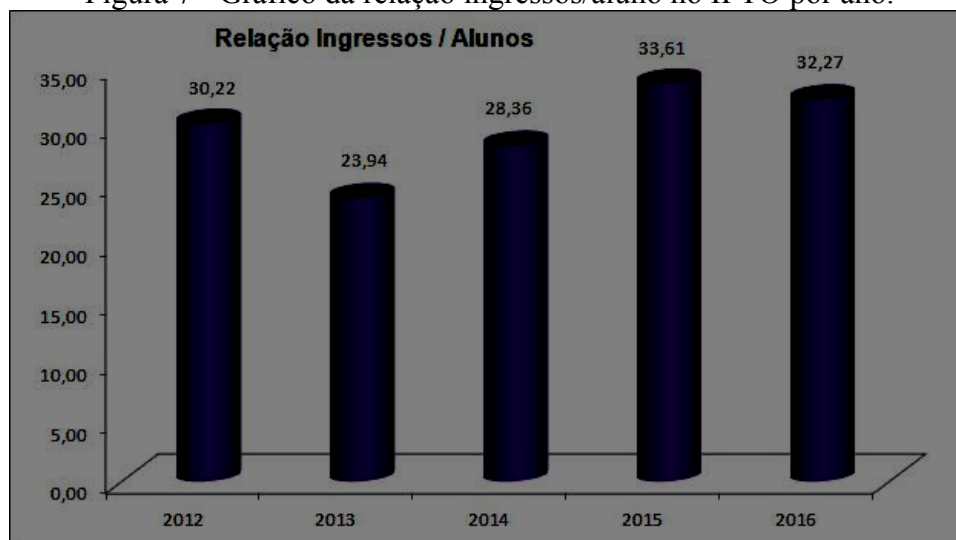


FONTE: SISTEC/SETEC/2012 a 2017

Na análise crítica da Figura acima, percebe-se que a Instituição teve um aumento tanto no número de ingressos quanto no de matriculados. O IFTO recebeu 4.970 ingressantes e teve 15.401 matrículas (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas) realizadas durante o ano.

Já a Figura a seguir é apresentada a relação de ingressos/aluno por ano.

Figura 7 - Gráfico da relação ingressos/aluno no IFTO por ano.

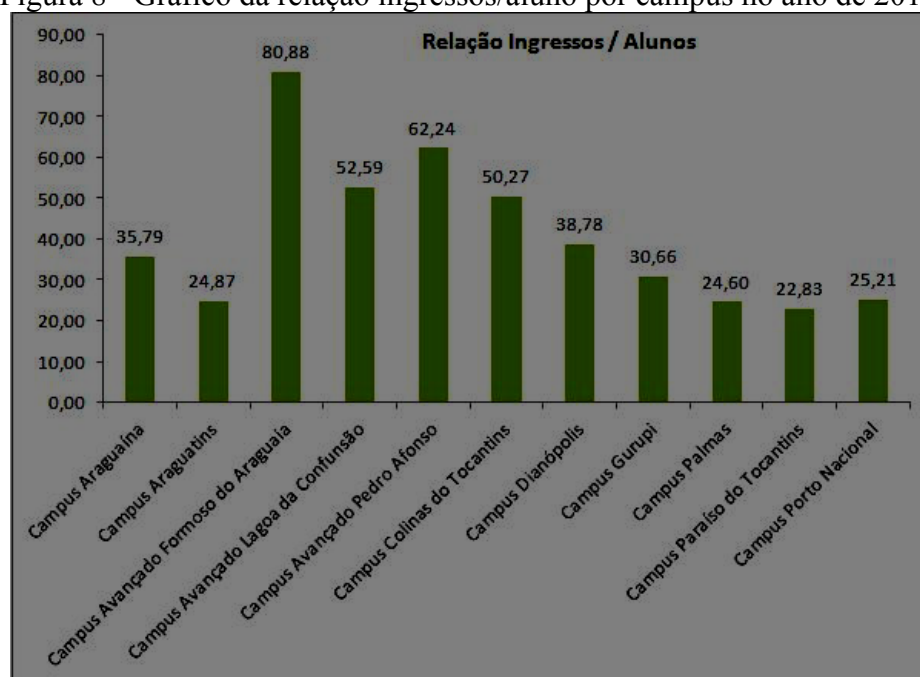


FONTE: SISTEC/SETEC/2012 a 2017

Segundo a figura, a média do IFTO em 2016 foi de 32,27%, inferior ao ano anterior. Essa diferença trata-se do quantitativo maior de matrículas do período anterior e as reativadas do que de ingressantes. Outro fator que também contribuiu foi o período de greve que a maioria dos *campi* passaram em 2015, atrasando o calendário escolar, consequentemente, também os períodos de matrículas dos ingressantes, as renovações e solenidades de formatura/colação.

Na Figura a seguir, observa-se a relação ingressos/aluno nos *campi* do IFTO.

Figura 8 - Gráfico da relação ingressos/aluno por campus no ano de 2016.



FONTE: SISTEC/SETEC/2017

Na análise do indicador por *campus*, nota-se que em alguns *campi* a relação foi superior ao do IFTO. Em destaque para os *campi* avançados Formoso do Araguaia e Pedro Afonso, que obtiveram, respectivamente, 80,88% e 62,24%.

No *campus* avançado Formoso do Araguaia teve um crescimento significativo no número de matriculados e ingressantes se comparado ano anterior. Em 2016 teve 495 ingressantes, com a realização

de 612 matrículas, sendo que mais da metade dessas foram de cursos de formação inicial e continuada.

A situação do *campus* avançado Pedro Afonso é diferenciada. Ele teve um pequeno crescimento tanto no número de matriculados quanto de ingressantes se comparado ano anterior. Em 2016 foram 366 ingressantes, com a realização de 588 matrículas, sendo que mais da metade dessas foram de cursos técnicos concomitantes e subsequentes ao Ensino Médio.

No Quadro a seguir apresenta discriminado por *campus* a relação ingressos/aluno nos dois últimos anos.

Quadro 52 - Relação ingressos/aluno por campus nos dois últimos anos

Campusdo IFTO	Ingressantes		Matriculados		Relação Ingressos/aluno	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
CAMPUSARAGUAÍNA	319	437	992	1.221	32,16	35,79
CAMPUSARAGUATINS	385	438	1.599	1.761	24,08	24,87
CAMPUSAVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA	119	495	135	612	88,15	80,88
CAMPUSAVANÇADO LAGOA DA CONFUSÃO	240	132	240	251	100,00	52,59
CAMPUSAVANÇADO PEDRO AFONSO	256	366	516	588	49,61	62,24
CAMPUSCOLINAS DO TOCANTINS	544	557	598	1.108	90,97	50,27
CAMPUSDIANÓPOLIS	308	266	546	686	56,41	38,78
CAMPUSGURUPI	169	195	717	636	23,57	30,66
CAMPUSPALMAS	1.397	1.427	5.401	5.800	25,87	24,60
CAMPUSPARAÍSO DO TOCANTINS	332	319	1.290	1.397	25,74	22,83
CAMPUSPORTO NACIONAL	354	338	1.125	1.341	31,47	25,21

FONTE: SISTEC/SETEC/2016 e 2017

Na análise do Quadro acima, observa-se que alguns *campi* melhoraram sua relação ingressos/aluno se comparado ao ano anterior como: Araguaína, Araguatins e Gurupi.

Relação Concluintes / Aluno

OBJETIVO: Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.

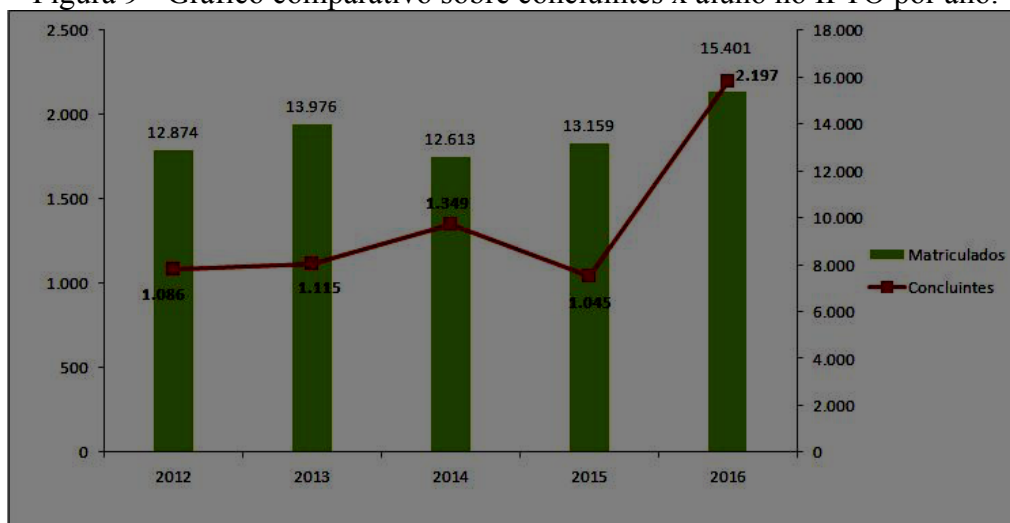
DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Nº de Concluintes (Manhã, Tarde, Noite, Integral, Total)} + \text{Nº de Integralizados}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$$

A Figura a seguir retrata o quantitativo de concluintes e matriculados no IFTO por ano.

Figura 9 - Gráfico comparativo sobre concluintes x aluno no IFTO por ano.

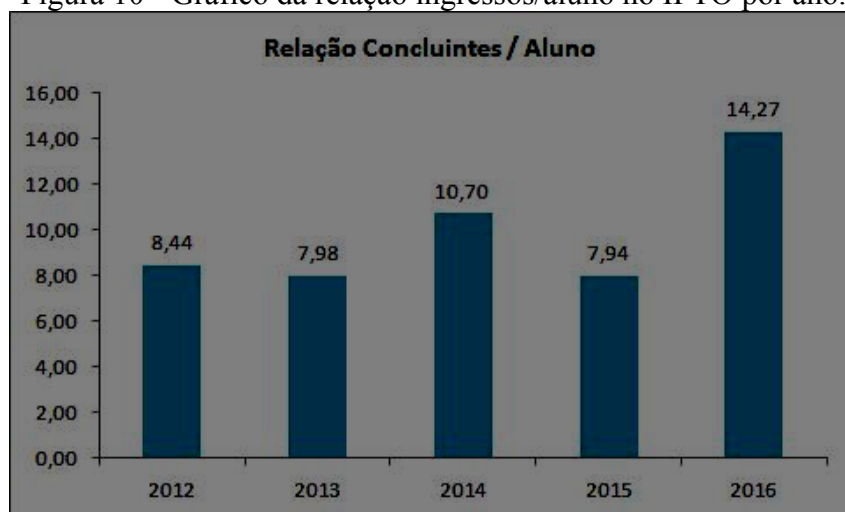


FONTE: SISTEC/SETEC/2012 a 2017

Na figura acima, observa-se um crescimento diferencial no número de concluintes se comparado ao ano anterior. Essa diferença aproximadamente 1.000 concluintes de um ano para outro, pode ser fundamentado nos reflexos da greve que a Instituição passou no ano de 2015. Os efeitos foram o atraso do calendário escolar em muitos *campi*, consequentemente, também dos períodos de matrículas dos ingressantes, as renovações de matrículas e solenidades de formatura/colação.

A Figura a seguir apresenta a relação de concluintes/aluno.

Figura 10 - Gráfico da relação ingressos/aluno no IFTO por ano.

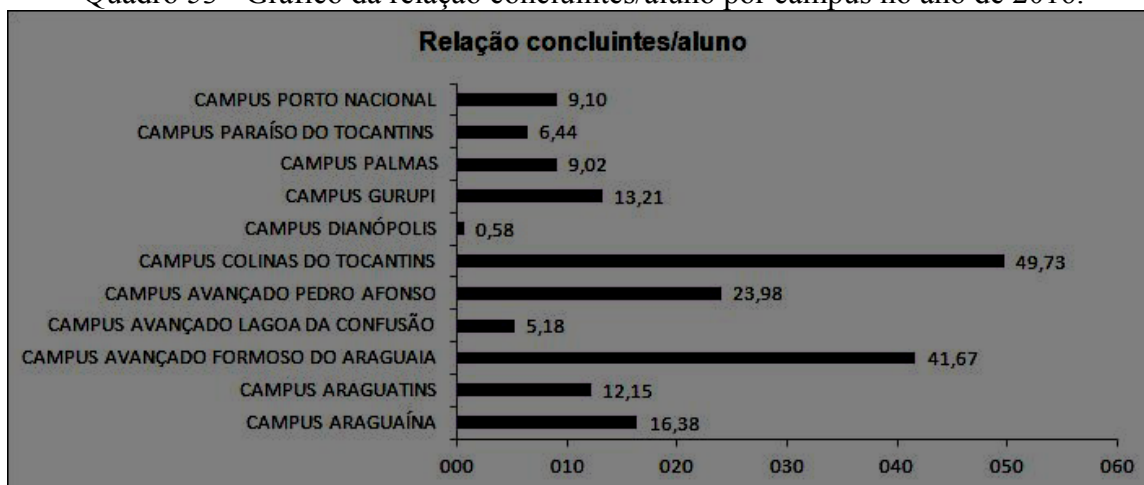


FONTE: SISTEC/SETEC/2012 a 2017

Na figura anterior, nota-se que no ano 2016 o Instituto Federal do Tocantins conseguiu aumentar a média se comparado ao ano anterior. A relação concluintes/aluno neste ano foi de 14,27%. Como já enfatizado, a hipótese provável é a consequência do reflexo da greve de 2015, que atrasou o calendário escolar em muitos *campi* e também os períodos de matrículas dos ingressantes, as renovações de matrículas e solenidades de formatura/colação. Pode-se afirmar que dos 2.197 concluintes, somente 762 concluíram no prazo de fechamento do ciclo, os demais foram estudantes retidos do ano anterior.

A relação concluintes/aluno por *campus* pode ser observada na Figura 9.

Quadro 53 - Gráfico da relação concluintes/aluno por campus no ano de 2016.



FONTE: SISTEC/SETEC/2017

Na análise da figura acima, o *campus* Colinas do Tocantins teve a melhor média da Instituição, de 49,73%. A justificativa deve-se a oferta significativa de quinze cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC), sendo que esses cursos são de curta duração, o que aumentou o número de concluintes durante o ano. O *campus* avançado de Formoso do Araguaia também teve uma relação concluintes/aluno melhor do que o ano de 2015 devido o aumento no quantitativo de oferta de cursos.

No Quadro a seguir apresenta discriminado por *campus* a relação concluintes/aluno nos dois últimos anos.

Quadro 54 - Tabela da relação concluintes/aluno por campus nos dois últimos anos

Campusdo IFTO	Concluintes		Matriculados		Relação Concluintes/aluno	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
CAMPUS ARAGUAÍNA	116	200	992	1.221	11,69	16,38
CAMPUS ARAGUATINS	112	214	1.599	1.761	7,00	12,15
CAMPUS AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA	6	255	135	612	4,44	41,67
CAMPUS AVANÇADO LAGOA DA CONFUSÃO	59	13	240	251	24,58	5,18
CAMPUS AVANÇADO PEDRO AFONSO	167	141	516	588	32,36	23,98
CAMPUS COLINAS DO TOCANTINS	0	551	598	1.108	0,00	49,73
CAMPUS DIANÓPOLIS	44	4	546	686	8,06	0,58
CAMPUS GURUPI	60	84	717	636	8,37	13,21
CAMPUS PALMAS	288	523	5.401	5.800	5,33	9,02
CAMPUS PARAÍSO DO TOCANTINS	93	90	1.290	1.397	7,21	6,44
CAMPUS PORTO NACIONAL	100	122	1.125	1.341	8,89	9,10

FONTE: SISTEC/SETEC/2016 e 2017

Na análise do Quadro acima, observa-se um aumento na relação concluintes/aluno em alguns *campi* se comparado ao ano anterior. Justificativa provável é a consequência do reflexo da greve de 2015, que atrasou o calendário escolar na maioria dos *campi*, como também os períodos de matrículas dos ingressantes, as renovações de matrículas e solenidades de formatura/colação.

No *campus* Colinas do Tocantins que teve o melhor índice em 2016, dos 551 concluintes, 190 concluíram no prazo de fechamento do ciclo.

Já o *campus* avançado Formoso do Araguaia teve 255 estudantes que concluíram no prazo de fechamento do ciclo, comprovando que o crescimento significativo deve-se a realização de matrículas em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC). Um curso FIC tem uma carga horária mínima de 160 horas, sendo de curta duração, os estudantes têm a possibilidade de conclusão mais rápida.

Índice de Eficiência Acadêmica – concluintes

OBJETIVO: Quantificar a eficiência das Instituições.

DEFINIÇÕES: Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau. Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

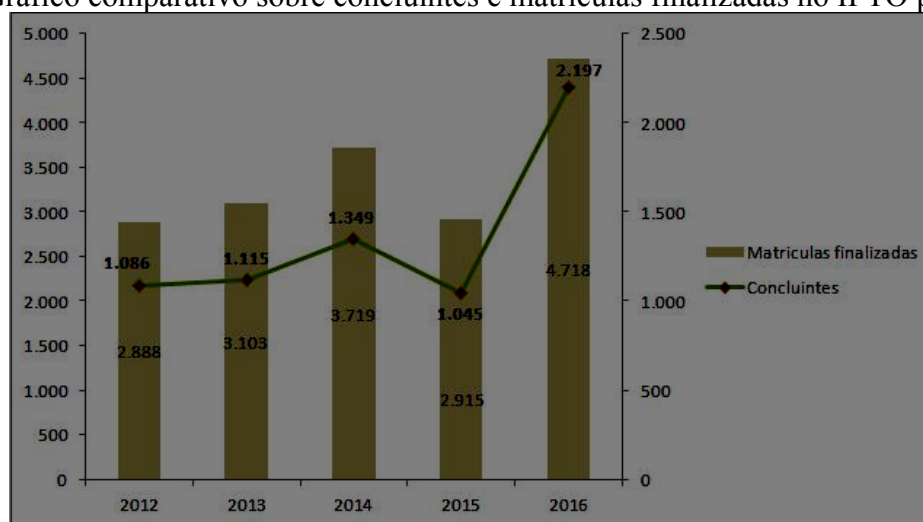
MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Índice} = \frac{\Sigma \text{N}^\circ \text{ de concluintes}}{\Sigma \text{N}^\circ \text{ de Ingressos ocorridos por período equivalente}} \times 100$$

Através deste indicador é possível verificar se o IFTO obteve uma relação eficiente entre o número de concluintes e o número de ingressos em períodos equivalentes.

A Figura 10 retrata o quantitativo de concluintes e matrículas finalizadas no IFTO por ano.

Figura 11 - Gráfico comparativo sobre concluintes e matrículas finalizadas no IFTO por ano.

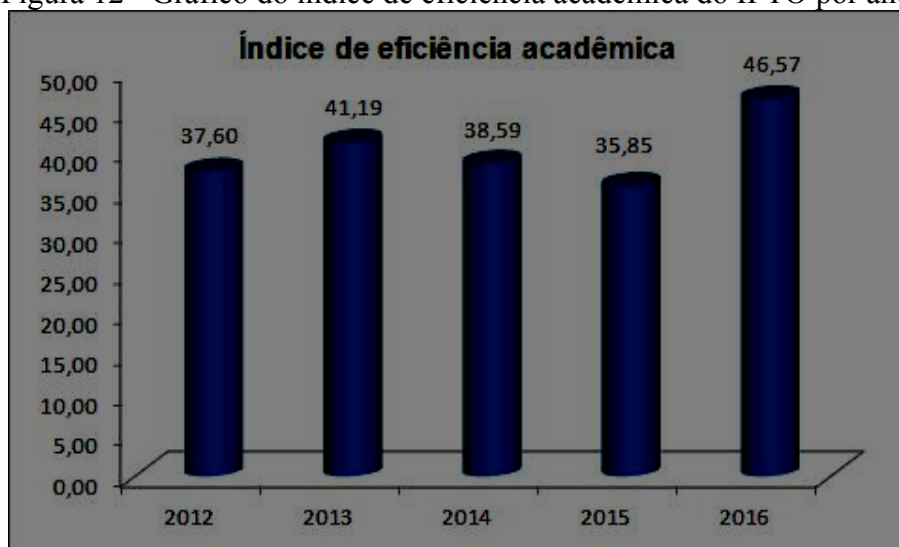


FONTE: SISTEC/SETEC/2012 a 2017

Na figura acima, observa-se o contínuo crescimento, de estudantes concluintes e matrículas finalizadas se comparado ao ano anterior. As matrículas correspondem à totalização dos números de concluintes, evadidos, desligados, transferidos externamente e reprovados.

A Figura a seguir traz o índice de eficiência acadêmica nos últimos cinco anos.

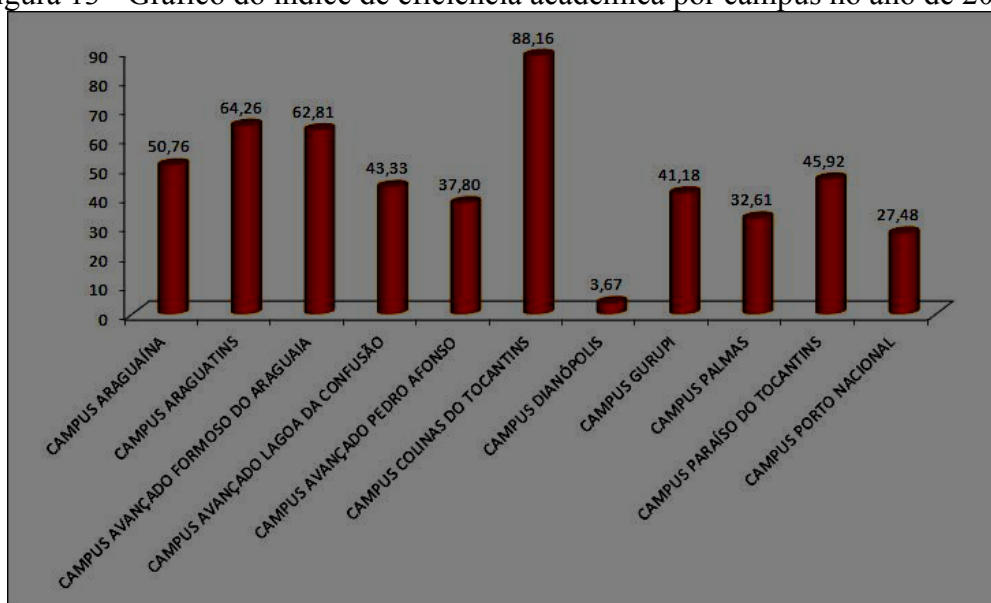
Figura 12 - Gráfico do índice de eficiência acadêmica do IFTO por ano.



FONTE: SISTEC/SETEC/2012 a 2017

Segundo a figura acima, a média do IFTO em 2016 foi de 46,57%. Esse cálculo considerou os 2.197 concluintes, dividido pelas 4.718 matrículas finalizadas. Já no indicador por *campus* observa-se algumas diferenças entre eles, conforme Figura 12.

Figura 13 - Gráfico do índice de eficiência acadêmica por campus no ano de 2016.



FONTE: SISTEC/SETEC/2017

Pela análise da figura anterior, muitos *campi* ficaram acima da média da Instituição no ano de 2016. Em destaque o *campus* Colinas do Tocantins teve a melhor média da Instituição, de 88,16%.

Para o cálculo no *campus* Colinas do Tocantins foram considerados os 551 concluintes, divididos pelas 625 matrículas finalizadas. Ressalta-se que do quantitativo de concluinte, constam os 190 estudantes que concluíram seus cursos com êxito, no prazo de fechamento do ciclo no ano de 2016.

No Quadro a seguir apresenta discriminado por *campus* o índice de eficiência acadêmica nos dois últimos anos.

Quadro 55 - Índice de eficiência acadêmica por campus nos dois últimos anos

Campus do IFTO	Concluintes		Matrículas Finalizadas		Índice de eficiência acadêmica	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
CAMPUS ARAGUAÍNA	116	200	209	394	55,50	50,76
CAMPUS ARAGUATINS	112	214	276	333	40,58	64,26
CAMPUS AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA	6	255	16	406	37,50	62,81
CAMPUS AVANÇADO LAGOA DA CONFUSÃO	59	13	130	30	45,38	43,33
CAMPUS AVANÇADO PEDRO AFONSO	167	141	322	373	51,86	37,80
CAMPUS COLINAS DO TOCANTINS	0	551	17	625	0,00	88,16
CAMPUS DIANÓPOLIS	44	4	130	109	33,85	3,67
CAMPUS GURUPI	60	84	334	204	17,96	41,18
CAMPUS PALMAS	288	523	1.099	1.604	26,21	32,61
CAMPUS PARAÍSO DO TOCANTINS	93	90	221	196	42,08	45,92
CAMPUS PORTO NACIONAL	100	122	256	444	39,06	27,48

FONTE: SISTEC/SETEC/2016 e 2017

Na análise do Quadro acima, observa-se que em alguns *campi* o índice de eficiência acadêmica teve crescimento se comparado ao ano anterior. Justificativa provável é a consequência do reflexo da greve de 2015, no qual atrasou o calendário escolar em muitos *campi*, e consequentemente, também os períodos de matrículas dos ingressantes, as renovações de matrículas e solenidades de formatura/colação

Índice de Retenção do Fluxo Escolar

OBJETIVO: Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.

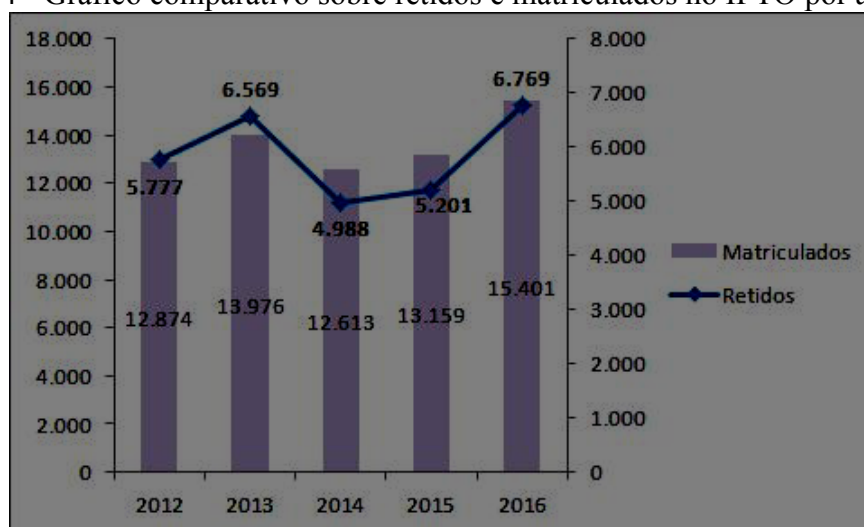
DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. Retenção Escolar refere-se à subdivisão: reprovação e trancamento.

MÉTODO DE CÁLCULO:

Índice = $\frac{\text{Número de Alunos Retidos (Reprovação + Trancamento)}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$

A Figura a seguir retrata o quantitativo de retidos e matriculados no IFTO por ano.

Figura 14 - Gráfico comparativo sobre retidos e matriculados no IFTO por ano



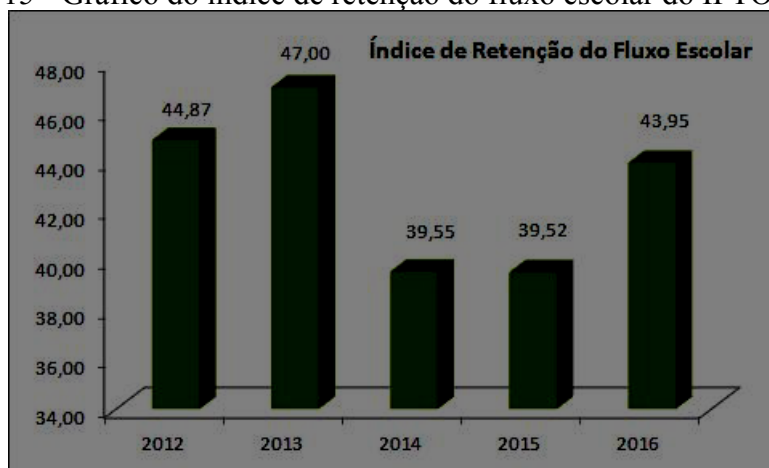
FONTE: SISTEC/SETEC/2012 a 2017

Na figura acima, observa-se um crescimento no quantitativo de estudantes retidos nos dois últimos

anos. A hipótese provável é a consequência do reflexo da greve de 2015, que atrasou o calendário escolar em muitos *campi*, e consequentemente, também os períodos de matrículas dos ingressantes, as renovações de matrículas e solenidades de formatura/colação de grau.

A Figura a seguir apresenta o índice de retenção do IFTO nos últimos cinco anos.

Figura 15 - Gráfico do índice de retenção do fluxo escolar do IFTO por ano

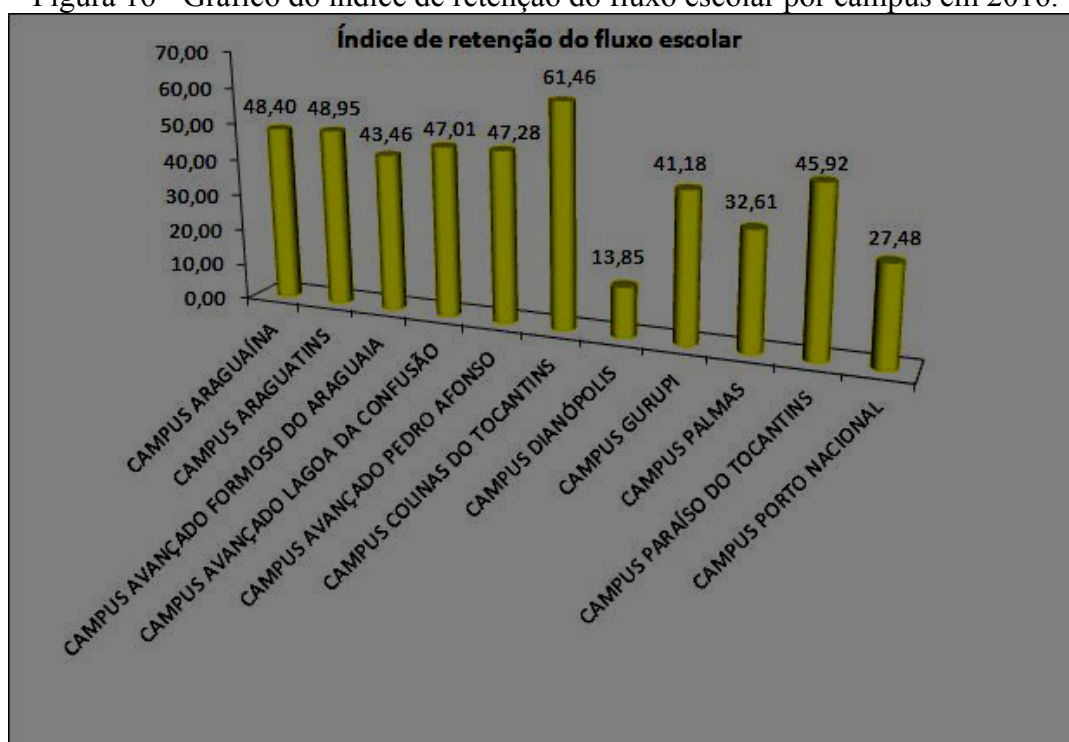


FONTE: SISTEC/SETEC/2012 a 2017

Na análise do índice de retenção do fluxo escolar do IFTO, observa-se que em 2016 o índice chegou a 43,95%, uma diferença de aproximadamente 4% se comparado ao ano anterior.

Na figura a seguir destaca-se o índice de retenção do fluxo escolar por *campus* no ano de 2016:

Figura 16 - Gráfico do índice de retenção do fluxo escolar por campus em 2016.



FONTE: SISTEC/SETEC/2017

Pela análise da figura anterior, muitos *campi* ficaram acima da média da Instituição no ano de 2016. Em destaque o *campus* Colinas do Tocantins teve o maior índice de retenção da Instituição, de 61,46%.

No Quadro a seguir apresenta discriminado por *campus* o índice de retenção do fluxo escolar nos

dois últimos anos.

Quadro 56 - Índice de retenção do fluxo escolar por campus nos dois últimos anos

Campus do IFTO	Retidos		Matriculados		Índice de Retenção do Fluxo Escolar	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
CAMPUS ARAGUAÍNA	445	200	992	1.221	44,86	16,38
CAMPUS ARAGUATINS	660	862	1.599	1.761	41,28	48,95
CAMPUS AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA	16	266	135	612	11,85	43,46
CAMPUS AVANÇADO LAGOA DA CONFUSÃO	75	118	240	251	31,25	47,01
CAMPUS AVANÇADO PEDRO AFONSO	195	278	516	588	37,79	47,28
CAMPUS COLINAS DO TOCANTINS	391	681	598	1.108	65,38	61,46
CAMPUS DIANÓPOLIS	103	95	546	686	18,86	13,85
CAMPUS GURUPI	333	272	717	636	46,44	42,77
CAMPUS PALMAS	2.104	2.412	5.401	5.800	38,96	41,59
CAMPUS PARAÍSO DO TOCANTINS	515	660	1.290	1.397	39,92	47,24
CAMPUS PORTO NACIONAL	364	534	1.125	1.341	32,36	39,82

FONTE: SISTEC/SETEC/2016 e 2017

Na análise do Quadro acima, observa-se que em alguns *campi* o índice de retenção do fluxo escolar teve crescimento se comparado ao ano anterior.

O *campus* Colinas do Tocantins foi o que apresentou o maior índice, de 61,46%. Esse resultado deve-se ao fato que as atualizações nas situações dos estudantes, principalmente os oriundos de cursos FIC, ocorreram fora do prazo de fechamento do ciclo de matrícula. Como exemplo, dos 681 retidos, 551 foram estudantes que tiveram a situação alterada para concluinte no ano de 2016.

Relação Alunos/Docente em Tempo Integral

OBJETIVO: Quantificar o Número de Alunos por Docente em Tempo Integral.

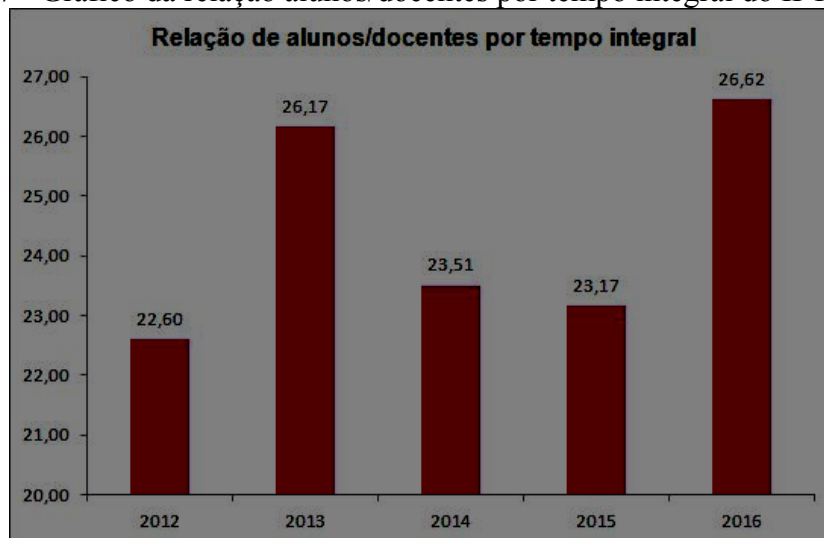
DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. O docente em tempo integral (efetivo e em contrato temporário) presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5, e quantidade em 40h DE multiplica-se por 1).

MÉTODO DE CÁLCULO:

Relação = $\frac{\text{Número de Alunos Matriculados}}{\text{Número de Docentes}}$

A Figura a seguir traz a relação de alunos/docentes por tempo integral nos últimos cinco anos.

Figura 17 - Gráfico da relação alunos/docentes por tempo integral do IFTO por ano

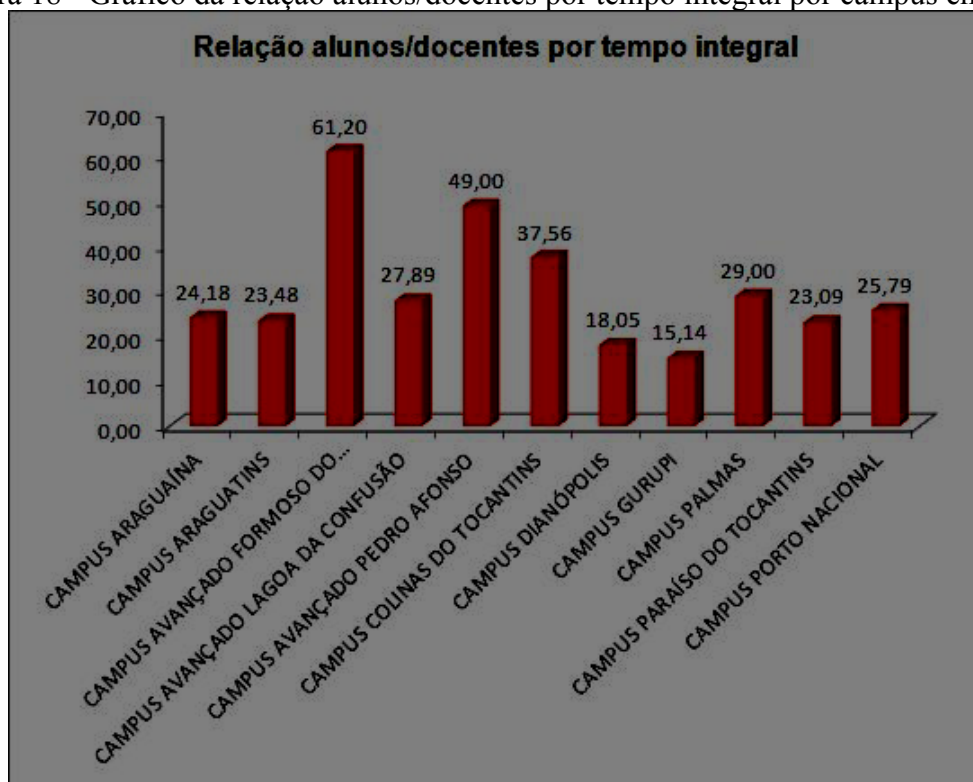


FONTE: SISTEC/SETEC/2012 a 2017

No cálculo do indicador alunos/docente em tempo integral, no ano de 2016, o IFTO obteve a maior média nos últimos cinco anos, de 26,62, conforme exposto na figura anterior.

Já a Figura a seguir apresenta a relação alunos/docentes em tempo integral por *campus* no ano de 2016.

Figura 18 - Gráfico da relação alunos/docentes por tempo integral por campus em 2016



FONTE: SISTEC/SETEC/2017

Em alguns *campi* os índices ficaram superiores à média obtida pelo IFTO no ano de 2016. Em especial atenção, o *campus* avançado Formoso do Araguaia que obteve a maior relação de 61,20 estudantes por docente em tempo integral. A justificativa para essa relação pode ser por dois fatores: primeiro a grande oferta de cursos de formação inicial e continuada e segundo pelo fato da implantação do *campus* em 2014,

a instituição depende de concurso para aumentar o quadro de professores efetivos.

No Quadro 50 apresenta discriminado por *campus* o índice de retenção do fluxo escolar nos dois últimos anos.

Quadro 57 - Relação alunos/docentes por tempo integral por *campus* nos dois últimos

Campus do IFTO	Matriculados		Docentes por tempo integral		Relação alunos/docentes por tempo integral	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
CAMPUS ARAGUAÍNA	992	1.221	48	51	20,67	24,18
CAMPUS ARAGUATINS	1.599	1.761	72	75	22,21	23,48
CAMPUS AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA	135	612	7	10	19,29	61,20
CAMPUS AVANÇADO LAGOA DA CONFUSÃO	240	251	11	9	21,82	27,89
CAMPUS AVANÇADO PEDRO AFONSO	516	588	14	12	36,86	49,00
CAMPUS COLINAS DO TOCANTINS	598	1.108	25	30	24,41	37,56
CAMPUS DIANÓPOLIS	546	686	34	38	16,06	18,05
CAMPUS GURUPI	717	636	45	42	15,93	15,14
CAMPUS PALMAS	5.401	5.800	201	200	26,87	29,00
CAMPUS PARAÍSO DO TOCANTINS	1.290	1.397	63	61	20,64	23,09
CAMPUS PORTO NACIONAL	1.125	1.341	48	52	23,44	25,79

FONTE: SISTEC/SETEC/2016 e 2017

Na análise do Quadro 50, observa-se que em alguns *campi* a relação alunos/docentes por tempo integral teve um crescimento se comparado ao ano anterior. Com o valor médio desta relação acima de 26, o IFTO cumpre o compromisso da relação de 20 alunos regularmente matriculados nos cursos presenciais por professor.

Análise dos indicadores Socioeconômicos

Nas colunas por ano, as células mescladas correspondem a intervalos de renda maiores que os intervalos estabelecidos. A partir de 2014, a Diretoria de Assuntos Estudantis do IFTO padronizou os intervalos de renda, que passaram a ser adotados na prestação de contas.

O IFTO, por meio da Política de Assistência Estudantil, concede benefícios financeiros e outras ações voltados ao público de menor renda familiar per capita. Auxílios financeiros, como o auxílio-alimentação e o auxílio-transporte, e ações como Kit Estudantil ajudam a diminuir as despesas do estudante e buscam contribuir com a permanência e o êxito estudantil. Nesse cenário, a instituição dá suporte para minimizar os efeitos das desigualdades socioeconômicas no percurso formativo. Verifica-se número alto de estudantes que não declararam renda familiar no ano de 2016, fato relacionado à utilização do sistema acadêmico eletrônico no IFTO, que apresentou inconsistências para gerar o dado em questão.

2.5. INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não houve ocorrência. O IFTO não executou projetos e programas financiados com recursos externos contratados junto a organismos multilaterais de crédito e agências governamentais estrangeiras.

3. GOVERNANÇA

3.1. DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS – IFTO, criado nos termos da lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculado ao Ministério da Educação, possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar.

De acordo com a lei nº 11.892, os Institutos Federais se organizam numa estrutura multicampi, possuindo como órgãos superiores pela sua administração o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes, e como órgão executivo de administração central a Reitoria. Cada campus do IFTO é administrado por um diretor-geral.

Na estrutura organizacional do IFTO, o controle no âmbito da unidade, conforme o regulamento Geral do IFTO, é exercida pelo Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFTO, ao qual compete às decisões para execução da política institucional em geral, tendo regulamento próprio e está em conformidade com o estabelecido com o Estatuto e Regimento Geral do IFTO.

Compete ao Conselho Superior: 1) Aprovar as diretrizes para atuação do IFTO e zelar pela execução de sua política educacional; 2) Deflagrar, aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade escolar para escolha do Reitor do IFTO e dos Diretores-Gerais dos campi, em consonância com o estabelecido nos artigos 12 e 13 da Lei nº 11.892/2008; 3) Aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação e apreciar a proposta orçamentária anual; 4) Aprovar o projeto político-pedagógico, a organização didática, regulamentos internos e normas disciplinares do IFTO; 5) Aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente; 6) Autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico; 7) Apreciar as contas do exercício financeiro, o relatório de gestão anual e o parecer conclusivo emitido pela Auditoria Interna do IFTO sobre a propriedade e regularidade dos registros; 8) Deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pelo IFTO; 9) Autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos no âmbito do IFTO, bem como o registro de diplomas; 10) Aprovar a estrutura administrativa e o regimento geral do IFTO, observados os parâmetros definidos pelo Governo Federal e legislação específica e 11) Deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

O Colégio de Dirigentes, de caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, sendo regulamentado pela lei vigente e em conformidade com o estabelecido pelo Estatuto e pelo Regimento Geral do IFTO. O Colégio de Dirigentes tem regulamento interno próprio que normatiza seu funcionamento.

Compete ao Colégio de Dirigentes: 1) Assessorar a Reitoria em assuntos administrativos, econômico-financeiros, de ensino, pesquisa e extensão do IFTO; 2) Recomendar normas e critérios para a distribuição do orçamento anual; 3) Acompanhar a execução orçamentária anual; 4) Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do planejamento dos campi e da Reitoria; 5) Opinar sobre valores de contribuições e emolumentos a serem cobrados pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, em função de serviços prestados, observando a legislação pertinente; 6) Indicar a concessão de graus, títulos e outras dignidades; 7) Propor ao Conselho Superior a alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFTO; 8) Apreciar o calendário acadêmico e a agenda sistêmica do IFTO; 9) Apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes; 10) Elaborar propostas de alteração do seu próprio regulamento, a ser apreciado pelo Conselho Superior; 11) Constituir comissões para tratar assuntos de interesse da instituição e 12) apreciar outros assuntos de interesse da administração do IFTO.

A Unidade de Auditoria Interna (AUDIN) é o órgão de controle responsável por assessorar e otimizar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFTO e prestar apoio, de acordo com suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

A Unidade de Auditoria Interna, conforme Regimento Geral do IFTO está diretamente subordinada ao Conselho Superior, órgão máximo do IFTO. Sujeita-se à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram.

São competências da chefia da unidade de Auditoria interna: 1) Realizar o processo de planejamento, coordenação, controle e administração da Unidade de Auditoria Interna; 2) Encaminhar, periodicamente, à alta administração e a Controladoria Geral da União – CGU o relatório das atividades desenvolvidas pela AUDIN; 3) Prestar assessoramento à alta administração no que tange ao campo de atuação da Auditoria Interna; 4) Realizar, orientar e acompanhar a realização das ações de auditorias constantes no Plano Anual de Auditoria Interna nos campi. 5) Acompanhar as atividades de auditoria e fiscalização realizadas pelos órgãos de controle interno e Tribunal de Contas na Reitoria; 6) Instituir e manter atualizados os manuais de procedimentos de auditoria, o Plano Anual de Auditoria Interna, bem como os programas de auditoria e 7) Executar outras funções que lhe tenham sido atribuídas.

3.2. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE INTERNA

Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna disponível em: <http://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/audin/documentos/regimentointerno-unidade-de-auditoria-interna-ifto.pdf/view>

No art. 6º do Regimento Geral do IFTO e no art. 10 do Regimento Interno da AUDIN dispõem que a Unidade de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins é subordinada diretamente ao Conselho Superior do IFTO.

No que se refere à nomeação do titular da AUDIN o art. 12, parágrafo 2º do Regimento Interno da AUDIN, dispõe: §2º - A nomeação ou exoneração do Auditor-chefe será submetida, pelo Reitor, à aprovação do Conselho Superior, e, após, à aprovação da Controladoria-geral da União no Estado do Tocantins, nos termos do parágrafo 5º, artigo 15, do Decreto n. 3.591, de 06 de setembro de 2000.

Quanto à comunicação a alta gerência das recomendações emitidas pela AUDIN, informamos que o Relatório Final de Auditoria é encaminhado ao Conselho Superior do IFTO e na conclusão de cada relatório, a AUDIN, informa aos gestores que os mesmos não são obrigados a cumprir as recomendações da AUDIN, mas são responsáveis por possíveis prejuízos que possa vir a ocorrer. Ressalte-se, também, que esta informação consta no Manual da Auditoria Interna do IFTO, no item Monitoramento dos resultados, disponível em: <http://portal.ifto.edu.br/ifto/colegiados/consup/audin/documentos/manual-auditoria-interna-ifto.odt/view>

A sistemática de comunicação ao Reitor e ao Conselho Superior do IFTO sobre os riscos pela não implementação das recomendações emitidas pela AUDIN segue a orientação prevista no Manual da Auditoria Interna, no item Monitoramento dos resultados.

Cabe ressaltar, que todas as recomendações emitidas pela AUDIN foram implementadas ou estão em fase de implementação.

3.2.1 Sobreposição de carga horária – Pronatec

O IFTO não ofertou curso do Pronatec no exercício de 2016. A Unidade de Auditoria Interna está cumprindo a determinação do subitem 9.3 do Acórdão 1006/2016 – TCU – Plenário no seu PAINT.

3.3. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

O IFTO não dispõe de um setor de correição. Para abertura de processos disciplinares, o

Gabinete do Reitor e o Gabinete dos Diretores gerais dos Campi convocam os servidores do quadro do IFTO para formar as comissões.

Das informações registradas no sistema CGU-PAD, constam instaurados: 9 processos administrativos disciplinares, rito ordinário, 1 processo rito sumário e 4 processos de sindicância, no período de 01/01/2016 a 31/12/2016. Essas informações foram fornecidas pelo sistema CGU-PAD, no dia 23/02/2016. Dos processos julgados, não ocorreu irregularidades no âmbito dos macroprocessos finalísticos e que foram capazes de impactar o desempenho da UJ.

Quanto ao Sistema CGU-PAD, o IFTO está em conformidade com o prescrito na referida Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007.

3.4. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A Gestão de Riscos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO foi instituída em 27 de abril de 2015 pela Portaria nº 276/2015/REITORIA/IFTO com a finalidade de implantar procedimentos de gerenciamento de riscos em todas as unidades do Instituto, definindo os requisitos mínimos de uma metodologia de identificação, monitoramento e controle de riscos institucionais, privilegiando uma visão antecipada da administração, permitindo o tratamento e prevenção de crises para que houvesse uma evolução no planejamento, no desempenho e na efetividade das nossas atividades enquanto instituição de ensino.

O procedimento metodológico que é aplicado permite identificar os processos críticos de trabalho das unidades organizacionais sujeitos a vulnerabilidades e confere um status de criticidade que permite conhecer e classificar os processos mais importantes dos setores. Após essa análise é feita a identificação de riscos que podem afetar tanto de forma benéfica (oportunidades) quanto maléfica (ameaças) as atividades executadas, sendo documentadas em registro específico (formulário do IFTO) suas características e definindo sua classificação, a saber: conformidade/legal, operacional, financeiro ou estratégico.

Uma vez identificados os riscos, partimos para a categorização dos seus níveis. O nível de um risco é determinado pela combinação das suas consequências para a organização (impacto) e a chance de ocorrência (probabilidade). Também é criada a matriz de risco que permite demonstrar visualmente os níveis de tolerância do instituto a riscos.

As ações tomadas pelas unidades do IFTO para tratar os riscos são as ações de controle, esta etapa inclui a formulação das respostas aos riscos por meio de um plano, de forma a aumentar as oportunidades e reduzir as ameaças aos objetivos institucionais. As respostas planejadas são adequadas à relevância do risco, levando em consideração seus custos e benefícios.

As possíveis respostas dadas aos riscos foram: Aceitar (ou tolerar) o risco; Mitigar os riscos, isto é, tratá-los de forma a restringi-los a um nível aceitável reduzindo as chances de ocorrência (probabilidade) e/ou impacto do evento de riscos; Transferir o risco para terceiros; Eliminar o risco, alterando o plano ou processo ou terminar a atividade que deu origem ao risco. Em todos estes casos, as oportunidades geradas pela incerteza foram consideradas.

Durante o ano de 2015 a comissão responsável pela gestão de riscos no IFTO desenvolveu as seguintes atividades: 1) Nivelamento – formação da equipe preliminar, estruturação da equipe e nivelamento conceitual; 2) Proposição de ideias – Benchmarking para identificação de práticas de gestão de risco; 3) Definição do modelo – definição de modelo e método de aplicação; 4) Aprovação do modelo – aprovação do modelo pela alta gestão; 5) Aplicação do Modelo – definição dos responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos em cada unidade; 6) Aplicação do Modelo – capacitação e aplicação do modelo nas unidades administrativas do instituto; 7) Envio dos relatórios de cada Unidade e compilação em relatório.

Em 2016 a equipe responsável pelo gerenciamento de riscos do IFTO publicou seu relatório unificado de riscos com informações das 11 (onze) unidades do IFTO mais a reitoria. Ao todo 113 (cento

e treze) setores entre Pró-reitorias, diretorias, gerências e coordenações realizaram o mapeamento de riscos. Foram identificados 779 (setecentos e setenta e nove) riscos, classificados por tipo, quais sejam (De conformidade/Legal, Operacional, Financeiro e Estratégico). Ademais, 85 (Oitenta e cinco) matrizes de riscos e 102 (cento e dois) planos de ação foram geradas.

A expectativa é que em 2017 se efetive o monitoramento e controle por meio da implantação das ações planejadas que incluem: 1) Monitorar se o perfil de risco está mudando; 2) Tomar as ações preventivas e corretivas necessárias; 3) Garantir que o gerenciamento de riscos está sendo efetivo; 4) Atualizar registros de riscos e documentos relacionados; 5) Documentar lições aprendidas com plano de ação.

4. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

4.1. GESTÃO DE PESSOAS

4.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 58 - Força de Trabalho da UPC.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1240	1171	79	51
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1240	1171	79	51
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1166	78	48
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		1	0	1
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		1	0	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		2	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	128	59	57	67
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1368	1230	136	118

Fonte: Siape

De acordo com o Decreto nº 7.311/2010, alterado pelo Decreto número 8.259 de 29 de maio de 2014 o IFTO tem autorizado para provimento o montante de 646 códigos de vagas de dedicação exclusiva, desde montante o MEC já distribui ao IFTO 646 códigos de vagas até 31/12/2016.

Do total distribuído pelo MEC estão providas em 2016, 604 vagas e as 42 vagas restantes serão providas em 2017 por candidatos remanescentes de concurso vigente e por abertura de concurso público para as vagas onde não há concurso vigente.

As vagas destinadas a contratação de professor substituto são ocupadas a medida que os servidores titulares do cargo efetivo de professor são licenciados ou afastados para capacitação.

Quadro 59 - Distribuição da Lotação Efetiva.

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	274	897
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	274	897
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	272	895
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	2
2. Servidores com Contratos Temporários	0	59
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	274	956

Fonte: Siape

Do total de servidores efetivos, 274 são lotados em área meio (apoio as atividades diretamente ligadas ao objetivo principal do IFTO – inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição e 956 em áreas afins - compreendidas como ensino, pesquisa e extensão, exercício de direção, assessoramento e chefia.

Quadro 60 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UPC.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	70	70	10	9
1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		0	0	0
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		69	10	9
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		0	0	0
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas	266	237	116	92
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		237	116	90

2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	1
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	1
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	336	306	126	101

Fonte: Siape

O IFTO possui em seu quadro de pessoal:

- (a) 70 cargos de direção, sendo: 1 CD-1; 13 CD-2; 19 CD-3 E 37 CD-4, todas se encontram providas.
- (b) 194 Funções de confiança, sendo: 55 FG-1; 80 FG-2; 4 FG-3; 43 FG-4; 12 FG-5, e 72 FCC (FUC-1) destas encontram-se desocupadas, 1 FG-1; 14 FG-4 3 FG-5 e 11 FCC (FUC-1).

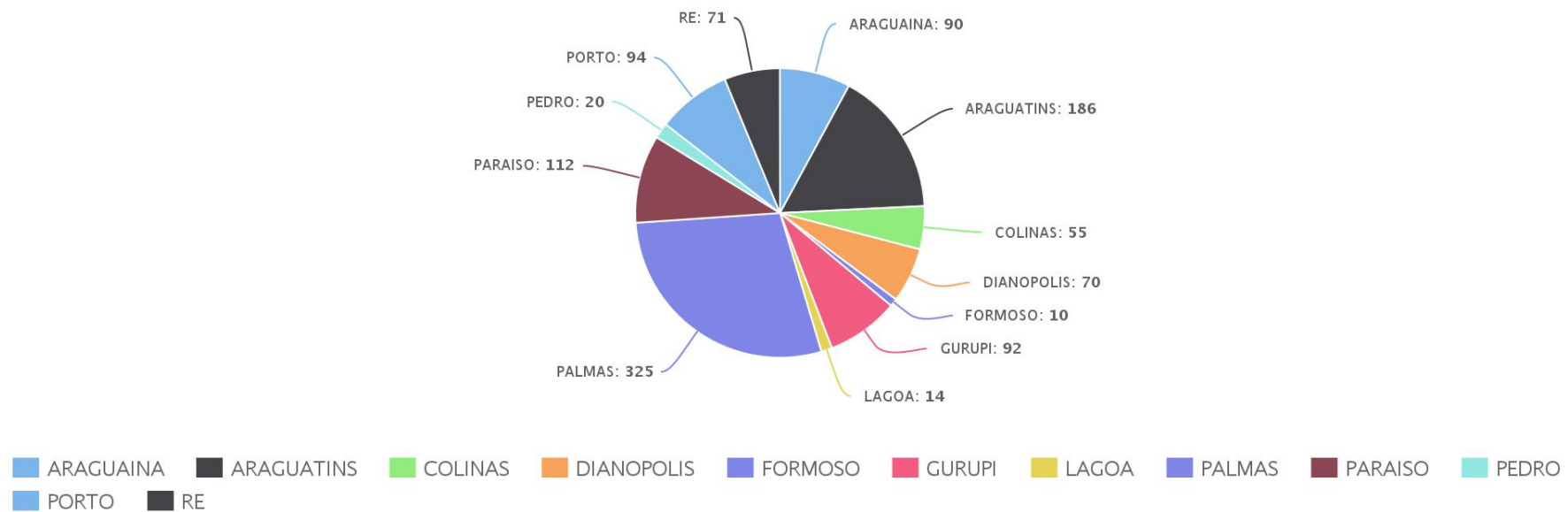
As funções gratificadas FG-4 e FG-5, por terem valores irrisórios são pouco atraentes aos servidores, levando em consideração o grau de responsabilidade imposta.

Indicadores Gerenciais sobre Gestão de Pessoas

Ofertas de Bolsa e Reembolso pelo IFTO para o programa Pró-Qualificar: Programa de Incentivos a Cursos Técnicos Profissionalizantes de nível médio, à graduação e pós-graduação para servidores do IFTO.

Figura 19- Campus de lotação de servidores efetivos.
Campus de Lotação de Servidores Efetivos

Contabilizando ativos permanentes e cedidos



4.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 61- Despesas com pessoal.

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	60.018.392,61	17.894.825,76	11.794.298,69	4.164.615,68	5.473.282,00	1.985.859,00	0	164.088,50	162.639,40	101.658.001,90
	2016	61.220.046,04	29.574.702,06	13.220.672,69	4.643.917,47	7.221.692,78	3.623.638,21	0	2.126.133,71	147.445,10	121.778.248,10
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	0	24.196,63	30.962,65	1.514,85	0	0	0	0	0	56.674,13
	2016	0	4.191,58	42.487,61	1.117,35	0	0	0	294,96	0	48.091,50
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	276.277,26	6.896,10	22.336,96	11.879,42	15.689,40	9.762,97	0	0	0	342.842,10
	2016	307.315,57	30.702,85	29.753,74	9.477,59	19.547,64	25.267,12	0	11.567,03	0	433.631,50
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	2.683.657	0	209.157,00	94.757,90	503.066,30	7.394,20	0	15,07	0	3.498.046,98
	2016	2.585.605	0	226.113,50	111.203,70	599.739,60	40.285,50	0	3.238,32	0	3.566.185,00

Fonte: Siape

Demonstrativo de Despesa com Pessoal nos últimos dois anos, agrupados por rubricas.

4.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Status dos riscos na área de pessoal durante o exercício de 2016.

	Descrição do Risco	Responsável	Resposta ao Risco	Ação	Data da Ação/2016	STATUS
1	Coordenação de concurso público	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Realizar reuniões periódicas no decorrer da realização do concurso, elaboração de material explicativo (fluxos e procedimentos)	a partir de março	Executado
2	Concurso público - Demandas judiciais que paralise ou cancele um concurso público	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Intensificar estudos sobre a legislação aplicada a concurso público, eliminar riscos praticados em concursos anteriores.	a partir de março	Está em execução
3	Concurso público - Insuficiência de recursos para pagamentos de GECCs	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Orientação específica para a comissão em relação a escassez de recurso para GECC		Executado
4	Concurso público - Controle na elaboração das questões do concurso	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Aumentar o controle em relação ao plágio.	a partir de março	Executado
5	Concurso público - Dependência de empresas para filmagens das provas	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Melhorar o termo de referência fazendo constar obrigações específicas, tais quais: Capacidade técnica, qualidade e quantidade dos recursos tecnológicos e de pessoal.	a partir de fevereiro	Executado
6	Concurso público - Perda ou roubo de patrimônio	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Fazer o controle efetivo dos bens patrimoniais utilizados no concurso.	a partir de março	Está em execução
7	Concurso público - Erros de logística na distribuição de provas	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Elaborar um roteiro de procedimentos para aplicação da prova, estabelecer fluxos de atividades.	a partir de março	Executado
8	Coordenar a elaboração de plano de capacitação	Maria Edileuza/Comite de capacitação	Mitigar	Solicitar do comitê a elaboração de projeto de mapeamento de Competências, com calendário de execução.	a partir de fevereiro	Não realizado
9	Coordenar a execução de plano de capacitação	Maria Edileuza/Comite de capacitação	Mitigar	Solicitar do comitê conclusão do projeto de mapeamento de Competências, com calendário de execução.	a partir de outubro	Não realizado
10	Responder e encaminhar as demandas decorrentes de processos judiciais	Maria Edileuza/CLN	Mitigar	Elaboração de planilha para cumprimento de prazos.	a partir de fevereiro	Está em execução

Quadro 62 - Riscos relacionados à gestão de pessoas.

Descrição do Risco	Responsável	Resposta ao Risco	Ação	Data da Ação	STATUS
Coordenação de concurso público	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Realizar reuniões periódicas no decorrer da realização do concurso, elaboração de material explicativo (fluxos e procedimentos)	a partir de março	Não realizado
Concurso público - Demandas judiciais que paralisem ou cancelem um concurso público	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Intensificar estudos sobre a legislação aplicada a concurso público, eliminar riscos praticados em concursos anteriores.	a partir de março	Não realizado
Concurso público - Insuficiência de recursos para pagamentos de GECCs	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Orientação específica para a comissão em relação a escassez de recurso para GECC		Está em execução
Concurso público - Controle na elaboração das questões do concurso	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Aumentar o controle em relação ao plágio.	a partir de março	Não realizado
Concurso público - Dependência de empresas para filmagens das provas	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Melhorar o termo de referência fazendo constar obrigações específicas, tais quais: Capacidade técnica, qualidade e quantidade dos recursos tecnológicos e de pessoal.	a partir de fevereiro	Não realizado
Concurso público - Perda ou roubo de patrimônio	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Fazer o controle efetivo dos bens patrimoniais utilizados no concurso.	a partir de março	Não realizado
Concurso público - Erros de logística na distribuição de provas	Maria Edileuza/Comissão do Concurso	Mitigar	Elaborar um roteiro de procedimentos para aplicação da prova, estabelecer fluxos de atividades.	a partir de março	Não realizado
Coordenar a elaboração de plano de capacitação	Maria Edileuza/Comitê de capacitação	Mitigar	Solicitar do comitê a elaboração de projeto de mapeamento de Competências, com calendário de execução.	a partir de fevereiro	Não realizado
Coordenar a execução de plano de capacitação	Maria Edileuza/Comitê de capacitação	Mitigar	Solicitar do comitê conclusão do projeto de mapeamento de Competências, com calendário de execução.	a partir de outubro	Não realizado
Responder e encaminhar as demandas decorrentes de processos judiciais	Maria Edileuza/CLN	Mitigar	Elaboração de planilha para cumprimento de prazos.	a partir de fevereiro	Não realizado

4.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

Quadro 63 - Composição do Quadro de Estagiários.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	71	79	77	70	401.666,94
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	71	79	77	70	401.666,94
2. Nível Médio	18	19	17	17	53.333,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	18	19	17	17	53.333,00
3. Total (1+2)	89	98	94	87	454.999,94

Análise Crítica

O quantitativo de aceitação de estagiários está disciplinado no artigo 7º da Orientação Normativa nº 2 da Secretaria de Gestão Pública do Ministério de Planejamento Orçamento e Gestão, de 24 de junho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2016, que corresponde a 20% do quantitativo da força de trabalho, observada a disponibilidade orçamentária.

Quadro 64 - Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.

Unidade Contratante						
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins						
UG/Gestão: 26424/158131						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
2010	Apoio administrativo	04.795.101/0001-57	09/11/2010	31/01/2016	Fundamental	E
2014	Limpeza, Asseio e Conservação	04.795.101/0001-57	16/06/2014	16/06/2017	Fundamental	P
2015	Manutenção preventiva e corretivamente de equipamentos de ar-condicionado	03.753.725/0001-49	15/10/2015	15/10/2017	Fundamental	P
2015	Serviços de Contratação dos serviços de reprografia (outsourcing) com cessão de mão de obra	02.336.168/0001-06	24/08/2015	24/08/2017	Fundamental	P
2015	Segurança e Vigilância Patrimonial, através de Vigilância armada, a serem executados nas dependências dos <i>campi</i> Avançado Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Pedro Afonso e <i>Campus</i> Colinas do Tocantins	31.546.484/0005-26	18/05/2015	18/05/2016	Fundamental	E
2011	Vigilância patrimonial armada, visando atender os <i>campi</i> localizadas nas cidades de ARAGUAÍNA, GURUPI, REITORIA (Palmas), PALMAS E PORTO NACIONAL	31.546.484/0005-26	09/08/2011	09/08/2016	Fundamental	E
2011	Vigilância patrimonial armada, visando atender os <i>campi</i> localizadas nas cidades de ARAGUATINS E PARAISO DO TOCANTINS	11.461.113/0001-00	09/08/2011	09/08/2016	Fundamental	E
2015	Apoio administrativo	04.795.101/0001-57	01/02/2016	01/01/2017	Fundamental	A
2016	Segurança e Vigilância Patrimonial, através de Vigilância armada, a serem executados nas dependências de todo o <i>IFTO</i>	13.019.295/0002-70	18/05/2016	18/05/2017	Fundamental	A

Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados: Indicação do grau de escolaridade mínimo exigido para o cargo contratado.

Sit.: Situação do contrato, podendo ser Ativo Normal (A), Ativo Prorrogado (P) ou Encerrado (E).

Fonte: SIASG

4.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não houve ocorrência. Em 2015 o IFTO não contratou consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais. O IFTO conta na sua estrutura um Coordenação de Relações e Assuntos Internacionais.

4.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

4.2.1. Gestão da frota de veículos

Atualmente como referência para normatizar a utilização dos veículos oficiais desta Instituição, utilizamos o Decreto nº 6.403 de 17 de março de 2008 e a Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Instituto Federal do Tocantins passa por um momento de expansão e reestruturação nas áreas administrativa e pedagógica de todas as suas unidades. Este crescimento perpassa pelo aumento considerável de alunos e servidores, como consequência verifica-se a necessidade de deslocamentos constantes para as unidades do Instituto, visando atender demandas dos diversos setores desta Instituição a fim de propiciar melhoria no processo ensino-aprendizagem.

Apresentamos abaixo relação com a quantidade de veículos em uso, discriminados por grupos e por unidades de ensino, pertencentes ao Instituto Federal do Tocantins.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS						
UNIDADE REITORIA						
TOTAL	MARCA	MODELO	PLACA	COMBUSTÍVEL	ANO	CATEGORIA
01	PEUGEOT	VAN BOXE	MWZ0228	DIESEL	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
02	RENAULT	LOGAN	MXB6351	FLEX	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
03	RENAULT	LOGAN	MXB4651	FLEX	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
04	FORD	RANGER	MXG6983	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
05	FORD	FOCUS	MWY8131	GASOLINA	2009	VEICULO DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL
06	FORD	FOCUS	MWE8334	FLEX	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
07	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7218	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
08	MITSUBISHI	L200	OYB3498	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
98	VOLAREW9	MICRO	OYA7812	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
10	MITSUBISHI	L200	OLM7014	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE ARAGUATINS						
11	TOYOTA	BANDEIRANTE	MVM2371	DIESEL	1987	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
12	CHEVROLET	D20	MVP9910	DIESEL	1995	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
13	MERCEDES	ÔNIBUS	MVN3630	DIESEL	1994	VEICULO DE SERVIÇO COMUM

14	FORD	FOCUS	MWJ0103	FLEX	2011	VEICULO DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL
15	VW	GOL	MXD2601	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
16	VW	GOL	MWX3086	FLEX	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
17	VW	GOL	MXD2651	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
18	FIAT	VAN	MXA4682	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
19	VOLAREW8	MICRO	OYA7832	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
20	FORD	RANGER	HDO9324	DIESEL	2007	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
21	FORD	F350	HJW5649	DIESEL	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
22	MITSUBISHI	L200	OYB3528	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
23	MITSUBISHI	L200	OYB3538	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
24	HONDA	NXR125	MVY9361	GASOLINA	2005	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
25	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7378	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
26	MOTO HONDA	BROS 150	OLM0256	GASOLINA	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
27	MOTO HONDA	BROS 150	OLL4085	GASOLINA	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
28	RENOLT	LOGAN	QKA5238	FLEX	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
29	VOLVO	ONIBUS	QKA2128	DIESEL	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
30	MOTO HONDA	BROS 150	OLL4075	GASOLINA	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE PALMAS						
31	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7328	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
32	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7268	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
33	FIAT	SIENA	MWU4262	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
34	VW	ÔNIBUS	MVV2372	DIESEL	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
35	FORD	FOCUS	MWE8274	FLEX	2011	VEICULO DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL
36	V6 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWG3936	DIESEL	2007	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
37	FIAT	PALIO	MWK0950	GASOLINA	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
38	MERCEDES	ÔNIBUS	MWP2988	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
39	FIAT	STRADA	MWK0960	GASOLINA	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM

40	FORD	RANGER	MXG7043	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
41	CHEVROLET	S10	MWP7863	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
42	MERCEDES	ATEGO 1725	JJT1530	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
43	MITSUBISHI	L200 TRITON	OYB3508	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
44	VOLARE	MICROÔNIBUS	OLJ0731	DIESEL	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE PARAISO DO TOCANTINS						
45	NISSAN	FRONTIER	MWJ6467	DIESEL	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
46	V8 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWP4759	DIESEL	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
47	FIAT	SIENA	MWV6008	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
48	MITSUBISHI	L200	OYB3548	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
49	MITSUBISHI	L200	OYB3558	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
50	ONIBUS	VOLVO	OLN1353	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
51	RENAULT	LOGAN	QKA5248	FLEX	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
52	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7148	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE ARAGUAINA						
53	VW	PARATI	MWT5851	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
54	FORD	RANGER	MXG7123	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
55	V9 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWI2072	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
56	VOLVO	ONIBUS	QKA2118	DIESEL	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
57	MITSUBISHI	L200	OYB3588	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
58	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7358	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE PORTO NACIONAL						
59	FORD	RANGER	MXG6933	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
60	V9 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWI2092	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
61	MITSUBISHI	L200	OYB3568	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
62	RENAULT	LOGAN	OYA8991	FLEX	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
63	MERCEDES	NEOBUS	MXD4292	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
64	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7138	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE GURUPI						

65	FORD	RANGER	MXG7153	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
66	V9 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWI2092	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
67	MITSUBISHI	L200	OYB3578	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
68	RENAULT	LOGAN	OYA8971	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
69	VOLVO	ONIBUS	OLN1363	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
70	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7248	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE DIANOPOLIS						
71	VOLARE W9	MICRO ONIBUS	OLJ0721	DIESEL	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
72	MITSUBISHI	L200	OYB3518	DIESEL	2013/2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
73	RENAULT	LOGAN	OYA9001	FLEX	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
74	FORD	RANGER	MVV9658	DIESEL	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
75	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7368	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE COLINAS						
76	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7338	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
77	RENAULT	LOGAN	QKA5218	FLEX	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
78	VOLARE	MICRO	QKD1429	DIESEL	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
79	MITSUBISHI	L200 TRITON	OLM6974	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE REITORIA – CAMPUS AVANÇADO LAGOA DA CONFUSÃO						
80	MITSUBISHI	L200 TRITON	OLM6954	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
81	RENAULT	LOGAN	QKA5208	FLEX	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE REITORIA – CAMPUS AVANÇADO PEDRO AFONSO						
82	MITSUBISHI	L200 TRITON	OLM7084	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
83	VOLARE	MICRO ONIBUS	QKD1459	DIESEL	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
84	RENAULT	LOGAN	QKA5198	FLEX	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE REITORIA – CAMPUS AVANÇADO FORMOSO DO ARAGUAIA						
85	MITSUBISHI	L200 TRITON	OLM7054	DIESEL	2014	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
86	RENAULT	LOGAN	QKA5228	FLEX	2014/2015	VEICULO DE SERVIÇO COMUM

Como média anual de quilômetros rodados, temos os seguintes dados, conforme abaixo:

-Veículos Transporte Institucional: Aproximadamente 7.000 Quilômetros anuais

-Veículos de Serviço Comum: Aproximadamente 20.000 Quilômetros Anuais

A frota do Instituto Federal do Tocantins possui uma idade média de 07 (Sete) anos, sendo consideravelmente nova.

Relativo aos custos associados à manutenção da frota, temos os seguintes valores:

-*Média Mensal de Gastos com Manutenção (Incluindo peças): R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais).*

-*Média Mensal de Gastos com Abastecimento: R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais).*

A Instituição opta até o presente momento, pela aquisição de veículos oficiais e não pela terceirização, devido à característica das demandas de todas as nossas unidades, onde são demandas constantes e com particularidades bem distintas de uma Instituição de Ensino.

Atualmente dispomos de um controle efetivo em todas as nossas unidades, onde os fiscais do contrato de Abastecimento/Manutenção de Veículos oficiais, bem como os Coordenadores de Transportes de cada unidade, acompanham sistematicamente alguns parâmetros, dentre eles, quilometragem rodada, média de consumo de combustíveis, valores compatíveis com o mercado para a manutenção (incluindo peças) destes veículos e a medida do possível os responsáveis pelo transporte de cada unidade busca a compatibilização dos deslocamentos de acordo com as demandas agendadas previamente.

4.2.2. Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

O Instituto Federal do Tocantins busca a medida do possível adotar políticas unificadas de desfazimento de veículos oficiais nas suas unidades. Destacamos que durante o exercício de 2016 não foi realizado nenhum procedimento de desfazimento de veículos no âmbito da Instituição.

4.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quadro 65 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2015
BRASIL	Tocantins		
	Palmas	03	03
	Porto Nacional	01	01
	Paraíso	01	01
	Gurupi	01	01
	Araguaína	02	02
	Araguatins	01	01
	Colinas	02	02
	Dianópolis	01	01
	Reitoria	01	01
Subtotal Brasil		13	13
EXTERIOR	PAÍS 1	00	00
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		00	00
Total (Brasil + Exterior)		13	13

Fonte: Spiunet e Gerentes Administrativos dos Campi

Quadro 66 - Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158336	9733.00355.500-3	21	2	27.561.201,57	24/10/2014	29.667.669,76	397.850,00	35.874,00
158336	9733.00361.500-6	21	3	4.418.013,79	24/10/2014	7.981.695,67	-	-
158336	9733.00363.500-7	21	3	4.700.846,00	24/10/2014	9.168.996,90	-	-
158337	9243.00019.500-1	21	3	6.221.941,28	09/07/2013	13.918.548,68	29.403,27	95.024,22
158557	9559.00025.500-0	21	2	4.772.199,60	02/10/2014	10.915.960,70	-	28.261,11
158511	9241.00055.500-1	21	2	1.386.844,77	30/09/2014	3.723.821,61	-	1.189,37
158511				1.150.000,00	-	-		-
158556	9385.00056.500-5	21	2	4.912.358,31	30/09/2014	10.575.904,32	185.186,51	0,00
158489	9419.00011.500-4	21	3	6.411.223,66	30/09/2014	11.682.731,17	0,00	24.286,81
158131	9733.00388.500-8	21	1	9.000.000,00	17/02/2014	8.809.339,48		94.395,89
158628	9341.00017.500-0	21	5	6.647.745,68	26/04/2013	6.647.745,68		18.508,39
158633	Colinas do Tocantins	21	4	-	-	-	-	-
158131	Pedro Afonso	5	6	-	-	-	-	-
158131	Lagoa da Confusão	5	4					-
158131	Formoso do Araguaia	5	3	-	-	-	-	-
Total								
Fonte: Spiunet, SPU – Superintendência do Patrimônio da União e Diretorias Administrativas dos <i>Campi</i> e SIAFI 2016								

Quadro 67 – Legendas quanto ao Regime

1 – Aquicultura	12 – Em regularização – Outros
2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional (não deve ser objeto do Quadro)
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena
11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso

Quadro 68 - Legendas quanto ao Estado de Conservação.

1 – Novo	5 – Reparos Importantes
2 – Muito Bom	6 – Ruim
3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)
4 – Regular	8 – Sem Valor

- Os bens imóveis do IFTO Campus Palmas estão classificados de acordo com as suas finalidades, ou seja, classificado e contabilizado conforme com o código da tabela SPIU em Imóveis de Uso Educacional. O sistema utilizado para os registros das informações referentes aos imóveis é o Sistema de Patrimônio Imobiliário da União – SPIUnet. Os lançamentos no sistema guardam conformidade com os dados dos imóveis, seus valores e refletem a situação real em 31/12/2016.
- Da análise dos quadros temos a quantidade de imóveis, seus números de registros, estado de conservação e valores, e quanto a esse último ressalta-se as despesas relacionadas à manutenção e reforma contabilizadas no ano de 2016.
- O Campus Colinas, Pedro Afonso e Formoso do Araguaia ainda estão interligados com a Reitoria, por isso, não possuem despesas com manutenção, ficando estas todas sob o RIP da Reitoria. Vale ressaltar que, estes *Campi* estão em fase inicial de sua implantação, sendo esse o motivo por não terem ainda um número RIP, bem como despesas com manutenção e reforma.
- Os imóveis do Campus Pedro Afonso, Lagoa da Confusão e Formoso do Araguaia foi cedido ao IFTO pelo Governo do Estado do Tocantins e Prefeitura Municipal respectivamente.
- Os valores reavaliados das UG's 158131 e 158628 são referentes à última avaliação feita pela SPU, os demais são uma soma dos valores avaliadores pela SPU com os valores gastos com obras nas referidas unidades. Estes valores são os mesmos que constam no SIAFI.
- No Campus Araguaína, RIP 9241.00055.500-1, houve ainda despesas com manutenção predial no valor de R\$ 31.028,08, as despesas se deram a partir do mês de fevereiro a dezembro de 2016, porém foi emitida uma única nota fiscal referente ao ano todo, essa foi entregue ao financeiro dia 19/01/2017. Dessa forma o valor dessa despesa não aparecerá no relatório de 2016, somente em 2017.

4.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 69 – Restaurante/Lanchonete – Campus Palmas.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9733003565009
	Endereço	AE 310 Sul, Av. NS 10 esquina com Av. LO 05, Plano Diretor Sul, Palmas - TO
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.675.440/0001-37
	Nome ou Razão Social	E. J. DA ROCHA ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurante/lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação na modalidade Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração dos serviços de restaurante e lanchonete
	Prazo da Cessão	5 (cinco) anos
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de espaço físico localizado no endereço AE 310 Sul, Av. NS 10 esquina com Av. LO 05, Plano Diretor Sul, Palmas – TO, com área de 460,61m².
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	Cessão onerosa de espaço físico. Pagamento de aluguel.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na conta contábil 433110100 (Valor bruto exploração bens, direitos e serviços) na UG/Gestão 158336/26424.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Valores com receita de aluguel são incluídas ao orçamento do IFTO no ano seguinte para utilização em despesas de custeio.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Gastos relacionados ao imóvel por conta do cessionário.
Fonte: Gerencia administrativa do Campus		

Quadro 70 – Reprografia – Campus Palmas.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9733003565009
	Endereço	AE 310 Sul, Av. NS 10 esquina com Av. LO 05, Plano Diretor Sul, Palmas - TO
Identificação do Cessionário	CNPJ	18.022.732/0001-48
	Nome ou Razão Social	LEONARDO MIRANDA RIBEIRO
	Atividade ou Ramo de Atuação	Reprografia
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação na modalidade Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração dos serviços de reprografia para a comunidade acadêmica do IFTO Campus Palmas
	Prazo da Cessão	5 (cinco) anos
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de espaço físico localizado no endereço AE 310 Sul, Av. NS 10 esquina com Av. LO 05, Plano Diretor Sul, Palmas – TO, com área de 25m².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Cessão onerosa de espaço físico. Pagamento de aluguel.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na conta contábil 433110100 (Valor bruto exploração bens, direitos e serviços) na UG/Gestão 158336/26424.
	Forma de utilização dos	Valores com receita de aluguel são incluídas ao orçamento do IFTO no ano

	Recursos Recebidos	seguinte para utilização em despesas de custeio.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Gastos relacionados ao imóvel por conta do cessionário.
Fonte: Gerencia administrativa do Campus		

Quadro 71 – Cantina e Lanchonete – Campus Araguaína

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9241.00055.500-1
	Endereço	Rua Paraguai, esq. c/ Av. Amazonas, Qd. 56, Lt. 01, Bairro Cimba, Araguaína, CEP – 77826-170
Identificação do Cessionário	CNPJ	20.078.231/0001-25
	Nome ou Razão Social	Cristiane Telesfora Milanes Ribeiro
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina e Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação, na modalidade Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviço de lanchonete/cantina c/ fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessária à execução do serviço para atendimento dos alunos e público em geral
	Prazo da Cessão	12 meses, prorrogáveis por sucessivos períodos de mesma duração até o limite de 60 meses
	Caracterização do espaço cedido	Espaço físico de 54,87m², com instalações de água e energia elétrica
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A UJ recebe o valor mensal de R\$ 393,33 (trezentos e Noventa e Três Reais e Trinta e Três Centavos) à título de aluguel do espaço físico, além dos serviços de cantina e lanchonete fornecidos pelo concessionário
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na conta contábil 41311000 (alugueis) na UG/Gestão 158511/26424
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos oriundos do aluguel do espaço físico da Cantina são utilizados para aquisição de materiais de consumo
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos decorrentes do consumo de água e energia elétrica são calculados de forma proporcional e repassados ao concessionário da Cantina
Fonte: Gerencia administrativa do Campus		

Quadro 72 – Restaurantes e Similares – Campus Paraíso do Tocantins

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	941900011500-4
	Endereço	BR 153, Km 480, Bairro Santana Paraíso do Tocantins
Identificação do Cessionário	CNPJ	11.100.134/0001-09
	Nome ou Razão Social	Gerebas Casas do Lanche Comércio LTDA - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e Similares
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de Serviços de Restaurante e lanchonete

	Prazo da Cessão	24 meses
	Caracterização do espaço cedido	O espaço cedido possui cerca de 54,87 m2
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$-425,00 (quatrocentos e vinte e cinco reais) uso espaço físico. R\$-108,70 (cento e oito reais e setenta centavos) retribuição uso energia elétrica.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Fonte: 0250 UG: 158489
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os valores recebidos está depositado na conta Campus Paraíso do Tocantins/IFTO.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	O rateio ocorre somente com a fatura de energia elétrica e a manutenção, conservação e limpeza são executados pela concessionária.
Fonte: Gerencia administrativa do <i>Campus</i>		

Quadro 73 – Cantina e Lanchonete – Campus Porto Nacional

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9559.00025.500-0
	Endereço	Avenida Tocantins, Loteamento Mãe Dedé, Jardim América, Porto Nacional – TO, 77.500-000
Identificação do Cessionário	CNPJ	14.330.016/0001-77
	Nome ou Razão Social	Luci Vaina Martins da Silva Barbosa Lanchonete
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina e Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação, na modalidade Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviço de lanchonete/cantina c/ fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessária à execução do serviço para atendimento dos alunos e público em geral
	Prazo da Cessão	60 meses.
	Caracterização do espaço cedido	Espaço físico de 54,87m², com instalações de água e energia elétrica
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	A UJ recebe o valor mensal de R\$ 466,66 (Quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) à título de aluguel do espaço físico, além dos serviços de cantina e lanchonete fornecidos pelo concessionário
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na conta contábil 41311000 (alugueis) na UG/Gestão 158557/26424
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos oriundos do aluguel do espaço físico da Cantina são utilizados para aquisição de materiais de consumo
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos decorrentes do consumo de água e energia elétrica são calculados de forma proporcional e repassados ao concessionário da Cantina
Fonte: Gerencia administrativa do Campus		

Quadro 74 – Cantina e Lanchonete – Campus Dianópolis

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	Campus Dianópolis
	Endereço	Rodovia TO 040, Km 349, Loteamento Rio Palmeira, Dianópolis-TO, CEP: 77300-000.
Identificação do Cessionário	CNPJ	22.743.171/0001-43
	Nome ou Razão Social	Sergio Miguel Alves da Silva Lanches - ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Cantina e Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação, na modalidade Concorrência.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Serviço de lanchonete/cantina c/ fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra necessária à execução do serviço para atendimento dos alunos e público em geral.
	Prazo da Cessão	12 meses, prorrogáveis por sucessivos períodos de mesma duração até o limite de 60 meses
	Caracterização do espaço cedido	Espaço físico de 23,63m², com instalações de água e energia elétrica
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A UJ recebe o valor mensal de R\$ 203,33 (duzentos e três reais e trinta e três centavos) à título de aluguel do espaço físico, além dos serviços de cantina e lanchonete fornecidos pelo concessionário
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na UG/Gestão 158628/26424
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Os recursos oriundos do aluguel do espaço físico da Cantina serão utilizados para aquisição de materiais de consumo
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos decorrentes do consumo de água e energia elétrica são calculados de forma proporcional e repassados ao concessionário da Cantina
Fonte: Gerencia de Administração do Campus		

Quadro 75 – Lanchonete – Campus Araguatins

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9243.00019.500-1
	Endereço	Povoado Santa Tereza, km:05, Zona Rural. IFTO-campus Araguatins. Araguatins-TO
Identificação do Cessionário	CPF	xxx.505.952-xx
	Nome ou Razão Social	Ivam Gonçalves de Andrade
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação na modalidade Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração dos serviços de lanchonete
	Prazo da Cessão	12 meses
	Caracterização do espaço cedido	Cessão de espaço físico localizado no endereço: Povoado Santa Tereza, km:05, Zona Rural. IFTO-campus Araguatins. Araguatins-TO, com área de 349,47 m².
	Valores e Benefícios	Cessão onerosa de espaço físico. Pagamento de aluguel.

	recebidos pela UJ Cedente	
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita contabilizada na conta contábil 41311000 (alugueis) na UG/Gestão 158337/26424.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Fazer parte da receita prevista para o exercício.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Gastos relacionados ao imóvel por conta do cessionário.

4.2.5. Informações sobre imóveis locados de terceiros

Quadro 76 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2016	Exercício 2015
BRASIL	TOCANTINS		
	Palmas	00	00
	Porto Nacional	00	00
	Paraíso	00	00
	Gurupi	00	00
	Araguaína	00	00
	Araguatins	00	00
	Colinas	01	01
	Dianópolis	00	00
	Reitoria	00	00
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR	PAÍS 1	00	
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Fonte: Spiunet e gerentes administrativos dos Campi

OBS: no ano de 2016 o prédio provisório do *Campus* Colinas do Tocantins foi pago até março.

4.2.6. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Quadro 77 - Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim.

Nome da Obra	Descrição	Localização	Valor da Obra
Reforma de salas para construção de laboratórios	Reforma de salas para construção de laboratórios de física, química e biologia com área de 120,55 m².	Campus Gurupi	R\$ 184.804,05
Construção de aviário de postura	Construção de um aviário de postura com estrutura de concreto armado e cobertura metálica com telha de fibrocimento e manta térmica duas faces com área de 207,70 m².	Campus Araguatins	R\$ 411.807,73
Construção de aviário de corte	Construção de aviário de corte com área de 210,99 m².	Campus Araguatins	R\$ 210.143,55
Construção da suinocultura	Construção de um galpão para suinocultura com 660,91 m², 4 baias de matrizes 2 baias de reprodução, farmácia, depósito de	Campus Dianópolis	R\$ 1.059.459,10

	ferramentas, depósito de ração, baias terminal e baias crescimento e mais uma maternidade com 4 boxes, depósito de ração e ferramentas e varanda.		
Reforma e ampliação da biblioteca	Reforma e ampliação da biblioteca do Campus Araguaína com área de 181,16 m².	Campus Araguaína	R\$ 327.000,00

Fonte: Simec

4.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PDTI – PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O PDTI tem por finalidade o diagnóstico, o planejamento e a gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, com vistas a atender às necessidades tecnológicas e de informação do IFTO. A elaboração deste plano seguiu alguns princípios básicos delimitados por instrumentos legais, diretrizes de governo, recomendações e determinações das instâncias de controle, melhores práticas e pelo próprio contexto da estrutura de TI do órgão.

As necessidades, metas e ações contidas no PDTI (<http://portal.ifto.edu.br/ifto/colégiados/consup/documentos-aprovados/plano-diretor-de-ti/pdti-ifto-ledicao.pdf/view>) foram definidas tendo como o PDI 2015-2019 - Plano de Desenvolvimento Institucional que pode ser acessado em (<http://portal.ifto.edu.br/ifto/colégiados/consup/documentos-aprovados/pdi/plano-de-desenvolvimento-institucional-2015-2019.pdf/view>).

O PDTI prevê revisões anuais, para que consigamos manter as atividades de TI sempre alinhadas às estratégias institucionais, mudanças na legislação, bem como observar os aspectos econômico-financeiros. Inclusive está previsto para o ano de 2017, a primeira revisão do PDTI com o intuito de especificar / detalhar as ações de TI considerando o cenário econômico atual. Da mesma forma será estabelecido o CGTI – Comitê Gestor de TI, com vistas a definir as diretrizes, objetivos e estratégias para os recursos de TI.

4.3.1. Principais sistemas de informações

Todos os sistemas do IFTO são mantidos pela força de trabalho própria da instituição.

SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública – Sistema de Gestão de processos administrativos (Almoxarifado, Patrimônio, Frotas dentre outros).

Responsável Técnico – Ronaldo Parente, Lucas Ramos

Responsável Área de Negócio – Comissão estabelecida.

SIGA-EDU - Sistema de Gestão Acadêmica

Responsável Técnico – Daniel Souza, Alessandro Borges

Responsável Área de Negócio – Comissão estabelecida.

SEI – Sistema Eletrônico de Informação (Implantação) – Gestão eletrônica de processos e documentos.

Responsável Técnico – Jadson Oliveira, Brenno Barbosa, André Henrique

Responsável Área de Negócio – Fernando Ebrahim, Quenízia Lopes, Joel Lopes

FORÇA DE TRABALHO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O efetivo de servidores de tecnologia da informação no âmbito do IFTO é composto basicamente por servidores efetivos, em algumas unidades temos a figura de estagiários.

Campus Araguaína

- Diogo Mourao de Almeida Pereira (Analista de TI)
- Fernando de Souza Arantes (Técnico de laboratório)
- Josue Divino Franco (Técnico de TI)

Campus Araguatins

- Dyego Marcio Damasceno Costa (Analista de TI)
- Ronniel de Abreu Silva (Técnico de TI)
- Valdeci Lopes da Silva Filho (Técnico de laboratório)
- Vitor Mendes Vilas Boas (Técnico de TI)

Campus Colinas do Tocantins

- Igor Martins de Souza (Técnico de TI)
- Luciano de Sousa Moraes (Analista de TI)
- Paulo Ricardo da Silva Pontes (Analista de TI)

Campus Dianópolis

- Glauco Batista de Sousa (Técnico de laboratório)
- Madson Marques de Oliveira (Analista de TI)
- Rodrigo Oliveira Porto (Analista de TI)
- Tassio Guerreiro Antunes Virginio (Técnico de TI)

Campus Avançado Formoso do Araguaia

- Jeferson Pascoal de Moraes (Técnico de TI)

Campus Gurupi

- Denilson Sousa do Nascimento (Analista de TI)
- Eder Carvalho Gomes (Técnico de TI)
- Guilherme Oliveira Quintino (Técnico de TI)
- Hesley Alves da Costa Quixabeira (Técnico de laboratório)

Campus Avançado Lagoa da Confusão

- Sergio Silva de Sousa (Técnico de TI)

Campus Palmas

- Alessandro Borges Rodrigues (Analista de TI)
- Daniel Felix de Souza (Analista de TI)
- Alex Marques Goncalves (Técnico de laboratório)
- Isau Soares de Medeiros (Técnico de TI)
- Celso Vieira Viana (Assistente de Laboratório)
- Giselli Aparecida Felisbino (Técnico de TI)
- Hugo Cavalcante Lima (Técnico de TI)
- Talles Martins Moura (Técnico de TI)
- Fabiana Ferreira Cardoso (Analista de TI)

- Ronaldo Vasconcelos Parente (Analista de TI)

Campus Paraíso do Tocantins

- Bruno Almeida Ribeiro (Técnico de TI)
- Ricardo Sousa Pimentel (Analista de TI)
- Samuel Barbosa Costa da Silva (Técnico de TI)

Campus Avançado Pedro Afonso

- Gileade de Jesus do Espírito Santo (Técnico de TI)

Campus Porto Nacional

- Euzebio Martins Alves (Técnico de TI)
- Joao Vitor Vilela Silva (Técnico de laboratório)
- Renan Souza Albuquerque (Analista de TI)
- Ricardo Asevedo Soares Teixeira (Técnico de TI)

Reitoria

- Andre Henrique Almeida Garcia (Analista de TI)
- Brenno Barbosa de Alencar Fernandes (Técnico de TI)
- Daniel Candido de Oliveira (Analista de TI)
- Jadson Vieira de Oliveira (Analista de TI)
- Joatham Pedro Santos da Silva (Analista de TI)
- Kleyton Matos Moreira (Analista de TI)
- Lucas Ramos Vieira (Técnico de laboratório)
- Vivian Facundes Dantas (Analista de TI)

INVESTIMENTOS EM TI

Os projetos de TI executados totalmente ou parcialmente no ano de 2016 fazem parte do inventário de necessidades contidos no PDTI 2015-2019 (<http://portal.ifto.edu.br/iftocolegiados/consup/documentos-aprovados/plano-diretor-de-ti/pdti-ifto-1edicao.pdf/view>)

- N4 - Implantação do Datacenter no prédio da Reitoria
- N5 - Melhoria da qualidade, disponibilidade e velocidade dos links com a Internet de todas as unidades do IFTO
- N6 - Manutenção do Sistema de Gestão Acadêmica em todas as unidades do IFTO (SIGA-EPCT)
- N7 - Implantação do Sistema de Gestão Administrativa em todas as unidades do IFTO (SUAP)
- N14 - Padronização e unificação do site institucional
- N19 - Avaliação sobre o uso de software livre pela área administrativa no IFTO
- N22 - Expansão dos serviços de rede (compartilhamento de arquivos em nuvem, participação nos serviços CAFé e eduROAM da RNP)
- N26 - Disponibilizar software e equipamentos de webconferência para a realização de reuniões virtuais

4.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

AGENDA AMBIENTAL A3P NO IFTO

No final do ano de 2011 o IFTO firmou acordo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente MMA para implantar e executar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P - que é um programa que visa implementar a gestão socioambiental e incorporar critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública.

Em 2012 as ações foram iniciadas com a assinatura do Acordo de Cooperação com a ASCAMPA - Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região-Centro-Norte de Palmas visando implantar a Coleta Seletiva Solidária no Instituto e a troca de experiências na área de educação ambiental, no ano de 2014 a Coleta Seletiva se deu na sede da Reitoria e no Campus Palmas.

Foram adquiridas lixeiras seletivas para Reitoria e os Campi, e produzido material gráfico de conscientização ambiental, tais como diminuição de gastos de água e energia elétrica.

Na semana em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado em 5 de junho, as unidades do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) realizaram diversas atividades alusivas à data, visando chamar à atenção dos servidores, alunos e comunidade para problemas ambientais, preservação dos recursos naturais e práticas sustentáveis.

Podemos destacar as seguintes ações socioambientais:

Campus Araguatins: 26/02/2016 aconteceu o *I Encontro de Catadores de Materiais Recicláveis de Araguatins*. O evento faz parte das atividades de um projeto, que tem como finalidade contribuir para a formação e desenvolvimento de uma cooperativa ou associação de catadoras de material reciclável, juntamente com a Associação dos Comerciantes e Industriais de Araguatins (ACIA).

05/04/2016, *I Fórum de discussão sobre implantação de coleta seletiva em Araguatins*. O Fórum reuniu representantes de vários seguimentos da sociedade: autoridades, comerciantes, catadores, representantes do SEBRAE, entidades financeiras e educacionais, estudantes, pesquisadores e comunidade em geral.

O evento é parte do projeto de pesquisa "Implantação de coleta seletiva no município de Araguatins possibilidades e desafios." Na ocasião, a servidora e pesquisadora do *Campus Araguatins*, Raimunda Vieira, apresentou a realidade do *Campus Araguatins*, que por meio de ações da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), realiza coleta seletiva há mais de um ano, destacou ainda a importância da participação dos catadores no processo de coleta seletiva bem como da participação massiva da sociedade nas ações voltadas para as questões ambientais.

24/08/2016 - foi inaugurado o primeiro *Posto de Coleta Seletiva de Araguatins*. A população da cidade poderá fazer o descarte adequado dos resíduos. Materiais como papelão, papéis, alumínio, baterias, ferro, latas e lixo eletrônico deverão ser armazenados separadamente e levados até o posto.

Campus Palmas: 09/06/2016, *I Workshop sobre a Formação de Incubadoras Sociais para Cooperativas de Recicláveis*. O evento apresentou a situação dos catadores de materiais recicláveis diante dos planos de gerenciamento de resíduos sólidos. O professor da Universidade Federal de Goiás (UFG) Fernando Bartholo, que apresentou a proposta de incubação social desenvolvida pela UFG. Foram parceiros na realização do evento o IFTO, o Ministério Público do Estado do Tocantins e a Fundação do Meio Ambiente de Palmas.

Campus Paraíso do Tocantins: A decoração natalina do *Campus* foi toda elaborada com material reutilizável. A iniciativa é dos alunos do segundo ano do curso técnico integrado ao ensino médio em Meio Ambiente, que deram aula de criatividade e mostraram que é possível transformar o que seria jogado no lixo em lindos enfeites.

Campus Avançado Formoso do Araguaia: Entre os dias 6 e 10, foi realizada a Semana do Meio Ambiente, no *Campus Avançado Formoso do Araguaia*, o Campus desenvolve projeto socioambiental no Núcleo de Agroecologia instalado na sede da Instituição.

Reitoria: Dia 06 de junho 2016 com ODS/ONU: Reunião para discutir ações do Estado do Tocantins para o cumprimento dos OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL definidos pela ONU. Parceiros: Governo do Estado do Tocantins/FIETO/SEBRAE.

PRINCIPAIS AÇÕES AÇÕES DA AGENDA A3P NO IFTO:

- ✓ Coleta Seletiva Solidária
- ✓ Programa Qualidade de Vida-PQV
- ✓ A3P nos *campi*
- ✓ TI verde – aquisição de equipamentos de informática com padrão baixo de gastos de energia elétrica.
- ✓ Acompanhamento das Licenças Ambientais junto aos órgãos responsáveis: IBAMA, Naturatins etc.
- ✓ Projetos de extensão:
- ✓ Fórum estadual de lixo e cidadania membro efetivo.
- ✓ Projetos de extensão tecnológica que objetivam a conservação e sustentabilidade dos recursos naturais
- ✓ Participação na Elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos;

EDITAL DE EXTENSÃO Nº 19/2016/REITORIA /IFTO que contemplou projetos voltados a sustentabilidade:

- ❖ Horticultura Agroecológica
- ❖ Utilização de Biofertilizante Bovino;
- ❖ Fortalecendo a Política Nacional de Resíduos Sólidos por Meio de Implantação de um Projeto Piloto de Coleta Seletiva e um Programa de Educação Ambiental no Município de Araguatins - TO
- ❖ Agricultura Orgânica: Alimentos de Qualidade de Forma sustentável;
- ❖ Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares de Afluentes do Rio Taquari na NPA Boa Sorte.
- ❖ Teoria e Prática de Educação Ambiental na Escola Estadual Santa Gertrudes, Zona Rural de Araguatins-TO;
- ❖ Ecoponto na Escola;
- ❖ Programa de Sensibilização e Conscientização Rural sobre uso e descartes de Resíduos de Agrotóxicos no APL de /fruticultura Irrigado São João.

EDITAL DE EXTENSÃO Nº 38/2016/REITORIA /IFTO:

- ❖ Estratégias de Controle Alternativo de Insetos/Pragas em Araguatins
- ❖ Embalagens de Agrotóxicos: conscientizando e destinando.
- ❖ Uso de Adubação verde como técnica de manejo sustentável do solo.
- ❖ Uso do óleo de *Nin Azadirachta indica* controle alternativo do *Boophilus microplus* na pecuária leiteira das comunidades rurais no norte do Tocantins.

COLETA SOLIDÁRIA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

Todo o Material da Coleta é Destinado a ASCAMPA- Associação de Recicladores de Palmas que tem uma Cooperação Técnica com IFTO para desenvolvimento de ações Sustentáveis.

O Acordo de Cooperação celebrado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) e a Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região-Centro-Norte de Palmas - TO (ASCAMPA) faz parte do da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3), firmado com o Ministério do Meio Ambiente em 2011 e implantada no IFTO no ano 2012.

Ao IFTO cabe na Cooperação:

- Realizar a Coleta Seletiva Solidária no *Campus* Palmas e Reitoria do IFTO;

- Separar resíduos recicláveis descartados;
- Realizar, incentivar e apoiar ações de educação ambiental;
- Constitui Comissão responsável pela Coleta Seletiva Solidária;

A ASCAMPA cabe:

- Coletar e processar o material reciclável do IFTO;
- Cooperar nas ações de melhoria de coleta seletiva de resíduos sólidos;
- Auxiliar nas ações de educação ambiental que devem ser desenvolvidas durante a vigência;

PLANILHA COLETA SOLIDÁRIA
DOAÇÕES MATERIAL RECICLÁVEL 2016

MÊS	Papel(kg)	Papel Misto(kg)	Papel ão(kg)	plástico(kg)	metal(kg)	Vidro(un)	outros
Janeiro	-	-	-	-	-	-	-
Fevereiro	42 (doação CCE)	112	-	-	-	-	-
Março							
abril			55				
maio			-				
junho		-					
julho			-				
agosto		25					
setembro							
outubro	*493 (Concurso IFTO2016)						
novembro	-	-137	-55				
dezembro							
SUB/TOTAL	535	274	110				

- TOTAL GERAL/DOAÇÃO: 919 kg

*Doação material reciclável do concurso 493kg (mês: outubro 2016)

4.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O Instituto Federal do Tocantins ao longo destes últimos anos vem procurando realizar suas contratações ou aquisições utilizando critérios e práticas de sustentabilidade, tais como a aquisição de aparelhos de ar condicionado com tecnologia INVERTER, ou seja, mais eficientes, gerando uma economicidade de energia em torno de 20%, aquisição de equipamentos eletroeletrônicos sempre que possível com selo classe “A” do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL; aquisição de material gráfico utilizando em sua grande parte papel reciclado. Relativo às obras de engenharia o corpo técnico do IFTO vem buscando implementar ações que visem a eficiência nas novas edificações desta instituição, como exemplo citamos, captação de água de chuva, tipo de iluminação mais eficiente, dentre outras.

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS):

O Plano de Logística Sustentável 2016-2019 foi elaborado a partir do 2016-2019 do PDI- Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, e deve orientar as ações ambientais do IFTO, podendo ser alterado conforme necessidades e ajustes administrativos para atender as inovações que tragam melhorias para a gestão ambiental da Instituição.

O Plano está disponível na página oficial do IFTO :

<http://portal.ifto.edu.br/ifto/reitoria/pro-reitorias/proex/responsabilidade-socioambiental/plano-de-logistica-sustentavel-ifto/view>

IFTO TEM SELO VERDE SELO VERDE DO MMA

Em 2016 o IFTO conseguiu o selo Verde do Ministério do Meio Ambiente, graças à participação de sua comunidade nas ações de sustentabilidade e consciência ambiental.

Dando continuidade as ações, está sendo implantado o Sistema- SEI de gestão de processos administrativos, que vai certamente diminuir drasticamente a utilização de papel pela Instituição, sendo ao mesmo tempo um avanço tecnológico na gestão e uma medida que contribui extraordinariamente para o meio ambiente.

No Concurso Público Edital nº35/2016 o IFTO abriu uma vaga para Engenheiro Ambiental, servidor que deverá auxiliar nas ações da Agenda A3P, assessorando a elaboração, execução e acompanhamento dos Planos Ambientais da Instituição.

5. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

5.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Conforme disposto no art. 25 do Regimento Geral do Instituto Federal do Tocantins, “a Ouvidoria será exercida por um Ouvidor nomeado pelo Reitor, como um serviço disponibilizado pelo IFTO, com a finalidade de dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, reclamações, informações, elogios, solicitações e sugestões referentes aos serviços prestados pela Instituição”.

A ouvidoria do IFTO atende a comunidade interna e externa por meio da disponibilização de vários canais de comunicação, além de dar entrada e tratamento a denúncias, reclamações, elogios, solicitações e sugestões, por meio de canal informatizado do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV), disponível no sítio <https://sistema.ouvidorias.gov.br> atende também por outros canais de comunicação como a correspondência eletrônica, pelo e-mail ouvidoria@ifto.edu.br, telefone institucional, correspondência tradicional e atendimento pessoal, no endereço Avenida Joaquim Teotônio Segurado, 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, 3º andar, Plano Diretor Sul, CEP 77.020-450, Palmas, Tocantins. Além disso, também atende aos pedidos de informação da sociedade e realiza orientação por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), disponível no sítio <http://www.acessoainformacao.gov.br/>.

No ano de 2016 a Ouvidoria tratou 499 demandas, sendo 43 (8%) denúncias e 456 (92%) referentes a reclamações, sugestões, solicitações, elogios e a informações. Todas as demandas recebidas pela Ouvidoria, que apresentaram elementos suficientes para prosseguimento, foram encaminhadas por e-mail institucional para as respectivas unidades/setores com competência para responder, informar, apurar ou solucionar a referida demanda, com estabelecimento de prazo para manifestação. O tratamento de cada manifestação recebida (análise, qualificação e elaboração da resposta) é um trabalho conjunto da Ouvidoria do IFTO com as respectivas unidades/setores demandadas.

A Ouvidoria recebeu manifestações de demandas dos diferentes canais de comunicação, sendo 35% pelo Sistema e-OUV, 34% pelo telefone, 23% pelo Sistema e-SIC, 7% por E-mail, e 1% pessoalmente. Comparando o quantitativo de demandas recebidas pela Ouvidoria no ano de 2015, no qual foram atendidas 396 manifestações, houve um aumento expressivo no quantitativo total de manifestações tratadas no ano de 2016 (125%). Destacamos que no ano de 2015, a Ouvidoria registrou 140 (35%) pedidos de informações, 113 (29%) solicitações, 29 (7%) denúncias, 107 (27%) reclamações, 6 (2%) sugestões e 1 elogio.

5.2. CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Embora o IFTO não tenha elaborado a “Carta de Serviços ao Cidadão”, é disponibilizado ao cidadão ferramentas de comunicação que dão acesso a informações dos serviços prestados pelo IFTO em página no sítio da Instituição, bem como com na forma impressa, que possuem permanente divulgação, semelhante ao especificado no art. 11 do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009, quais sejam:

- 1) Páginas Institucionais;
- 2) Agenda Institucional;
- 3) Agenda eletrônica do Reitor;
- 4) Agenda eletrônica de Eventos;
- 5) Jornal Institucional com impressões e publicações quadrimestrais (IFTO em foco);
- 6) Jornal Institucional eletrônico (IFTO em foco);
- 7) Interações por redes sociais:
 - Facebook (<https://www.facebook.com/IFTOoficial>)
 - Instagram (https://www.instagram.com/ifto_oficial/)
 - Twitter (<https://twitter.com/@ifto>)
 - You Tube (<https://www.youtube.com/user/IFTocantins>)

5.3. AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Ainda não foi implantado nenhum tipo de mecanismo para aferir o grau de satisfação dos cidadãos-usuários dos produtos e/ou serviços prestados pelo IFTO. Destacamos que, a Instituição está trabalhando em uma ferramenta para a avaliação da imagem do IFTO frente aos discentes e servidores de todas as unidades.

5.4. MECANISMOS DE TRANSFERÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

As informações relevantes sobre a atuação do IFTO estão disponíveis em sua página Institucional (<http://portal.ifto.edu.br/>), especialmente, no menu “*Documentos Institucionais*” (parte inferior da página, lado esquerdo). Na página é possível ter acesso aos demais meios de comunicação da instituição, ou ainda, informações como acessá-los.

5.5. MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

Para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações, bem como atender o que preconiza a Lei nº 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.296/2004 e as normas técnicas da ABNT aplicáveis, O IFTO vem adotando as seguintes medidas:

- Ajustamento das páginas institucionais. Os sítios eletrônicos do IFTO estão passando por período de consolidação com a utilização de um novo gerenciador de conteúdo, que permite ajustes necessários para a configuração das informações requeridas.
- Todas as novas edificações do IFTO foram projetadas para atender pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida de espaços. Além disso, as instalações que antes não atendiam a este requisito foram realizadas medidas de melhoramentos para possibilitar a utilização, com segurança e autonomia, por esses usuários.

6. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

6.1. DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

O fluxo financeiro no Instituto Federal do Tocantins é realizado no âmbito da Instituição, após o repasse do financeiro por parte do Governo Federal para a unidade central da instituição (Reitoria) os limites a serem repassados são tratados individualmente de acordo com as apropriações de cada uma das unidades que compõem o IFTO, assim como a Reitoria, onde as mesmas possuem autonomia para executar o financeiro de acordo com as suas prioridades.

Durante o exercício de 2016 a instituição se deparou com falta de sincronismo no repasse de financeiro para atender suas demandas. De uma maneira geral o Governo Federal, devido ao ajuste fiscal necessário, adotou prática de repasse mensal de financeiro com base nas notas fiscais apropriadas no mês anterior. Além da mudança referenciada acima, o que se constatou durante praticamente todo o exercício, foi à liberação parcial de limite financeiro, ou seja, era liberado apenas um percentual do limite apropriado em sistema.

Tais procedimentos acarretaram dificuldades na gestão financeira de toda instituição, ocasionando atrasos de pagamentos de fornecedores e prestadores de serviços, priorização de pagamentos, dentre outros.

Porém, a gestão buscou sempre amenizar estes problemas, buscando a tomada de decisões de forma compartilhada, bem como a busca de novas liberações de financeiro junto ao Ministério da Educação.

6.2. TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIAÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

a) Se a UPC está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10;

O Instituto Federal do Tocantins procura a medida do possível aplicar os dispositivos contidos nas normas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima.

Referente ao item acima a resposta foi parcialmente devido à característica da Instituição, devido a sua pouca idade a mesma encontra-se em fase de expansão em todo o estado do Tocantins, porém esta expansão se dá de forma gradativa e consequentemente o quadro de servidores também acompanha este crescimento gradativo, comprometendo assim parcialmente a implantação de todos os procedimentos necessários em todas as unidades da Instituição.

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo;

A metodologia para se estimar a vida útil econômica do ativo é baseada na macrofunção 020330, em seu item 27, que apresenta uma tabela usada por todos os órgãos da Administração Pública direta, Autarquias e Fundações Públicas pertencentes ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, estabelecida

de forma padronizada para cada conta contábil, viabilizando, assim, a padronização das informações apresentadas pelos diversos órgãos da Administração Pública.

d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão;

Durante o exercício de 2016 a depreciação foi realizada no âmbito da Instituição de forma parcial, ou seja, algumas unidades realizaram o procedimento de depreciação, sendo que as mesmas utilizaram planilhas com informações extraídas do SAP – Sistema de Administração de Patrimônio, onde mensalmente é realizado o cálculo da depreciação dos bens e após aprovação dos valores, os mesmos são lançados no SIAFI. Para determinação da quota mensal de depreciação dos bens, a opção foi pela utilização do Método Linear que distribui o custo do bem em função exclusiva do tempo. O cálculo da depreciação é realizado utilizando o custo do bem menos o valor residual dividindo-se pelo número de períodos da vida útil.

e) as taxas utilizadas para os cálculos;

As taxas utilizadas para os cálculos da depreciação constam na macrofunção 020330, item 27, sendo apresentada, em anos, o tempo de vida útil de cada bem, por conta contábil, além do valor residual, em percentual, de cada um deles após o término desse período.

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido;

Por se tratar de UPC pertencente a órgão da Administração Pública Direta, e por seguir a normatização da STN citada, não foram realizadas avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobiliário, do intangível e do diferido, considerando que essas situações não estão previstas na macrofunção.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos na NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UPC no exercício.

No exercício de 2016, a contabilização da depreciação, amortização e exaustão provocou um impacto negativo, impacto este decorrente da apropriação da depreciação dos bens do IFTO Campus Palmas.

6.3. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

O Instituto Federal do Tocantins não aplica o gerenciamento de custos, porém ressaltamos que a Instituição está buscando junto aos órgãos responsáveis a disponibilização de um sistema operacional atualizado que realmente possa ser aplicado na Instituição para controle e gestão de seus custos por programas.

6.4. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Quadro 78 - Balanço Financeiro



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSÃO 20/03/2017	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	1.573.280,41	1.876.769,48	Despesas Orçamentárias	212.072.957,43	187.430.743,;
Ordinárias	106.729,41	138.967,03	Ordinárias	51.893.385,54	24.531.541,;
Vinculadas	1.466.551,02	1.792.303,53	Vinculadas	160.179.571,89	162.899.202,;
Educação	30.678,35		Educação	158.272.576,77	130.836.024,;
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.435.872,67	1.792.303,53	Seguridade Social (Exceto RGPS)	576.778,58	355.484,;
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-0,02	-54.501,08	Operação de Crédito	794.179,67	30.720.507,;
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	536.036,87	987.186,;
Transferências Financeiras Recebidas	267.142.253,33	217.451.170,86	Transferências Financeiras Concedidas	54.960.175,19	37.000.578,;
Resultantes da Execução Orçamentária	211.708.869,72	180.252.496,57	Resultantes da Execução Orçamentária	27.552.147,09	24.694.452,;
Repasse Recebido	184.156.722,63	155.584.040,22	Repasse Concedido		25.995,;
Sub-repasse Recebido	27.552.147,09	24.668.456,35	Sub-repasse Concedido	27.552.147,09	24.668.456,;
Independentes da Execução Orçamentária	55.433.383,61	37.198.674,29	Independentes da Execução Orçamentária	27.408.028,10	12.306.126,;
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	53.773.928,58	36.129.730,53	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	27.270.620,34	12.167.159,;
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.659.455,03	1.068.943,76	Movimento de Saldos Patrimoniais	137.407,76	138.967,;
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	28.092.222,46	33.909.171,29	Despesas Extraorçamentárias	32.253.071,50	24.899.180,;
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.008.823,81	6.784.456,92	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	8.635.248,43	2.085.140,;
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	26.732.148,51	26.864.239,10	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	23.275.874,93	22.554.196,;
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	350.617,58	259.842,71	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	341.291,77	259.842,;
Outros Recebimentos Extraorçamentários	632,56	632,56	Outros Pagamentos Extraorçamentários	656,37	
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		632,56	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	632,56	
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	632,56		Demais Pagamentos	23,81	
Saldo do Exercício Anterior	7.280.476,71	3.373.867,14	Saldo para o Exercício Seguinte	4.802.028,79	7.280.476,;
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.280.476,71	3.373.867,14	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.802.028,79	7.280.476,;
TOTAL	304.088.232,91	256.610.978,77	TOTAL	304.088.232,91	256.610.978,;

Fonte: SIAFI Web

Quadro 79 - Balanço Orçamentário



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2016	PERÍODO Anual
EMISSION 16/03/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.695.862,00	1.695.862,00	1.573.280,41	-122.581,59
Recitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Recitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Recita Patrimonial	139.452,00	139.452,00	208.182,08	68.730,08
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	24.398,00	24.398,00	13.584,68	-10.813,32
Valores Mobiliários	115.054,00	115.054,00	194.597,40	79.543,40
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Recitas Patrimoniais	-	-	-	-
Recita Agropecuária	169.014,00	169.014,00	98.289,42	-70.724,58
Recita Industrial	27.096,00	27.096,00	32.718,67	5.622,67
Recitas de Serviços	1.360.300,00	1.360.300,00	1.096.582,03	-263.717,97
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.360.300,00	1.360.300,00	1.096.582,03	-263.717,97
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Recitas Correntes	-	-	137.508,21	137.508,21
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	100,45	100,45
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	137.407,76	137.407,76
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Recitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Recitas de Capital	-	-	-	-

Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.695.862,00	1.695.862,00	1.573.280,41	-122.581,59
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.695.862,00	1.695.862,00	1.573.280,41	-122.581,59
DÉFICIT			210.499.677,02	210.499.677,02
TOTAL	1.695.862,00	1.695.862,00	212.072.957,43	210.377.095,43
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	169.106.545,00	195.485.993,00	193.957.054,59	180.615.668,44	180.014.695,07	1.528.338,41
Pessoal e Encargos Sociais	114.024.028,00	136.215.979,00	137.653.251,33	137.653.251,33	137.653.251,33	562.727,67
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	55.082.517,00	57.270.014,00	56.303.803,26	42.962.417,11	42.361.443,74	966.210,74
DESPESAS DE CAPITAL	12.340.575,00	12.340.575,00	18.115.902,84	4.725.140,48	4.317.290,04	-5.775.327,84
Investimentos	12.340.575,00	12.340.575,00	18.115.902,84	4.725.140,48	4.317.290,04	-5.775.327,84
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	181.447.120,00	207.826.568,00	212.072.957,43	185.340.808,92	184.331.985,11	-4.246.389,43
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	181.447.120,00	207.826.568,00	212.072.957,43	185.340.808,92	184.331.985,11	-4.246.389,43
TOTAL	181.447.120,00	207.826.568,00	212.072.957,43	185.340.808,92	184.331.985,11	-4.246.389,43

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.870.293,68	11.512.930,44	10.001.733,41	9.922.188,32	1.133.056,44	2.327.979,36
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.870.293,68	11.512.930,44	10.001.733,41	9.922.188,32	1.133.056,44	2.327.979,36
DESPESAS DE CAPITAL	11.021.642,39	15.351.308,66	13.557.852,09	13.353.686,61	2.851.452,18	10.167.812,26
Investimentos	11.021.642,39	15.351.308,66	13.557.852,09	13.353.686,61	2.851.452,18	10.167.812,26
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	12.891.936,07	26.864.239,10	23.559.585,50	23.275.874,93	3.984.508,62	12.495.791,62

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	91.554,40	4.368.550,53	4.387.189,42	3.173,44	69.742,07
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	91.554,40	4.368.550,53	4.387.189,42	3.173,44	69.742,07
DESPESAS DE CAPITAL	84.981,99	4.210.704,92	4.248.059,01	1.861,71	45.766,19
Investimentos	84.981,99	4.210.704,92	4.248.059,01	1.861,71	45.766,19
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	176.536,39	8.579.255,45	8.635.248,43	5.035,15	115.508,26

Fonte: SIAFI Web

Notas Explicativas do Balanço Orçamentário

O órgão realizou 149,29% (R\$ 208.182,08) das Receitas Patrimoniais previstas. Em termos gerais, em 2016 a Instituição conseguiu realizar 92,77% (R\$ 1.573.280,41) do valor previsto de R\$ 1.695.862,00.

TITULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

PERIODO
Anual

— PAGINA
1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

136

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	201.087.683,11	189.148.634,64	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	201.087.683,11	189.148.634,64

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	4.830.724,35	7.330.840,52	PASSIVO FINANCEIRO	40.361.598,01	48.789.254,46
ATIVO PERMANENTE	196.256.958,76	181.817.794,12	PASSIVO PERMANENTE	5.609,94	5.418.068,44
			SALDO PATRIMONIAL	160.720.475,16	134.941.311,74

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	17.167.613,91	7.940.400,80	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	21.720.149,94	21.862.372,00
Execução dos Atos Potenciais Ativos	17.167.613,91	7.940.400,80	Execução dos Atos Potenciais Passivos	21.720.149,94	21.862.372,00
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	17.116.814,28	7.889.601,17	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	50.799,63	50.799,63	Obrigações Contratuais a Executar	21.720.149,94	21.862.372,00
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	17.167.613,91	7.940.400,80	TOTAL	21.720.149,94	21.862.372,00

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.088.517,59
Recursos Vinculados	-34.442.356,07
Educação	-37.644.537,28
Seguridade Social (Exceção RGPS)	-473.215,47
Operação de Crédito	108.556,19
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	3.566.840,49
TOTAL	-35.530.873,66

Fonte: SIAFI Web

Notas Explicativas do Balanço Patrimonial

1. Ativo

Os valores de Caixa e Equivalentes de Caixa são representados pelas contas:

1.1.1.0.0.00.00 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	SALDO ATUAL	%
1.1.1.1.1.02.06 CTU- RECURSOS DA CONTA ÚNICA APLICADOS	1.775.698,69	36,98
1.1.1.1.2.20.01 LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PGTO- OFSS	3.026.330,10	63,02
TOTAL	4.802.028,79	100,00

O saldo na conta CTU – Recursos da conta única aplicados tratam-se dos valores aplicados na UG 158337- Campus Araguatins que possui um perfil agropecuário, produz e arrecada receitas com a comercialização de produtos.

O órgão encerrou o exercício com saldo de R\$ 3.026.330,10 na conta 1.1.1.1.2.20.01 Limite de saque com vinculação de pagamento, mesmo havendo obrigações a pagar a curto prazo. Na composição do valor citado temos:

- UG 158336 – Campus Palmas fechou o balanço patrimonial em 31/12/2016 com um saldo de R\$ 1.012.199,93. Portanto, o Campus Palmas não recebeu créditos orçamentários vinculados a Fonte de Recursos 0250006424 que é fonte de recursos próprios arrecadados, que no Campus Palmas são provenientes de receitas com aluguéis, inscrições de vestibulares e taxas administrativas praticadas pelos setores de Biblioteca e Secretaria Acadêmica. Justifica-se, portanto, o alto valor na conta contábil e em especial à conta corrente correspondente à fonte 0250.

- UG 158131 – Reitoria fechou o balanço patrimonial em 31/12/2016 com o valor de R\$ 628.181,72 que são indicativos de compromissos assumidos com o orçamento da fonte 02500026424 e encontram-se quitados durante o exercício de 2017, o mesmo ocorre na fonte 0100000000 400 que encerrou com o saldo de R\$ 68.038,96 e a fonte 0112000000 400 que encerrou com o saldo de R\$ 205.750,56 provenientes de obrigações a serem pagas em 2017.

- UG 158557 – Porto Nacional fechou o balanço patrimonial em 31/12/2016 com o valor de R\$ 134.316,97 que foi oriundo de saldo da PF 812 de 28/12/2016 referente a sub-repasse financeiro efetuado pela Reitoria às 15h56min; e o valor de R\$ 94.527,28 que foi oriundo da PF 822 de 30/12/2016 referente a sub-repasse financeiro efetuado pela Reitoria às 17h04min e devido o curto prazo para a execução financeira inviabilizou a conclusão do processo de pagamento dos compromissos no exercício de 2016.

O Ativo Imobilizado é formado pelo conjunto de bens e direitos necessários à manutenção das atividades da empresa. O imobilizado representa 95,97% do ativo total e o Intangível permaneceu com o mesmo saldo em razão da não realização da amortização.

2. Passivo

As demais obrigações a curto prazo tiveram uma redução expressiva de 78,31% em relação ao exercício de 2015. Houve uma redução no grupo do passivo exigível de 89,58% em relação ao exercício anterior corroborando assim com a quitação de 100,00% em empréstimos e financiamentos a curto prazo.

Quadro 81 - Demonstração dos Fluxos de Caixa



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 20/03/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	19.440.587,74	22.855.294,26
INGRESSOS	269.066.783,88	219.587.783,05
Receitas Derivadas e Originárias	1.573.280,41	1.876.769,48
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	13.584,68	14.834,31
Receita Agropecuária	98.289,42	168.423,70
Receita Industrial	32.718,67	18.890,01
Receita de Serviços	1.096.582,03	1.330.636,74
Remuneração das Disponibilidades	194.597,40	140.454,73
Outras Receitas Derivadas e Originárias	137.508,21	203.529,99
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	267.493.503,47	217.711.013,57
Ingressos Extraorçamentários	350.617,58	259.842,71
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	632,56	-
Transferências Financeiras Recebidas	267.142.253,33	217.451.170,86
DESEMBOLSOS	-249.626.196,14	-196.732.488,79
Pessoal e Demais Despesas	-171.889.172,14	-140.369.753,02
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-1.801.679,89	-1.062.765,98
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-170.086.859,69	-139.307.619,60
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-632,56	632,56
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-22.435.533,23	-19.102.314,61
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-22.302.487,23	-19.102.314,61
Outras Transferências Concedidas	-133.046,00	-
Outros Desembolsos das Operações	-55.301.490,77	-37.260.421,16
Despêndios Extraorçamentários	-341.291,77	-250.842,71
Transferências Financeiras Concedidas	-54.960.175,19	-37.000.578,45
Demais Pagamentos	-23,81	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-21.919.035,66	-18.948.684,69
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-21.919.035,66	-18.948.684,69
Aquisição de Ativo Não Circulante	-21.719.072,84	-18.908.955,48
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-199.962,82	-39.729,21
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
	2016	2015
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-2.478.447,92	3.906.609,57
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	7.280.476,71	3.373.867,14
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	4.802.028,79	7.280.476,71

Quadro 82 - Demonstrações das variações patrimoniais



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26424 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO TOCANTINS - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2016	PERIODO Anual
EMISSAO 20/03/2017	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	277.767.796,69	238.182.111,89
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.241.084,80	1.532.784,78
Venda de Mercadorias	98.289,42	168.423,70
Vendas de Produtos	32.718,67	18.890,01
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.110.076,71	1.345.471,07
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	194.597,40	140.454,75
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	0,02
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	194.597,40	140.454,73
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	269.197.653,73	220.312.524,62
Transferências Intragovernamentais	267.142.253,33	217.451.170,86
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.055.400,40	2.861.353,76
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	6.996.862,53	15.938.375,97
Reavaliação de Ativos	-	13.689.693,16
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	6.716.985,68	27.774,13
Ganhos com Desincorporação de Passivos	279.876,85	2.220.908,68
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	137.598,23	257.971,77
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	137.598,23	257.971,77
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	249.599.811,76	222.666.200,48
Pessoal e Encargos	145.769.924,45	123.508.531,30
Remuneração a Pessoal	112.440.358,41	96.594.301,00
Encargos Patronais	22.073.910,27	18.938.552,18
Benefícios a Pessoal	11.249.656,77	7.974.778,12
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	900,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.830.827,05	1.117.219,59
Aposentadorias e Reformas	1.512.341,72	826.775,47
Pensões	289.338,17	280.801,28
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	29.147,16	29.642,84
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	37.091.185,64	32.859.792,39
Uso de Material de Consumo	3.397.893,55	3.994.298,99
Serviços	30.620.442,75	27.578.915,30
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.072.849,34	1.286.578,10
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.341,24	54.467,06
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	2.341,22	25,24
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	0,02	54.441,82
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	57.015.353,09	39.876.126,58
Transferências Intragovernamentais	54.960.175,19	37.000.578,45
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.055.177,90	2.875.548,13
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	75.573,61	18.622.186,15
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	303.080,51
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	921.091,71
Desincorporação de Ativos	75.573,61	17.398.013,93

	2016	2015
Tributárias	30.463,10	27.484,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.919,80	9.232,09
Contribuições	19.543,30	18.252,13
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.784.143,58	6.600.393,19
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	7.614.126,05	6.392.707,29
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	170.018,53	207.685,90
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	28.167.984,93	15.515.911,41
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015

Fonte: SIAFI Web

Notas Explicativas das Demonstrações das Variações Patrimoniais

As variações patrimoniais diminutivas representam 13,35% do grupo “Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo”, e ao passo que as VPDs de “serviços” implicaram em 11,02% do grupo (R\$ 30.620.442,75).

Nas variações patrimoniais aumentativas que refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta. No exercício de 2016 as VPDs de “Transferências Intragovernamentais” importaram em 96,17% (R\$ 267.142.253,33) efetuadas em cumprimento à execução do orçamento que são referentes aos repasses recebidos e sub-repasses recebidos.

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

No exercício de 2016 o TCU emitiu uma determinação ao IFTO, sendo a Unidade de Auditoria Interna do IFTO responsável pelo cumprimento. A determinação consta no item 9.3 do Acórdão n.º 1006/2016 – TCU – Plenário, vejamos: “9.3 determinar às auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com fundamento no art. 9º, § 1º, da Lei 12.513/2011, c/c os arts. 12 e 14, § 4º, da Resolução – FNDE 4/2012, que incluam nos seus planos anuais de auditoria interna ações de controle com vistas a identificar e corrigir situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Pronatec, e, informe nos respectivos relatórios de gestão anuais os resultados apurados e providências adotadas” Esta determinação está sendo atendida pela AUDIN no Plano Anual de Auditoria Interna.

No IFTO, o órgão responsável pelo acompanhamento das deliberações do Tribunal é a Unidade de Auditoria Interna, conforme previsão no Regimento Interno da AUDIN. Esse acompanhamento é contínuo, sempre que chegam deliberações do Tribunal, o Gabinete do Reitor encaminha uma cópia do documento à AUDIN para acompanhamento, porém esse acompanhamento não é feito por sistema informatizado.

7.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

No exercício de 2016 a Controladoria-Geral da União emitiu três recomendações ao IFTO quando da avaliação das contas do IFTO do exercício de 2015.

Das três recomendações emitidas duas provocaram impacto na gestão da unidade, quais sejam: Recomendação N.º 162908 – Estabelecer metas para os indicadores de desempenho previstos no Acórdão TCU n.º 2.267/2005 – Plenário, nos casos em que seja possível a fixação de metas, e utilizá-los para a tomada de decisão; e Recomendação N.º 162910 – Inserir os indicadores de desempenho previstos no Acórdão TCU n.º 2.267/2005 – Plenário no Plano de Desenvolvimento Institucional. Essas recomendações impactaram na forma de elaboração do Planejamento Estratégico Anual do IFTO e na revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

O acompanhamento das deliberações da CGU é realizado pelo sistema Monitor da CGU, sendo designada uma servidora do gabinete do Reitor para acompanhar e inserir informações no sistema. A AUDIN faz acompanhamento contínuo das recomendações emitidas pela CGU.

Ressalte-se que, todas as recomendações emitidas pela CGU foram cumpridas pela unidade.

7.3. MÉDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Não houve apuração de dano ao erário no âmbito do IFTO no exercício de 2016.

7.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COMO DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

Em geral o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins tem conseguido a medida do possível formular o cronograma de pagamentos, em ordem cronológica de exigibilidade, como disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/93. As datas das exigibilidades e o acompanhamento são realizadas dentro do Sistema de Administração Financeira - SIAFI do Governo Federal. Contudo, para alguns pagamentos não está sendo seguida a ordem cronológica, como será relatado a seguir.

Os motivos pela ausência de pagamento pela ordem cronológica para todos os credores se deu pela crise financeira enfrentada pelo Governo Federal e que afetou consideravelmente o fluxo financeiro do IFTO durante todo o exercício de 2016. No exercício de 2016 o IFTO recebeu apenas repasses mensais e parciais de recursos financeiros do Ministério da Educação. Em alguns meses o IFTO recebeu pouco mais de 50% de financeiro previsto o que inviabilizou atividades institucionais e o pagamento de credores por ordem cronológica. Deste modo, em todos os meses o IFTO teve que priorizar pagamentos para assegurar o funcionamento mínimo da instituição. Assim, teve que deixar de lado o cronograma em ordem de cronologia para todos os credores para priorizar os serviços essenciais em razão de serviços contínuos que não podem ser interrompidos. A priorização de pagamentos de credores obedeceu a seguinte ordem de tipos de serviços: energia elétrica, água e rede de esgoto, telefonia, internet e serviços de terceirização de mão de obra. Os recursos financeiros que restaram após o pagamento dos serviços essenciais foram destinados a atender diárias de servidores e posteriormente, aos credores restantes em ordem de cronologia.

7.5. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Em 2016 não houve revisão de valores para contratos com empresas que utilizavam de desoneração de folha de pagamento. Uma única ocorrência foi apontada, mais no sentido de que a empresa não se beneficiava de desoneração em folha de pagamento, e foi indicada a empresa, que se contata a Receita Federal sobre a diferença de valores.

7.6. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Informamos que o Instituto Federal do Tocantins não possui contrato com agências prestadoras de serviços de publicidade e propaganda. Porém ressaltamos que as ações de publicidade em geral da Instituição são elaboradas por servidores pertencentes ao seu quadro efetivo de servidores.

Os serviços e os materiais produzidos pela equipe de servidores da Instituição, durante o exercício de 2016, foram realizados/confeccionados por empresas prestadoras de serviços contratadas de acordo com a legislação vigente. As contratações citadas anteriormente são:

➤ **Publicidade Legal:**

-Contrato junto a Empresa Brasileira de Comunicação – EBC (Publicação de Avisos de Licitações, Edital de Citação de Empresas e outros);

-Contrato junto a Imprensa Nacional – IN (Publicação de Minutas de Editais, Portarias, Avisos e Resultados de Licitações e outros).

➤ **Publicidade Institucional:**

-Contratação de Empresas Especializadas na Confeção de Serviços Gráficos (Folders, Panfletos, Cartazes e outros);
Segue abaixo quadro com as despesas com publicidade, durante o exercício de 2016.

Quadro 83 - Despesa com publicidade durante o exercício de 2016

Publicidade	Programa/Ação Orçamentária	Valores Empenhados	Valores Pagos
Institucional	2031-20RL	R\$ 68.177,40	R\$ 266.665,83
Legal	2031-20RL	R\$ 214.419,47	R\$ 247.149,59
Mercadológica			
Utilidade Pública			

Obs.: A diferença existente entre valores empenhados e valores pagos da Publicidade Institucional se deve ao fato da existência de empenhos gerados em 2014 e 2015 inscritos em Restos a Pagar durante o exercício de 2016.

7.7. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 3º DO DECRETO 5.626/2005

Quadro 84 - Lista de cursos de graduação que ofertam a disciplina de Libras como matéria obrigatória

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação (site)
Licenciatura em Ciências Biológicas	123230	Araguatins-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 5º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Computação	123224	Araguatins-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 8º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Computação	1341251	Colinas do Tocantins-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 7º Período do curso..	Portal do IFTO
Licenciatura em Computação	1318223	Dianópolis-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 7º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Artes Cênicas	1127550	Gurupi-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 6º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Educação Física	1313167	Palmas-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 4º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Física	123492	Palmas-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 6º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa	1178650	Palmas-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 7º Período do curso	Portal do IFTO
Licenciatura em Matemática	123494	Palmas-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 8º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Matemática	1106721	Paraíso do Tocantins-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 7º Período do curso.	Portal do IFTO

Licenciatura em Química*	1190388	Paraíso do Tocantins-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 5º Período do curso.	Portal do IFTO
Licenciatura em Computação	1127560	Porto Nacional-TO	A componente curricular de Libras é ofertada no 8º Período do curso.	Portal do IFTO

*Curso cadastrado no sistema e-MEC como “Licenciatura em CIÊNCIAS: BIOLOGIA, FÍSICA E QUÍMICA” e reconhecido com alteração de nomenclatura como “Licenciatura em Química”, Portaria nº 301 de 08/07/2016.

8. ANEXOS E APÊNDICES

8.1 APÊNDICE – OUTRAS INFORMAÇÕES DA UNIDADE

8.1.1 Declarações de integridade do IFTO

I- Integridade e completude das informações dos contratos e convênios nos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal.

Declarações de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **João Marcelo dos Santos Silva**, CPF nº xxx.931.081-xx, Coordenador de Supervisão de Gestão de Contratos, exercido na Pró- Reitoria de Administração / Reitoria do Instituto Federal do Tocantins declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no **Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG**, conforme estabelece a LDO 2016 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Palmas, 15 de fevereiro de 2016.

João Marcelo dos Santos Silva

CPF: xxx.931.081-xx

Coordenação de Supervisão de Contratos/Instituto Federal do Tocantins

DECLARAÇÃO

Eu, **Cícero Salatiel Pereira Lopes**, CPF nº xxx.696.953-xx, Diretor de Relações Institucionais, exercido na Pró- Reitoria de Extensão/ Reitoria do Instituto Federal do Tocantins, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2016 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, **no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV**, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Palmas - TO, 15 de fevereiro de 2016.

Cícero Salatiel Pereira Lopes

CPF: xxx.696.953-xx

Diretor de Relações Institucionais/ Instituto Federal do Tocantins

II- Declaração de integridade e completude dos registros no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal Do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, estão devidamente registrados no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Maria Edileuza Ferreira de França

Diretora de Gestão de Pessoas

CPF: xxx.275.791-xx

Órgão: 26424 - IFTO

III- Declaração de cumprimento das disposições da Lei 8.730/1993 quanto à entrega das declarações de bens e rendas

Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que os servidores do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins-IFTO obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens rendas junto a Unidade de Gestão de Pessoas de sua Unidade de Lotação para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle, com exceção dos servidores:

Matrícula Siape	Servidor	CPF
2252852	AMANDA ROCHA MORTOZA	xxx.182.891-xx
1812390	ANA CAROLINE FRANCA DE MENEZES	xxx.346.091-xx
2328297	ANTONIO FILHO ARAUJO DOS REIS	xxx.804.971-xx
2683776	ARGEMIRO LIMA PEDROSA	xxx.125.004-xx
1585926	ARTUR FERREIRA LIMA NETO	xxx.414.551-xx
1848655	AURINES QUEIROZ BORGES	xxx.742.114-xx
1495795	CAMILO CARMO DOS SANTOS	xxx.694.901-xx
1749099	CARLOS HENRIQUE CORREA TOLENTINO	xxx.466.401-xx
1481527	CHEILA CRISTINA NAVES BARBIERO	xxx.712.601-xx
1482025	CLAUDIO BORBA CERQUEIRA	xxx.917.435-xx

1673039	CRISTIANO FERNANDES MATEUS	xxx.948.902-xx
1970818	CYNTHIA GOMES DE SOUSA COSTA	xxx.663.721-xx
1585668	DANIEL MARRA DA SILVA	xxx.605.401-xx
1812089	DANIELLA LIMA DA COSTA TEODORO	xxx.914.451-xx
1033782	DAVID SIQUEIRA FONTES NETO	xxx.144.561-xx
2334909	DENIS CARDOSO PARENTE	xxx.057.111-xx
2222950	DIRCEU FERRAZ DE OLIVEIRA JUNIOR	xxx.372.201-xx
1624191	EDUARDA MARIA IBIAPINA DA ROCHA COELHO	xxx.488.901-xx
1347268	EDUARDO CARVALHO DIAS	xxx.852.106-xx
2588776	ELIANE VIEIRA DE ATAIDES VALIM	xxx.298.241-xx
839919	ELION SARMENTO SILVA	xxx.219.661-xx
1584011	ELKERLANE MARTINS DE ARAUJO	xxx.635.181-xx
1785981	ELVIS NASCIMENTO DA SILVA	xxx.985.393-xx
2659127	FLAVIO DA SILVA ORNELAS	xxx.971.171-xx
1727098	FLAVIO ROONY EVANGELISTA BARBOSA	xxx.957.683-xx
1894101	GLAUCIA MARA SILVA SANTOS	xxx.745.391-xx
1481847	GLEISY NASCIMENTO DE ALENCAR	xxx.280.422-xx
1872228	HELINIO PEREIRA LOPES	xxx.765.651-xx
1481682	HELTON ROSENO LIMA	xxx.688.173-xx
2658680	INOCENCIA ASSUMPCAO NUNES CRUZ	xxx.456.710-xx
2032169	IRANI ALVES NOGUEIRA DO NASCIMENTO	xxx.017.524-xx
1654255	JACI CAMARA DE ALBUQUERQUE	xxx.532.094-xx
2057561	JAIME DO ESPIRITO SANTO VIEIRA JUNIOR	xxx.884.182-xx
1584209	JAMERSON MONTENEGRO LIMA	xxx.451.094-xx
1481857	JANAINA MARIA ANDRADE AIRES FONSECA	xxx.424.561-xx
1483143	JOAQUIM JOSE DE CARVALHO	xxx.467.048-xx
1797660	JONAS DE MACEDO SOUSA JUNIOR	xxx.018.723-xx
2158087	JONATHON VIANA SILVA	xxx.695.693-xx
1583174	JOSE LOPES SOARES NETO	xxx.629.961-xx
1482838	JOSE LUIZ PEREIRA JUNIOR	xxx.859.121-xx
1673010	JULIO AIRES AZEVEDO LEITE	xxx.784.321-xx
1807095	KLAUS RENE TREIN	xxx.521.611-xx
1652727	LEONARDO JOSE DE SALES	xxx.376.911-xx
1810330	LIDIANE BATISTA DE MORAIS	xxx.551.661-xx
1372468	LUIS CLAUDIO DINIZ DOS ANJOS	xxx.717.811-xx
1371924	LUIZ ANTONIO DA SILVA	xxx.890.201-xx
1454309	LUIZ ANTONIO LOPES TOLEDO	xxx.609.206-xx
2144001	MARCELLA ALMEIDA ANDRADE CAMARGOS	xxx.776.781-xx
2274475	MARCONY MESSIAS SOARES DE CARVALHO	xxx.078.191-xx
1328111	MARIA CLAUDIA PIGNATA SCHOEPFER	xxx.639.501-xx
49822	MARIA DALVA FRASAO DE ARAUJO	xxx.934.011-xx
2203022	MARLI FERNANDES MAGALHAES	xxx.328.726-xx
1371910	MAURO HENRIQUE LIMA DE BONI	xxx.094.281-xx

1226922	MAX PORTUGUEZ OBESO	xxx.652.387-xx
2311946	MESSIAS RODRIGUES MEDEIROS	xxx.175.521-xx
1583205	RAFAEL GALVAN BARBOSA FERRAZ	xxx.488.261-xx
1900967	RAIMUNDO EXPEDITO PIRES	xxx.303.631-xx
1865320	RAIMUNDO GOMES JUNIOR	xxx.071.371-xx
1783379	REJANE XAVIER LIMA	xxx.013.241-xx
1866481	RENATO DE OLIVEIRA BASTOS	xxx.618.521-xx
2465835	RENATO LUIZ DE ARAUJO JUNIOR	xxx.663.848-xx
1844273	RICARDO PESSONI	xxx.556.491-xx
1741643	RIVER SOUZA MAGALHAES	xxx.580.762-xx
49805	ROBSON JOSE ESTEVES PELUZIO	xxx.280.096-xx
2867365	RODRIGO FONSECA DE ARAUJO	xxx.085.024-xx
1896119	RODRIGO LUIZ DOS SANTOS	xxx.125.531-xx
54302	ROGIMEIRE MOTA DUARTE	xxx.240.482-xx
1583681	ROMULO NOLETO PASSOS	xxx.980.701-xx
1192998	ROSA MARIA MACHADO DE SENA	xxx.652.356-xx
2604818	ROSINETE LIBANIO DOS SANTOS COSTA	xxx.971.443-xx
2583956	SAMIRA COSTA BRAGA	xxx.641.631-xx
1813216	SARA DOS SANTOS SILVA	xxx.306.451-xx
1669694	SERGIO LUIS MELO VIROLI	xxx.797.815-xx
1371930	SIMONE DUTRA MARTINS GUARDA	xxx.072.341-xx
1554227	TADEU GUIMARAES JARDIM	xxx.237.431-xx
1668197	THARLES LOPES DE OLIVEIRA GUEDES	xxx.457.191-xx
1899913	VILLAIR REGINA CAVALCANTE VIVEIROS	xxx.697.203-xx
2322208	WANDERLEA RODRIGUES GOMES	xxx.618.771-xx
1811323	WILLIAM BRASIL RODRIGUES SOBRINHO	xxx.356.731-xx
1371922	WILSON WOLF COSTA	xxx.845.598-xx

Maria Edileuza Ferreira de França

Diretora de Gestão de Pessoas

CPF: xxx.275.791-xx

Órgão: 26424 - IFTO

IV- Declaração de integridade dos registros das informações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

Não se aplica- O IFTO não executa ações no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, para fins de monitoramento temático do Plano Plurianual – PPA e de acompanhamento Orçamento Federal Anual.

V- Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A conformidade contábil é realizada por todos os campi, sob a responsabilidade do contador indicado no SIAFI para cada UG. A conformidade do órgão é realizada pela UG da Reitoria, após análise e consolidação das conformidades registradas pelas unidades.

Relatório do Registro da Conformidade Contábil por UG:

• UG 158131 – Reitoria

1. Não houve Ausência de conformidade contábil.
2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:
302 - falta e/ou atraso de remessa do rma e rmb
315 - falta/restrição conformidade registros de gestão
634 - falta avaliação bens móveis/imóveis/intangíveis/outros
642 - falta/evolução incompatível depreciação ativo imobilizado
3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições:
642 - falta/evolução incompatível depreciação ativo imobilizado

• UG 158336 – Palmas

1. Não houve Ausência de conformidade contábil.
2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:
303 - falta de remessa do relatório selos de controle
315 - falta/restrição conformidade registros de gestão
603 - saldo contábil do almox. não confere c/rma
609 - saldo contábil do almox. não confere c/controle
640 - saldo contábil bens móveis não confere c/rmb
674 - saldo along/indev. contas transitórias passivo circulante
696 - outros- controles credores
772 - demais incoerências- ddr
3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas a seguir:
315 - falta/restrição conformidade registros de gestão

• UG 158337 – Araguatins

1. Não houve Ausência de conformidade contábil.
2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:
674 - saldo along/indev. contas transitórias passivo circulante
696 - outros- controles credores
754 - saldos alongados/indevidos – demonstr. disponibilidade
772 - demais incoerências- ddr
3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas a seguir:
Não houve permanência de restrição

• UG 158489 – Paraíso

1. Não houve Ausência de conformidade contábil.
2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:
302 - falta e/ou atraso de remessa do rma e rmb
315 - falta/restrição conformidade registros de gestão
634- falta avaliação bens móveis/imóveis/intangíveis/outros
642 - falta/evolução incompatível depreciação ativo imobilizado
3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas acima.
302 - falta e/ou atraso de remessa do rma e rmb

634 - falta avaliação bens móveis/imóveis/intangíveis/outros
642 - falta/evolução incompatível depreciação ativo imobilizado

• UG 158511 – Araguaína

1. Ausência de conformidade contábil no mês de outubro.
2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:
315 - falta/restrição conformidade registros de gestão
634 - falta avaliação bens móveis/imóveis/intangíveis/outros
642 - falta/evolução incompatível depreciação ativo imobilizado
696 - outros- controles credores
737 - utilização inadequada de eventos/situação cpr
754 - saldos along/indevidos – demonst. disponibilidade
3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas acima.
315 - falta/restrição conformidade registros de gestão
634 - falta avaliação bens móveis/imóveis/intangíveis/outros
642 - falta/evolução incompatível depreciação ativo imobilizado

• UG 158556 – Gurupi

1. Ausência de conformidade contábil nos meses de junho, Julho e Setembro.
2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:
302 - falta e/ou atraso de remessa do rma e rmb
315 - falta/restrição conformidade registros de gestão
634 - falta avaliação bens móveis/imóveis/intangíveis/outros
642 - falta/evolução incompatível depreciação ativo imobilizado
3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas a seguir:

302 - falta e/ou atraso de remessa do rma e rmb
315 - falta/restrição conformidade registros de gestão
634 - falta avaliação bens móveis/imóveis/intangíveis/outros
642 - falta/evolução incompatível depreciação ativo imobilizado

• UG 158557 – Porto Nacional

1. Não houve Ausência de conformidade contábil.
2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:
640- saldo contábil bens móveis não confere com rmb
3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas a seguir:

640 - saldo contábil bens móveis não confere com rmb

• UG 158628 – Dianópolis

1. Ausência de conformidade contábil nos meses de julho, agosto e outubro.
2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:
772 - demais incoerências- ddr
3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas a seguir:
Não houve permanência de restrição.

• UG 158633 – Colinas

1. Ausência de conformidade contábil nos meses de junho, julho, agosto, setembro e outubro.
2. Foram registradas as seguintes ocorrências no decorrer do exercício:
 - 302 - falta e/ou atraso de remessa do rma e rmb
 - 319 - falta registro de restrição/conf.regis.gestão
 - 603 - saldo contábil do almox. não confere c/rma
 - 606 - sld along/indev.contas trans. at.circulante
 - 609 - saldo contábil do almox. não confere c/controle
 - 634 - falta avaliação bens móveis/imóveis/intangíveis/outros
 - 640 - saldo contábil bens móveis não confere c/rmb
 - 642 - falta/evolução incompatível depreciação ativo imobilizado
 - 674 - saldo along/indev. contas transitórias passivo circulante
3. No final do exercício, evidenciou-se a permanência das restrições listadas a seguir:
 - 302 - falta e/ou atraso de remessa do rma e rmb
 - 642 - falta/evolução incompatível depreciação ativo imobilizado
 - 674 - saldo along/indev. contas transitórias passivo circulante

VI- Declaração do contador sobre a fidedignidade dos registros contábeis no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI

Declaração do Contador com ressalvas sobre a fidedignidade das demonstrações contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS			158131
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Ausência de Avaliação e reavaliação de Bens móveis e imóveis; b) Ausência de Conformidade de Registro de Gestão; c) Ausência de Conformidade Contábil de Unidades Gestoras; d) Ausência de Depreciação de Ativo Imobilizado. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	PALMAS-TO	Data	10/02/2017
Contador Responsável	RAYDINE DA SILVA COSTA	CRC nº	MA: 010350/O-3 S/TO

8.1.2 Fundação de Apoio

No dia 27 de novembro de 2015, foi publicada no Diário Oficial da União – Seção 1 a Portaria Conjunta nº 74, da Secretaria de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento, vinculada à Secretaria de Educação Superior (Sesu) do Ministério da Educação (MEC), nesse documento, consta a autorização à Fundação de Apoio Científico e Tecnologia do Tocantins (Fapto), para atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal do Tocantins (IFTO), porém O IFTO não desenvolveu ações ou Projetos com Fundações de Apoio no ano de 2016.

8.1.3. Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Grupos de Pesquisa

O Instituto Federal também organiza seus pesquisadores a partir de núcleos de pesquisa, cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que articulam suas atividades de ensino, pesquisa, iniciação científica e pós-graduação.

A Criação de Grupos de Pesquisa no IFTO é um procedimento realizado em fluxo contínuo, regulamentada pela Resolução n.º 021/2010/CONSUP/IFTO, de 10 de dezembro de 2010, alterado pela Resolução n.º 15/2011/CONSUP/IFTO, de 31 de outubro de 2011, e pela Resolução n.º 26/2016/CONSUP/IFTO, de 18 de maio de 2016. Em sua definição, Grupo de Pesquisa é a reunião de pesquisadores em torno de um objeto comum de interesse na pesquisa e tem por finalidade a geração contínua de conhecimento. Os Grupos de Pesquisa devem possuir, no mínimo, 1 (uma) Linha de Pesquisa e, no máximo, 10 (dez). Para participar dos programas de pesquisa do IFTO os pesquisadores devem ser participantes de um grupo de pesquisa certificado. Este acompanhamento é responsabilidade da diretoria de pesquisa do IFTO.

Atualmente o IFTO conta com 55 grupos na situação certificados.

Em relação à área predominante, no IFTO destacam-se os grupos de pesquisa na área de ciências humanas (Educação), Ciências Exatas e da Terra (Ciência da computação), Ciências Agrárias (agronomia e zootecnia) e Engenharia Elétrica como demonstrado no Gráfico 1.



Gráfico 1: Grupos de pesquisa por área predominante.

A unidade do IFTO que mais possui grupos de pesquisa é o *Campus Palmas*, conforme apresentado no gráfico:

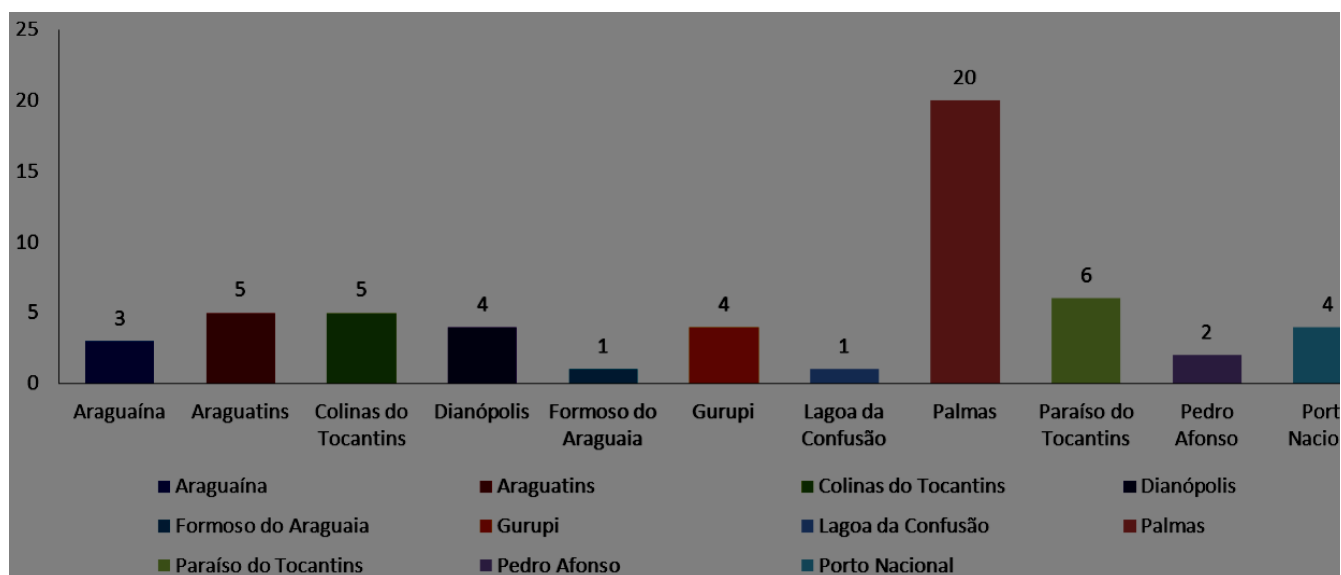


Gráfico 2: Grupos de pesquisa por *Campi*.

Em relação à titulação dos líderes de grupo, temos a sua maioria liderada por mestres:

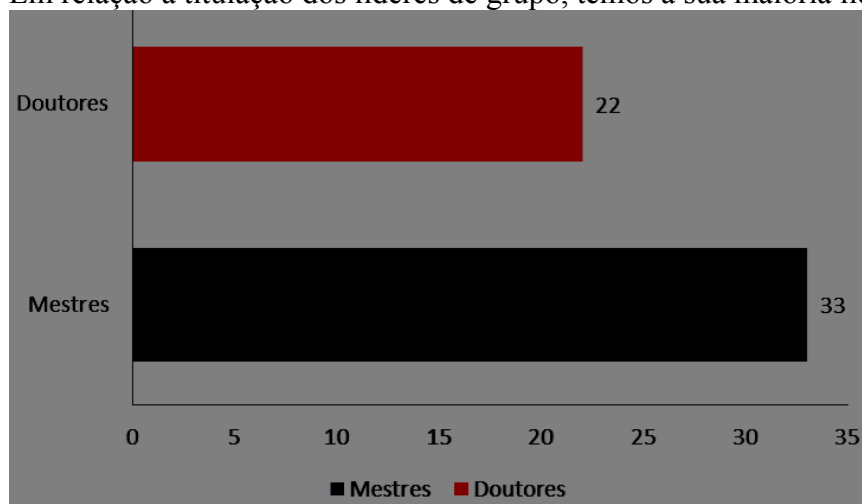


Gráfico 3: Titulação dos Líderes de grupos de pesquisa.

Programa de apoio à pesquisa – PAP

O Programa de Apoio à Pesquisa foi estabelecido em 2012 e tem a finalidade de estabelecer critérios e procedimentos para o fomento de Projetos de Pesquisa pelo Programa de Apoio à Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (PAP/IFTO). Regulamento do Programa de Apoio à Pesquisa – PAP/IFTO - RESOLUÇÃO nº. 16/2012/CONSUP/IFTO aprovada em 05 de março de 2012 pelo Conselho Superior do IFTO.

Dos recursos destinados ao Programa:

Em 2016 foram destinados bolsas e adicional de bancada para contemplar pesquisadores no Programa de Apoio à Pesquisa, detalhados a seguir:

PROGRA MAS- MODALI DADES	BOLSAS	CUSTEIO	CAPITAL
-----------------------------------	--------	---------	---------

PAP/APL	31	0	0
PAP/PQ	2	0	0
PAP/EGP	0	9	9
TOTAL	33	11	11

Bolsas de Pesquisa Aplicada em Arranjos Produtos Locais – PAP/APL

Objetivo: Selecionar projetos de pesquisa que envolva o desenvolvimento de arranjos produtivos locais no Estado do Tocantins. Os projetos devem estar relacionados a questões como: inovação em processos de gestão, redução de custos, comercialização, estabelecimento de marcas, melhoria e agregação de valor aos produtos, redução de impactos ambientais e implementação de sistemas e parcerias para a certificação de produtos.

Em 2016, trinta e um projetos foram aprovados e estão em execução nos diversos *campi*, a saber:

Tabela 2: Projetos PAP-APL 2016-2017.

ARAGUATINS	
Projeto	Nome do Bolsista
O Arranjo produtivo local da piscicultura de Araguatins e o reflexo do manejo adotado, na qualidade da água.	Diego Rene Sens
Avaliação inicial do desempenho de clones de eucalipto.	Samuel de Deus da Silva
Efeito de Folhas Dessecadas de Eucalipto na Germinação do Capim Massai	Idelfonso Colares de Freitas
COLINAS	
Projeto	Nome do Bolsista
Utilização de Aditivos na suplementação de novilhos nelore inteiros na fase de recria.	Raphael Pavesi Araujo
Respostas de Cultivares de Soja de Primeiro Ano às Práticas Corretivas nas Condições de Cultivo no Estado do Tocantins.	Marcus André Ribeiro Correia
Avaliação do Componente Forrageiro (pastagem e silagem) de um Sistema de iLPF no Cerrado Tocantinense.	Rossini Sôffa da Cruz
SisRouting: Sistema de Apoio a Decisão para o Problema de Roteamento de Ônibus Escolar.	Vilson soares Siqueira
DIANÓPOLIS	
Projeto	Nome do Bolsista
Pegada Hídrica da Banana Cultivada no Perímetro Irrigado Manuel Alves.	Pietro Lopes Rêgo
Mapeamento do perímetro Manuel Alves para o registro de informações espaciais, cadastrais e temporais na inovação do processo de gestão rural.	Eduardo Carvalho Dias
Mapeamento do Potencial Erosivo das Chuvas na Bacia do Rio Manuel Alves.	Virgílio Lourenço Silva Neto
GURUPI	
Projeto	Nome do Bolsista
Importância da Pesquisa Mercadológica de Produtos de Origem Animal para os Produtores Rurais de Gurupi.	Ricardo Alencar Libório
PALMAS	
Projeto	Nome do Bolsista
Substratos alternativos no crescimento e desenvolvimento inicial do maracujazeiro amarelo oriundos do Polo de Fruticultura Irrigada São João, Porto Nacional, Tocantins.	Edvaldo Vieira Pacheco Sant'Ana
Avaliação Operacional do Desempenho do Processo de Desaguamento de Lodo de ETA por Geotêxtil.	Giulliano Guimarães Silva

Os custos de produção de mudas do Maracujazeiro Amarelo (<i>Passiflora edulis</i> f. <i>Flavicarpa</i>) em diferentes substratos, oriundos de resíduos de culturas do polo de fruticultura irrigada São João, Porto Nacional – TO.	José Eustáquio Cangucu Leal
Desenvolvimento de traço de concreto permeável para revestimento de pavimentos destinados ao tráfego de veículos leves.	Moacyr Salles Neto
Palmas – TO: as referências de memória gastronômica em uma cidade de formação recente.	Geruza Aline Erig
Estudo das Condições de Degradação Termoquímica do coco da Baía em reator de Pirólise na produção de carvão e bio óleo.	Elaine da Cunha Silva Paz
Coleta e destino final dos resíduos perigosos da agricultura.	Michelle Ludmila Guedes dos Santos
Ecoturismo e Desenvolvimento Local: Estudo de Caso na Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Catedral do Jalapão-TO.	Janaina Maria Andrade Aires Fonseca
Mapeamento do turismo criativo no contexto da economia da experiência: um estudo sobre a criação de roteiros inovadores em Palmas, Tocantins.	Ana Jaimile Cunha
“Avaliação do Desenvolvimento Regional e dos Potenciais, Entraves e Impactos Socioeconômicos Gerados pelo Agronegócio do Leite na Região de Palmas”.	Clauber Rosanova
PARAÍSO DO TOCANTINS	
Projeto	Nome do Bolsista
O Sistema Toyota de Produção e a Análise de Fluxo de Valor como Ferramenta de Qualidade da Função Produção de uma Microempresa do Ramo Alimentício.	Márcio Eckardt
Formação de professores de Língua Espanhola no município de Paraíso do Tocantins: conhecer o passado para entender e modificar o presente.	Graziani França Claudino Anicézio
PORTO NACIONAL	
Projeto	Nome do Bolsista
OlhaaFeira: Rede Colaborativa de Ofertas da Agricultura Familiar.	Mayara Kaynne Fragoso Cabral
Degradação do capim andropogon (<i>Andropogon gayanus</i> cv. Planaltina) através do processo termoquímico (pirólise), com fins de produção de bio-óleo e carvão ativado.	Argemiro Lima Pedrosa
Efeitos da Estimulação Transcraniana por Corrente Contínua (ETCC) na força muscular e na funcionalidade em idosos e indivíduos com doenças neurodegenerativas.	Michel Santos Silva
Produção Sustentável de Tambaqui e Tilápia Nilótica, Integrada ao Cultivo Hidropônico de Alface.	Antônio Carlos Silveira
Produção de Olerícolas em Ambiente Protegido utilizando Tela de sombreamento e a pleno sol na Cidade de Pedro Afonso – TO.	Maria de Paula Soares da Silva
Apoio à estruturação da unidade experimental agropecuária do IFTO campus avançado Pedro Afonso.	Mírian Peixoto Soares da Silva
Eficiência Agronômica e Partição de Assimilados de Capim- Braquiária sob Aplicação de Fósforo.	Murilo Vargas da Silveira
Atividade Residual de (IMAZAPYR+IMAZAPIC) sobre melancia (<i>Citrullus lanatus</i>), semeada em sucessão ao arroz irrigado, sistema CLEARFIELD®.	Manoel Delintro de Castro Neto

Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PAP/PQ

Objetivo: Incentivar o pesquisador doutor com relevante produção Científica e Tecnológica e/ou de Inovação, em todas as áreas do conhecimento, no âmbito do Instituto Federal do Tocantins, a fim de contribuir para o desenvolvimento Científico, Tecnológico e de Inovação no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, bem como sua inserção em futuros programas de Pós-graduação stricto sensu da Instituição.

No ano de 2016 dois pesquisadores doutores receberam bolsas de produtividade em pesquisa e estão com os seus projetos em execução, conforme Tabela 3.

Tabela 3: Projetos PAP-PQ 2015-2016.

TÍTULO DA PROPOSTA	PROPONENTE / UNIDADE
--------------------	----------------------

Interpretando a Realidade Agrária da Mesorregião Diferenciada do Bico do Papagaio: uma análise das estruturas fundiária e produtiva agropecuária no início do século XXI.	Alcione Talaska / Araguatins
Caracterização da Fauna Edáfica em Solo Cultivado com Feijão-Caupi e Milho em Monocultivo e em Consórcio	Carmen Maria Coimbra Manhães / Colinas do Tocantins

Estruturação de grupos de pesquisa – PAP/EGP

Objetivo: Seleção de grupos de pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins para a concessão de recursos financeiros destinados a investimentos em pesquisas realizadas na instituição, a ser utilizado até 25 de novembro de 2016, em conformidade com o disposto no Regulamento do Programa de Apoio à Pesquisa – PAP-IFTO (Resolução N.º 16/2012/CONSUP/IFTO).

No ano de 2016 a modalidade contemplou nove projetos, que estão em execução em 2017:

Tabela 4: Projetos PAP-EGP 2016.

TÍTULO DA PROPOSTA	PROPONENTE/UNID ADE
O custo de produção e o uso de substratos alternativos na produção de mudas do maracujazeiro amarelo oriundos do Polo de Fruticultura Irrigada São João, Porto Nacional, Tocantins.	Edvaldo Vieira P. Sant'Ana Palmas
Apoio à estruturação da unidade experimental agropecuária do IFTO campus avançado Pedro Afonso.	Mírian Peixoto Soares da Silva Avançado Pedro Afonso
Atividade Residual de (IMAZAPYR+IMAZAPIC) sobre melancia (<i>Citrullus lanatus</i>), semeada em sucessão ao arroz irrigado, sistema CLEARFIELD®.	Manoel Delintro Castro Neto Avançado Formoso do Araguaia
Caracterização física, morfológica, química e biológica dos solos do campus Colinas do Tocantins.	Carmen Maria Coimbra Manhães Colinas do Tocantins
Desenvolvimento de robôs para práticas profissionais utilizando microcontroladores.	Wendell Eduardo Moura Costa Palmas
Pegada hídrica da banana cultivada no perímetro irrigado Manuel Alves.	Elismar Dias Batista Dianópolis
Fomentando o desenvolvimento da cadeia produtiva de batata-doce e de suas potencialidades alimentícia e industrial no âmbito da agricultura familiar na região sudeste do Tocantins.	Fabia Silva de Oliveira Lima Dianópolis
Diagnóstico ambiental do córrego Taquari em Araguatins – TO.	Thiago Silva Loiola Araguatins
Elasticidade Automática de Recursos NfV Utilizando Controle Fuzzy em Plataforma Minimalista.	Emerson Barea Formoso do Araguaia

Programa de iniciação científica 2016-2017 – PIC/IFTO

Regulamenta as atividades de Iniciação Científica do IFTO, regendo a concessão de bolsas de Iniciação Científica disponibilizadas pelo IFTO e por outras instituições de apoio à pesquisa. O programa oportuniza o engajamento do acadêmico à comunidade científica, permitindo aprender na prática a desenvolver pesquisas de maneira criteriosa e sob permanente avaliação.

Os objetivos do PIC – IFTO são:

Contribuir para a formação de recursos humanos qualificados para a atividade de pesquisa aplicada e profissional;

Incentivar a prática de pesquisa aplicada, desenvolvendo atividades científicas e tecnológicas no IFTO, com o envolvimento de estudantes, docentes, técnicos administrativos e colaboradores;

Estimular estudantes e docentes a desenvolverem atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural com o propósito de despertar o pensamento crítico, científico e a criatividade;

Possibilitar uma maior integração entre os diferentes níveis de ensino da Instituição.

Os projetos abordam temas de relevância científica e social, apresentando as justificativas que atestem a importância e/ou necessidade da pesquisa. Poderão ser contemplados estudos teóricos ou experimentais que visem contribuir para a compreensão de fatos e fenômenos observáveis, tendo ou não aplicação imediata.

As propostas deverão especificar qual a categoria de pesquisa que fazem parte, de acordo com o disposto abaixo:

Categoria de Pesquisa Básica: relativa aos trabalhos experimentais ou teóricos que contribuam para a busca do conhecimento, principalmente sobre os fundamentos de fenômenos e fatos observáveis, não objetivando aplicação ou utilização específica imediata;

Categoria de Pesquisa Aplicada: relativa aos trabalhos que contribuam para a busca do conhecimento dirigido, fundamentalmente a determinação dos possíveis usos da pesquisa básica ou suas descobertas, com objetivo prático específico;

Categoria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação: relativa aos trabalhos que contribuam na resolução de um problema real e ao desenvolvimento de uma solução prática e construtiva na forma de um processo ou de um protótipo, além das atividades de inovação descritas pela Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016.

Anualmente a PROPI apresenta ao Colégio de Dirigentes do IFTO a proposta de oferta de bolsas por *Campi* nas diversas modalidades. Em 2016 a distribuição por modalidades nos *Campi* foi estabelecida conforme Tabela 5, as bolsas do CNPq são ofertadas em regime de ampla concorrência:

Tabela 5: Modalidades de bolsas Ofertadas pelo PIC-IFTO e CNPq

Tabela 5: Modalidades de Bolsas Criadas pelo PIB e PIB-CNPq											
MODALIDADE				DIANÓPOLIS						CNPq COTAS	
C PIBI		8	0	5	0	6	0	3	5	0	6
C-AF PIBI			-		-					-	2
TI PIBI		4	0		-			1	5	0	7
ICJ	0	7	0	0	1	6	0	4	0	1	-
C-EM PIBI			-		-					-	4
										0	

As sessões a seguir descrevem cada modalidade de bolsa ofertada no Programa de Iniciação Científica.

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

O PIBIC visa despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes dos cursos superiores, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológica, e fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, bem como desenvolver as atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes do ensino médio, e tem suas normas estabelecidas pela Resolução Normativa RN-017/2006 publicada no D.O.U de 13/07/2006, Seção: 1, Página: 11.

PIBIC-AF - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ações Afirmativas

Visa despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes dos cursos superiores, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológica, e fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, bem como desenvolver as atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes, e tem suas normas estabelecidas pela Resolução Normativa RN-017/2006 publicada no DOU de 13/07/2006, seção 1, página 11. O Programa PIBIC nas Ações Afirmativas é uma ação que tem como missão complementar as ações afirmativas já existentes nas instituições de ensino superior. Seu objetivo é oferecer aos estudantes beneficiários dessas políticas a possibilidade de participação em atividades acadêmicas de iniciação científica. São considerados como estudantes beneficiários: AF 1 - Candidatos assentados de reforma agrária, AF 2 – Candidatos afrodescendentes que sejam cadastrados em comunidades quilombolas, AF 3 – Candidatos indígenas, AF 4 – Candidatos com deficiência e AF 5 – Candidatos que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Visa estimular estudantes de cursos superiores de tecnologia ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação. O produto final da pesquisa deve gerar um processo ou produto de qualquer área de conhecimento, como por exemplo, o desenvolvimento de uma rotina laboratorial, de um método analítico, de um software, de um livro, de um manual, de um vídeo ou documentário.

ICJ – Iniciação Científica Junior

Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e do Ensino Técnico Subsequente, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológica orientadas por pesquisador qualificado. Esta modalidade é somente ofertada pelo IFTO.

PIBIC-EM - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Ensino Médio

Visa despertar a vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes do ensino médio integrado à educação profissional, mediante sua participação em atividades de pesquisa científica ou tecnológica, e fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, bem como desenvolver as atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes do ensino médio.

NÚCLEO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA – NIT

O Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – NIT/IFTO iniciou suas atividades no ano de 2010, quando por Ato Administrativo foi estabelecida uma comissão para estruturação e planejamento das suas atividades. A partir de então, as primeiras ações foram no sentido de elaborar os documentos pertinentes à sua regulamentação.

No ano de 2013, teve seu regulamento aprovado pelo Conselho Superior – CONSUP, porém, já antes disso o NIT estava realizando ações no sentido de fomentar o empreendedorismo, a pesquisa aplicada, a parceria com outras instituições e com empresas da região.

Para orientar a direção de seus esforços, o NIT estabelece anualmente seus objetivos e suas metas, para que, ao longo do exercício possa exercer sua função alinhado com os objetivos estratégicos do IFTO.

Metas Estratégicas

Elaborar Plano de Marketing do NIT

Resultado: Ação não desenvolvida.

Celebrar parceria com SEBRAE no programa de Empreendedorismo para capacitação de professores na área de empreendedorismo.

Resultado: Após reuniões com a Educação Empreendedora do SEBRAE foi fechada a parceria para a oferta de capacitação de docentes que atuam no ensino superior.

Ofertar dois workshops sobre empreendedorismo no ano

Resultado: No mês de setembro de 2016 foi realizado o evento: Encontro de Inovação, Ideias e Negócios na Academia que reuniu três eventos em dois dias. No dia 29 foi realizado o “Segundo Pesquisa Empreendedora”, que trabalhou os temas Transferência de Tecnologia e Programas de Iniciação Científica como forma de empreendedorismo. No dia 30 foi realizado o Segundo Seminário de Inovação do IFTO que trabalhou o tema Aproximação Academia e Setores Produtivos Locais.

Capacitar 20 docentes do IFTO na área de empreendedorismo

Resultado: Ação não realizada.

Elaborar minuta dos documentos pertinentes a implantação da Central de Incubadoras, Escritórios Modelos e Empresas Juniores.

Resultado: A minuta do Regulamento da Incubadora de Empresas do IFTO foi elaborada e regulamentada por meio da Resolução n.º 49/2016/CONSUP/IFTO, de 7 de outubro de 2016.

A minuta do Regulamento das Empresas Juniores e Escritórios Modelos foram elaboradas. Entretanto no ano de 2016 foi promulgada a lei que regulamenta a atuação das empresas juniores no Brasil. Dessa forma, foi necessário realizar alterações no regulamento interno, o que provocou atraso no processo de aprovação do documento no ano de 2017.

Elaborar minuta dos documentos pertinentes a implantação do Hotel de Projetos.

Resultado: Essa ação foi incorporada à ação do item 2.1.5.

Lançar Edital de Fomento ao Empreendedorismo até julho 2016

Resultado: Foi elaborada a minuta do Regulamento do Programa de Apoio ao Empreendedorismo, PAEmI, que foi aprovado pela Resolução n.º 48/2016/CONSUP/IFTO, de 7 de outubro de 2016. Após aprovado foi colocado no orçamento da PROPI recursos direcionados à realização de ações desse programa.

Lançar Edital PAP-INOVA até maio de 2016

Resultado: Edital publicado em maio de 2016 contemplando quatro projetos com recursos de bancada (capital e custeio) e bolsa para o pesquisador.

Implantar a incubadora de empresa até julho de 2016

Resultado: Ação não realizada.

Mapear 10 empresas com aderências às áreas de atuação do IFTO

Resultado: Ação não realizada.

Fazer parte de uma rede de inovação

Resultado: O IFTO está filiado à Rede Tocantinense de Inovação, convênio assinado ainda no ano de 2015. Além desses, participa ativamente do Fórum dos diretores de NIT – FORTEC e busca sua filiação junto a Associação Nacional de Empreendimentos Tecnológicos Inovadores – ANPROTEC.

Participação de 1 servidor no FORTEC

Resultado: No ano de 2016 o professor Dr. Augusto Cesar dos Santos representou no IFTO no encontro FORTEC, realizado em Cuiabá, MT.

Participação de 1 servidor no ANPROTEC

Resultado: No ano de 2016 a professora Erna Augusta Denzin participou da Conferência ANPROTEC, realizada em Fortaleza - CE.

Ter controle de 100% dos projetos do PAP INOVA

Resultado: Os projetos PAP Inova 2016 foram acompanhados pelo assessor geral do NIT, tendo sido apresentado, conferidos e aprovados todos os quatro projetos realizados com recursos de bancada e bolsa para o pesquisador.

Ter controle de 100% dos projetos de PIBITI

Resultado: Ação não realizada.

Implantar procedimentos operacionais para o NIT

Resultado: Ação não realizada.

Elaborar política de Propriedade Intelectual

Resultado: Política elaborada e aprovada pela Instrução normativa n.º 3/2016/REITORIA/IFTO de 7 de outubro de 2016.

Gerenciar o SITE do NIT.

Resultado: Site implantado e informações atualizadas. No final do ano de 2016 foi feita toda a reformulação do site do IFTO. Ainda não foi possível migrar as informações do site antigo para a nova página do IFTO.

Além dessas ações também é possível destacar:

Iniciado o processo de registro de propriedade intelectual do resultado da pesquisa do Grupo TEMAS do *Campus* Palmas na área de Construção Civil e química dos materiais. Esse projeto foi coordenado pelo Professor Paulo Batista em conjunto com demais participantes do grupo.

Atendimento a um inventor independente que requisitou busca de anterioridade para uma fórmula química com produto do cerrado.

Atendimento a um inventor independente que requisitou que o NIT intermediasse o processo de negociação da Transferência de Tecnologia inventada e patenteada por ele na área de motores elétricos para automóveis.

Participação da Diretora do NIT no Start Up Day em uma mesa redonda falando sobre as ações e atuações dos NIT's.

Participação da Diretora do NIT no evento Educação Empreendedora, realizado pelo SEBRAE Tocantins palestrando sobre “Educação Empreendedora: a Experiência da Finlândia”.

Participação da Diretora do NIT no Start Up Weekend Palmas, fazendo parte da comissão organizadora.

PÓS-GRADUAÇÃO

Macroprocesso: oferta de cursos de pós-graduação

Meta Estratégica: Implementar uma especialização *lato sensu* presencial em um *campus* que ainda não oferta até final de 2016.

Embora hoje o curso já se encontre apto a ser apreciado pelo CONSUP, em 2016 apenas cerca de 5% desta meta havia sido cumprida, tendo sido realizadas uma discussão preliminar sobre o processo de elaboração do PPC e sobre o levantamento de demanda junto ao *Campus* Araguaína. Cabe ressaltar que a oferta de novos cursos está intrinsicamente relacionada ao quadro de oferta no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, além de haver estreita relação entre demanda observada e núcleos docentes capacitados e disponíveis para a ministração de disciplinas e, portanto, não está sob o domínio da Diretoria de Pós-graduação implementar novos cursos, apenas fomentar a possibilidade de que tal ação aconteça.

Meta Estratégica: Manter 80% de regularidade dos cursos de Especialização já ofertados (presenciais e EaD).

A oferta de cursos de Especialização está intrinsicamente relacionada ao quadro de oferta apresentada no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, em que está considerada a força de trabalho empregada em cada um dos níveis de ensino, devendo haver um balanceamento quanto à oferta de vagas a fim de atender ao Termo de Acordo de Metas e Compromissos – TAM. Sendo assim, não cabe a DIRPOS manter a regularidade na oferta dos cursos já ofertados, mas sim, apoiar na deliberação de questões que estejam aparadas pelo Regulamento da Organização Didático Pedagógica dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*.

Meta Estratégica: Enviar Proposta de Mestrado Profissional em Agropecuária Tropical Sustentável até junho de 2016.

100% desta meta foi cumprida através do cadastramento da proposta. Porém a nota obtida pela proposta foi 2, valor insuficiente para obter aprovação. Sendo assim, conforme previsto no processo de solicitação de abertura de novos cursos, procedemos com o envio de solicitação de reconsideração e até o momento estamos aguardando retorno.

Meta Estratégica: Credenciar a Instituição para oferta de Especialização à Distância em 2016.

O percentual de realização desta meta é indefinido em decorrência de dependência de processo externo. Porém, foi realizado o encaminhamento de solicitação de credenciamento através do processo de número 201413113, protocolado em 14 de outubro de 2014, referente ao ato autorizativo “Credenciamento *Lato Sensu* EAD”. O processo tramita no MEC, tendo passado pelos seguintes procedimentos: Análise de despacho saneador com resultado parcialmente satisfatório; Avaliação INEP com resultado 4; Impugnação do parecer INEP pela Secretaria; e atualmente o processo encontra-se na CTAA para análise do recurso encaminhado pelo IFTO. Nesta semana, foi disponibilizado o parecer da CTAA onde consta movimentação do processo. A contrarrazão submetida foi acatada e o requisito legal que estava “não atendido” passou a ser “atendido”. A próxima etapa é aguardar o parecer final da SERES e emissão de portaria.

Meta Estratégica: Normatizar as atividades de Especialização ofertadas pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) no IFTO até final de 2016.

A realização desta meta depende da conclusão do Credenciamento da Instituição para oferta de Especialização à Distância, com situação em aberto até o momento.

Macroprocesso: capacitação de servidores docentes e técnicos administrativos em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Meta Estratégica: Manter banco de dados de 100% das informações da Pós-graduação.

Atualmente, o IFTO conta com 81 servidores doutores e 388 mestres, para conclusão do curso, o servidor recebe algumas formas de incentivo por parte da instituição, tais como: afastamento integral ou parcial, percepção de bolsas pelo Programa Pró-Qualificar, pagamento de mensalidades via reembolso, concessão de diárias e passagens, flexibilização de horário e horário especial.

Para traçar um perfil dos servidores capacitados no âmbito do IFTO, a Diretoria de Pós-graduação, está realizando um diagnóstico, com base no programa cursado, nos impactos no ambiente de trabalho e na produtividade científica, entre outros.

A pesquisa foi dividida em duas partes, primeiramente, foram encaminhados questionários a 96 servidores participantes de iniciativas coletivas, ou seja, aquelas que dois ou mais servidores cursaram o mesmo programa *stricto sensu*, por meio de parcerias entre o IFTO e instituições externas. No segundo momento serão encaminhados questionários aos servidores que cursaram ou cursam programas *stricto sensu* e *lato sensu* por iniciativa individual.

As iniciativas coletivas promovidas pelo IFTO atendem às especificidades e às necessidades apontadas pelos servidores segundo pesquisas anteriores, são elas: mestrado profissional em Gestão de Políticas Públicas e mestrado profissional em Modelagem Computacional de Sistemas, em parceria com a Universidade Federal do Tocantins (UFT); mestrado interinstitucional em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas pela Universidade Vale do Rio dos Sinos (Unisinos); mestrado em Ciência da Computação, em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); mestrado em Ciências do Ambiente pela Unicastelo e doutorado em Educação Matemática, em parceria com a Universidade Anhanguera.

Dos 96 entrevistados nessa primeira fase, 39 responderam ao questionário. Segundo os dados, 59% desses que atenderam ao formulário, receberam bolsa de estudos do IFTO, que são concedidas por meio do Programa Pró-Qualificar. Quando questionados se tinham recebido apoio por parte do IFTO, 89,7% responderam que sim, dentre os benefícios concedidos foram citados: pagamento das mensalidades do curso, horário especial/ flexibilidade de horário e afastamento.

Ainda segundo as respostas ao questionário, 79,5% informaram que sua participação no curso culminou em produção acadêmica, das quais duas publicações possuem Qualis A2, seis com Qualis B1 e 11 com B2. Dos que responderam 56,4% pertence a algum grupo de pesquisa cadastrado no IFTO. Porém, atualmente apenas 25,6% possuem projeto de pesquisa cadastrado no IFTO e 28,2% possuem projeto de extensão.

Nesse sentido, a importância da participação dos servidores em grupos e projetos institucionalizados é fundamental, pois a formação é um primeiro passo para agregar valor ao trabalho do servidor, mas por meio dos projetos, ele manterá um processo continuado de conhecimento e contribuição para a instituição.

A previsão é que o diagnóstico dos servidores capacitados seja finalizado no primeiro trimestre de 2017, a partir daí, serão traçadas novas metas no que diz respeito à capacitação dos docentes e técnicos administrativos do IFTO.

Macroprocesso: fortalecimento e manutenção do ecossistema de pós-graduação no IFTO.

Meta Estratégica: Garantir que 75% dos Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC's) sejam enviados para análise na Revista Sítio Novo.

O curso em andamento não se encontra em período de finalização/apresentação de TCCs.

Meta Estratégica: Organizar o Segundo Encontro de Pós-graduação do IFTO.

100% desta meta foi cumprida, através da realização de evento nos dias 29 e 30 de setembro intitulado “Encontro de Inovação, Ideias e Negócios na Academia” trazendo em sua programação discussões sobre desenvolvimento local e inovação em pós-graduações, conforme informações disponíveis em <https://goo.gl/11znEk>.

Meta Estratégica: Promover encontros semestrais com os Coordenadores de Pós-graduação e Pesquisa bem como com os coordenadores de cursos superiores dos *campi*.

Em razão do contingenciamento de despesas da instituição, foi acordado que os trabalhos seriam encaminhados via e-mail institucional, ficando os encontros presenciais agendados para o segundo semestre, como parte do projeto Reitoria Itinerante. Sendo assim, no segundo semestre, foram realizados encontros em cada unidade, possibilitando a aproximação entre Diretoria de Pós-graduação, CPPIs e Coordenadores de Cursos Superiores. Notícias sobre a realização do Projeto Reitoria Itinerante podem ser verificadas através dos links a seguir: *Campus* Dianópolis - <https://goo.gl/jJ1g0l>, *Campus* Pedro Afonso - <https://goo.gl/BbLbyc>, *Campus* Lagoa da Confusão - <https://goo.gl/udkWo2>, *Campus* Paraíso - <https://goo.gl/4x9gK6>, *Campus* Colinas - <https://goo.gl/zIcM2j>, *Campus* Gurupi - <https://goo.gl/kildZE> e *Campus* Formoso do Araguaia - <https://goo.gl/kildZE>.

8.1.4. Pró-Reitoria de Extensão

A Pró-reitoria de Extensão do IFTO é responsável pela promoção e articulação do ensino e da pesquisa, de forma indissociável, viabilizando a relação entre a Instituição e a sociedade, por meio de programas, projetos, cursos, estágios, intercâmbios, atividades culturais e científicas, eventos, prestação de serviços e demais atividades de extensão. A seguir apresentamos cada ação realizada pela Proex, por setor:

1. COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

AÇÕES:

- Execução de Edital nº 19/2016 de Projetos de Extensão em Arranjos Produtivos Locais 2016/1 para 25 projetos com fomento de bolsa para docentes e discentes;
- Execução de Edital nº 38/2016 de Projetos de Extensão em Arranjos Produtivos Locais 2016/2 para 9 projetos com fomento de bolsa somente para os discentes.

Projetos de Extensão Executados

PROJETOS DE EXTENSÃO EXECUTADOS EM 2016 – COM FOMENTO DE BOLSA PARA DOCENTES E DISCENTES	
Campus	Nome do Projeto
Campus Araguaína	Direitos Humanos em Questão
Campus Araguaína	Construção de Viveiro de Mudas para Apoio a Horta Escolar
Campus Araguatins	Horticultura Agroecológica
Campus Araguatins	Utilização do Biofertilizante Bovino na Cultura da Alface e Pimentão
Campus Araguatins	Produção de Hortaliças no Município de Araguatins: Cultivo e Gestão Financeira dos Produtores da Horta Comunitária
Campus Araguatins	Fortalecendo a Política Nacional de Resíduos Sólidos por Meio da Implantação de um Projeto Piloto de Coleta Seletiva e um Programa de Educação Ambiental no Município de Araguatins – TO
Campus Araguatins	Agricultura Orgânica: Alimentos de Qualidade de Forma Sustentável
Campus Araguatins	Recuperação de Nascentes e Matas Ciliares de Afluentes do Rio Taquari no NPA Boa Sorte
Campus Araguatins	O Desenvolvimento da Cadeia Leiteira da Região do Bico do Papagaio
Campus Araguatins	Agricultura Urbana: Curso de Otimização de Pequenos Espaços para Implantação de Hortas Orgânicas, Utilizando Materiais Sustentáveis
Campus Araguatins	Análise Físico-Química e Microbiológica da Água do Bebedouro como Indicadores na Qualidade da Saúde dos Estudantes e Servidores de uma Escola Pública Estadual da Cidade de Araguatins - Tocantins
Campus Colinas do Tocantins	Formação, Manejo e uso de Cana-de-Açúcar para Ruminantes
Campus Dianópolis	Plantas Medicinais: Incentivo ao uso, Produção e Oportunidades para Comunidades Rurais de Dianópolis – TO
Campus Gurupi	Capoeira – Resgatando Nossas Raízes Afrobrasileiras
Campus Palmas	Ensino Colaborativo no Município de Palmas: Multiplicação de Métodos e Práticas Baseadas na Educação Finlandesa
Campus Palmas	Ecoponto na Escola
Campus Palmas	Qualificação Profissional para Microempreendedor Individual – MEI na Automação do Cadastro dos Clientes no Município de Palmas
Campus Palmas	Turismo Cultural: Ações Colaborativas da Atividade Turística na Comunidade de São João da Barra do Tocantins
Campus Palmas	Programa de Sensibilização e Conscientização Rural Sobre uso e Descartes de Resíduos de Agrotóxicos no APL de Fruticultura Irrigada São João – Porto Nacional – TO
Campus Paraíso do Tocantins	Adequação Higiênico-Sanitária da Feira Livre de Paraíso do Tocantins – TO

<i>Campus</i> Paraíso do Tocantins	Jornada Literária 2016: O Encontro Entre a Realidade e a Ficção
<i>Campus</i> Porto Nacional	Projeto Medida Certa (Programa de Retomada de Hábitos de Vida Saudável da População de Porto Nacional)
<i>Campus</i> Porto Nacional	Tecnologias para Confeção de Rótulos e Embalagens para Economia Solidária
<i>Campus</i> Porto Nacional	Logística Reversa: Coleta e Transporte do Papelão Descartado na Cidade de Porto Nacional – TO
Reitoria - <i>Campus</i> Avançado Pedro Afonso	Inclusão Digital para a Melhor Idade

PROJETOS DE EXTENSÃO INICIADOS EM 2016/2 – COM FOMENTO DE BOLSA SOMENTE PARA DISCENTES	
Campus	Nome do Projeto
<i>Campus</i> Araguaína	Elaboração de trabalhos escolares e acadêmicos: teoria e prática.
<i>Campus</i> Araguatins	Estratégias de controle alternativo de insetos/pragas em Araguatins – TO (P. A. Transaraguaia)
<i>Campus</i> Araguatins	Embalagem de agrotóxicos: conscientizando e destinando.
<i>Campus</i> Araguatins	Uso da adubação verde como técnica de manejo sustentável do solo.
<i>Campus</i> Araguatins	Uso do óleo de <i>nim Azadirachta</i> indica controle alternativo do <i>Boophilus microplus</i> na pecuária leiteira das comunidades rurais no norte do Tocantins.
<i>Campus</i> Colinas do Tocantins	Desenvolvendo jogos e aprendendo computação usando scratch.
<i>Campus</i> Colinas do Tocantins	Ensino de robótica para alunos do ensino fundamental da rede estadual de educação do estado do Tocantins.
<i>Campus</i> Dianópolis	Ensino de robótica para alunos do ensino fundamental da rede estadual de educação do estado do Tocantins.
Reitoria	Portal da Associação Beneficente Santa Edwiges.

Unidade	AÇÕES DE EXTENSÃO - 2016						
	Projeto			Curso		Evento	Visita Técnica
	Edital nº 19/2016 ¹	Edital nº 38/2016 ²	Propostos de forma livre ³	Cursos de curta duração ³	FIC ³	Diversos ³	Diversos ³
Campus Araguaína	2	1					
Campus Araguatins	9	4	7	5	1	8	10
Campus Avançado de Formoso do Araguaia			11	9	2	3	
Campus Avançado de Lagoa da Confusão							
Campus Avançado de Pedro Afonso	1				4	6	
Campus Colinas do Tocantins	1	2	11	3		2	
Campus Dianópolis	1	1					
Campus Gurupi	1		6	1		1	
Campus Palmas	5						
Campus Paraíso do Tocantins	2		4	1		3	
Campus Porto Nacional	3		7	2			15
Reitoria		1				3	
Total	25	9	46	21	7	26	25
TOTAL GERAL	159						

¹ Bolsas PEBTT e Estudantes

² Bolsas Estudantes

³ Sem fomento de bolsas

2. DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - DREI/PROEX

A Diretoria de Relações Institucionais neste ano de 2016 enfatizou a formalização das parcerias com o mundo do trabalho e, através de Instituições Públicas e Privadas nacionais e internacionais por meio dos Convênios e Cooperações Técnicas que atenda as atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. A Diretoria também trabalha no acompanhamento de egressos e no apoio as Coordenações de estágios nos *Campi*, focalizamos no fomento a sistematização de programas de Estágio através do SIGA-EPT, com a melhoria dos processos de encaminhamento dos estudantes para o mundo do trabalho, quanto ao acompanhamento de egressos, temos o campus Palmas e Araguatins como pioneiros na criação do Sistema de acompanhamento de nossos egressos.

2.1 AÇÕES APOIADAS e/ou COORDENADAS PELA DREI/PROEX EM 2016:

- AGENDA AMBIENTAL A3P NO IFTO:

O IFTO é parceiro da A3P. A A3P é um programa do Ministério do Meio Ambiente que contribui na melhoria da eficiência do órgão público, com menos gastos e menor impacto sobre o meio ambiente.

No final do ano de 2011 o IFTO firmou acordo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente MMA se comprometendo a implantar e executar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P

- que é um programa que visa implementar a gestão socioambiental e incorporar critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública; o acompanhamento das ações da Coleta Solidária (Cooperação com a ASCAMPA) e apoio nas ações de sustentabilidade das demais pró-reitorias no IFTO.

As ações de Responsabilidade Sócioambientais estão inseridas no Portal da Pró-Reitoria de Extensão no link: <http://portal.iftto.edu.br/iftto/reitoria/pro-reitorias/proex/responsabilidade-socioambiental>.

- AGROTINS 2016 - Feira de Tecnologia Agropecuária do Tocantins (Agrotins Brasil 2015 de 05 a 09 de maio), onde foram apresentadas inovações do setor agropecuário brasileiro, atraindo produtores, agricultores familiares e empresários do setor produtivo. Atuamos na integração dos nossos estudantes com o setor produtivo. O IFTO esteve com o estande Institucional onde recebemos parceiros e apresentamos os produtos e cursos do IFTO.

2.2 REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL:

- Conselho Estadual de Economia Solidária;
- Fórum Estadual de Lixo e Cidadania;
- Núcleo de Arranjos Produtivos Locais do Estado do Tocantins.

2.3 QUADRO RESUMO DAS METAS ALCANÇADAS

2.3.1 ESTÁGIOS:

OB12 PDI	Implementar sistema integrado de gestão institucional.
Meta estratégica	Monitorar os dados de estágio nos campi
Indicador	Adesão de 04 campi à utilização dos sistemas de gerenciamento de estágios
Responsável	DREI/Salatiel
Vínculo TAM ou Decreto 8.540/2015	Nº 17 Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão intercampi e Interinstitucionais “Desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão interagindo os <i>Campi</i> do Instituto Federal; e programas interinstitucionais interagindo o Instituto Federal com outras Instituições Nacionais e Internacionais”

Atividade 1	➤ Verificar sistemas já em utilização pelos <i>Campi</i>		
Atividade 2	➤ Apresentar aos Campi que não utilizam sistema de gerenciamento de estágios modelo de sistema ressaltando as vantagens da adoção.		
Atividade 3	➤ Solicitar aos campí que ainda não utilizam sistemas de gerenciamento de estágios que iniciem a implantação dos sistemas.		
Atividade 4	➤ Monitorar os dados de estágio no Campi.		
Como será feito	• Articulação com as pessoas e setores responsáveis pelos estágios nos Campi visando identificar as necessidades para a implantação (por contato telefônico, e-mail ou webconferência).		
Mês de início	Maio 2016	Mês de término	Dezembro 2016
Categoria econômica	Não se aplica	Natureza da despesa	Não se aplica
Qtd.	Não se aplica	Descrição da natureza da despesa	Não se aplica
Custo	R\$ 00,00		
Avaliação			
Percentual de Realização Total (%)	80%		
Descrição das ações realizadas	Atividade 01- - Verificação feita via Sistema SIGA-EPT -Verificação realizada <i>in loco</i> na Reitoria Itinerante nos Campi: Setembro/16: dia 05/09 : Campus Paraíso dia 19/20 : Campus Araguaína 20/21: Campus Colinas do Tocantins Outubro/16: Dia 06/10 – Campus Lagoa da Confusão Dia11/10- Campus Pedro Afonso Atividade 2 e 3 – Não realizada (aguardado pauta CODIR para discutir assunto) Atividade 4- Realizada via Sistema SIGA- EPT		
Link dos documentos e/ou matérias veiculadas referentes ao resultado	http://www.iftto.edu.br/porta/layout.php?pagina=news.php&id=5855 https://sigaedu.iftto.edu.br/sigaapt-edu-web-v1/pages/inicio.jsf		
Comentários e/ou Justificativas	- Os demais campí serão visitados nas próximas Reitorias Itinerantes em 2016 e os campí que não receberão visita estão sendo sondados via telefone e e-mail institucional. - O Campus Dianópolis está iniciando suas atividades de estágio e será inserido no sistema. - O Sistema de estágio se acoplou ao sistema SIGA-EPT, onde o aluno conseguirá resolver tudo em um único sistema. -Com o acoplamento os setores das CORES(REGISTRO ESCOLARES) terão acesso aos dados referentes aos estágios curriculares dos alunos, sem necessidade da CISEE (CIEC) enviar memorando de aprovação.		

2.3.1.1. ESTUDANTES QUE ESTAGIARAM EM 2016

CAMPUS	Nº EMPRESAS PARCEIRAS QUE OFERECERAM ESTÁGIOS	Nº ESTÁGIOS	UTILIZA O SISTEMA SIGA -EPT
ARAGUATINS	51	103	X
ARAGUAINA	10	92	X
GURUPI	18	86	X
PALMAS	87	225	X
PARAISO DO TOCANTINS	17	71	X
PORTO NACIONAL	52	225	X

DIANÓPOLIS	*	*	
COLINAS DO TOCANTINS	02	04	X
PEDRO AFONSO (Avançado)	12	35	-
FORMOSO DO ARAGUIA(Avançado)	**	**	-
LAGOA DO TOCANTINS(Avançado)	***	***	-
Total IFTO	249	841	07

Fonte: DREI/PROEX /Coordenações de Estágios dos campi do IFTO

* Campus Dianópolis- XXXXX O estágio não é obrigatório nos cursos oferecidos pelo *Campus*.

**Campus Avançados Lagoa da Confusão não executou estágios em 2016;

****Campus* Avançado Formoso do Araguaia, não teve estudantes que estagiaram em 2016. Tendo em vista que o estágio, em ambos os cursos da unidade, técnicos subsequentes, não são obrigatórios.

2.3.2 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS DO IFTO:

ENCONTROS DE EGRESSOS: Para os ex-alunos o encontro de egressos é uma oportunidade ímpar de rever antigos colegas de sala, amigos e professores. Para a instituição esse encontro é importante por possibilitar o registro atualizado das informações sobre os ex-alunos da instituição, possibilitando contatos, encontros e demais atividades conjuntas, inclusive no que concerne ao oferecimento de vaga de empregos, além de ser uma oportunidade de conhecer a opinião dos egressos acerca da formação recebida junto ao IFTO.

Antes do PDI			
OB08 PDI	Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor produtivo		
Meta estratégica	Fomentar a realização de encontro de egressos nos campi que tem mais de 5 anos		
Indicador	03 encontros por ano		
Responsável	DREI/Salatiel		
Vínculo TAM ou Decreto 8.540/2015	Nº 17 Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão intercampi e interinstitucionais “Desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão interagindo os <i>Campi</i> do Instituto Federal; e programas interinstitucionais interagindo o Instituto Federal com outras Instituições Nacionais e Internacionais”		
Atividade 1	➤ Fazer levantamentos dos <i>Campi</i> que realizarão encontro de egressos em 2016		
Atividade 2	➤ Incentivar a realização do encontro nos <i>Campi</i> com mais de 5 anos de atuação		
Como será feito	• Reunião com Diretores dos Campi no CODIR para discutir o assunto e verificar as possibilidades. • Apoiar os <i>Campi</i> que realizarem os encontros.		
Mês de início	Maio 2016	Mês de término	Dezembro 2016
Categoria econômica	Despesa de capital	Natureza da despesa	449051
Qtd.	03	Descrição da natureza da despesa	Diárias e passagens
Custo	3 diárias (CD-03) 211,50 x3= R\$ 634,50		
Avaliação			
Percentual de Realização Total (%)	100%		
Descrição das ações realizadas	Atividade 01- Levantamento Feito Atividade 02- Campi Incentivado na Reunião CODIR - Reunião CODIR: dia 09 de maio 2016); - PARTICIPAÇÃO NA REUNIÃO DE PERMANÊNCIA E ÊXITO (16/06/2016): Diretores dos Campi, Gestores e Coordenadores de ensino , pesquisa e Extensão – Contribuição: Pesquisa de Egressos e Encontro de Egressos para mensurar os Êxitos! ARAGUATINS – 09 de Julho : 23 Encontro de Egressos;		

	-PORTO NACIONAL III Semana Acadêmica - “Os desafios no mercado de trabalho atual”, que será realizada nos dias 08, 09 e 10 de junho de 2016. Ministrada pelo professor André Pereira Raposo, a palestra de abertura acontece no dia 08, às 19 horas, no hall da instituição PARAISO DO TOCANTINS: SEMAD Semana do Administrador , voltados para o publico em geral.
Link dos documentos e/ou matérias veiculadas referentes ao resultado	http://araguatins.iftto.edu.br/sistemas/egressos/ . http://www.iftto.edu.br/portal/layout.php?pagina=news.php&id=5548 http://eventos.ajeetocantins.com.br/13/semad-paraiso
Comentários e/ou Justificativas	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS POR SISTEMA DE INFORMAÇÃO: Os sistemas informatizados de acompanhamento atende a uma demanda do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que consiste em fortalecer a relação do IFTO com seus ex-alunos. Os <i>campi</i> utilizam as suas páginas oficiais e as redes sociais para comunicarem oportunidades de trabalho e eventos relacionados à inserção no mercado de trabalho. Temos dois campi que iniciaram seus sistemas de acompanhamento eletrônico que são: campus Araguatins e campus Palmas. O campus Araguatins dispõe de um portal eletrônico para acompanhamento e integração com os egressos no link: http://araguatins.iftto.edu.br/sistemas/egressos/index.php O campus Palmas dispõe de um sistema de acompanhamento de Egressos: Link: http://palmas.iftto.edu.br/index.php/sistemas-palmas.

2.3.3 RELACIONAMENTO COM ORGANIZAÇÕES DO SETOR PRODUTIVO

OB 8 PDI	Ampliar a rede de relacionamento com organizações do setor produtivo		
Meta estratégica	Formalizar pelo menos uma parceria institucional, por <i>Campi</i> do IFTO com outras instituições.		
Indicador	parcerias formalizadas		
Responsável	DREI/Salatiel		
Vínculo TAM ou Decreto 8.540/2015	Nº 17 Programas de Ensino, Pesquisa e Extensão intercampi e Interinstitucionais “Desenvolvimento de programas de ensino, pesquisa e extensão interagindo os <i>Campi</i> do Instituto Federal; e programas interinstitucionais interagindo o Instituto Federal com outras Instituições Nacionais e Internacionais”.		
Atividade 1	➤ Criar cadastro das (Diretorias, Coordenações, Setores e/ou pessoas responsáveis) pelas Relações Institucionais /Empresarias nos <i>Campi</i> .		
Atividade 2	➤ Mapear as parcerias institucionais formalizadas e não formalizadas nos <i>Campi</i> .		
Atividade 3	➤ Enviar memorandos aos campi solicitando a formalização das parcerias		
Atividade 4	➤ Solicitar pauta no CODIR para discutir a formalização das parceiras pelos <i>Campi</i> .		
Como será feito	• Reunião com Diretores dos <i>Campi</i> no CODIR. • Articulação com as pessoas e Setores responsáveis pelas relações empresarias, parcerias, cooperações técnica e convênios nos <i>Campi</i> (por contato telefônico, e-mail ou webconferência). • Solicitação de informações junto aos setores responsáveis pelas relações empresariais, parcerias, cooperações técnica e convênios nos <i>Campi</i>. • Construção de um fluxograma das etapas de formalização das parceiras.		
Mês de início	Maio 2016	Mês de término	Dezembro 2016
Categoria econômica	Não se aplica	Natureza da despesa	Não se aplica
Qtd.	Não se aplica	Descrição da natureza da despesa	Não se aplica
Custo	R\$ 00,00		
Avaliação			
Percentual de Realização Total (%)	100%		

Descrição das ações realizadas	Atividade 1- Cadastro criado Atividade 2- Mapeamento realizado constante no Sistema SIGA-EPT Atividade 3- Atividade realizada através do (Parecer 104 /2016 da Procuradoria Federal AGU /IFTO) que determina a formalização das parcerias ; • Atividade 4- Reunião CODIR: dia 09 de maio - representação Proex: Apresentação da necessidade de formalização dos convênios e Integração das Coordenações de Relação Empresa Escola; • Construção de um fluxograma das etapas de formalização das parceiras: Reunião com a Procuradoria Federal IFTO e Pró-reitores de Pesquisa e Extensão, pauta: Formalização dos Convênios e Cooperações Técnicas; Parecer Jurídico nº 00104/2016/GAB/PF-IFTO/PGF/AGU de 18/08/2016 (Parecer Referencial para formalização dos Termos de Cooperação Técnica sem repasse de recursos). - Reunião DTI disponibilização na página Institucional das minutas: <u>Minuta de convênio estágio IFTO</u> <u>Minuta de cooperação técnica ente privado</u> <u>Minuta de cooperação técnica ente público</u> <u>Parecer referencial cooperação técnica</u>
Link dos documentos e/ou matérias veiculadas referentes ao resultado	http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/proex.php# https://sigaefto.edu.br/sigaefto-edu-web-v1/pages/inicio.jsf
Comentários e/ou Justificativas	Os campi avançados os Convênios e Cooperações Técnicas são firmados pela Reitoria.

2.3.4 CONVÊNIO/COOPERAÇÃO TÉCNICA (sem repasse de recursos)

	EMPRESA/INSTITUIÇÃO	OBJETO
1	APAE (FEAPAES-TO) Processo nº 23235.00427.2016-51(PROEN)	Cooperação Institucional ampliando o trabalho de responsabilidade social, promovendo e consolidando ações que envolvam ensino, pesquisa, extensão e projetos com as unidades das APAES no Estado.
2	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	Convênio de estágios curriculares.
3	ASCAMPA- Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região-Centro-Norte de Palmas-TO (Processo nº 23235.000163/2011-03)	Estabelecer cooperação entre o IFTO e a ASCAMPA no sentido de realizar a Coleta Seletiva Solidária de Materiais Recicláveis de acordo com as definições do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, bem como cooperação mútua com ações que envolvam a educação ambiental.
4	COLLEGE OF ROCKIES, BRITISH COLUMBIA , CANADÁ	Cooperação Institucional Internacional
5	CORPO DE BOMBEIROS TO	Cooperação Técnica Estágio
6	ELETRONORTE	Oferecimento de Estágio Curricular
7	EMBRAPA 1	Estágio Curricular e Extracurricular
8	EMBRAPA 2	Cooperação Geral, Ensino, Pesquisa e Extensão objetivo Cooperação institucional.
9	FACULDADE CATÓLICA DO TOCANTINS	Termo de Compromisso de Estágio (UNAI)
10	FAEL – SOCIEDADE TÉCNICA EDUCACIONAL DA LAPA S/A	Concessão de descontos em cursos de graduação e pós graduação para Servidores do IFTO.
11	FAPTO /IFTO	(processo nº 23235.001073.2015-55) PROPI / Diário Oficial da União – Seção 1 a Portaria Conjunta nº74.
12	FERTILIZANTES TOCANTINS	Desenvolver projetos e atividades voltadas à pesquisa, desenvolvimento e inovação científica e tecnológica, difusão e transferência de tecnologias, planejamento e desenvolvimento institucional.

13	FTP- FACULDADE TECNOLOÓGICA DE PALMAS	Concessão de descontos em cursos de graduação e pós graduação para Servidores do IFTO.
14	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE	Programa Agenda Ambiental da Administração Pública A3P do IFTO (DOU seção 3,pg 213 de 14/12/2011)
15	INCRA-TO	Convênio Estágio
16	IF BRASILIA	Cooperação Ampla (DGP)
17	IF DE GOIÁS	Cooperação Técnica Ampla (DGP)
18	IF GOIANO	Cooperação Técnica ampla (DGP)
19	IF GOIANO (Aditivo)	2º Aditivo para execução Projeto “Viabilidade Espacial dos atributos físico-químicos da fertilidade do solo do cerrado” - Coord. Professor Thomas Vieira Nunes. Campus Palmas.
20	IFMA	Cooperação Técnica ampla (DGP)
21	IFMT	Colaboração mútua ensino, pesquisa e extensão; (DGP)
22	IFRN	Cooperação Técnica ampla CT nº 02/2015 DGP
23	IF RORAIMA	Cooperação ampla (DGP)
24	INSTITUTO BLAISE PASCAL	Agente de Integração para Estágios, objetivo operacionalização de programas de estágios.
25	INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO - IPCB(PORTUGAL)	Protocolo de cooperação para promover o intercâmbio cultural, científico e tecnológico.
26	O INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA – INMET	Instalação e manutenção de uma estação meteorológica automática Campus Colinas.
27	MARINHA DO BRASIL Diretoria de Portos Processo nº 23235000097/2013-25	Acreditação do IFTO pela DPC/MB para ministrar cursos para Aquaviários do 3º Grupo-Pescadores
28	MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	Convênio Estágio Curricular
29	MINDS /INTITUTO MINDS DE IDIOMAS LTDA	Acordo de Cooperação benefícios
30	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE MMA Processo 235.000163/2011-03	Termo de Adesão A3P
31	NATURATINS Processonº 23235.000127/2011-31	Oferecimento de Estágio Curricular
32	PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUATINS	Cooperação Técnica para Cursos EAD em laboratório móvel
33	PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSO DO ARAGUAIA	Convênio de cessão de uso de imóvel para funcionamento do IFTO Campus Avançado Formoso do Araguaia
34	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AFONSO -TO	Cooperação Técnica Utilização de Laboratórios pelo <i>Campus Avançado</i> Pedro Afonso
35	RURALTINS Processo:23235.000064/2011-13	- Cooperação Institucional; -Oferecimento de Estágio Curricular
36	SEAGRO nº 23235.00068/2011-00	Apoio Institucional nas ações de Difusão Tecnológica e fomento a atividades agropecuárias e florestais no Estado do Tocantins
37	SEBRAE	Cooperação Técnica para implantação do Curso Despertar na área de empreendedorismo.
38	SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO-SEDUC	Acordo de Cooperação Técnica para desenvolvimento do programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID
39	SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE - SESAU-TO Processo nº23235.000160/2012-42	Realização de Estágio e/ou pesquisa em Saúde
40	SEFAZ-TO	Estágio Curricular

41	SINDICATO DOS PROFISSIONAIS DE ENFERMAGEM DO ESTADO DO TOCANTINS	Cooperação Técnica para ações de capacitação na área de saúde
42	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS - TRE-TO	O objetivo a Cooperação Técnica para a realização de atividades extracurriculares, do PROGRAMA MESÁRIO VOLUNTÁRIO, que tem por finalidade precípua propiciar aos estudantes dos cursos oferecidos pelo IFTO conhecimentos teóricos e práticos sobre CIDADANIA e o PROCESSO DEMOCRÁTICO ELEITORAL BRASILEIRO, bem como de maximizar recursos humanos técnicos no âmbito da Justiça Eleitoral do Tocantins.
44	ULBRA	Oferecimento de Estágios obrigatórios e não obrigatórios
45	UFRN	Oferecimento de Estágios obrigatórios e não obrigatórios
46	UFT	Acordo de Cooperação de mútua colaboração nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e gestão.
47	UFT Processo nº 23235.000371/2013-66	Oferecimento de Estágio Curricular
48	UFT Proc. UFT 23101.001554/20015-86	Utilização do Laboratório de Anatomia da UFT pelo curso de licenciatura em Educação Física do Campus Palmas do IFTO
49	UNIRG	Cooperação Técnica ampla Ensino, pesquisa e extensão. Execução inicial: Campus Formoso do Araguaia
50	UNIVERSITÉ SORBONNE (processo nº 23235.003804.2016-88)	Cooperação Internacional cooperação multidisciplinar
51	UNIVERSIDADE AVEIROS/PORTUGAL	Intercâmbio de experiências e de pessoal nos campos de docência, da investigação e intervenção cultural
52	UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR/PORTUGAL	Protocolo de Cooperação objetivo intercâmbio de interesses em áreas afins.
53	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA –RS (UFSM)	O presente Convênio tem por finalidade estabelecer e regulamentar um programa de cooperação acadêmica entre a UFSM e o IFTO, nas áreas de situação interesse comuns.

**Nas cooperações técnicas firmadas com Instituições Públicas e Privadas não há cláusulas que determine o repasse de recursos financeiros, apenas cooperação mútua para execução das atividades estabelecidas nos termos de parceria.*

2.3.5 COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES E ASSUNTOS INTERNACIONAIS (CRAI)

No ano de 2016, a CRAI realizou o processo seletivo para avaliação diagnóstica de língua inglesa no âmbito do Programa Inglês sem Fronteiras por meio da aplicação do teste de proficiência TOEFL ITP (*Test of English as a Foreign Language*) do Programa Ciências sem Fronteiras para estudantes regularmente matriculados no IFTO, do ensino superior ou pós-graduação *stricto sensu*, bem como aos servidores técnico-administrativos e docentes ativos desta Instituição Federal de Ensino.

Foram feitas quatro aplicações do teste no ano de 2016, sendo três em Palmas e uma no Campus Araguaína, totalizando 96 testes.

A Coordenação de Relações e Assuntos Internacionais é responsável também por controlar o quantitativo de servidores que fazem viagens internacionais com finalidades específicas de capacitação, qualificação, treinamento ou intercâmbio acadêmico. Para tanto, em cada processo de afastamento do país, é solicitado um despacho desta coordenação relatando se há disponibilidade para a viagem, conforme dados enviados pelo MEC.

No ano de 2016 foram emitidas vinte e seis portarias de afastamentos do país pelo IFTO. A grande maioria dos servidores que solicitaram portaria são lotados no Campus Palmas, totalizando vinte e dois. Dois deles são do Campus Paraíso, um do Campus Araguaína e outro do Campus Araguatins.

Vinte e três deles são Professores e três são Técnicos Administrativos.

Vinte e dois dos afastamentos do país foram feitos com ônus parcial e quatro sem ônus.

Todos os afastamentos foram realizados com a finalidade de treinamento, capacitação ou qualificação.

Esta coordenação administrou o processo de intercâmbio do ELAP – Programa Líderes Emergentes nas Américas, objetivando enviar um estudante para o *College of the Rockies* para cursar disciplinas da sua área de atuação. Foi lançado um edital para seleção, e um estudante do Curso de Gestão de Turismo do Campus Palmas foi selecionado e viajou para *Cranbrook* no Canadá, onde permaneceu quatro meses – de setembro a dezembro.

Foi coordenada, também por este setor, a intermediação do programa Capes/Nova, onde uma professora do campus Palmas, juntamente com mais 80 professores da Rede Federal foram compartilhar as práticas pedagógicas dos *Community Colleges* norte-americanos, com foco em ensino de língua inglesa.

Intermediamos também o edital Parlamento Juvenil Mercosul, onde foi pré-selecionado o projeto de uma estudante do Campus Porto Nacional.

Através de chamada interna, selecionamos um estudante do IFTO para participar do Acampamento Internacional da Juventude, que ocorreu na cidade de Vitória – ES, antecedendo o Congresso Internacional da Federação dos Colleges e Politécnicos.

Também através de chamada interna, selecionamos uma estudante para concorrer ao programa de mobilidade internacional *CICAN Scholarships for Brazilian IF Students*.

Aplicamos um teste de proficiência em Língua Inglesa, enviado pelo CONIF, especificamente para a seleção de professores para o edital do Programa Brasil-Reino Unido para Formação de Professores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Para este programa foi selecionada uma professora do Campus Palmas da área de música. A professora passou pela formação na cidade de Bradford, no Reino Unido durante dois meses.

2.3.5.1 PORTARIAS DE AFASTAMENTO DO PAÍS

QT	SERVIDOR	Nº PROCESSO	Nº PORTARIA	Campus	Servidor	DESTINO
1	Max Portuguese Obeso	23236.000165/2016-99	75/2016	Palmas	Professor	Havana - Cuba
2	Erna Augusta Denzin	23235.002002/2016-51	272/2016	Paraíso	Professor	Tampere - Finlândia
3	Luana de Sousa Oliveira	23236.002420/2016-38	341/2016	Palmas	Professor	Porto - Portugal
4	Paula Karini Dias Ferreira Amorim	23236.001763/2016-85	368/2016	Palmas	Professor	Budapeste, Hungria
5	Khellen Cristina Pires Correia Soares	23236.003184/2016-77	369/2016	Palmas	Professor	San José, Costa Rica
6	Rodrigo Carvalho Dias	23236.003866/2016-80	472/2016	Palmas	Professor	Monterrey, México
7	Jair José Maldaner	23236.003913/2016-95	457/2016	Palmas	Professor	Lisboa, Portugal
8	Tâmara Oliveira Machado	23236.003828/2016-27	458/2016	Palmas	Professor	Reims, França
9	Mirelle da Silva Freitas	23236.004285/2016-65	567/2016	Palmas	Professor	Santiago, Chile
10	Giulliano Guimarães Silva	23236.004576/2016-53	540/2016	Palmas	Professor	Cartagena, Colômbia
11	Marcus André Pereira Oliveira	23236.003787.2016-79	551/2016	Palmas	Professor	Milwaukee, EUA
12	Marcelo Mendes Pedroza	23236.004581/2016-66	609/2016	Palmas	Professor	Cartagena, Colômbia

13	Elaine da Cunha Silva Paz	23235.004614.2016-88	620/2016	Palmas	Professor	Cartagena, Colômbia
14	Helen Kalliane Dantas de M. Santos	23236.004186.2016-83	628/2016	Palmas	TAE	Toronto, Canadá
15	Alcides dos Reis Cordeiro Filho	23233.005331/2016-73	668/2016	Araguatins	TAE	Palmira, Colômbia
16	Veruska Dutra	23236.005353/2016-11	713/2016	Palmas	Professor	Paris e Londres
17	Mary Senna	23236.005353/2016-11	713/2016	Palmas	Professor	Paris e Londres
18	Geruza Aline Erig	23236.005432/2016-14	729/2016	Palmas	Professor	Faro, Portugal
19	Janaína M. Andrade Aires Fonseca	23236.006674.2016-25	944/2016	Palmas	Professor	Faro, Portugal
20	Hélen Kalliane Dantas de Medeiros	23236.006674.2016-25	944/2016	Palmas	TAE	Faro, Portugal
21	Phillipe Farias Ferreira	23236.007252.2016-77	948/2016	Palmas	Professor	Arequipa, Peru
22	José Eustáquio Canguçu Leal	23236.007252.2016-77	948/2016	Palmas	Professor	Arequipa, Peru
23	Walena Almeida M. Magalhães	23236.007170.2016-22	949/2016	Palmas	Professor	Bradford, Inglaterra
24	Ivo Sócrates Moraes de Oliveira	23234.007913.2016-84	997/2016	Paraíso	Professor	Santiago, Chile
25	Eduardo Lima Santos	23237.007758.2016-76	1098 /2016	Araguaína	Professor	Porto, Portugal
26	Eliana Satie Sato	23236.007432/2016-59	1162 /2016	Palmas	Professor	Virgínia, EUA

8.2. ANEXOS

8.2.1. Portaria designação da Comissão Central responsável pela prestação de contas IFTO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA

PORTARIA N.º 40/2017/REI/IFTO, DE 24 DE JANEIRO DE 2017

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, nomeado pelo Decreto de 6 de maio de 2014, publicado no Diário Oficial da União de 7 de maio de 2014, seção 2, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Central responsável pela elaboração do Relatório de Prestação de Contas do Instituto Federal do Tocantins – IFTO –, referente ao Exercício 2016, que será consolidado a partir das informações geradas pelas comissões dos *campi*:

Nome	Matrícula Siape	Designação
Cícero Salatiel Pereira Lopes	1458260	Presidente
William de Sousa Dias	2028340	Membro
Janaina Miranda Muradas Amorim	1672511	Membro
Joel Ferreira Lopes	1108540	Membro
Higor Fernando Arruda Lira	2745048	Membro
Jadson Vieira de Oliveira	1811994	Membro
Danilo Gomes Martins	1372541	Membro
Paula Karim Dias Ferreira Amorim	1836150	Membro
Ovidio Ricardo Dantas Júnior	1541209	Membro
Augusto César dos Santos	1372193	Membro
Rodrigo Soares Lelis Gori	1284215	Membro
Maria Edileuza Ferreira de França	48455	Membro
Carine de Oliveira Nunes	2184937	Membro
Ana Paula Mecnas Santos Pin	1848565	Membro

Art. 2º A Comissão Central deverá encaminhar à Reitoria o Relatório de Prestação de Contas, para que seja apreciado pelo Conselho Superior.

Art. 3º Encaminha-se à Diretoria de Gestão de Pessoas para providências.

Francisco Nairton do Nascimento
Reitor do Instituto Federal do Tocantins



Documento assinado eletronicamente por Francisco Nairton do Nascimento, Reitor, em 24/01/2017, às 18:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ifto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0006570 e o código CRC 35C6CD9F.

8.2.2. Resolução Consup

30/03/2017

:: SEI / IFTO - 0048510 - Resolução ::



Boletim de Serviço Eletrônico em 30/03/2017

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO N.º 19/2017/CONSUP/IFTO, DE 29 DE MARÇO DE 2017

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando deliberação do Conselho Superior, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão 2016 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO –, conforme autos do Processo n.º 0103537.00001620/2017-80.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor a partir desta data.

Francisco Nairton do Nascimento
Presidente do Conselho Superior



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Nairton do Nascimento, Presidente**, em 30/03/2017, às 07:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0048510** e o código CRC **A17F0823**.



Avenida Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08 - Plano Diretor Sul
CEP 77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.iftto.edu.br - conselhosuperior@iftto.edu.br

Referência: Processo n.º 0103537.00001620/2017-80

SEInº 0048510